

BOLETIM MUNICIPAL

CULTURA E PATRIMÓNIO

bibRIA

dezembro
1997

Avernense
Prospecto



CÂMARA
MUNICIPAL
DE AVEIRO

FL
908
141

AVEIRO DEZEMBRO 1997



BIBLIOTECA
municipal de aveiro
PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

OFERTA



**INTERDITO
AO
EMPRESTIMO**

BOLETIM MUNICIPAL

Cultura e Património

bibRIA



Câmara Municipal de Aveiro

Ficha Técnica
Boletim Cultura e Património
Dezembro 1997

Produção
Câmara Municipal de Aveiro

Coordenação
Maria da Luz Nolasco

Coordenação de Edição
Dulce Marques
Josefina Rocha

Design Gráfico
Francisco Vaz da Silva

Composição, Montagem e Impressão
GRAFIGAMELAS

Seleccções de Cór
4 D'Arte

Fotografias de
Teresa Almeida
Jorge S. Pandeirada
Nuno (Cinex)
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Aveiro

ISBN: 0873-335X

Depósito Legal: 12442/86

bibRIA



PROJECTO FINANCIADO PELO PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO
COMISSÃO COORDENADORA DA REGIÃO CENTRO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
VEREADORA DA CULTURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

7

POLÍTICA MUSEOLÓGICA PARA O CONCELHO DE AVEIRO

13

MARIA DA LUZ NOLASCO

WALTER ROSSA

GONÇALO CANTO MONIZ

NUNO MORAIS

DULCE MARQUES

JOSEFINA ROCHA

JARDIM IMAGINÁRIO - INTERVENÇÃO NO CONTEXTO URBANÍSTICO

55

VASCO BRANCO

MARIA DA LUZ NOLASCO

EMANUEL CUNHA

ALGUNS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO/ANIMAÇÃO NO PATRIMÓNIO

61

MADALENA PINHEIRO

JOÃO GODINHO

PAULA CARDOSO

ISABEL RAMOS

TERESA NOGUEIRA

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE AVEIRO

76

FERNANDO A. PEREIRA DA SILVA

OS PÚBLICOS NA CULTURA

99

MARGARIDA LIMA DE FARIA

CASOS DE ESTUDO

109

INÊS AMORIM

MARIA TERESA L. ANDRESEN

ANA MARIA LOPES

GRAÇA FILIPE

PATRIMÓNIO FOTOGRÁFICO

139

JORGE S. PANDEIRADA

PLANEAMENTO

143

PEDRO SILVA

ÍNDICE

149



biblioteca



bibRIA

introdução

bibRIA

bibRIA

Uma das grandes preocupações desta Câmara tem sido canalizada para a salvaguarda do património do concelho. Tarefa nem sempre fácil, já que a maior parte das vezes não basta a vontade de quem gere, pois outros valores se levantam, alguns deles muito difíceis de conciliar.

Preservar o património que nos foi legado pelos nossos antepassados, mantendo o rigor dos monumentos, a sua traça, a sua história, em harmonia com um presente nem sempre consonante é tarefa que requer cuidados especiais, estudos profundos, tempo e conhecimentos.

Por outro lado tem de haver uma atenção redobrada para com o património, que sendo concelhio, não pertence à Câmara e não raras vezes, se não estamos atentos deixamos perdê-lo na erosão dos tempos, que o vai degradando. Ou se compra, se for caso disso, ou se incentiva os seus proprietários a cuidar para que se não perca.

Há ainda o património que se constrói de raiz, com uma finalidade definida. Para isso tem que se estudar

bem o que se pretende, o objectivo da sua criação, o local onde deve ficar, a estética, a concepção artística, enfim um sem número de pormenores, que podendo parecer de somenos importância, têm contudo um interesse primordial.

O nosso concelho é rico pelo seu património histórico, intramuros; muitas relíquias há que falam do nosso passado, que são pedaços da nossa história, que custaram a quem nos antecedeu; muito do esforço, muita da dedicação e muito do amor pelas coisas da nossa terra estão nelas contidos. Mal vai o Povo que não saiba ou não queira estar atento à sua idiossincrasia e se envolva em betão e cimento armado, construindo sem engenho e arte.

Este Boletim trata do nosso património. Nele encontram o que de melhor temos. Bem haja quem o concebeu, que assim nos proporciona um olhar sobre a nossa história.

*O Presidente da Câmara Municipal
Celso Santos*

bibRIA

O presente Boletim Cultural é uma edição especial dedicada a Aveiro, ao seu Património e à sua Memória Colectiva. Aliás, foi este o “leitmotiv” que serviu de base ao seminário “Aveiro - Memória e Património - Que Futuro?”, realizado em 19 de Dezembro do corrente ano na Biblioteca Municipal, e ao qual serve o presente Boletim de complemento. Foi este seminário que, de alguma forma motivou o reencontro de muitos de nós, e em especial, aqueles que quer por profissão e/ou por paixão, acabam por também ser responsáveis pela transmissão de conhecimentos e subsequente valorização e divulgação do Património histórico local. À luz do tema e do que à data, serviu de abertura a esse infindável debate acerca do património aveirense e da sua memória, pareceu-me curial, em jeito de “introdução” expor de igual forma os princípios pelos quais orientei a minha acção neste âmbito concreto — o do Património — seus jogos de identidade e de diversidade cultural. Procurarei fazê-lo de forma sucinta, esquemática, simples e, como tal, eventualmente redutora. No exercício de um cargo que implica acção, curto espaço de mano-

bra e de decisão e, já o disse, permanente escrutínio e exposição pública, é muito no pragmatismo com que se estrutura o pensamento que reside a probabilidade de algum sucesso. É por isso oportuno registar neste Boletim o arrumar de algumas ideias em compartimentos abertos e, claro está, abrir pela escrita este debate.

Nesse contexto, e numa primeira arrumação, penso poder dizer que entendo existirem duas grandes áreas de acção neste grande domínio:

— em primeiro lugar, aquela que diz respeito ao património que permanentemente nos estimula a própria memória; é o domínio do **património físico** pelo meio do qual nos movimentamos no nosso mais inocente dia-a-dia; trata-se de uma matéria viva que devemos vigiar, mas também deixar desenvolver pelo próprio exercício natural da evolução sem o qual não há vida nem construção de identidade;

— em segundo lugar o património que nessa tal dinâmica de evolução acabou por se tornar utilitariamente obsoleta, eventualmente, foi sujeito a eliminação física, mas que contém em si ou na imagem deixada

registos importantes de identidade e diversidade; devemos preservá-lo pela forma que a sua condição material torne mais adequada.

Ambas as categorias acabam por ter naturezas e/ou expressões materiais diversas. Podemos estar na presença de objectos imóveis, móveis ou virtualmente figurados em registos. De todos emana essa espiritualidade que designamos por identidade cultural e que acaba por ser estimulada por sínteses produzidas a partir de flashes da memória individual.

No essencial tudo se joga entre identidade e cultura material.

Dentro do que é inteligível na organização da acção dos serviços municipais, acaba por ser quase nulo o espaço de manobra do responsável pela cultura na defesa do património edificado. Na dinâmica global da **vida de uma cidade**, a complexidade legalmente estabelecida para a gestão do espaço torna *faraónicas*, e por isso específicas, as estruturas dos serviços municipais a tal dedicadas. Sem que seja a preservação do património edificado o eixo central de orientação da política municipal e regional de

gestão do espaço e melhoria do meio ambiente, não é legítimo esperar grandes resultados neste domínio. Tal não acontece porque a comunidade, no íntimo da actuação de cada um dos seus membros, ainda não fez essa opção. Torna-se pois necessária uma actuação militante no campo da sensibilização e educação e, pela própria natureza das coisas, não é sensato esperar que tal atitude parta do corpo de responsáveis políticos escolhidos pelo todo dessa comunidade. Pela minha parte, creiam-me, levei muitas vezes ao limite as possibilidades de imposição pontual de uma política de património. No meio de muitas atitudes que pontualmente e provisoriamente me quartavam, até em outros domínios, o espaço de manobra, a única via que se revelou eficaz — mas que a prazo acabara por frequentemente revelar efeitos perniciosos — foi a da **classificação**. Não é que a verificação que agora cessa funções não fosse de forma esmagadoramente maioritária sensível às questões do património edificado. O problema reside na dinâmica instalada, não é novo e muito menos exclusivo do nosso concelho.

No meu entender cabe pois a quem no seio da comunidade tenha consciência deste estado de coisas — somos nós! — a responsabilidade do desenvolvimento de um trabalho de fundo de educação e sensibilização da comunidade para a mudança estrutural e dos sistemas. Só depois poderão os políticos mudar as políticas.

No meio de muita esperança e optimismo, não posso deixar de dizer que não encontrei no seio da nossa sociedade uma estrutura que de forma ponderada, séria e institucionalizada possa ajudar o meu sucessor neste domínio. E o facto é que temos entre nós uma boa massa crítica e um bom corpo de conheci-

mentos. Porque não afirmá-la e pôr de parte a arrivista e injusta insinuação de provincianismo e ignorância? Porque não a valorização global e integrada da totalidade de valências do nosso património edificado (a talha, o barroco, a azulejaria, a Arte Nova, o modernismo, a contemporaneidade), em vez da sempre discutível compartimentação e ridícula superlativização de alguns dos seus aspectos?

No domínio do património que atrás, sem qualquer intenção perjurativa, considerei funcionalmente obsoleto, surgem-nos, obviamente, não só os objectos, mas também os registos daquilo que, por razões vários não foi ou não pôde ser preservado. Tais **materiais de evocação da identidade local** só poderão encontrar formas de comunicação através da criação e estruturação de espaços próprios, ou sejam, **museus de recorte e de evocação da espiritualidade local** — os Museus Municipais — daí, a urgente necessidade de se implementarem de forma articulada os museus municipais, através dos seus núcleos temáticos disseminados pelo concelho, tendo como núcleo coordenador o dedicado à História da cidade, que visa albergar as colecções municipais existentes (tais como desenhos, mapas, fotografias, pinturas, têxteis, etc...), materiais estes que carecem de condições adequadas para a sua divulgação e estudo (ver ensaio sobre "Museus Municipais, primeiros passos", página 13 do mesmo Boletim).

Num outro âmbito, mas essencialmente por causa de equívocas polémicas, é por último imperiosa a referência ao caso do Museu da Repúbli-

ca.

Do meu ponto de vista a questão é simples.

Em primeiro lugar de forma alguma se pode pôr em causa o valor e interesse da colecção. Aliás, o grau de tais parâmetros e a própria natureza do espólio impõem-no de imediato numa dimensão nacional. Tal foi, desde o início, uma das plataformas de concordância entre mim e o doador. Por tal razão, ainda que integrado na dinâmica municipal da criação de núcleos museológicos, entendi que o estabelecimento deste museu deveria criar as bases para o desenvolvimento da sua autonomia. Também nisso estivemos de acordo. Os problemas terão surgido na questão da forma e dos ritmos. Apesar de um período de intenso diálogo, e provavelmente por incapacidade própria, nunca consegui que fossem estabelecidas por escrito as condições segundo as quais será (espero!) efectuada a doação. No exercício cabal das minhas funções era tal documento absolutamente essencial ao desenvolvimento do processo, apesar de um dos edifícios em construção na Rua João Mendonça ter, sido concebido segundo aquilo que os arquitectos e eu própria consideramos essencial para assegurar os requisitos que verbalmente conhecíamos. Na realidade não vale a pena aqui fazer o historial do processo, até porque já o registei de forma rigorosamente documentada e até hoje incontestada num relatório apresentado na Reunião de Câmara de 12 de Outubro de 1995 que é consultável. Para além de indocumentadas tentativas de contacto e de um ou outro ofício, pouca evolução se registou depois dessa data.

Declaro pois e lamento a minha incapacidade em dialogar com o doador. Devo, contudo, deixar aqui registado o que, após a obtenção de tal protocolo, projectava fazer. De forma simples: a discussão e o estabelecimen-

to de um contrato-programa com entidades que por natureza se podessem interessar pela criação, instalação e funcionamento condigno do museu (o Ministério da Cultura, a Universidade, fundações, por exemplo); a aquisição de um imóvel para tal fim com intrínseco valor patrimonial e carente de uma acção de preservação; a instalação interina do museu no núcleo dos Museus Municipais em construção na Rua João Mendonça.

No fundo tratava-se de não sobre-carregar a já pesada máquina municipal com uma estrutura para a qual não tem qualquer vocação, mas garantindo-se de forma duradoura a integração dessa mais valia de interesse nacional na cidade. Por outro lado assegurava-se a salvaguarda de mais um imóvel em risco, uma vez que para os outros já tal estava garantido.

Não logrei atingir estes objectivos. Faço votos para que neste quadro ou noutro que, contudo, não ponha em causa os museus municipais, seja agora possível a instalação do Museu da República Arlindo Vicente em Aveiro.

Em tom de conclusão, e num esforço de simplificação, que poderá ter resultado em pobreza, foi com estas palavras que procurei introduzir o desejado debate sobre Património e Memória. Trata-se, contudo, de um discurso definitivamente inacabado, pois resulta bem claro como estes quatro anos incompletos foram insuficientes para produzir uma mudança duradoura e irreversível no sentido do desejo que o tema nos requer. Tenho, contudo, esperança no futuro e confiança na capacidade do grupo em que neste momento reingresso de forma declaradamente activa e empenhada. Despeço-me como vereadora, apresento-me como simples munícipe. A todos, amigos do Município, aveirenses por opção, adopção ou nascença,... e a todos os que comigo colaboraram ao longo deste mandato,... por tudo, mais uma vez, muito obrigado!

A Vereadora da Cultura
Maria da Luz Nolasco

bibRIA

1. política museológica para o concelho de aveiro



bibRIA

Aveiro - Matrizes de uma identidade

Como todos os aglomerados urbanos, Aveiro surgiu com base nas características geográfico-naturais do seu território, correspondendo muito daquilo que são o espírito dos seus cidadãos e a aparência da sua materialidade aos aspectos peculiares surgidos na adaptação do e ao espaço natural pré-existente. Neste processo, que no fundo é o da evolução histórica, no pouco que é constante, encontram-se sempre as matrizes de uma identidade impossíveis de definir com algum rigor. No reduzido espaço que aqui dispomos podemos deixar esboçadas algumas, através de breves notas.

Aveiro teve a sua história definida por um problema fundamental: o acesso ao mar. Aglomerado do litoral cuja primeira referência documental data de inícios do milénio e o liga a extracção do sal, Aveiro surge numa instável elevação na foz comum a três rios — o mais importante dos quais o Vouga que rapidamente a açoreavam e transformavam num fértil delta. Data desta altura o início da formação de um lido e com ele uma laguna erradamente designada por ria, a Ria de Aveiro. Para além de aumentar as potencialidades da recolha do sal, esta nova situação veio dotar a vila com um porto natural de grande capacidade e segurança o que, em conjunto fizeram com que

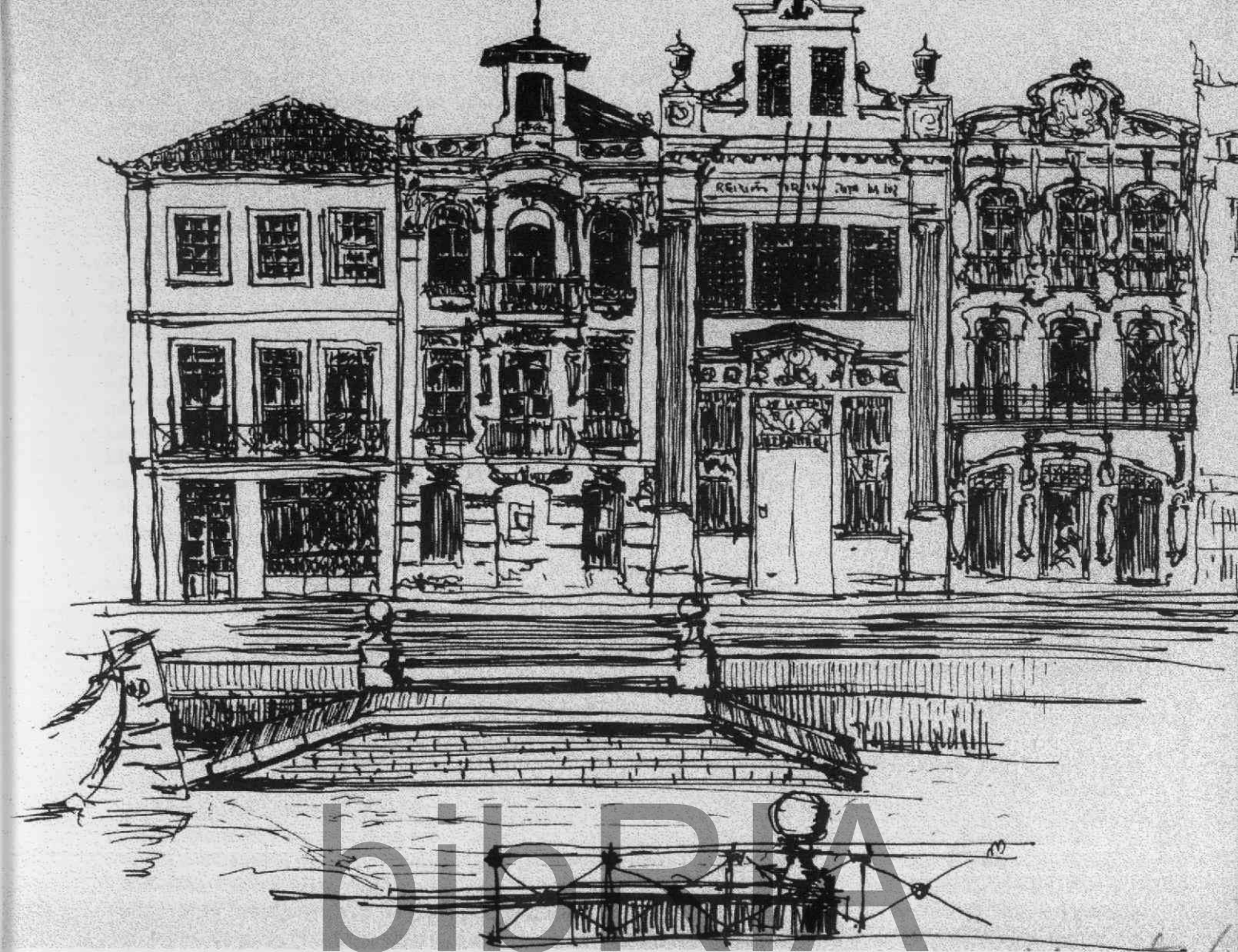
rapidamente se desenvolvesse com o burgo. Por outro lado, o Vouga fornecia ainda a Aveiro uma outra valência fundamental: por via fluvial ou pelas margens, o Vale do Vouga foi desde tempos imemoráveis um corredor imprescindível na relação sócio/económica do interior com o litoral, mais concretamente de Viseu com Aveiro, cidades cujas feiras, por exemplo, se complementam no plano do ciclo das estações e das colheitas. Cabia a Aveiro o papel de Porto das Beiras.

No século XV afirmou-se vendo edificadas muralhas e sendo estabelecida uma feira, a Feira de Março. Foram também fundados os dois conventos dominicanos, a um dos quais recolheu a princesa Joana, filha do rei Afonso V. A sua presença e intervenção na vida do burgo marcaram-no definitivamente. Com os descobrimentos e a expansão ultramarina Aveiro desenvolve-se extraordinariamente passando de 4.000 a 12.000 habitantes no período 1530-70, sendo a mais populosa urbe do centro do país. Forma-se entretanto uma poderosa frota pesqueira com o contributo dos novos estaleiros navais e surgem diversas instituições como a Misericórdia, Montepios, Hospitais e mais conventos. A meio do século foi estabelecido o Ducado de Aveiro. Mas o processo de açoreamento era imparável e já em finais de 1575, em pleno apogeu, o lido encerrou pela primeira vez o acesso ao mar. A partir daqui, a barra abre e fecha nem sem-

pre no mesmo ponto da costa. O encerramento definitivo ocorreu em 1757. É esta a mais profunda marca da instabilidade permanente da urbe que vê permanentemente em mutação incontrolada, o espaço físico de que depende. Para além dos problemas sanitários (febres e pestes) que a estagnação da laguna acarretava, a estabilidade das actividades económicas desaparece. Foi o declínio económico e demográfico de que só iniciou a recuperação em meados do século XIX, quando a Barra foi artificialmente aberta e estabilizada e quando o caminho de ferro a veio servir.

Nesta altura adquire a par com o estatuto de cidade aquática, foros de centro de uma importante zona agrícola, o Baixo Vouga, o que lhe conferiu um estatuto de maior autonomia a nível regional e na relação interior-litoral. Estabelecera-se, entretanto, uma nobreza indiferente às vicissitudes do porto e aos impedimentos estabelecidos em foral. Foi ela, que durante os séculos XVII e XVIII, promoveu a construção de muitas obras essencialmente de carácter religioso. São desta época os mais presentes testemunhos do passado da cidade, uma vez que só então se edifica com pedra, material inexistente na zona. São, apesar de tudo, poucos relativamente àquilo que pretendem testemunhar.

O problema dos materiais existentes no subsolo é o segundo factor de instabilidade/mutação permanente na vida da cidade até à era do betão. Com excepção para os edifícios de carac-



Reprodução da serigrafia de Alberto Figueiredo, ed. Acav 1993

ter religioso o tecido urbano foi edificado com técnicas e materiais que lhe garantiam pouca perenidade. A renovação das construções era quase permanente, mantendo-se do passado apenas a malha urbana que, por sua vez, a dada altura se viu demasiado extensa para o conteúdo. Perante a queda demográfica grande parte dos edifícios da cidade desapareceram por ruína ou desmonte. A consciência das dificuldades eram tais que em pleno século XIX, perante a necessidade de estabilizar a barra artificialmente aberta, toda a muralha quatrocentista foi destruída para se utilizar a sua pedra. É este um exemplo inequívoco da tal instabilidade/mutação de que temos vindo a falar.

Hoje Aveiro é uma cidade em rápido desenvolvimento urbano e económico, sendo o terceiro porto e talvez também o terceiro centro comercial-industrial do país. Mas a nível social dificilmente deixará de ser um aglomerado onde aflui população com

grande espírito de iniciativa e onde com alguma rapidez consegue melhorar consideravelmente o seu nível de vida. Grande parte vinda pelas Vias do Vouga.

I. Proposta de criação de uma Rede Museológica para Aveiro

"Neste momento as autarquias detêm um lugar invejável, porque com o crescimento das autonomias regionais é a elas que cabe esse papel regulador que deve começar pela cultura. E ao serviço da cultura, os museus (...)"

Considerando que os Museus constituem os instrumentos essenciais na transmissão do sentimento de identidade comunitária e na aproximação com as entidades locais e a sociedade civil em geral, estamos convictos da necessidade de se criar uma estratégia de planificação que suporte linhas concretas de actuação, conjugando o trabalho de Museu com o

interesse das comunidades, dos agentes de desenvolvimento local, dos grupos de interesse, etc., sem no entanto se perder, a universalidade dos públicos e dos conteúdos a que um mesmo museu deverá dar resposta.

Como em qualquer situação de gestão, a política cultural das autarquias, e com esta, a dos seus museus, deverá ser moldada face às sugestões, às respostas, aos meios, aos ritmos, etc. que a realidade da sua implantação suscita.

Pensamos pois, face o emergente e generalizado interesse das autarquias e das populações na criação de novos museus locais e/ou de identidade, ser este o momento oportuno para dinamizar a proposta de criação de uma rede museológica para Aveiro, assentando esta em factores decisivos como os da: —vontade/convicção política; investimento/garantia da sua viabilidade económica; reestruturação dos serviços técnicos municipais e criação de uma divisão de museus e património

nio cultural que vise a investigação e a defesa do património natural e cultural locais (garantes da valorização da população); existência de meios e formas de comunicação aliciantes e acessíveis à participação das populações. etc.

A definição da política museológica assenta, neste caso, na ponderação do significado e objectivos que se pretendem atingir num *museu municipal*. Em suma, toda a actividade de um *museu municipal* deve ser norteadada pelo contexto comunitário, a valorização dos mais variados aspectos da sua cultura e deve ser inter-activa com as expressões vivas e mais genuínas dela, em especial com o movimento associativo/recreativo.

2 — Museus Municipais de Aveiro — primeiros passos

Na sequência do processo iniciado pelo anterior executivo municipal para a criação e estabelecimento do(s) museu(s) do Município de Aveiro, deliberou o actual executivo em 19 de Dezembro de 1994 aprovar o Projecto de arquitectura dos dois primeiros núcleos dos referidos Museus, a instalar nos dois imóveis contíguos que conformam o gaveto nascente da rua D. João de Mendonça e da Travessa do Tenente Resende, ficando desde então os Serviços de Cultura, o Departamento de Obras Municipais e o Coordenador do projecto, responsáveis pelo acompanhamento do projecto de execução. Aos Serviços de Cultura cabe ainda preparar a realização de exposições de ante-visão⁸ dos referidos museus, e dar continuidade ao trabalho de fundo que têm vindo a desenvolver necessário à estruturação da política museológica do município, destacando-se, por exemplo, a produção em 1995 em Aveiro do VI^o Encontro Nacional de Museologia e Autarquias³, a implementação do projecto "Raízes culturais do Concelho de Aveiro" (ver em anexo). O trabalho de levantamento dos Hábitos Culturais e das Práticas de Lazer da População de Aveiro⁵, para além da realização de múltiplas exposições inovadoras apresentadas ao longo dos últimos três anos nas Galerias Municipais⁶.

3 — Orientação geral para o estabelecimento das unidades museológicas do Município: Ante-visão e objectivos

3.1. — Concretizando: a instalação do(s) Museu(s) do Município de Aveiro

é institucionalmente independente e diversa de tudo o que diga respeito, por exemplo, à virtual criação em convénio com outras instituições do Museu da Ria⁶ ou do Museu da República Arlindo Vicente⁷ que também serão propriedade ou co-propriedade do Município.

De acordo com aquilo que tem vindo a ser definido também no contacto directo com os munícipes e com o recurso ao estudo de outros casos no país e no estrangeiro, o **Museu Municipal de Aveiro será constituído por vários núcleos** que de uma forma simples poderão ser agrupados em três grandes famílias: **centrais, locais e sítios**.

Caberá aos primeiros (os **núcleos centrais** e **coordenadores da rede museológica do conselho**) não só a dinamização da política global, a produção e contratação de exposições itinerantes que possam circular pelos restantes núcleos, mas também a representação para o exterior da imagem cultural do município. Será neles que se receberão e orientarão visitantes e investigadores. É com este fim que está em construção, a par com o Museu da República Arlindo Vicente, aquele que será o primeiro de alguns núcleos no espaço urbano de Aveiro (o núcleo de História da Cidade de Aveiro ficará instalado no edifício, em reconstrução, que conforma o gaveto nascente da Rua Dr. João de Mendonça e da Travessa Tenente Resende). Emblematicamente estes núcleos centrais serão instalados em edifícios cuja recuperação se revela importante para a manutenção do património edificado da cidade.

Os **núcleos locais** instalados, em princípio, nas sedes de freguesia como o já existente Núcleo Museológico e Etnográfico da Freguesia de Requeixo e aqueles para os quais agora se propõe a realização de obras (Eixo, Cacia e Esgueira), visam a fixação e identificação da política museológica municipal junto das comunidades, funcionando também como polos dinamizadores da preservação dos valores materiais da cultura vernácula.

Os **sítios** (núcleos museológicos de território), corresponderão à optimização e dignificação das condições de visita a alguns locais. Numa primeira fase pretendem-se organizar

os núcleos arqueológicos de Mamodeiro e de Eixo.

Numa situação mista de sítio e núcleo museológico poderão estar casos como o do Ecomuseu do Sal, para o qual também foram propostas a realização de algumas obras de manutenção e recuperação da marinha municipal da Troncalhada.

3.2 — Está também a ser equacionada a estruturação de roteiros de visita ao município suportados pela instalação de sinalética indicativa e informativa adequada, não só junto dos imóveis com valor patrimonial arquitectónico, mas também junto de outros com valores simbólico e cultural (p.e. casas de aveirenses ilustres), nomeadamente:

- José Estêvão / Vera-Cruz
- Rangel de Quadros / Vera-Cruz
- José Maria de Barbosa Magalhães / Vera-Cruz
- Eça de Queirós / Verdemilho — Aradas
- Jaime Magalhães Lima / Eixo (entre outros a estudar)

Assim, cabe ao núcleo coordenador (o da História da Cidade), funcionar como órgão orientador e gestor destas unidades, e incluir, periodicamente, nas actividades do próprio núcleo central, (de acordo com o calendário natural dos ambientes em causa), as unidades museológicas exteriores, apoiando-as, divulgando-as e animando-as.

4. — Unidades Museológicas - seus conteúdos

4. — Localizado no espaço urbano, este núcleo central conduzi-nos-à ao programa museológico na sua globalidade, traçando-se uma rede multi-facetada de abordagens em que estejam contidos os vários elementos:

— os **Objectos** (incluindo os seus contextos funcionais, económicos, materiais, criativos, laborativos, etc.), o **Meio-Ambiente** (incluindo o estudo das questões ecológicas no seu contexto histórico e avaliando, graças às escavações arqueológicas, o meio-ambiente do passado), os **Registos sobre os Lugares e as Actividades** (interpretando textos e trabalhando os arquivos históricos, identificando mapas e a cartografia histórica do Município, valorizando e divulgando o

património edificado, relacionando questões tais como as inerentes às mudanças de estruturas sociais, às e(i)migrações da população, às da ocupação do território, às das actividades económicas, etc.), os **Testemunhos** (incluindo vários tipos desde a fotografia, o cinema, a literatura, a pintura, a escultura, a gravura, o azulejo, o vestuário... aos testemunhos orais, sendo ambos reveladores de uma interpretação subjectiva do meio físico e humano, quer por parte do artista quer por parte de quem regista estas impressões da vida e do trabalho; quer as imagens quer os relatos orais transmitem sentimentos e opiniões).

Estes quatro elementos revelam, numa perspectiva cronológica, o *Passado e o Presente do Lugar, do Município*; a informação contextualizada destes elementos facilitará a associação dos objectos, dos modelos da cultura material, com as sociedades que os produzem, para além de os associar ao modo como estas utilizam esses bens; da mesma forma proporcionarão uma dimensão geográfica do espaço em que vivemos hoje, à luz do seu processo evolutivo.

5 — Objectivos e linhas gerais do programa museológico do núcleo central — o da História da Cidade

5.1 — Objectivos e linhas gerais do programa museológico da História da Cidade

História da Cidade — o estudo é feito com base nos acervos de fotografia antiga, cartografia antiga urbana e regional, bibliografia e material do Arquivo Municipal (em reorganização), material arqueológico (Ria e Mamodeiro) e material etnográfico e ainda, da evolução do planeamento do Concelho e respectiva contextualização para os dias de hoje.

a) O desenvolvimento, o acesso e o suporte a um conjunto de testemunhos materiais (objectos, documentos e lugares) que reflectiam de forma efectiva aspectos da história da cidade;

b) Um mais extensivo uso desses testemunhos em exposição que ilustrem a história da cidade e a vida da sua população.

c) Estabelecer uma base de debate com especialistas das diversas áreas

as em exposição e com a própria população, estimulando a sua participação na instalação dos museus e no enriquecimento das suas colecções.

d) A abertura de processos de diálogo com outras instituições interessadas na criação de estruturas museológicas cuja temática aborde as suas actividades e interesses específicos.

5.3. — Programa museológico a aplicar

Missão base do Museu da cidade:
"O visitante ocasional ao entrar na cidade e ali se dirigindo deparar-se-á com informação que o prepara quer para a visita ao Museu, quer para percursos na cidade. O público local encontrará motivo para, com mais frequência, rever o Museu, pois desta forma passará a compreender a sua existência e a identificar-se culturalmente no seu conteúdo. Por outro lado haverá mais motivos de inspiração para iniciativas de inter-acção pedagógica com os estabelecimentos de ensino da região."

5.4. — A organização dos Espaços Museográficos

De acordo com os objectivos expressos na *Missão base do Museu* e agora transpostas as ideias para o edifício, deverá o primeiro espaço de recepção ao visitante (definido no primeiro piso do edifício ao nível da via viária e com ligação directa para a rua) oferecer as informações base que o preparam quer para a visita aos Museus, quer para percursos na cidade. Este constitui a primeira área de acesso aos Museus e, como tal, representa o primeiro contacto com o visitante e simboliza o primeiro convite à sua visita. Deverão ser instalados um local de recepção e venda (a loja dos museus), e equipamentos gráficos de informação aos percursos e temáticas do interior. Define-se assim na 1ª área fixa que se prolonga por, um espaço amplo e franco à circulação dos visitantes e que confina numa área polivalente, que pretende servir três vertentes:

— de acolhimento a grupos (escolares, investigação, turistas, etc).

— de local (auditório) com equipamento de apoios a seminários, conferências...

— de local expositivo, mas de utilização condicionada a exposições narrativas — vivendo de textos

bidimensionais.

Esta área surge no início do percurso de visita ao Museu da Cidade. O restante espaço não deverá ter carácter, devendo a sua montagem ser dinâmica variando, não apenas os meios de comunicação mas também a valorização alternada dos diferentes conteúdos.

Isto deverá ser coordenado com a realização de trabalhos de investigação dirigidos a temas específicos, promovidos pelo Museu em protocolo com a Câmara Municipal e a Universidade de Aveiro ou outras. Para aqueles poderão ser estabelecidos contratos de mecenato

5.5. — Linha Editorial

Torna-se também fundamental a criação de uma linha editorial de apoio sobre a história da cidade, esta mais alargada ao conceito da cidade Portuguesa. Por outro lado na medida do possível, deverá enriquecer-se a biblioteca do Museu com espécimens e dados específicos sobre o tema por forma a servir de complemento à própria exposição. Desta forma, surge a ideia e a necessidade de incluir no programa a criação de uma área de estudos com monitores para trabalho de investigação — local de apoio às estruturas pré-existentes na cidade e na Universidade.

5.6 — Áreas da Exposição do Núcleo da História da Cidade:

item I

— A geografia e o estabelecimento de uma comunidade.

— O meio natural e a sua evolução (a ria e o açoreamento), recursos, importância na relação.

item II

— Muralha e malha urbana.

— a fixação da urbanidade no declínio da Idade Média.

item III

— O desenvolvimento com a expansão ultramarina a fundação dos conventos.

— A explosão demográfica, as frota pesqueira e comercial.

— A Princesa Santa Joana, D. Jorge de Lencastre e o Ducado de Aveiro.

item IV

— As fábricas institucionais.

— Os conventos, a Misericórdia,

as 4 paroquiais montepios, hospitais etc;

item V

— Equipamentos e infraestruturas.
— O porto (séc. XIX e séc. XX), a navegabilidade da Ria e do Vouga, os caminhos de ferro, o aqueduto, os novos eixos urbanos, as rodovias, os edifícios da administração pública, etc...

6. — Síntese

O critério usado para a selecção destes itens é o do estabelecimento de uma sequência sugestivamente cronológica, mas que tenha como preocupação fundamental a sistematização dos grandes temas e pontos de viragem. O desafio da sua compreensão suscitará a construção individualizada da leitura da cidade e do papel daqueles que nela viveram, vivem e que nela interferem construindo a sua própria história.

Observações Finais: O museu da cidade deverá falar das “pessoas” e não somente da “cultura material” existente: O elemento humano fornece os dados, o material e as memórias que funcionam como **testemunho** e **experiências** adquiridas sobre o material sobrevivente que o museu expõe; o elemento humano é “o próprio construtor do processo museológico, é o sujeito do discurso museológico”.

7. — Arquitectura dos museus:

Os dois imóveis contíguos que formaram o gaveto nascente da Rua João Mendonça e da Travessa do Tenente Resende formam um significativo conjunto arquitectónico Arte Nova. O de nascente confronta com o edifício onde se encontra instalada a Rota da Luz (edifício onde está instalado o serviço de turismo da região). Estes imóveis fazem parte de um conjunto de elevado valor patrimonial para a cidade, fundamentais, aliás para a sua imagem de referência. O seu estado de conservação e o tipo de utilização para que foram construídos, tornam obrigatória a reformulação da sua divisão interna para poderem servir o fim a que foram destinados.

O processo de criação dos Museus Municipais é, obrigatoriamente, complexo e gradual, necessita de estrutu-

ras físicas e humanas mínimas. Trabalha-se neste momento no sentido da definição de um projecto museológico coerente com as possibilidades, potencialidades e expectativas existentes.

A elaboração do projecto da arquitectura decorre nos seguintes módulos:

1 — O projecto de arquitectura dos núcleos “História da Cidade” e “República” dos Museus Municipais está a ser realizado dentro da Câmara Municipal em estreita articulação e sob a coordenação dos Serviços de Cultura;

2 — Para o efeito foram contratados pelo período de seis meses a título precário três alunos finalistas de uma escola pública com curso de arquitectura ao nível de licenciatura que à data do início do trabalho se encontravam em fase de estágio obrigatório para a obtenção do diploma;

2.1 — Para além de estarem naquela condição deverão fazer prova através de uma declaração oficial da escola, passada expressamente para o efeito, deverão ainda apresentar a declaração de aceitação do seu orientador que deverá ser o mesmo para os três;

2.2 — Cabe ao orientador de estágio, a tarefa de coordenador do projecto sem direito a qualquer remuneração por tal facto;

3 — O desenvolvimento do projecto tem em conta todas as regras urbanísticas vigentes para aquela zona da cidade e deverá dar resposta ao programa museológico estabelecido com precisão;

4 — O projecto deverá ser realizado no prazo máximo de 6 meses com início no primeiro dia do mês de Outubro de 1994;

5 — A possibilidade de execução desta proposta depende do sucesso dos contactos a desenvolver pelo Pelouro da Cultura no prazo de sessenta dias.

Observações Finais:

— com esta proposta pretende-se garantir que a elaboração do projecto de arquitectura decorra interactivamente com o desenvolvimento do projecto museológico da instalação;

— por outro lado garante-se que a intervenção seja apoiada numa re-

flexão acerca do local e sua envolvente zona histórica da cidade;

— No fundo pretende-se que a construção (em sentido lato) dos Museus Municipais decorra de forma a por si só produzir bens culturais que os possam enriquecer.

Notas

¹ Paulo Pereira, in “Dossier de apresentação do V Encontro Nacional de Museologia e Autarquias”, Lisboa, 1994.

² VIº Encontro Nacional Museologia e Autarquias, tema central — Museus e Comunidades, Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, Dezembro, 1995.

³ O projecto “Raízes” objectiva, para além da criação de núcleos museológicos, o contacto, a sensibilização, a recuperação e a protecção das tradições, das memórias, dos quotidianos das pessoas que viveram e que vivem no concelho de Aveiro, sendo elas o sujeito construtor de todo o processo histórico.

⁴ Consultar neste Boletim o trabalho elaborado sobre esta temática da autoria da Doutora Margarida Faria.

⁵ Consultar neste Boletim o trabalho elaborado sobre esta temática da autoria de Paula Cardoso. A fundamentação que tem servido de estímulo à organização destas exposições nas galerias municipais, é a de procura de valorização da história deste lugar, é a de procura de uma variedade quase ilimitada de interpretações sobre a actividade humana; sobre os objectos de importância local; sobre as histórias humanas que estes testemunhos nos transmitem; sobre aspectos vários perdidos ou eliminados nesse percurso histórico; sobre a área geográfica, administrativa e edificada que constitui o lugar em que vivemos, tanto no presente como no passado, etc.

⁶ Consultar neste Boletim o Pré-Programa Funcional do Museu da Ria (anexo 2).

⁷ Neste caso e como consequência de orientações já discutidas, as negociações encontram-se num impasse devido, fundamentalmente, à não redução a escrito por parte do potencial doador das condições concretas da operação, concomitante com a inaceitabilidade por parte da Câmara daquilo que verbalmente e irredutivelmente tem vindo a propôr. De facto neste momento a situação negocial pouco evoluiu além daquilo que relatei a esta Câmara em 12 de Outubro de 1995, mas está em construção um espaço com a dignidade e as características adequadas à instalação da colecção. No entanto, a sua desejada concretização, no cumprimento da lei e da defesa dos interesses do Município, tem de ser realizada e continuada por serviços da Câmara, sendo não só admissível, mas desejável, que o doador venha a surgir como consultor e investigador da própria instituição, mas nunca como seu tutor, pois tal compete, repito, às estruturas do Município em Aveiro. Face à ímpar boa-vontade já demonstrada pela Câmara, esperamos que o problema possa vir a ser solucionado com a conclusão das obras.

⁸ A Exposição de Cartografia Antiga da Cidade de Aveiro é composta por um conjunto de originais de que em permanência, apenas poderemos exibir reproduções. Para tal será montada uma sala do futuro núcleo de história da Cidade dos Museus Municipais, à imagem do espaço museológico criado para esta mostra no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro, Novembro de 1997.

Projecto Raízes Culturais do Concelho de Aveiro
Câmara Municipal de Aveiro
Serviços de Cultura

Índice

- I — Título do projecto
- II — Entidade promotora
- III — Objectivos Gerais
- IV — Objectivos específicos
- V — Agentes participantes no projecto
- VI — Desenvolvimento do projecto
- VII — Dotação financeira para o programa 1994
- VIII — Avaliação do projecto
- IX — Ficha de inscrição

I — Título do projecto

Raízes Culturais do Concelho de Aveiro

II — Entidade promotora

A Câmara Municipal de Aveiro através dos Serviços de Cultura é a entidade que coordena e promove a realização deste projecto.

III — Objectivos Gerais

A — Criação de programas museológicos — Museu da cidade e núcleos museológicos nos espaços rurais.

B — Exposições e mostras de montagens teatrais.

C — Animação dos Espaços Culturais existentes.

IV — Objectivos específicos

A — Pretende-se que os participantes através de um trabalho de investigação a desenvolver, contactem com as tradições culturais do Concelho de Aveiro apercebendo-se da riqueza das mesmas;

B — Esta iniciativa pretende que ao serem elaboradas as recolhas dos valores culturais de cada freguesia, sejam criados instrumentos de reflexão e de conhecimento da história local;

C — O conhecimento e a divulgação de valores culturais deverá levar à promoção de uma campanha de sensibilização e protecção do valor

ecológico que envolve os locais onde vivem os munícipes e participantes deste projecto;

D — Desenvolver acções que avivem a memória dos habitantes do Concelho envolvendo as diversas gerações e instituições, contribuindo para a recolha e recuperação das tradições, defendendo toda uma cultura que se vai perdendo no tempo;

E — Estimular as actividades culturais dando continuidade aos programas de Animação Cultural propostos às diversas freguesias do Concelho nos anos anteriores;

F — Envolver os diversos agentes locais (culturais, sociais, religiosos, políticos e educativos) como participantes no projecto, criando de imediato o diálogo entre eles, assim como a dinamização dos locais de convívio social e cultural que cada Freguesia possui;

G — Pretende-se que os grupos sejam sensibilizados a participar no projecto apresentando recolhas de informação nas seguintes áreas:

G1 — Recolha de materiais para posterior divulgação através de exposições (ex: Instrumentos agrícolas, brinquedos, vestuário, rendas, instrumentos de uso quotidiano, gastronomia, artefactos tradicionais, escritos, património arquitectónico, etc...);

G2 — Trabalhos de recolha que se possam teatralizar para posterior apresentação pública (ex: Lendas, jogos tradicionais, lengalengas, peças de teatro, histórias, contos, etc...);

V — Agentes participantes no projecto

A — As Juntas de Freguesia do concelho de Aveiro serão as instituições que devido à sua posição privilegiada de contacto directo com os meios locais divulgarão e promoverão este projecto nas diversas freguesias.

B — Para a organização de trabalhos com as características descritas nos objectivos deste projecto, as Juntas de Freguesia deverão motivar os seguintes agentes: Estabelecimentos de Ensino, Grupos Culturais, Associações Recreativas, Associações Desportivas, Grupos Folclóricos, Bandas de Música, Grupos Etnográficos, Grupos Ecológicos e de Defesa do Património, Grupos de Jovens e Paróquias, etc...

VI — Desenvolvimento do projecto

Mês

Outubro 94

31 de Outubro 94 (divulgação do projecto)

15 de Novembro 94 (dinamização dos agentes culturais)

30 de Novembro 94 (continuação)

5 a 16 de Dezembro 94 (reunião conjunta das associações)



Divulgação do projecto a todas as Juntas de Freguesia do concelho.

Divulgação do projecto feito pelas Juntas de Freguesia a todos os potenciais grupos interessados em participarem no projecto.

Data limite para a recepção das respostas dos diversos grupos, que se organizarão para participar no projecto.

Contactos directos com os diversos agentes participantes no projecto. Reunião para o esclarecimento dos objectivos do projecto.

Data limite para a apresentação escrita dos guiões dos trabalhos, os quais deverão ser enviados aos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro.

B — Avaliação dos projectos tarefa realizada pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal Aveiro, através de um grupo de trabalho com elementos especializados para o efeito.

Mês

2ª Fase Janeiro

Março 95 (elaboração dos projectos)

Abril 95 (coordenação conjunta das propostas)

Maio 95 (exposição)

Junho 95 (avaliação sumativa)

Acções a desenvolver

Desenvolvimento dos trabalhos até finais de Março.

Etapas intermédias de avaliação pela equipa coordenadora dos trabalhos participantes no projecto.

Exposições na cidade de Aveiro, num espaço a designar, actuação e apresentação.

Relatório final elaborado pelos

Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro.

VII — Dotação financeira para o programa 1994

Equipamentos de apoio
Rolos fotográficos
Cassetes
Cassetes de Video
Material de divulgação
Outros materiais
Total

Dotação financeira
250.000\$00
400.000\$00
100.000\$00
750.000\$00 (total)

Nota: A dotação financeira para 1995 será objecto de análise no orçamento do executivo para 1995.

VIII — Avaliação do projecto

Relatório final elaborado pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro

Programa: Raízes Culturais do Concelho de Aveiro

Entidade promotora: Câmara Municipal de Aveiro — Serviços de Cultura

Ficha de Identificação:

Entidade Promotora Local:
Junta de Freguesia do Concelho

Agentes Locais interessados no desenvolvimento do projecto:

A) Nome (Associações Culturais e Recreativas)

Morada _____

B) Nome (individuais/coleccionada)

Morada _____

C) Nome (outros grupos de interesse)

Morada _____

Anexo II a)

Museu da Ria — Objectivos e linhas de orientação para o futuro

I — Concepções gerais

“A Ria, será objecto de um tratamento pluridisciplinar através do qual se pretende dar ênfase às características sócio-económicas latentes da extração, recolha e distribuição do sal, procurando-se estabelecer uma mais eficaz cooperação entre os Municípios da Ria; desta conjugação de esforços objectiva-se a promoção, a valorização e a salvaguarda da Ria de Aveiro. (...) Pretendendo personalizar a defesa do Ecossistema da Ria de Aveiro, a Autarquia decidiu investir de uma ênfase museológica multidisciplinar que, dum ponto de vista comunitário possa reforçar os méritos da região como centro de atracção e transmissão de identidade. (...) O núcleo museológico de Aveiro será composto pela marinha “A Troncalhada”, propriedade da Autarquia, e por um Centro Interpretativo da Actividade Salineira, a instalar naquela área;

in Plano de Actividades e Orçamento para 1996. Câmara Municipal de Aveiro.

“Forum Doca Pescas — Centro Interactivo de Ciência e Tecnologia a instalar na zona da Lota do Porto de Aveiro.

Com vista ao crescimento de ideias promotoras da concepção de um Projecto dum Centro Interactivo de Ciência e Tecnologia, ligado à Ria de Aveiro, estão em curso um conjunto

de actividades: reuniões conjuntas entre a Universidade de Aveiro, a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta Autónoma do Porto de Aveiro com a intenção de cada uma das três partes conhecer as propostas das outras duas e procurar articulações, e ainda, identificar os limites de intervenção de cada uma das entidades envolvidas. (...) Foi feita uma visita à zona da Lota para reconhecimento mais aprofundado do local."

in Acta nº 1, de 22 de Março de 1996; Reunião que teve lugar na Universidade de Aveiro com as presenças da Profª Doutora Isabel Martins, Drª Maria da Luz Nolasco, Arquitecto José Quintão e Engº Jorge Rua.

Na sequência das várias reuniões de trabalho havidas e no âmbito do trabalho desenvolvido com os técnicos da Divisão de Arquitectura e Urbanismo da Câmara Municipal de Aveiro, criou-se um modelo de organização e um pré-programa funcional para o Museu da Ria que passamos a apresentar.

Anexo II b)

Museu da Ria

Pré-Programa Funcional

Segundo o Programa Museológico que nos foi presente, poderemos como base de trabalho, determinar as áreas funcionais necessárias e respectiva estimativa de áreas.

I —Módulo de Entrada e Recepção

Hall de entrada. Posto de recepção. Distribuição às áreas públicas (orientação)

16/20 m²

Sanitários públicos para ambos os sexos. I.S. deficientes

12 m²

30 m²

2 —Módulo de Exposições Permanentes

Área de exposição permanente organizada segundo temas, cronologia, etc, organizada em diversos su-

portes; Áreas temáticas a criar;

A — Fauna e Flora da Ria

B — As Artes da Pesca da Ria

C — A Arqueologia SubAquática

D — A Construção Naval

E — A Etnologia (registos da vida, costumes e ambiente específicos do trabalho ligado à ria)

F — Festa /Momentos de Celebração e Religiosidade

+v- 180 m² 200m²

3 —Módulo Educativo

Auditório para 100 pessoas 150 m²

Área para exposições temporárias 60 m²

Departamento educativo (áreas para acções acompanhadas por monitores, manuseamento de peças, demonstrações, etc.)

2x20m² 40m²

Pequeno bar de apoio 20 m²

I.S. - Instalações Sanitárias (só se justificam se as de entrada não forem muito acessíveis)

10 m²

Biblioteca /videoteca / Fototeca 40 m²

320 m²

4 —Módulo de Tratamento e Armazenamento

Recepção e preparação de peças (incluindo desinfestação e limpeza, tratamento e catalogação) 20 m²

Reservas e depósito 40 m²

Arquivos do Centro de documentação 15 m²
75 m²

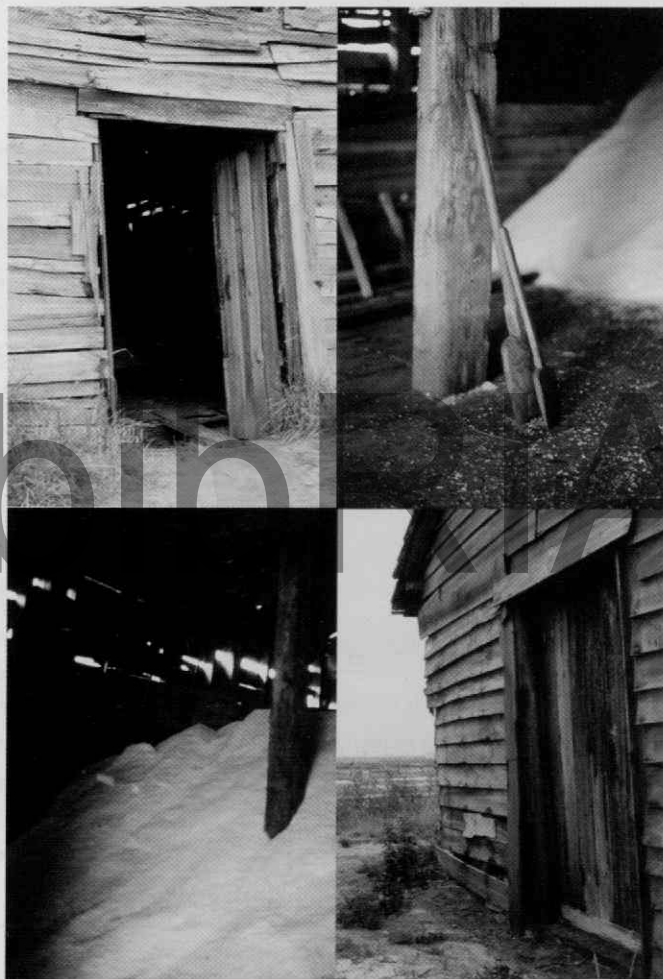
5 —Módulo dos Serviços Técnicos, Administrativos e Gestão

Gabinete para os técnicos 20 m²

Secretaria, informática e reprografia 20 m²

Gabinete de Gestão e sala de reuniões/recepção de entidades 35 m² 75 m²

Total Área Útil 700 m²



1.2. OBSERVAÇÕES A PROPÓSITO DO ANTE-PROJECTO DOS DOIS PRIMEIROS NÚCLEOS DOS MUSEUS MUNICIPAIS DE AVEIRO*

WALTER ROSSA

De acordo com deliberações do Executivo, em inícios de Outubro os Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro constituíram um gabinete de arquitectura com o objectivo único de realizar o projecto de arquitectura dos dois primeiros núcleos dos Museus Municipais. Esse gabinete funcionou inicialmente numa dependência anexa ao Salão Cultural, tendo-se transferido para um dos edifícios objecto do projecto. É constituído por três alunos do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra que, concluída a fase curricular do curso, desta forma se encontram a realizar o estágio conducente à prestação da Prova Final necessária à Licenciatura. Cabe-me a mim, do ponto de vista académico, a orientação do estágio, o que, por extensão para a situação profissional vivida no trabalho na Câmara, se transformou no papel de Coordenador do projecto. Apesar de tudo só eles auferem vencimento e são, provisoriamente, funcionários da Câmara, não tendo eu qualquer vínculo.

Face ao exposto sinto a obrigação de deixar registado no próprio Ante-Projecto uma apreciação breve do trabalho já desenvolvido.

Parece-me importante atestar que o trabalho se desenrolou a partir de um aprofundado e extenso processo de análise da realidade existente e do programa proposto. A fundamentação sucintamente apresentada na parte escrita é um pálido reflexo disso. Àquelas condicionantes foram acrescentados dados relativos às orientações urbanísticas existentes para a zona, no que foi fundamental o apoio dado pela Arq^a Emília Lima dos Serviços Técnicos dessa Câmara Municipal.

A aproximação à proposta agora apresentada foi feita num diálogo constante com os Serviços de Cultura que para além disso promoveram e acompanharam algumas visitas de estudo a museus com características diversificadas e disponibilizaram informação bibliográfica adequada.

Este Ante-Projecto resulta pois da aplicação de uma metodologia correcta para o desafio posto, o que, a meu ver, se reflecte nos resultados obtidos e aqui presentes.

Contudo, penso que, como em todas as situações semelhantes, a passagem da fase de Ante-Projecto à de Projecto de Execução, para além da complexidade imposta pela conjugação dos diversos projectos de especialidades e do aprofundamento formal

necessário, algumas situações de pormenor poderão ser revistas, para o que, as opiniões já recolhidas entre colegas, será muito útil juntar às do cliente, a Câmara Municipal de Aveiro no seu colectivo.

Como coordenador do projecto devo aqui atestar o meu apreço pelo trabalho apresentado. Devo ainda expressar o meu reconhecimento a todos os funcionários e técnicos da Câmara Municipal que sempre de boa vontade prestaram a sua colaboração. Agradeço ainda ao Eng^o David Leite que, apenas como aveirense, se disponibilizou a uma acessoria técnica nas áreas da sua especialidade, perante a falta de técnicos com idêntica formação dentro dos quadros da Câmara.

Para terminar tenho que alertar a Câmara Municipal para a necessidade urgente de disponibilizar ou contratar técnicos para todas as especialidades, sem o que a continuação do desenvolvimento do trabalho será adiada, pondo em causa os prazos estipulados e que até ao momento têm vindo a ser cumpridos.

Em Coimbra, a 16 de Dezembro de 1994

**Parecer anexo à apresentação do ante-projecto na reunião de câmara de 19/dezembro/94, seguido dos respectivos desenhos e maquete.*

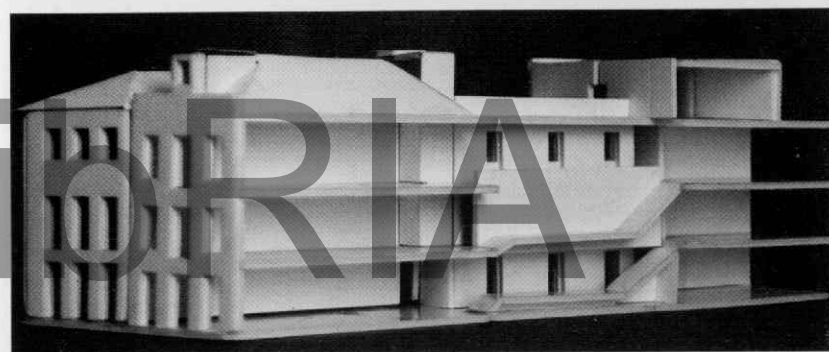
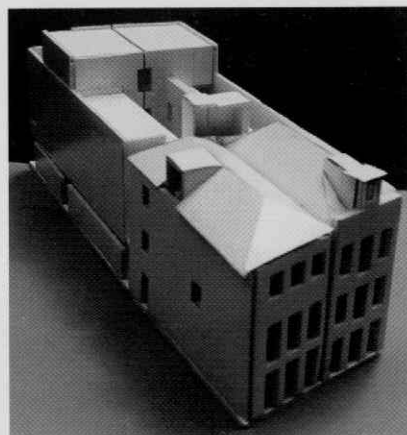
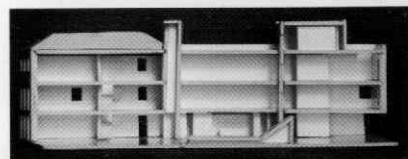
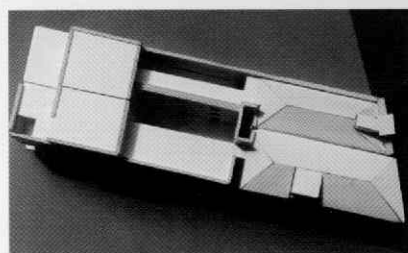
I.2.1. SOBRE O PROJECTO PARA OS PRIMEIROS NÚCLEOS DO MUSEU MUNICIPAL DE AVEIRO NÚCLEO DA CIDADE E NÚCLEO DA REPÚBLICA

ARMANDO RABAÇA
GONÇALO CANTO MONIZ
NUNO MORAIS

Os primeiros núcleos do Museu Municipal de Aveiro serão instalados no centro histórico da cidade, reabilitando dois lotes edificados implantados na estrutura urbana que se desenvolveu, fora da cidade muralhada, nos séculos XV e XVI. A lógica de construção da cidade moderna, apoiada num desenho global com base em critérios funcionais, produziu, na Vila Nova de Aveiro, uma malha ortogonal estruturada a partir de dois eixos fundamentais estritamente relacionados com a actividade comercial: o canal central e a rua perpendicular ao mesmo e que o liga ao mercado e à Igreja de S. Gonçalinho.

É este contexto urbano, palco da evolução e da vida de Aveiro nos últimos séculos e que tão tardiamente seria encarado como centro histórico, ambiente adequado para instalar os núcleos da Cidade e da República, inseridos na política museológica preconizada pelo executivo camarário, que procura a desmultiplicação física do Museu Municipal por pontos estratégicos na cidade e a contextualização dos distintos temas que deverá abordar.

Estes primeiros núcleos ocupam dois lotes contíguos da frente urbana



definida pelo canal central, cada um com cerca de 6 metros de largura por 45 metros de comprimento, requalificando os dois edifícios pré-existentes que resultam das transformações da edificação nos lotes quinhentistas até ao início do século XX: o edifício poente, contíguo à travessa Tenente Resende e datado do século XIX, ocupa o espaço frontal do lote em toda a sua largura (cerca de um terço da área total) e apresenta três pisos de altura; o edifício nascente, adjacente à “Rota da Luz” e transformado no início da segunda década deste século a partir de uma construção idêntica ao edifício poente, apresenta uma fachada eclética de gosto revivalista e ocupa a totalidade do lote. O desenvolvimento desta segunda

construção em toda a profundidade da área disponível daria lugar ao estreitamento da sua área central, criando um saguão para eliminação e ventilação dos três pisos construídos.

A estratégia de intervenção delineou-se quase espontaneamente a partir dos dados existentes, destinando a cada um dos edifícios reabilitados um dos núcleos museológicos independentes impostos pelo programa. No espaço subjacente do lote poente, ocupado por anexos em avançado estado de degradação e sem qualquer valor arquitectónico, projectou-se um corpo novo comum a ambos os núcleos, destinado aos serviços de apoio, ao espaço de exposição e à administração, cuja implantação mantém a definição dos limites do espaço públi-

co e onde a composição arquitectónica afirma a sua contemporaneidade. Procurou-se clarificar e consolidar a lógica de ocupação que as mutações registadas nos edifícios evidenciam, mantendo a volumetria geral da construção, a matriz estrutural de cada um dos edifícios e redimensionando o saguão central ao torná-lo comum a ambos os lotes. A criação de áreas mais amplas, que a nova função requer, permite que se tornem legíveis desde o interior as opções de manutenção dos princípios espaciais, onde se introduzem novos elementos de circulação vertical que criam tensões com a referida matriz, originando novas dinâmicas que servem as novas exigências do uso.

Os próprios edifícios serão assim parte integrante do espólio do museu, testemunhando um fragmento da história do desenvolvimento urbano de tão importante área de cidade.

Coimbra, 3 de Dezembro de 1997.

biblioteca

1. 3 alguns projectos museológicos

bibRIA

DULCE MARQUES
JOSEFINA ROCHA

O reconhecimento do museu como instituição pública levou ao aparecimento de intensos programas de construção ou aproveitamento de edifícios, com ou sem interesse histórico, que vão dar uma nova imagem aos locais onde se inserem. São, não só expressão de modernidade arquitectónica, como revitalização dos locais, chamando pessoas ao fim de semana, incentivando o desenvolvimento de actividades económicas, tais como o comércio, a hotelaria, as indústrias manufactureiras, devendo dinamizar os locais onde se inserem.

A necessidade humana de coleccionar, guardar e expor objectos e imagens criou no Homem a necessidade de arranjar locais adequados à sua protecção. Se o Homem do Paleolítico fez Lascaux, as grutas foram recintos pré-existentes, fornecidos pela natureza, que ele aproveitou. Hoje, a museologia encontra outras exigências. A evolução do conceito de museu, a proliferação de diferentes espaços (públicos, semi-públicos, semi-privados e privados), o desdobramento das finalidades e objectivos do museu (conservar/restaurar, guardar, expor, educar, estudar), pretendem fazer do mu-

seu um local de interesse científico, cultural e tecnológico, servindo cada vez mais população.

O fornecimento de abordagens vivas e imaginativas de apresentação e interpretação das colecções exige standards de qualidade em todas as actividades levadas a cabo, o que leva à necessidade de espaços adequados e confortáveis aos objectos, mas e também às pessoas, vão permitir ao museu ir de encontro às necessidades dos seus públicos, mostrar vias de futuro, dinamizar cultural e economicamente a localidade em que se insere.

Atendendo às perspectivas da Nova Museologia, o museu deve fazer uma abordagem multidisciplinar do património natural, cultural e histórico do espaço em que se insere. Se as colecções são a sua base de trabalho, não se deve esquecer de integrar as paisagens naturais e históricas, assim como os registos orais, escritos, visuais, enquanto memória colectiva do território e da população.

Todavia, só o estudo exaustivo das colecções permite a criação de um verdadeiro museu, e a partir deste a estreita colaboração conservador/ar-

quitecto, procurando uma aliança frutífera entre o edifício e as peças. Deve ainda humanizar os espaços, convidar o visitante a participar e a permanecer no museu. Este deve ser sempre muito mais do que um mero contentor de objectos, tornando-se barómetro de uma identidade local e mesmo de uma cultura nacional. Desta forma, os museus são obrigados a melhorar as suas instalações, de modo a responder às novas exigências, remodelar-se e renovar-se, por exemplo as entradas devem ser acolhedoras, mas também racionalizadas, com guarda-roupas, seguranças, balcão de informações, WC. Assim, a imagem dos museus é sinal da vida cultural de um país ou região, aspecto que não está de todo alheio ao facto do museu ser também importante enquanto arquitectura pública, já que resulta de uma percepção particular da arte e da ciência de construir ou reconstruir um edifício para responder a determinadas propostas. As finalidades do museu vão determinar a adopção de medidas, muitas vezes únicas, para o funcionamento e gestão dos diversos espaços, onde a arquitectura é a leitura quase evidente do programa

museológico, como defende H. Riviére. O programa museológico precede o projecto museográfico, que vai por seu lado determinar o programa arquitectónico, a traduzir no edifício. É, no entender de Riviére uma máquina de pesquisa, de conservação, de animação, onde inúmeras funções estão interligadas.

O museu não é uma organização com modelo prédefinido, mas resulta de inúmeras variáveis, tais como: a sua vocação (educar, estudar, conservar...), a natureza das suas colecções (etnográfica, etnológica, arqueológica, pintura...), o local onde se vai instalar (edifício novo ou reaproveitado, as características geográficas do espaço, condições climáticas, etc). De comum entre as diversas formas museais temos a existência de um programa e de um projecto que devem orientar e regulamentar a realização do museu.

A Missão do Museu

O Museu apresenta como missão base o desenvolvimento, o acesso e o suporte a um conjunto de testemunhos materiais (objectos, documentos e lugar), que reflectam de forma efectiva aspectos da História da freguesia, com base em estudos dos acervos de fotografia antiga, cartografia antiga, bibliografia, material do arquivo municipal e material etnográfico. Deve focar não só a cultura material, mas e fundamentalmente as pessoas, realçando a importância das comunidades na preservação da memória cultural das regiões. Os traços ainda vivos das explorações agrícolas tradicionais e os vestígios do passado ainda não morto, leva-nos a criar este espaço museológico.

Não podemos ainda negligenciar a necessidade que a população de Requeixo, e não só, tem de conhecer as suas origens e perceber a evolução

num mundo em constante mudança. A crise de valores actual, a insegurança face ao futuro leva as pessoas a procurarem resposta no passado dos seus antepassados, valorizando o seu presente e procurando encontrar rumos para um futuro cada vez mais incerto. Mas, esta é uma das vertentes, uma vez que os aspectos lúdico e educacional devem ser uma constante.

Assim sendo, as finalidades e objectivos do Museu visam a consecução do programa museológico para instalar o núcleo museológico e o programa base. Fará ainda parte dos núcleos museológicos do concelho, articulados com a participação das Associações locais, nas suas vertentes culturais e recreativas.

Este núcleo museológico foi implementado a partir do projecto "Raízes Culturais do Concelho de Aveiro" e serão coordenados e geridos pelos museus municipais, dando corpo à ideia de Museu-Aberto, através da articulação dos seguintes espaços:

- espaços rurais das 12 freguesias limítrofes ao tecido urbano;
- a Ria: características sócio-económicas latentes da extração, recolha e distribuição de sal;
- espaços da Arqueologia: áreas de Cacia, Eixo e Mamodeiro;
- as Casas dos Aveirenses Ilustres:
- José Estevão — Aveiro;
- Dias Leite — Eixo;
- Rocha Madail — Ílhavo;
- Rangel de Quadros — Aveiro;
- José Maria Barbosa — Aveiro;
- Eça de Queirós — Aradas.

Estas estruturas são coordenadas pelos Museus da Cidade, que incluirão periodicamente nas suas actividades, de acordo com o calendário natural dos ambientes em causa, as estruturas exteriores, apoiando-as, divulgando-as e animando-as.

Característica fundamental na ins-

talação dos museus municipais e na articulação do "Museu-Aberto", é a relação intrínseca com a comunidade, exprimindo o sentimento e as características próprias do meio em que está inserido. Assim o Museu prestará um serviço à comunidade, dado que constrói um novo conhecimento da mesma.

Nesta perspectiva o futuro dos museus e a sua intervenção social e educativa, passará pelos museus locais e municipais e demais instituições, enquanto entidades responsáveis e portadoras de funções museológicas. Estas instituições que tutelam os museus, devem reconhecer a importância da museologia numa dinâmica de acção social, em que se sedimentam e articulam saberes técnicos e práticos e enquanto centros de investigação científica. Cabe ainda aos poderes públicos a responsabilidade no desenvolvimento dos programas museológicos, bem como a sua intervenção nos orçamentos e quadros de formação museológica, para que estes museus possam servir a comunidade em que se inserem.

Por outro lado, e dado que assistimos à proliferação de museus locais e municipais, é fundamental que se estabeleça uma interacção entre municípios no desenvolvimento de projectos museológicos, que possibilitarão a complementaridade dos museus evitando-se a repetição de discursos museológicos, bem como os trabalhos pouco frutíferos. Através desta articulação entre municípios, que poderá resultar numa Associação de Municípios, poderão ser rentabilizados recursos humanos e materiais, diminuindo-se os encargos financeiros e dando respostas sócio-culturais mais eficazes.

DULCE MARQUES
JOSEFINA ROCHA.

1. A criação do museu

A criação do Núcleo Museológico Sant'Ana de Requeixo, corresponde ao anseio daqueles que amando a sua terra, a quiseram honrar com o seu museu. Um museu, que se pretende seja um espaço vivo onde se conservam variadíssimas peças que reflectem o modo de viver e ser das nossas gentes, e que com o passar dos anos foi caíndo em desuso, mas que importa preservar e salvaguardar para as gerações vindouras.

Foi com a participação directa das populações, especialmente do GACE, que foi recolhendo aqui um pequeno pote, ali um prato... que se deu corpo e alma à ideia de museu. Perante o esforço deste grupo e a adesão da comunidade, a edilidade camarária e a Junta de Freguesia de Requeixo manifestaram-se sensíveis a este projecto, criando-se o suporte jurídico e legal para a sua concretização.

As restantes associações da freguesia de Requeixo irão dinamizar o Núcleo Museológico, quer através de actividades lúdicas, quer de exposições temáticas temporárias.

2. A missão

Pretende-se que o Núcleo Museológico Stª Ana de Requeixo seja um espaço de permanente sensibilização e dinamização da população local, a nível cultural e económico, e de todos os que o queiram visitar, quer pelo contacto com o espólio museológico quer através de actividades lúdicas ou culturais (conferências, exposições temporárias) ou ateliers de trabalho e aprendizagem, desenvolvidas pelo museu, para que aprendam a conhecer e a amar a sua terra e as suas gentes.

Os costumes, os trajes, as indústrias e utensílios dão-nos a conhecer as formas vivenciais de um povo e de uma região. Estes artefactos podem ser apreciados entre as paredes que preservam já parte da identidade do quotidiano destas gentes.

Conservar e preservar hoje para outros conhecerem amanhã, é uma aposta que se irá ganhando à medida que crianças, jovens e adultos da freguesia de Requeixo, e não só, vão amando o seu museu, procurando através dele defender a sua maneira de estar e ser. Procura-se ainda travar

a inércia criando focos de desenvolvimento económico e pontos de interesse turístico. Assim, o Núcleo Museológico Stª Ana de Requeixo pretende não só melhorar a qualidade de vida da comunidade, mas também servir como meio de proteger e valorizar a cultura e o património da região, face à criação de uma "Europa Sem Fronteiras".

3. Objectivos

— Criar um espaço museológico para expor uma colecção etnográfica.

— Recriar realidades, ambientes, ideologias e valores vividos pela comunidade rural de Requeixo.

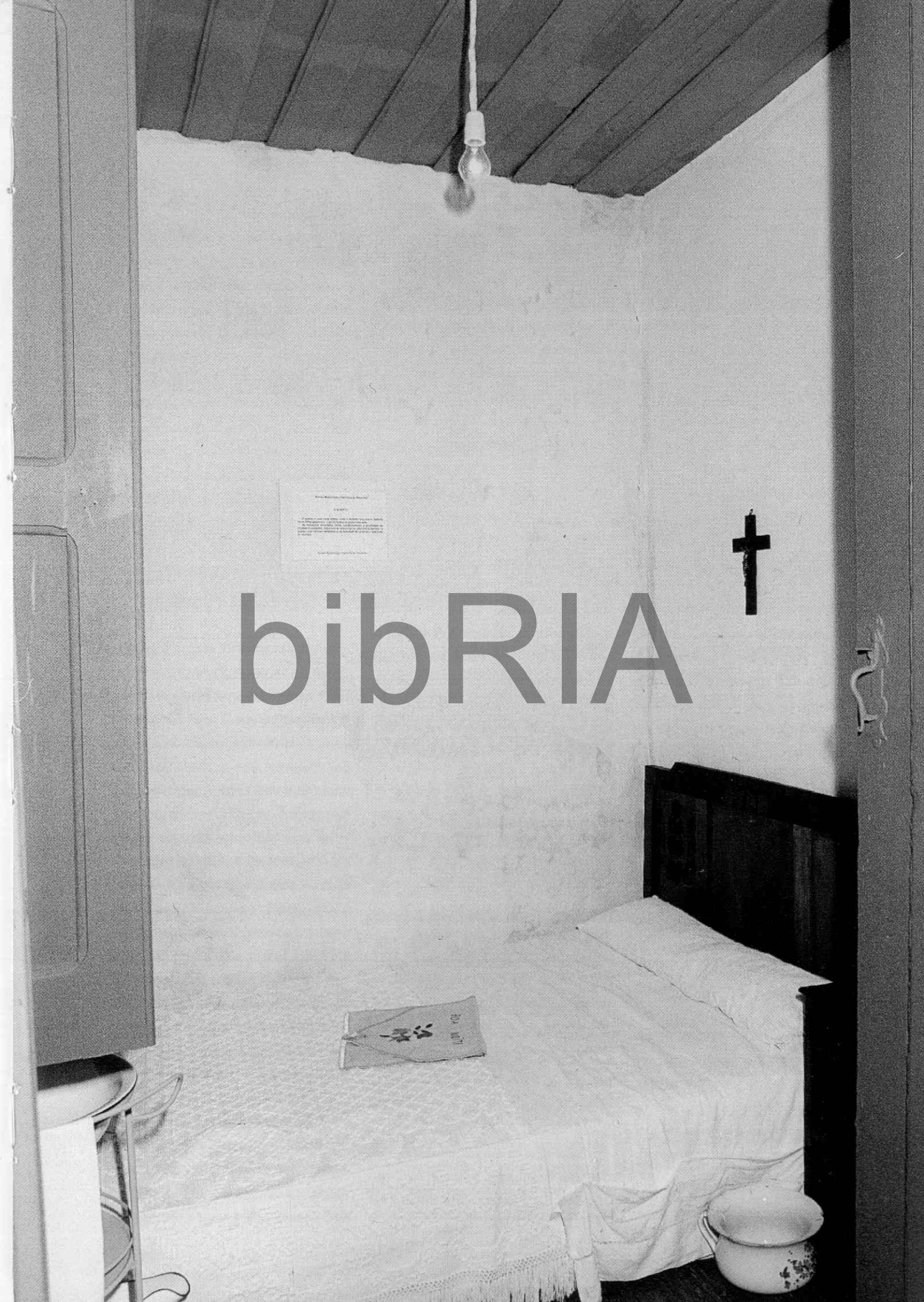
— Compreender o quotidiano e as vivências do Homem de Requeixo.

— Funcionar como memória colectiva da população de Requeixo.

— Incentivar e dinamizar núcleos de investigação científica e de estudo.

— Despertar no visitante através de narrativas e testemunhos materiais, o interesse pelo património cultural e natural de Requeixo.

— Promover a participação activa das entidades culturais, pedagógicas e económicas da região no espaço



bibRIA

museológico.

— Promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade de Requeixo.

4. A concretização da ideia

O estabelecimento do Museu Etnográfico de Aveiro, levado a cabo pela Câmara Municipal desta cidade, pretende ser a plataforma para o estudo e divulgação do passado de Aveiro. O Museu Etnográfico da Cidade funcionará como pólo coordenador de estruturas museológicas exteriores, dos quais fazem parte os espaços rurais das freguesias limítrofes, a Ria e o Salgado, espaços arqueológicos e as Casas de Aveirenses Ilustres.

O Núcleo Museológico Sant'Ana de Requeixo está enquadrado nos espaços rurais das doze freguesias limítrofes de Aveiro. Foi possível a sua concretização graças ao empenho da edilidade aveirense, da Junta de Freguesia de Requeixo e do trabalho extremamente valioso do G.A.C.E.fr^a R. (Grupo Animador, Cultural e Etnográfico da Freguesia de Requeixo), que através do esforço dos seus elementos conseguiu reunir o espólio do Núcleo Museológico, assim como a recolha e preservação de tradições orais e costumeiras extremamente ricas para a história local.

Tínhamos a vontade, a colecção, precisávamos do espaço que foi gentilmente cedido pelo Sr. Manuel Atanásio dos Reis e a Sr^a sua esposa, Maria de Lourdes Henrique Costa Reis, por contrato de comodato, protocolo realizado com a Câmara Municipal de Aveiro.

O edifício, onde se instalou o Núcleo Museológico, é constituído por uma casa de lavoura antiga, quintal, dependências, pátio e 2 logradouros, com 1020m, sito em Vila Nova, freguesia de Requeixo, concelho de Aveiro.

5. Breve caracterização de Requeixo

Foi dado o foral a 2 de Junho de 1516, por D. Manuel às terras de Eixo e Requeixo.

A etimologia de Requeixo parece ser a mesma de Eixo, com a diferença de Eixo ser a mais antiga. Desta forma, Requeixo será a "Segunda Eixo" ou "atrás, antes de Eixo"1 ao que se juntou as letras "qu" para melhor se pronunciar. Porém, no A.D.A., vol. 32, defende-se que o topónimo Requeixo nada tem a ver com Eixo, já que ambos designam nomes de povoações e freguesias contíguas. Acrescenta-se ainda que já em 1220/21 se falava da igreja e "freighisia de Requeyxo", embora se acredite que já existia anteriormente uma vez que existem várias homónimas no país, apresentando-se como um velho nome comum.

Requeixo parece significar "quebrada de terreno, pequena encosta ou ladeira abrupta"2.

Durante os séculos XVI e XVII o concelho de Eixo teve um intenso povoamento, a que correspondeu um grande desenvolvimento agrícola. Assim, em 1689, Requeixo era um dos lugares de Eixo e era conhecida por Requeixo de Riba Vouga.

O Museu Etnográfico St^a Ana – Requeixo, localiza-se no lugar do Calvário, Vila Nova, freguesia de Requeixo. Esta era em 1758 um lugar da vila de Eixo, parte da Casa de Bragança, província da Beira, Bispado de Coimbra, Comarca de Esgueira, sendo o Rei o administrador desta Casa.

Requeixo fica no extremo sul do concelho de Aveiro e espalha-se pelas margens do rio Águeda, Cértima e da Ribeira do Pano, que sempre favoreceram a prática da agricultura e da pecuária.

Os produtos mais abundantes são o milho, feijão, trigo, vinha e mais recentemente a batata. Dos cursos de

água provêm principalmente barbos, tainhas e enguias. Nos meses de Março e Abril é ainda possível pescar algumas lampreias e sáveis. O moliço e o golfão são outras fontes de riqueza para a região. Existiam ainda algumas oficinas de metalurgia civil e oficinas têxteis, com teares manuais, onde se fabricavam chales e mantas de lã, mantas de tiras de pano e passadeiras.

Símbolos da religiosidade da comunidade são a Igreja paroquial (séc. XVIII), com vários elementos do séc. XVII, como o arco-cruzeiro, a pia baptismal, o púlpito, os retábulos, que já sofreram alterações e esculturas góticas do séc. XV, e o cruzeiro, do séc. XVIII. No frontespício da Igreja podem ver-se várias esculturas, destacando-se a de S. Paio, que outrora deu nome à freguesia, conhecida por freguesia de S. Paio de Requeixo, priorado da apresentação da Casa de Bragança.

6. A casa

6.1. Caracterização

A casa visava a satisfação das condições essenciais à vida familiar. As condições económicas da construção dependeram em grande parte do aproveitamento dos materiais mais baratos e fáceis de obter na região.

A casa foi construída para um casal com sete filhos, cinco raparigas e dois rapazes e tem as seguintes divisões: uma sala comum (de estar e comer), cujo tamanho deveria ser suficiente para reunir toda a família; 3 quartos, sendo um para os pais, actual Sala de Olaria, um para duas filhas, a Rosa e a Maria, actual Sala de Iluminação Tradicional e o terceiro quarto para a Helena, a Joaquina e a Encarnação, uma cozinha e uma retrete. Os rapazes, o mais velho e o Manuel dormiam no sobrado. Com esta organização do espaço detectamos 3 zonas distintas dentro da casa: a zona íntima, os quartos; a zona de serviço, cozinha e



retrete e l zona de viver, sala de estar e comer. Todavia, a cozinha é nesta região utilizada como local de estar, onde é obrigatório o aquecimento, através da presença do lume da lareira, também usado para cozinhar. A presença de uma grande chaminé visa a boa tiragem de fumo e arejamento de ambiente. Esta tem uma pedra de lareira, que serve de base ao fogo e um pano de apanhar, destinado a evacuar fumos e cheiros. Era ainda na cozinha que se faziam as orações de Graças a Deus.

A sala de estar apresenta uma porta para o exterior, para evitar que as visitas entrem em contacto com as zonas de serviço. Era aqui que se reunia a família em ocasiões de festividades religiosas.

A construção da casa começava por traçar no chão o desenho em tamanho natural, da planta que se pretendia. Seguidamente faziam-se os alicerces, através da abertura de

caboucos (valas). As fundações deviam elevar-se acima do solo para criarem um soco que evitava o assentamento directo do soalho sobre o terreno, bem como a existência de uma caixa de ar. Cavava-se ainda uma vala à volta da casa para evitar o ajuntamento de águas.

A casa foi construída em adobe, material menos duradouro. O esqueleto do telhado é feito em madeira e coberto a telha de canudo.

O pavimento é soalho, solho ou sobrado (soalho à portuguesa) assente sobre um vigamento de madeira. Os tectos são feitos de sobrado, formado por tábuas de forro. As paredes são rebocadas e sobre o reboco do exterior é aplicada uma massa de areia, composta por cal, água e areia.

As caixilharias são de madeira, as portas são de batente. A casa tem janelas móveis de batentes e janelas de guilhotina, sendo as janelas da frente denominadas janelas de bandeira. No

interior da casa existem ainda as portadas, também em madeira, para evitar a entrada da luz.

Além da casa temos o quintal, as dependências, pátio, com poço para uso exclusivo da casa em cal e adobe, engenho e dois logradouros.

6.2. Recriação de espaços

Foi opção museológica recriar alguns espaços familiares, que permitam ilustrar ambientes comuns ao quotidiano desta comunidade rural. Desta forma, optamos por recriar uma sala, um quarto e a cozinha, ilustrando a função dos diferentes espaços existentes numa casa. Nos outros dois quartos optou-se por fazer salas de exposição, uma de Olaria, outra de Iluminação Tradicional, já que são peças que pela função eram fundamentais numa casa agrícola de séc. XIX. Nesta perspectiva, foram ainda criados dois es-

paços para exposição de alfaia: uma sala para as alfaia agrícolas e outra para o carro de bois, onde futuramente serão instaladas as alfaia ligadas à pesca e à recolha do moliço. A selecção de peças pretendeu tornar agradável a exposição e realçar o valor cultural e estético dos objectos. Assim, se compreende que não estejam expostos todos os elementos comuns a estes espaços, mas apenas os mais significativos, pela função, material e estética, bem como pelas exigências de conservação e exposição das peças. A própria dimensão dos espaços condicionou a opção museológica. No entanto, no sentido de dinamizar e divulgar o Museu e suas colecções, o restante espólio museológico que se encontra em reserva, será alvo de futuras exposições temporárias.

Deste modo, nestes espaços, podemos visualizar elementos comuns à vida familiar, mas tendo em conta a valorização estética, a fácil leitura e compreensão dos objectos.

Numa perspectiva de organização e valorização do património arquitectónico, que é constituído pelo próprio edifício onde se instalou o Museu, a equipa técnica procurou de forma responsável e profissional, criar um espaço vivo e funcional, onde as colecções revestem uma função histórica, cultural, estética e educativa, valorizando o objecto como memória e memorável, permitindo ao visitante a apreensão total das suas características.

Apesar das críticas que o projecto possa receber, estamos concientes que algumas necessidades, como a exposição de um maior número de peças e a existência de uma sala para o tear, entre outras, estão limitadas pelo espaço existente e pelos objectivos propostos, que visam fundamentalmente a valorização da vertente pedagógico-didáctica deste Museu.

Acreditamos veemente no projecto museológico enquanto factor de desenvolvimento endógeno da própria Freguesia de Requeixo, procurando gerar focos de desenvolvimento económico, turístico e cultural, que terá que passar obrigatoriamente pela recuperação de “artes” que ameaçam cair no esquecimento.

A reabilitação, conservação e adaptação do edifício a Museu, foi responsabilidade na parte arquitectónica, do Arquitecto José Quintão.

A parte da Instalação eléctrica, ficou entregue ao Engenheiro Jorge Cruz.

bibRIA

A COLECÇÃO

O espólio museológico do Museu Etnográfico de Aveiro - Núcleo Museológico Sant'Ana de Requeixo é constituído por 790 peças. Estas encontram-se agrupadas em sete colecções, de acordo com a tipologia dos materiais. Graças ao pequeno número de peças que compõem o espólio do museu, optou-se por denominar cada colecção com uma letra maiúscula e a cada peça um número simples. Desta forma, as peças estão inventariadas primeiro com o número, que corresponde à ordem de entrada das peças depois uma barra e por fim a letra da colecção respectiva, ex: 221/A.

A letra A foi atribuída à colecção de cerâmica, com 225 peças, a letra B corresponde ao papel, com 34 peças, a letra C corresponde aos têxteis, com 163, a letra D aos metais, com 231 peças, a letra F corresponde ao vidro, com 43 peças, a letra G corresponde às madeiras, com 105 peças, e a letra H corresponde às vergas e cortiças, com 12 peças.

A organização e o inventário das colecções foram previamente realizados pelos elementos do Grupo GACE e por jovens inseridas no projecto ATL, que procederam também à marcação das peças e à elaboração das fichas de registo das mesmas. A marcação das peças obedeceu às exigências da conservação das peças, usando-se tintas e vernizes adequados, ou em casos específicos, pela sua dimensão ou forma, etiquetas, presas por fio cru de algodão. As peças foram todas fotografadas.

As fichas de inventário, designadas por "Inventário do Património Móvel — Município de Aveiro — Freguesia" apresentam os seguintes campos: inventário n.º, secção, designação, proveniência, proprietário, localização, autoria, matéria e técnica, dimensões



Talha — n.º inv. 2011A

Função — normalmente utilizado para armazenar e conservar produtos alimentares.

Medidas — alt. - 66cm; D. bojo - 70cm;

D. boca - 30cm; base - 17cm.

Produção — Regional.

Período — séc. XX.

Material — barro vermelho.

Propriedade — N.M.S.R.

Descrição — Peça vidrada no interior. Apresenta uma forma bojuda bastante acentuada, apertada na parte superior por um gargalo vidrado de 9cm de altura, com um rebordo bastante pronunciado. Toda a peça é decorada com pequenas barras salientes e horizontais. A peça apresenta ainda um furo na base. A peça é coberta por uma tampa de madeira com 22cm de diâmetro e 2cm de espessura.

Doador — Manuel Campos, Requeixo.

(cm), marca do inventário, época, restauros, estado de conservação, bibliografia, descrição, fotografia, n.º de negativo, autor da fotografia e data. É uma ficha de carácter muito geral, que visa a sua aplicação a todas as colecções e que descurou aspectos fundamentais como a história da peça, as marcas que esta apresenta, a função, a tipologia, número de catálogo.

O estudo das colecções levou à selecção das peças mais significativas, para exposição, pela sua história, função e estética. Desta selecção resultaram dois tipos de soluções distintas; duas salas serão para exposição de duas sub-colecções, a olaria do barro vermelho e preto e as formas de iluminação tradicional. Nos restantes espaços procurou-se recriar ambien-

tes tradicionais, contudo, não se descurou a valorização expositiva de algumas peças.

Para publicação, visando a informação do público sobre as peças expostas, foram elaborados catálogos que descrevem as peças, com os seguintes campos: nome da peça, função, medidas, produção, período, material, descrição e proveniência. Foram ainda realizados estudos sobre o fabrico e história dos objectos. Face à quase total ausência de documentação de algumas das peças, optamos pelo não preenchimento de alguns dos campos, colocando um sinal de ? nos respectivos campos.

As restantes peças ficam em reserva, para serem futuramente estudadas, permitindo a realização de exposições temporárias, que dinamizam o museu.

Colecção de Iluminação Tradicional do Núcleo Museológico de Requeixo

I. Breve resenha histórica

Homem sempre desejou dominar o fogo e desta forma

aumentar a duração dos seus dias, sendo este apenas um dos aspectos dado à sua utilização.

O Cristianismo, herdando algumas das tradições do mundo pagão, manteve o fogo como elemento e tradição quer das solenidades mais humildes, quer das mais grandiosas. Compreende-se assim a sobrevivência da fórmula "povoar de fogo e logo", que significava fazer casa e nela residir. Assim se insinuou o termo fogo no moderno vocabulário demográfico.

No quotidiano dos Homens vulgarizou-se o uso de castiçais de argila, de folha de ferro, de latão, que generalizam o uso da vela, dos óleos vegetais e das gorduras animais, que parecem remontar ao Neolítico, mas certamente à Idade do Bronze.

Os primeiros recipientes para comportar o combustível parecem derivar da concha dum bivalve ou dos seixos com cavidades dos Kjoekkenmoeddings. Assim, uma escudela de barro marcou o esquema que posteriormente adoptarão as lâmpadas de mais brilho e luxo. O recipiente circular e às vezes oval, prolonga-se num bico onde termina a mecha embebida no combustível que a enche (óleo). Com a evolução apresenta uma asa de suspensão e uma abertura perfurada para protecção do óleo. Paralelamente, surgem lamparinas de ansa dispostas de maneira a serem penduradas verticalmente. Antes do rostro ser um anexo da calote, os bordos da lamparina eram dobrados para o interior em goteira, que podiam constituir o bico.

Com a vulgarização do uso de azeite, adopta-se a mecha de linho. No litoral usa-se tecido moído embebido em enxofre. Estas mechas eram depois penduradas na cozinha para uso posterior.

Com a adopção do ferro, a candeia vulgariza-se em todas as habitações rurais. Temos ainda a lucerna, cuja base é planificada e se substituiu a asa pela lâmina superior e vertical de suspensão. O recipiente aumenta de tamanho, comportando no interior o combustível e passando para o exterior os resíduos. A alguns destes modelos foi anexada uma tampa em disco. Se a lamparina for de folha de ferro esta abre verticalmente, se for de latão levanta por corrente. À lâmina prende-se uma haste de ferro, que termina em gancho que se introduz no manchebo de pau ou velador. Outras apresentam ainda um fio de metal ou arames articulados para erguer a mecha e reavivar o fogo.

Com a utilização do óleo mineral a forma das lamparinas modifica-se. O recipiente passa a apresentar uma forma cónica ou cilíndrica, ao qual se sol-

dou lateral e obliquamente um tubo, por cuja extremidade sai a mecha. Cumprindo uma função prática, uns mantêm hastes e ganchos para suspensão, enquanto outros apresentam um suporte cilíndrico com prato para pousar. Este tipo de lamparinas sofreu evolução e originou o aparecimento dos candeeiros de latão. Estes eram compostos por um pé com coluna vertical, um reservatório para o combustível, uma tampa, uma chave, uma chapa ou pára-luz, um balde, um atizador, um espevitador e um apagador. Podiam ainda ter 1, 2 ou 3 bicos no reservatório. Estas lamparinas manifestam uma preocupação funcional aliada ao aspecto estético, que explica a diversidade de formas e ornamentos.

Não podemos esquecer que o período dos Descobrimentos impulsionou a metalurgia, que fornecia objectos para trocar, usar e decorar.

Com o séc. XVIII vulgarizou-se o uso da folha da flandres e do latão que vêm disputar o lugar a metais mais nobres, principalmente nos utensílios domésticos. Foi sobretudo na iluminação que surgiram as melhores obras dos latoeiros, assim é compreensível a diversidade de formas e ornamentos que os artesãos populares reproduzem e criam, originando as formas mais bizarras e as decorações mais estranhas. Fundamental é o aproveitamento das formas clássicas e árabes, que foram reproduzidas, de forma mais ou menos criativa nos novos materiais.

II. A Sub-Colecção — Iluminação Tradicional

A sub-colecção de iluminação tradicional é composta por 26 peças. Destas, foram seleccionadas para exposição as que pelo seu interesse histórico, pelas formas, pela estética e pelo estado de conservação melhor ilustram a importância da iluminação



Candeeiro- n.º inv. 236/D

Função — Iluminar.

Medidas — alt. - 39cm; base - 10,5 x 10,5cm.

Produção — Regional.

Período — séc. XIX.

Material — Latão amarelo.

Propriedade — M.ª Ernestina Matos Miranda.

Descrição — A peça é de latão amarelo. É composta por várias peças, executadas separadamente, sendo elas o pé, a vara ou coluna, o depósito, a chave, a chapa ou pára-luz, balde atizador, espevitador e apagador. O pé é um disco, com 1 cm de altura, apresenta um rebordo e um filete gravado. Do centro sai uma coluna com base, que termina numa asa. Esta coluna apresenta saliências e reentrâncias, que suporta o depósito, assente sobre o regulador de altura do candeeiro, que funciona com uma chave de rasca. Este apresenta tres bicos com rebordo, de forma cônica e soldados ao corpo. O reservatório é coberto por uma tampa que apresenta uma barra com dois filetes incisos, culminando em dois sinos, unidos nas bases. Por cima da tampa, uma chapa recortada, com quatro cantos, nos quais estão suspensas correntes articuladas, com o balde, o atizador, o espevitador e o apagador. Rematando o corpo do candeeiro, uma argola, com um motivo naturalista, com uma perfuração, que tem suspenso um gancho, que prende o pára-luz. Este é de forma rectangular e ligeiramente curva e apresenta como decoração uma nervura.

Proveniência — Empréstimo de M.ª Ernestina Matos Miranda, Requeixo.

numa casa rural. Pretendemos ainda abarcar peças de diversos tipos de combustível, de forma a melhor ilustrar a evolução das peças de iluminação. Todavia, não descuramos o aspecto artesanal de quase todas as peças, que permitem ilustrar a polivalência do engenho do Homem, que em alguns casos e muitas vezes inadvertidamente reproduz formas clássicas. Os materiais são na sua maioria pobres, facto que documentava as fracas posses da maioria da população. Contudo, podem observar-se algumas lamparinas de formas mais rebuscadas e de materiais mais nobres, como o cobre. Estas tinham um função predominantemente decorativa e estavam expostas na sala.

bibRIA

III. Bibliografia

Artesanato da Região Centro, Instituto do Emprego e Formação Profissional, CEARTE, Coimbra, 1992.

CHAVES, Luís — A Arte nos Metais, in "Arte Portuguesa, Artes Decorativas", vol. II, Ed. Excelsior, Lisboa.

NEVES, Amaro — Actividades Tradicionais no Concelho de Aveiro, in "Boletim da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro", ADERAV, n.º 7, Ano III, Aveiro, Junho/Dezembro de 1982.

PEIXOTO, Rocha — Iluminação Popular, in "Portugália, Materiais para o estudo do Povo Português", tomo II, fasc. I-4, Imprensa Portuguesa, Porto, 1908.

PEIXOTO, Rocha — Os Cercos, in "Portugália, Materiais para o estudo do Povo Português", tomo I, Imprensa Portuguesa, Porto, 1901.

VITERBO, Sousa - As Candeias na Indústria e nas Tradições Populares Portuguesas, in "Portugália, Materiais para o estudo do Povo Português", tomo I, Imprensa Portuguesa, Porto, 1900.

I. Breve Resenha Histórica

A modelação do barro é uma das mais antigas actividades exercidas pelo Homem. A sua origem remonta ao Mesolítico, quando os Homens começaram a criar hábitos de vida sedentária. Todavia, será com o Neolítico e a organização das primeiras comunidades que a olaria, com fins utilitários ganha grande importância. Para este facto contribuíram decisivamente a roda de oleiro e o uso do fogo, que permitiram um aperfeiçoamento das formas e o aumento da durabilidade e resistência das peças. Como defendem alguns historiadores, as primeiras peças de cerâmica terão sido pretas, por deficiência na cozedura das mesmas.

Com o desenvolvimento económico e social, a decoração das peças torna-se uma característica muito importante. Inicialmente com motivos geométricos, depois com desenhos figurativos e naturalistas, pinturas e ornamentos relevados.

Tardio é o aparecimento das asas, que vão revestir duas funções, a utilitária e a decorativa. Também o vidrado, parece resultar de exigências reais de durabilidade das peças, evitando a perda de líquidos, por causa da porosidade das pastas, vindo aumentar a beleza das peças.

Como referiu José Queiroz em "Cerâmica Portuguesa", a nossa olaria sofreu influências da presença grega, romana e árabe, a que se juntaram as soluções encontradas pelos nossos oleiros, que procuravam responder às exigências do quotidiano. Contudo, é comum a todas as peças de olaria a simplicidade da concepção, a pureza das formas, o equilíbrio entre a utilidade e a estética.

Conforme atesta a documentação existente os vestígios de peças em olaria, na zona de Aveiro, especialmen-

te no Baixo Vouga, tem raízes muito antigas, devido à presença de barros de boa qualidade e em grandes quantidades. Dado o seu valor histórico-cultural, a partir de meados do séc. XV, a profissão de oleiro é referida em várias documentação da época, particularmente no lugar de Aradas.

Nos arrabaldes de Aveiro, prosperavam oficinas de modelação barrista, que traduzem a expressão tradicional desta indústria popular. Este género de olaria tem duas variantes, a de barro preto e de barro vermelho. A prosperidade desta indústria ficou a dever-se à qualidade e abundância deste material, trabalhado em edifícios, com pavimento térreo e argiloso. Podiam as oficinas dividir-se em dois ou três compartimentos onde se procedia à preparação da matéria-prima, à modelação e cozedura, sendo na sua grande maioria oficinas familiares, onde a mulher e as próprias filhas se dedicavam à decoração das peças.

II. Tipos de Olaria

2.1 — Barro Vermelho

A pasta resulta da mistura de três qualidades de argila, misturadas em proporção e a que é adicionada posteriormente água, processo denominado por atacagem. Segue-se o calmeiro, amontoado espesso e resistente, sobre o pavimento, que é calçado a pés pelo servente (calcador), a que se segue o sezão (horas de descanso da pasta), que permitirá a libertação de alguma humidade. Concluído o sezão formam-se os pêlos, com cerca de 25 cm de altura por 15 cm de diâmetro. Cada sezão dá origem a uma peça, que é moldada pelo rodista, voltando a repousar em novo sezão, visando a secagem das peças para serem posteriormente colocadas no forno, pelo forneiro, para a primeira cozedura, através da anchacotagem. De-

pois da primeira cozedura, arrefecem-se as peças e pincela-se o interior com zarcão e galena, formando um vidrado interior, que resulta da segunda cozedura.

O forno divide-se em duas paredes sobrepostas, a fornalha, que se localiza ao nível do chão e o forno, em cima desta. Para a cozedura vedase a saída com adobes, deixando uma abertura de um terço para respiração.

2.2 - Barro Preto

As peças de barro preto eram feitas só com uma qualidade de argila, misturada com arzil, extraído do fundo dos rios. Quanto à preparação da pasta é idêntica à da olaria vermelha. Após a modelagem, as peças são submetidas ao sequeiro, que se fazia pela colocação das peças sobre três ou quatro travessas cilíndricas, com cerca de 3m de comprimento por 15cm de diâmetro, instaladas horizontalmente com intervalos de 10 cm e a uma altura de 70 cm acima do chão, apoiadas nas extremidades em blocos de pedra ou adobes. Por baixo desta estrutura queimavam-se agulhas de pinheiro e restos de lenha, para dar cor às peças.

As peças de olaria preta só tinham uma cozedura.

A grande diferença entre este tipo de cerâmica e a vermelha era ao nível do forno. Este consistia numa cova feita no chão, de forma cónica, com cerca de 1m de fundo por 3m de diâmetro. Colocava-se uma camada de agulhas de pinheiro e achas de lenha sobre as quais se colocavam as peças arrefecidas, amontoando-as com os fundos para cima, até ocuparem a área total da cova, elevando-se a cerca de 2m acima do nível do chão. Cobriam-se as peças com adobes e cacos, deixando no vértice o olhal, onde se introduzia uma mecha de agulhas de pi-

nheiro, para acender o forno. Em redor da cova colocam-se adobes e nos intervalos destes achas de lenha, com cerca de 50cm. Por fim, cobria-se a olaria, adobes e lenha, com terra. Desta forma, o forno ficava hermético, atingindo temperaturas elevadas e impedindo a saída de fumo, permitindo o enegrecimento e a cozedura das peças.

III. A Colecção

O Núcleo Museológico Sant'Ana de Requeixo possui no seu espólio 14 peças de barro preto e 37 peças de barro vermelho, sendo estas últimas as mais abundantes. Resultam todas as peças de doações feitas por requeixenses, e foram recolhidas graças ao trabalho e dedicação do Grupo Animador, Cultural e Etnográfico da freguesia de Requeixo (G.A.C.E.).

Todas as peças foram usadas e fizeram parte do quotidiano dos seus doadores ou familiares. Com funções fundamentalmente utilitárias, podem hoje ser vistas no museu como testemunho e herança de um povo e principalmente da freguesia de Requeixo.

Nas peças expostas podemos apreciar, o trabalho do oleiro que com o seu engenho e arte soube dar cor e forma aos objectos, que aliadas à sua função reflectem a alma e espírito de quem as produziu e utilizou.

Na produção de peças em barro vermelho, "vermelheiros", destacamos os irmãos Pinto, da Quinta do Gato. Estes produtos destacam-se pela beleza das suas formas e pelas tonalidades de vermelhos que as peças nos dão, muitas vezes, realçado pelo vidrado de algumas delas. A utilização destas peças nas nossas cozinhas oferecem vantagens à saúde, ao contrário dos alumínio ou esmaltes. Para manter o vermelho das peças, estas

quando começavam a enegrecer eram roçados numa pedra até aparecer barro novo, ou poliam-se com uma cera para as fazer brilhar (brunidores).

As peças de cerâmica preta são consideradas de qualidade inferior relativamente às peças de barro vermelho. Porém, são muito apreciadas no uso doméstico, pelo sabor especial que podem dar a determinados alimentos. Tal como os produtos de barro vermelho, oferecem enormes vantagens à saúde. Destacam-se nos produtos de barro preto ou preteiros, o tradicional João da Cruz Martinho, da Freguesia de Aradas.

VII. Bibliografia

Artesanato da Região Centro, Ed. Instituto do Emprego e Formação Profissional, Delegação Regional do Centro, CEARTE, Coimbra, 1992.

CAMPOS, Maria Ermelinda Ribeiro de — Artesanato. Algumas Reflexões a Propósito, in "Boletim da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro", ADERAV, nº 5, ano II, Aveiro, Outubro/Novembro de 1981.

CASTRO, D. J. — Lavradores. Marnotos. Lendas Populares.

Feiras e Mercados Culto Religioso, in "Estudos Etnográficos", coord. D. José de Castro, Ed. Instituto para a Alta Cultura (Centro de Estudos de Arte e Museologia), III - VII tomo, Aveiro, 1944.

DICKERSON, John — Cerâmica Arte em sua Casa, CELDITOR, Queluz, 1979.

NEVES, Amaro — Actividades Tradicionais no Concelho de Aveiro, in "Boletim da Associação para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro", ADERAV, nº 7, ano III, Aveiro, Junho/Dezembro de 1982.

RODRIGUES, Manuel Ferreira - Indústria Cerâmica em Aveiro (final do séc. XIX - início do séc. XX), in "Separata da Revista de História", tomo XXV, Coimbra, 1990.

SANTOS, ARMANDO VIEIRA — Cerâmica em Portugal, in "Arte Portuguesa - Artes Decorativas", coord. de João Barreira, vol. II, Ed. Excelsior, Lisboa.

VASCONCELOS, Joaquim de — Catálogo Cerâmica Portuguesa, Museu Municipal do Porto, Porto, 1909.

VILAS-BOAS, J. S. Paes de — A Região de Aveiro e as Olarias, ADA, vol. XII, Aveiro, 1946.

1 Segundo Venâncio Dias de Figueiredo Vieira, "Memória sobre a Vila de Eixo", in B.M.A., nº 3, ano II, 1984.

2 Joaquim da Silveira, "O Topónimo «Requeixo»", in A.D.A., vol. XXXII, 1966, pp. 159-160.







A Salina Troncalhada

A marinha Troncalhada é o espaço a musealizar pela Câmara Municipal de Aveiro e será gerida pelo futuro Museu Etnográfico de Aveiro. Situa-se no Canal das Pirâmides, freguesia da Glória e faz parte do grupo Sul, constituído por 64 salinas, com uma área de 36.100m quadrados, a confrontar a Norte com a Estrada da Gafanha, a Poente com a "Grã-Caravela", a Nascente com a Estrada da Barra e a Sul e Poente com "Alfaiata". Esta marinha foi adquirida pela Câmara Municipal de Aveiro em 1996.

A Troncalhada é uma marinha de quarta categoria e não é das mais produtivas, embora o sal que nela se produz seja de boa qualidade. A título de exemplo temos um estudo de 1955/56 que nos diz que esta marinha produziu 1718 toneladas de sal, uma média de 149 toneladas/ano.

Com este espaço pretende-se estudar, inventariar, preservar e divulgar o salgado, enquanto parte integrante

do património histórico, cultural e natural de Aveiro. Se os objectos podem ser transportados para Museus, a sua funcionalidade e compreensão ficam em muito amputadas pela ausência do seu ambiente próprio. Entende-se assim o grande objectivo deste espaço museológico que passa pela integração dos objectos no seu habitat e pela preservação de uma arte que ameaça extinguir-se, promovendo o desenvolvimento local e regional. Esta iniciativa poderá ainda funcionar como incentivo à elaboração de futuros projectos de particulares ou de outras entidades, que poderão contribuir para o desenvolvimento sócio-económico da região.

Este projecto de musealização não poderá nunca estar divorciado da dinamização turística, tornando-se um marco obrigatório do turismo em Aveiro e um factor de dinamização económica. Por outro lado, funcionará como factor de identidade da comunidade, que deve ser preservado e valorizado enquanto produto cultural,

que será usufruto de todos e revestirá uma forte componente didáctico-pedagógica.

As principais finalidades deste projecto são:

- Desenvolver uma consciência de identidade, numa dimensão regional, de modo a incentivar a uma intervenção na vida social e cultural;
- Promover a interpretação e compreensão das raízes histórico-culturais da região aveirense e da sua dinâmica evolutiva;
- Favorecer a afirmação da autonomia da região visando a clarificação de um sistema de valores próprios no âmbito nacional;
- Estimular a produção e o consumo de bens culturais, por parte da população, especialmente jovem, no contacto com a diversidade das manifestações históricas da cultura e do meio de Aveiro;
- Funcionar como factor de desenvolvimento endógeno da região.





A colecção

A colecção de alfaias do salgado foi recolhida por nós, com a preciosíssima ajuda do marnoto Sr. Manuel Regala, e é composta por 45 peças. Todas elas foram doadas ou vendidas à Câmara Municipal de Aveiro. Estas alfaias haviam sido utilizadas nos trabalhos do salgado e por isso, algumas encontravam-se bastante degradadas, havendo já sido sujeitas a restauro. Paralelamente, elaboramos “fichas de aquisição das peças” e “fichas de inventário”, de forma a registar o maior número possível de dados sobre cada um dos objectos.

O estudo desta colecção permitiu-nos compreender o carácter rudimentar destes utensílios, fundamentalmente construídos em madeira e ferro. Não raro encontramos remendos feitos pelos próprios marnotos, que procuravam desta forma aumentar a durabilidade da peça, rentabilizando-a. Estas alfaias eram confeccionadas, na sua grande maioria, excepção das canastras, como

exemplo, pelos próprios marnotos, facto que prova a existência de ocupações paralelas, que forneciam ao marnoto outras fontes de rendimento, tais como a apanha do moliço, dos moluscos, etc.

Podemos ainda compreender a versatilidade do Homem em se adaptar ao meio. O marnoto construía o malhadal, largo muro de terra encostado ao esteiro, por onde se escoava o sal, que devia ser suficientemente largo e alto para proteger a marinha das invasões de águas exteriores. Sobre este encontrava-se o palheiro, onde o marnoto guardava as alfaias e comida e se abrigava das intempéries, e as eiras, onde o sal era acumulado em grandes montes. Na terra disponível que sobrava o marnoto plantava a sua horta, obtendo suplementos alimentares para a sua dieta e rentabilizando todos os meios e espaços ao seu dispor.

Tivemos ainda a preocupação de criar uma sub-colecção composta por fotografias do salgado de Aveiro, da sua evolução, dos trabalhos da safra ou dos

próprios tipos humanos, sub-colecção que se encontra em crescimento.

Funcionamento

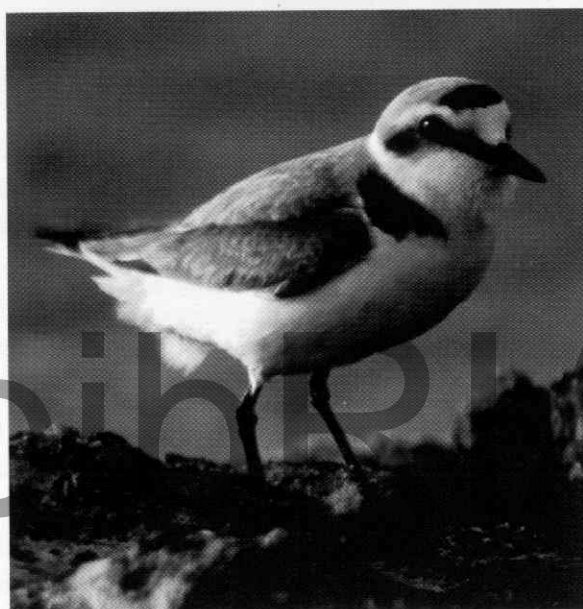
O funcionamento e manutenção da marinha Troncalhada será entregue a um inquilino através da assinatura de um contrato de arrendamento entre este e a Câmara Municipal de Aveiro. A exploração da marinha ficará a cargo do inquilino, bem como a sua conservação. Por outro lado, todos os trabalhos relativos à activação do Eco-Museu serão da responsabilidade da entidade camarária.

A activação e funcionamento do Eco-Museu terá uma função pedagógica servindo as escolas e outros grupos de interesse.



1.3.4. O MUSEU DA CAÇA E DA PESCA

DULCE MARQUES
JOSEFINA ROCHA.



O Museu da Caça e da Pesca, gerido pelo Clube de Caça e Pesca de Aveiro/Vouga, será instalado no edifício da Lota da Pesca de Aveiro, nº 2, propriedade da JAPA, que através de um protocolo realizado com a Câmara Municipal de Aveiro, cedeu o imóvel. Este edifício é composto por rés-do-chão e primeiro andar. O edifício será ainda extensivo à fauna e flora da Ria, estando também em curso as démarches para a realização de um protocolo entre o Núcleo de Caçadores e a Câmara Municipal, que permitirá a instalação da sede do Clube de Caça e Pesca de Aveiro/Vouga. No edifício em questão funcionarão no rés-do-chão a sede do Clube, e no primeiro andar instalar-se-á o Museu da Caça e da Pesca, bem como um salão nobre, que servirá para pequenos seminários e outras actividades dinamizadoras do Museu.

A montagem do Museu e gestão das colecções será responsabilidade do Clube de Caça e Pesca de Aveiro/Vouga.

Este Museu cuja abertura ao público está prevista para o próximo ano, apresenta já um passado que o identifica na cidade, constituindo também um elemento significativo da riqueza

do património natural da Ria de Aveiro. Criado e instalado em 1987, na "Antiga Casa de Chá", situada no Parque da Cidade e propriedade da Câmara Municipal, apresentava ao público uma valiosa colecção da qual constam algumas das mais representativas espécies animais existente na ria e região de Aveiro.

Inicialmente a colecção pertenceu ao Núcleo de Caçadores, que procedeu à recolha e conservação das espécies até à sua exposição, sendo posteriormente adquirida pela Câmara Municipal, da qual é hoje propriedade. Esta colecção é composta por 78 espécimes.

O Museu da Caça e da Pesca, embora muito visitado pelo público aveirense, viu fechadas as suas portas em 1992. Desta forma, a colecção foi retirada do edifício e conservada em instalações da Câmara, aguardando a aquisição de um edifício para a expor de novo, pois o Museu tinha já conquistado a simpatia e interesse do público, dando-lhe a conhecer a riqueza natural do concelho e da Ria de Aveiro e particularmente de algumas espécies em vias de extinção.

Neste sentido, e para que o Museu da Caça e da Pesca, possa reabrir

as suas portas, muito se tem empenhado o Clube de Caça e Pesca de Aveiro/Vouga, tendo já dado início às obras de reabilitação e adaptação do imóvel a Museu, dando cumprimento aos objectivos a que se propõe:

- Preservar, divulgar e dignificar o Museu da Caça e da Pesca e todo o espaço envolvente;

- Criar um espaço social, cultural e científico que promova o conceito de Aveiro.

O Clube de Caça e Pesca de Aveiro/Vouga granjeou já o reconhecimento nacional e obteve apoios vastos, que passam pelo próprio Ministério da Agricultura e Pescas.

Esperamos que abertura do Museu se concretize brevemente, patenteando o público aveirense e não só, com esta preciosíssima colecção, identificativa do património natural de Aveiro, que importa preservar e divulgar.



1. Introdução

A Etnografia é uma eterna apaixonada pelas formas de cultura material de um povo, que passam pelas tradições orais (crenças, superstições e costumes) e pelas manifestações de folclore, actividades económicas, artefactos, cerâmica, ourivesaria, tipos de habitação, ornamentação, mobiliário, utensílios e trajes, entre outras.

Focando o nosso interesse no tema específico do nosso trabalho, inventariação e estudo da colecção de Traje da C.M.A., facilmente detectamos que este resulta das exigências da adaptação do Homem ao meio, visando a satisfação de uma necessidade imediata.

Primordialmente o Homem utilizava peles para confeccionar o seu vestuário. Progressivamente utilizou tecidos, produzidos com fibras naturais, como a lã, o linho ou a seda.

A tecelagem resultava de um processo manufacturado, cujos utensílios usados eram na sua maioria de madeira, exemplos do tear manual, fusos, roca, espalдар, etc.

A grande transformação no mundo do Traje deu-se com a "Revolução Industrial", que introduziu alterações irreversíveis, nas técnicas de fição, de produção, tecelagem e acabamentos.

A produção caseira e manual foi gradualmente absorvida e "esmagada" pelas novas unidades de produção — as fábricas. Estas, uniformizaram tipos de tecidos, cores, ornamentos, que divulgaram e transformaram os gostos, gostos estes muitas vezes estranhos e de influência estrangeira às populações, alterando as formas de trajar tradicionais (exemplo da substituição da mantilha pelo xaile de seda de longas franjas, entre as classes populares).

É graças a esta "Revolução", que a partir dos finais do séc. XIX e durante o séc. XX, se assistiu ao aparecimento de uma grande variedade de materiais têxteis, enriquecidos com fibras artificiais, fibras naturais com tratamentos químicos e com produtos sintéticos. O grande desenvolvimento tecnológico, a variedade de produtos têxteis disponíveis influenciaram decisivamente a "Moda", que passa a depender directamente de factores económicos, técnicos e psicológicos. Assim, o Traje assumiu claramente três funções: a pragmática, estética e presentativa.

2. A Colecção de Traje da Câmara Municipal de Aveiro

A colecção de Traje da Câmara

Municipal de Aveiro é composta por 350 peças, inventariadas e estudadas, que integram peças de vestuário feminino, masculino e de criança, calçado, chapéus e adereços, tais como sombrinhas, lenços, lenços de mão. Não foram consideradas as peças de ourivesaria.

Através da inventariação e estudo das peças detectamos a existência das funções pragmática, presentativa e estética.

A função pragmática prende-se com a finalidade da peça, de acordo com o sexo, o clima ou o fim a que se destina (uso doméstico, industrial ou desportivo), como exemplifica o traje do varino pescador que só usa meias de lã grossas e tamancos quando não embarca, ou da vareira que durante o Inverno substitua as peças de algodão por peças de lã, os padrões estampados e coloridos por padrões lisos e de cores mais escuras.

A função presentativa está intimamente ligada à identificação do grupo profissional, social e económico ao qual a peça ou conjunto de peças se destinam. Compreende-se assim, a identificação das pessoas pelo tipo de traje que ostentam, independentemente da beleza (desenho, cor, padrão), da

confeção, do material das peças. É através da função presentativa que surge a noção de “farda”, que acaba por identificar grupos sócio-económicos e profissionais, tal como o traje do Marnoto, das Pescadeiras, das Tricanas, dos Lavradores, entre outros. Podemos ainda verificar que apesar de existirem peças comuns a vários grupos sociais, exemplo do gabão, estes distinguem-se pelo tipo de tecido e adereços utilizados. Deste modo, as classes mais ricas apertam o gabão, no pescoço, com um colchete e uma corrente de prata, metal este substituído por chaparia nos grupos mais pobres.

A função estética encontra-se ligada à beleza das peças, que se relaciona com o tipo de material (texturas, cor, padrão...), corte, modelos e adereços usados. A exemplificar a função estética temos o caso da chinelinha domingueira da tricana do séc. XIX, que era pespontada, decorada com abertos e forrados a pelica branca. Ou então a evolução da mantilha no traje aveirense, que sofreu transformações no corte, no tipo de tecido e nos debruados utilizados. Se inicialmente a mantilha se prolongava até ao artelho e era bastante rodada, com o avançar do séc. XIX encurtou no comprimento até ao joelho, acabando por se transformar, por questões estéticas, numa pequena capa, que batia na cinta da mulher e realçava as formas de quem a usava.

Também não podemos negligenciar o uso da mantilha de renda ou sevilhana, de influência espanhola, nos inícios do séc. XX pela tricana, com os objectivos de cobrir a cabeça quando ia à Igreja, mas também para se embelezar.

Resultante do estudo da colecção de Traje da C.M.A., verificamos a existência de grande variedade de tipos de traje e dentro dos vários trajes as variantes próprias introduzidas por quem os usava, principalmente nos trajes femininos. Estes adoptavam va-

riantes curiosas em dias de festa ou domingueiros, diferenciando-se pelas cores usadas, pelas rendas, pelas fitas, pelos motivos e adornos que resultavam do gosto pessoal de quem as confeccionava. Assim, é extremamente difícil criar estereótipos, uma vez que a documentação existente para as classes populares é rara e muitas vezes controversa. Já no caso das camadas senhoriais detectamos uma clara influência das “modas” estrangeiras, que levavam à adopção de padrões comuns, exemplo da sevilhana ou do xaile de longas franjas de seda. Se nestas classes a qualidade e beleza das peças podem ser maiores, nos trajes populares observamos uma maior riqueza de cor e padrão e criatividade, resultantes das condicionantes económicas, das necessidades e do gosto popular, algo alheio aos estrangeirismos dos finais do séc. XIX e inícios do nosso século.

Todavia, por influência dos grupos senhoriais, algumas das modas acabam por serem adoptadas pelas camadas populares, exemplo do xaile ou do traje de “meia senhora”, que procura copiar a riqueza dos trajes senhoriais, com longas saias de cauda, casaquinhas de peitilho confeccionados em tecidos lavrados, adamascados, veludos...

Para finalizar não podemos esquecer os dados históricos que esta colecção de traje, enquanto testemunhos materiais, nos permite apreender, uma vez que traduz a realidade económica, social e cultural da região de Aveiro, que exigiu dos seus habitantes soluções ecléticas, condicionadas pelo próprio meio natural, que se reflectiu no desenvolvimento de determinadas actividades e na evolução geográfica e urbanística da cidade e região de Aveiro.

Assim se compreende a formação de bairros, exemplo do Bairro da Beira-Mar, em que se desenvolveu a comunidade dos marnotos, que resultava da união de um grupo de pessoas condicionadas pela sua actividade económica. Esta identificação alastrou-se ao próprio tipo de habitação, às mani-

festações profanas e cultos religiosos a que eram devotos.

A colecção de Traje da Câmara Municipal de Aveiro é constituída por muitas réplicas, exemplo das blusas que foram confeccionadas com tecidos e modelos que reproduzem modelos tradicionais, que se contrapõem com a autenticidade dos xailes, lenços e gabões. Contudo, não perdem interesse, já que continuam a funcionar como testemunho material de uma cultura regional, muito representada em gravuras, pinturas, aguarelas de artistas nacionais e estrangeiros. As próprias técnicas utilizadas não estão distantes das usadas no séc. XIX, como podemos observar, pelo tipo de acabamentos manuais das peças.

Perante a grande diversidade de documentos fotográficos, aguarelas, pinturas, esculturas, azulejaria e demais documentação, foi-nos difícil criar “modelos” que fossem de encontro às tradições escritas, materiais e orais. Não raras vezes assiste-se a uma adulteração das formas de trajar tradicionais, que introduz alterações e subtrai outras características ou elementos importantes dos trajes. Assim, originalmente a camisa do marnoto não tinha gola, nem punhos e existem vários documentos gráficos deste século que apresentam o marnoto com camisas de gola e punhos. Temos ainda o caso das salineiras que se apresentam com trajes domingueiros e misturam elementos de traje de trabalho, tais como a canastra ou avental. Respeitando o enriquecimento e características particulares do folclore, não podemos descurar a base histórico-cultural que o justifica, separando a História imediata da História passada.

3. Alguns Trajes da Região de Aveiro

Lavrador

— camisa branca de estopa, com gola direita, apertada na frente por um par de botões de ouro ligados entre si (2 pares se for rico);

— calça preta de lã, com um lenço



a sair do bolso direito;

- lenço vermelho de algodão;
- meia branca de lã ou algodão;
- colete preto de fazenda de lã;
- casaco preto de fazenda de lã;
- faixa preta de lã, com franja;
- soletas (calçado de madeira de lodão, nogueira ou amieiro, com gáspeas e biqueiras de couro, de cor natural);

— barrete preto de lã, com orla verde ou vermelha na extremidade.

Inverno — usa o varino.

Lavradeira

- camisa branca de cambraia de linho, bordada nos punhos e gola;
- saia preta de baeta com barra larga de veludo preto;
- avental de algodão liso ou estampado;
- faixa de lã preta;
- meia branca de algodão, lisa ou rendada;
- chinela preta de cabedal envernizado;
- lenço de seda estampada;
- pequeno chapéu de veludo preto, sem aba, com uma ou duas penas de galinha ou flores artificiais.

Inverno — usa xaile de fazenda de lã preta, com longas franjas.

Homem de Cacia, Sarrazola, Quintã de Loureiro, Vilarinho e Paço

- jaqueta preta, debruada a fita preta, com 6 alamares em prata;
- colete preto muito aberto,
- calça preta, justas, que terminam em pala sobre a bota;
- camisa branca com colarinho, que aperta com 4 botões de ouro;
- barrete preto de lã com orla vermelha ou azul;
- faixa vermelha;
- botas pretas abicadas;
- um varapau na mão.

Mulher de Cacia, Sarrazola, Quintã de Loureiro, Vilarinho e Paço

- camisa com gola guarnecida com renda;
- lenço de seda, vermelho, verde, amarelo e azul, bordados numa das pontas com um ramo, com franja;
- saia de castorina ou mescla preta, com uma barra de veludo em baixo (±3-4cm), compridas e com muita roda;
- algibeira de pano;
- colete de veludo preto, guarnecido com barra de seda vermelha

(3cm). Nas costas um ramo de flores (vermelhas, verdes e amarelas). Apertam com 3 pares de botões de prata grandes, lisos ou gravados, ligados por uma corrente.

ou

— colete de seda adamascada amarela, guarnecido com barra de seda azul escura (3cm). Apertam com 3 pares de botões de prata grandes, lisos ou gravados, ligados por uma corrente.

ou

— colete de seda adamascada vermelha, guarnecido com barra de seda azul clara (3cm). Apertam com 3 pares de botões de prata grandes, lisos ou gravados, ligados por uma corrente.

Marnoto (séc. XIX)

- manaia branca ou crua;
- camisa branca sem colarinho e sem punhos;
- faixa preta ou encarnada;
- barrete de fazenda de lã ou chapéu preto de aba larga;
- lenço vermelho de algodão estampado.

Ador (Posterior aos anos 30)

- camisa de flanela de lã, xadrez, com colarinho, bolsos de chapa no peito que fecham com uma portinhola, com um botão de osso;
- ceroulas de flanela de lã, xadrez, em tons mais claros que a camisa;
- faixa preta de lã com franja;
- barrete preto em malha de lã, com orla;
- gabão de mangas e capuz, no inverno.

Aguadeira

- saia comprida pregueada;
- avental;
- rodilha;
- algibeira;
- blusa;
- xaile de franjas ou capote (1885);
- descalça;
- lenço com ramagens.

Salineira - Traje de trabalho

- saia garrida comprida;
- blusa ornamentada, com motivos mais claros, com rendas nas mangas, meia manga;
- avental de serguilha, com barras horizontais, castanho;
- chapéu de aba larga arqueada, de feltro preto;

— lenço garrido, preso na aba do chapéu, de lã;

— xaile colorido de lã, de franjas longas, traçado da esquerda para a direita;

- canastra pequena (65-70 Kg);
- algibeira em algodão, debruada a fita preta;
- chinela preta envernizada.

Traje Domingueiro

- blusa de manga comprida;
- lenço de pontas soltas sobre os ombros;
- meias brancas.

Vareira

- blusa de algodão, tons claros, bordada ou lavrada;
- saia estampada de algodão;
- avental estampado de algodão, contrastando com a saia;
- algibeira de pano preto de lã, debruada a preto, colocada por baixo do avental;
- lenço de lã estampado, dobrado em triângulo sobre o chapelinho;
- chapéu de feltro preto, aba estreita, debruado a fita de veludo preto, copa baixa, também debruada a seda, rematada com um laço do lado direito;
- chinelas de verniz pretas;
- xaile liso, com franja.

Inverno — substitui-se as peças de algodão por peças de lã, de côr lisa, xaile liso de tecido grosso e meias de lã brancas.

Confrades de Santa Joana

- opa de seda branca;
- murça preta de seda;
- calção negro;
- meia branca de seda;
- colete preto;
- luvas brancas;
- sapato preto com fivela de prata;
- uma vara com extremidade em forquilha de metal.

Parceiro dos Ramos

- camisa branca com gola;
- gravata preta;
- casaco preto de lã,
- faixa negra à volta da cintura;
- sapato preto;
- meias de lã.
- barrete preto de lã, com orla;
- gabão preto, com romeira e capuz, em fazenda de lã.



Mordomo dos Ramos

- opa de seda vermelho púrpura;
- empunham o ramo;
- camisa branca com gola;
- gravata preta;
- casaco preto de lã,
- faixa negra à volta da cintura;
- sapato preto;
- meias de lã.

Gaiteiro

- calça branca;
- faixa azul;
- jaqueta de alamares;
- barrete encarnado.

Marinheiros e Pescadores

- fato de oleado (pano cru com banho de óleo de linhaça);
- casaco solto e comprido;
- calça;
- chapéu com francaleta (passava no queixo e podia ser hamado de sueste ou nordeste);
- botas altas de borracha, acima do Joelho (importadas).

Tricana (1850)

- blusa de cambraia com rendas;
- saiotte de armar;
- saia interior com bordados;
- saia preta de seda lavrada;
- mantilha de camelão ou baeta preta, excepcionalmente de cõrpinhão;
- lenço branco de seda lavrado;
- meia branca de algodão;
- chinelas de verniz;
- trancelim com peça;
- brincos de moedas;
- lenço de mão com rendas.

Tricana (1910-1915)

- saia azul em pano fino;
- lenço de seda lavrado;
- chinela de verniz;
- blusa branca com rendas;
- xaile de franja longa.

Tricana (Séc. XX)

- blusa com gola e punhos bordados ou com rendas;
- saia interior de linho com bordados;
- casaco preto, justo, sem gola, de seda lavrada
- saia preta de seda lavrada;
- xaile preto de lã, com longas franjas de seda;
- lenço branco ou creme de seda lavrado;
- meia branca bordada;
- chinelas pretas de verniz;

- trancelim com peça;
- brincos de moedas;

"Meia-Senhora"

- casaquinha de peitilho em seda;
- saia de seda comprida de cauda;
- blusa branca de cambraia, com cabeçaõ e punhos rendados;
- sombrinha;
- bolsa do mesmo tecido da saia e casaquinha;
- chapéu de veludo preto, sem aba, com uma fita de veludo a debruar a copa, rematando com um laço;
- botins.

Varino Pescador (1935)

- gabão com mangas e capuz, até aos pés;
- barrete catalão preto de lã, pode ser verde debruado a branco ou outra cor;
- camisa branca;
- colete azul ou camisola de azul ferrete ou branca, com uma barra em relevo à altura dos ombros;
- ceroulas até ao Joelho, de riscado;
- faixa vermelha;
- meia de lã grossa (quando não embarca);
- tamancos (quando não embarca).

Não pretendemos esgotar os trajes que a colecção de Trajes da Câmara possui.

Seleccionamos alguns a título exemplificativo. Futuramente estes serão tratados de forma exaustiva num catálogo de Trajes.

Esta colecção fará parte do espólio do futuro Museu da Cidade e aí será exposta.

Bibliografia

- A Beira, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1929.
- BRAGA, Teófilo - O Povo Portuguez, vol. I.
- CASTRO, José (coord.) - Estudos Etnográficos, I.A.C., Porto, 1943.
- MADAHIL, António Gomes — Alguns Aspectos do Traje Popular na Beira Litoral, Coimbra, 1941.
- MARTINS, Júlio S. — Levantamento Cultural. Exemplos e Sugestões, Estante, Aveiro, 1987.
- PEIXOTO, Rocha — Etnografia Portuguesa, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.
- Primeiro de Janeiro, Porto, 14 de Abril de 1935.

1 F.M. de Melo e Castro, "A Qualidade dos Têxteis", colec. "Viver Melhor, Viver Diferente", N° 3, A Regra do Jogo Ed., Lisboa, 1984.



bibRIA



A classificação do património histórico-cultural foi resultado da investigação, iniciada em 1990, no IPPC. Com esta classificação procurou-se salvaguardar o património histórico-cultural, realizando-se uma actualização do inventário dos bens classificados e fornecer informação rigorosa sobre cada um dos imóveis classificados.

No concelho de Aveiro foram classificados numa primeira fase sete imóveis. São eles:

- Capela do Senhor das Barrocas;
- Cruzeiro de Nossa Senhora da Glória;
- Igreja da Misericórdia de Aveiro;
- Igreja das Carmelitas;
- Igreja do Convento do Carmo;
- Mosteiro de Jesus;
- Pelourinho de Esgueira.

Todavia, no caso dos imóveis da Capela do Senhor das Barrocas, Igreja das Carmelitas e Mosteiro de Jesus foram criadas zonas especiais de protecção, que abarcam uma área envolvente a cada um deles.

Numa segunda fase, foram propostos, para eventual classificação, um grupo de nove imóveis de manifesto interesse cultural.

I — Conjunto da Casa do Seixal e Capela da Madre de Deus. Da Casa do Seixal é parte integrante a Capela da Madre de Deus, que lhe fica frente, fundada por Nicolau Ribeiro Picado, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo. Ambos os edifícios foram construídos no século XVII.

Localização:

Rua Voluntário Guilherme Gomes Fernandes.

Freguesia da Vera-Cruz

2 — Casa da Família Dias Leite
Classificação valor concelho
Localização:
Rua Dr. Alfredo Coelho de Guimaraes, nº 15.

Freguesia de Eixo

3 — Capitania do Porto de Aveiro
Classificação Imóvel de Interesse Público

Localização:

Avenida Dr. Lourenço Peixinho.
Freguesia de Vera-Cruz.

4 — Edifício Arte-Nova - "Casa de Mário Pessoa"

Classificação Imóvel de Interesse

Público.

Localização:

Rua Dr. Barbosa de Magalhães, nº 9, 10 e 11.

Freguesia da Vera-Cruz.

5 — Teatro Aveirense

Rua 31 de Janeiro.

Localização:

Rua de belém do Pará.

Freguesia da Glória.

6 — Casa da Rua Tenente Resende, nº 30

Localização:

Rua Tenente Resende.

Freguesia da Vera-Cruz.

7 — Edifício "Arte-Nova", nº 5 a 7.

Localização:

Rua João de Mendonça (antiga Rua do Cais).

Freguesia de Vera-Cruz.

8 — Antigo Hospital de Aveiro

Localização:

Avenida Artur Ravara.

Freguesia da Glória.

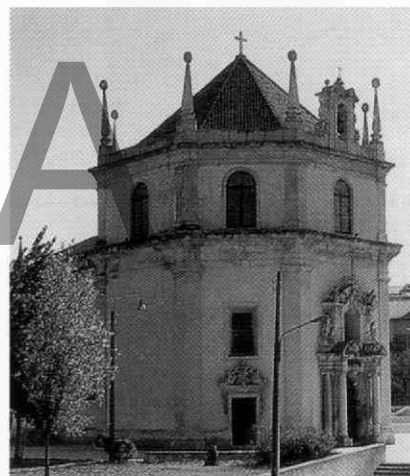
9 — Casas da Rua do Carmo, nº 12 e nº 35.

Localização:

Rua do Carmo.

Freguesia da Vera-Cruz.

Capela do Senhor das Barrocas



Capela com características do barroco joanino. Possui planta octogonal que se desenvolve em rectângulo na zona da capela-mor. Inclui-se no tipo de capelas poligonais. Embora a sua traça seja erudita, este exemplar revela interpretação de mestres regionais. Realçam-se o revestimento de talha do seu interior e dois óleos da autoria do mestre André Gonçalves.

Localização

- Bairro de Sá, Largo do Senhor das Barrocas

Freguesia de Vera Cruz



Cruzeiro de Nossa Senhora da Glória

Situa-se no adro fronteiro à Sé e é também designado por Cruzeiro de São Domingos. Trata-se de uma cruz quatrocentista, flor-de-usada, assente numa peanha lavrada com cenas da Paixão.



Localização

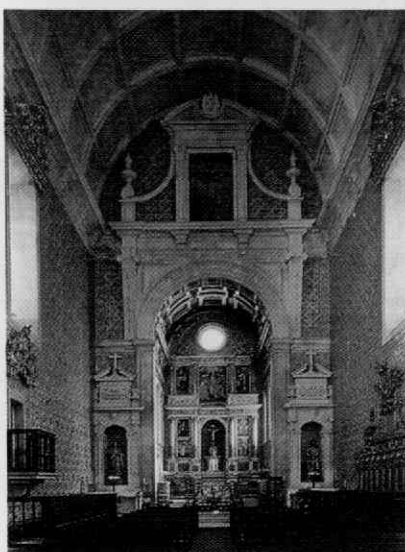
- Praça do Milenário (frente à Sé)
Freguesia de Glória

Igreja da Misericórdia de Aveiro

A classificação inclui as salas de despacho e anexos. Construída na primeira metade do séc. XVII, este templo está ligado à renascença coimbrã e serviu de Sé aquando da criação do Bispado de Aveiro. De mencionar os azulejos policromos do interior (séc. XVII) e o trabalho da abóbada e arco cruzeiro em pedra de Ançã.

Localização

- Rua de Coimbra, 27
Freguesia da Glória



Igreja das Carmelitas

Integra-se no antigo Convento das Carmelitas. É um templo de traça austera. Uma só nave e transepto saliente com capela-mor rectangular constituem o que resta do conjunto desaparecido nos finais do séc. XIX. Salienta-se o recheio em talha dourada, azulejos e caixotões do séc. XVIII

Localização

- Praça Marquês de Pombal
Freguesia da Glória
M.N., Decreto 16-6-1910

Igreja do Convento do Carmo

O recheio está englobado na classificação. Iniciou-se a sua construção em 1628, sendo o seu interior resultado da reforma joanina.



Localização

- Rua do Carmo
Freguesia de Vera Cruz

Mosteiro de Jesus

A classificação inclui o túmulo de Santa Joana. Convento da Ordem de São Domingos, foi fundado por D. Brites Leitoa que aí ingressou em 1458. Sofreu as ampliações e reformas mais marcantes na viragem do séc. XV para o XVI. A parte mais significativa do recheio é de finais do séc. XVII e XVIII. Aqui funciona o Museu Regional de Aveiro, desde 1911.

Localização

- Praça do Milenário
Freguesia de Glória

Pelourinho de Esgueira

Pelourinho barroco (séc. XVIII) com fuste em espiral e capitel coríntio decorado com folhas de acanto. No remate ostenta as armas nacionais, um barco, setas cruzadas e esfera armilar.

Localização

- Largo do Pelourinho
Freguesia de Esgueira

bibRIA

2. “Jardim Imaginário” intervenção no contexto urbanístico

bibRIA

*A Gafanha foi à bulha
e a Barra foi acudir;
S. Jacinto teve medo,
Costa Nova pôs-se a rir...*

*in "Cancioneiro de Aveiro",
de João Sarabando*

barro

A minha cidade sempre me envolveu. E eu aceitei essa carícia com especial, ou natural, carinho de filho. Cidade lagunar, branca e líquida, assente em lodos primordiais, em ricos filões de argila e com as nossas praias branqueadas pela sílica, desde a Barra à Vagueira e que as plantas carnudas protegem da erosão. E daí talvez a tendência dos seus artistas para a coisa cerâmica. Solicitado também pela plasticidade do barro, cedo aprendi a arte com o mestre Gervásio Aleluia, magnificamente completado pelo ensino da modelação pelo muito ilustre escultor Romão Júnior. Talvez por tudo isto, que influenciou marcadamente a minha meninice, eu gostasse de ver esta Aveiro, onde nasci, muitíssimo mais povoada de manifestações artísticas de natureza barrística. Não é fácil fazê-lo com qualidade. Mas supponho ser até obrigação nossa lutarmos por este objectivo que tenho não só como curial, mas como necessário às nossas, progressivamente mais exigentes ambições, ou melhor necessidades espirituais. Mas sou como André Breton quando afirma "que uma obra de arte não tem valor se nela não vibrarem ecos do futuro". Daí a minha insistência na qualidade. Felizmente, a

cidade possui muitos esbanjadores de talento que só necessitam do "abrete Sésamo" pronunciado com todos os compromissos que isso acarreta e dito pelas forças vivas (se vivas!) que conduzem o destino desta nossa urbe.

Tudo isto, vejam só!, a propósito dos trabalhos em barro vermelho que foram ultimamente dispostos ao longo do magnífico tapete verde que se estende atrás da Fábrica Jerónimo Pereira Campos, hoje centro cultural onde vivem as valiosas Bienais Internacionais de Cerâmica Artística.

Diante de alguns desses trabalhos adivinha-se o esforço de marcar a paisagem com obras cuja matéria se emparelha perfeitamente na disponibilidade especial atribuída ao artista. Pena é que hoje ainda (e quero sublinhar o ainda) exista uma enorme disparidade entre a abundância do espaço e a escassa quantidade de obras já expostas. Aveiro necessita urgentemente destas iniciativas, pois não lhe falta onde situá-las, nem artistas talentosos e, por isso, capazes de preencher grande parte dessas lacunas.

Assim o espero para breve. E assim permitam que o profetize.

Vasco Branco

* textos anexos ao desdobrável de apresentação do 5º Simpósio de Barro Vermelho, ed. Outubro de 1997, design gráfico de Francisco Vaz da Silva



2.1.1. COMO UM JARDIM IMAGINÁRIO

MARIA DA LUZ



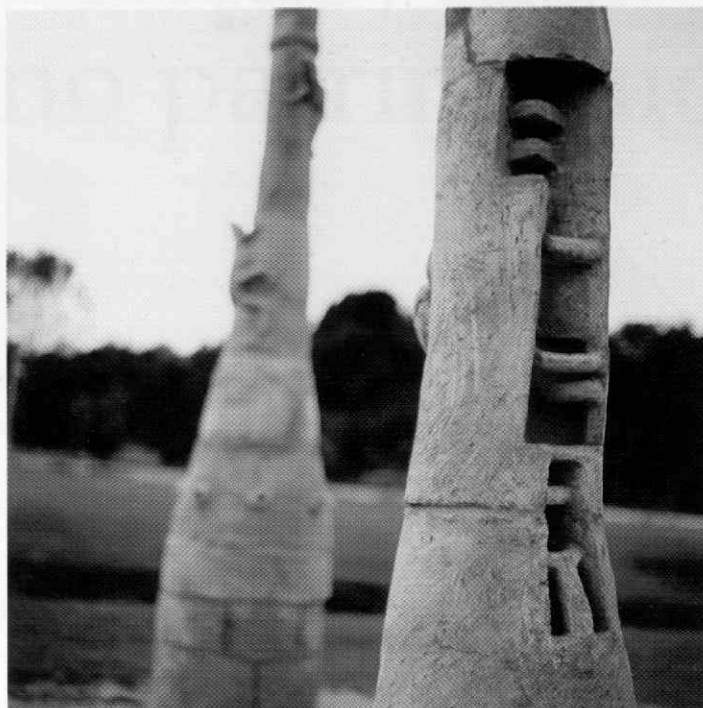
Como um Jardim Imaginário, nascido do plural desejo em se dar vida, cor e escala humana a um espaço sobrecarregadamente cinzento, descobre-se, naquela língua verde que remata a Ribeira de Vilar na zona da Forca-Vouga, um jardim, não de flores mas de esculturas; não de canteiros e sebes bem aparadas mas de figuras em barro vermelho que nos permitem imaginar, sem contenção de forma nem de matéria, um espectáculo vivo de novas figurações.

O 1º Simpósio do Barro Vermelho, foi assim que o idealizamos, como o espaço aberto à criação de arte e de uma estética legitimada por um sentimento geral — o do desejo de captar na paisagem urbana, um outro mundo de espectáculos imaginários.

Ao Barro Vermelho e aos seus modeladores, Artistas Ceramistas, fica aqui um primeiro registo de uma ambicionada homenagem que todos lhes merecemos.

Bem hajam os artistas convidados, os escultores Rui Matos, Susana Piteira, Zé Maria, Luís Cruz e Volker Schnüttgen, pelo empenho e pela partilha do seu acto criador.

Agradecimentos também ao Conselho de Administração da Fábrica de Cerâmica de Vagos, Lda., pelo suporte e ampla colaboração prestada em Aveiro à realização deste Simpósio do Barro Vermelho.



O 1º Simpósio de Escultura em Barro Vermelho resulta de uma acção concertada entre a Câmara Municipal de Aveiro e a CIBAVE (Associação da Indústria de Cerâmica da Região de Aveiro). Com este evento pretende-se sensibilizar a comunidade em geral e em particular os jovens artistas locais para as potencialidades de um material comum na Região de Aveiro.

Efectivamente, na nossa memória histórica, sabemos que existiu à ilhargá desta cidade o Bairro dos Oleiros; além disso, aqui viveram outros artesãos, alguns de renome, que se ocuparam no trabalho, e na escultura em barro. Da sua actividade ficaram-nos muitas peças, por vezes de grande categoria artística, sobretudo de feição religiosa, de uso doméstico e de pendor decorativo.

Também nos orgulhamos das nossas fábricas de cerâmica, a primeira das quais surgiu no ano de 1775; outras entretanto se implantaram e, através delas, o nome de Aveiro ultrapassou os seus limites, senão mesmo as fronteiras nacionais.

Lembramos ainda que a Universidade de Aveiro, com o desejo de ser também um pólo de progresso na Região conta, entre os seus variados departamentos de ensino, o de Cerâmica e do Vidro.

Se, ao longo dos séculos passados, Aveiro revelou enorme vocação artística para modelar a argila, podemos hoje felizmente constatar que tal prática continua no nosso tempo, exercida proficientemente por artistas que tornam presente a mesma tradição.

O exemplo concreto temo-lo nas peças trabalhadas por alguns escultores que se encontram já colocadas no espaço verde, situado na margem da Ribeira de Vilar, junto da Forca-Vouga, no local onde, ainda não há muitos anos, laboravam indústrias de cerâmica.

Esperamos pois, que este seja o primeiro de uma série de trabalhos que enriquecerão diversos espaços disseminados pela cidade, privilegiando sempre que possível, os materiais característicos da região de Aveiro e suas técnicas de execução, evocando pela sua mais adequada expressão artística, a especificidade das populações.



bibRIA

3. alguns instrumentos de intervenção / animação no património

bibRIA

Edição: Câmara Municipal de Aveiro
Coordenação: Madalena Pinheiro
Execução: Cristina Calvo
Capa: Jeremias Bandarra
Data: 1995
ISBN: 972-9137-22-6



Introdução

Desde tempos imemoriais, o Homem registou a sua actividade, em suportes tão diversos, como a pedra, o papel, ou actualmente, o computador. A função essencial comum a todos esses registos é a preservação de uma herança, construindo-se a partir deles, a memória colectiva dos povos. Aos Arquivos compete a manutenção dos registos para as gerações vindouras, permitindo no Presente e no Futuro, a elaboração da História.

O Arquivo Histórico Municipal de Aveiro surge neste âmbito. É um serviço público municipal, que existe para estar à disposição dos investigadores, que nele encontram um filão inesgotável de factos históricos, que quando devidamente trabalhados, muito irão certamente contribuir para uma melhor compreensão do Passado e do Presente do Município de Aveiro.

O Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, foi constituído com base na massa documental que a Câmara Municipal, produziu ao longo de vários séculos, como resultado da sua própria actividade administrativa. Essa documentação apesar das perdas que sofreu, resultante das precárias con-

“... Quer se considere o Arquivo como o repositório de testemunhas históricas fundadores da memória colectiva quer como repositório de uma informação completa acerca do passado, para todos os fins históricos ou não, o arquivo deixou de ser, como tal, o ponto de partida privilegiado da construção social do passado enquanto memória colectiva, o que creio, implica sempre uma certa unificação, deixou de ter o arquivo como seu primeiro suporte. Com efeito, a concepção do arquivo como fundamento da memória, torna-o selectivo. Inversamente a sua concepção como depósito sistemático e completo, como depósito não selectivo, torna-o uma espécie de campo neutro, onde se encontram informações disponíveis para todos os fins e não apenas, nem sequer principalmente, para a construção da História, seja ela científica ou de divulgação.

José Mattoso in “O Arquivo e construção social do passado”, Revista da FCSH, UNL, Lisboa, 1988.

Cumprindo o seu papel na preservação da memória colectiva do concelho de Aveiro, a Autarquia pretende reestruturar o Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, garantindo deste modo a recolha e conservação do património gráfico municipal.

Assim, todo o seu espólio documental está a ser devidamente conservado e organizado segundo uma inventariação arquivística actual, criando-se instrumentos de descrição que permitam a pesquisa a todos os munícipes e investigadores.

É neste sentido que o Pelouro da Cultura dentro da política cultural definida para o concelho, elegeu como prioridade fundamental a preservação da memória colectiva, arquivística e museológica.

Pretende-se com estas iniciativas, valorizar o acervo documental da Câmara Municipal de Aveiro e mostrar aos munícipes alguns episódios do seu passado.

A Vereadora do Pelouro da Cultura
Drª Maria da Luz Nolasco

dições em que se encontrava, conservou-se no entanto em grande parte, até aos nossos dias. Cobrindo fundamentalmente os séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, o documento mais relevante dentro do Fundo do Município é a Carta de Alvará de elevação da vila de Aveiro a cidade, data do ano de 1759. Destacam-se ainda algumas colecções, nomeadamente Livros de Actas, Acórdãos e Vereações, Livros de Correspondência Expedida e Recebida, Livros de Eleições e Recenseamentos Eleitorais, Impostos, Contas Municipais, Obras Municipais, entre outros.

Para além da documentação própria à laboração da Câmara Municipal, também possui documentação oriunda da Administração do Concelho de Aveiro. Neste Fundo podemos destacar documentos datados dos séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, onde se salientam Livros de Correspondência Expedida e Recebida pelo Administrador do Concelho, Registos de Licenças, Diplomas, e Alvarás, Registos de Óbitos, Casamentos e Nascimento, Cóngruas Paroquiais e uma grande lista de Documentação relativa a Testamentos e legados Pios.

Para além dos Fundos já referidos, podemos ainda salientar, a documentação pertencente aos antigos Municípios do Distrito e as respectivas Administrações Concelhias, ou seja, os Concelhos de Eixo, extinto em 1853 e integrado no Concelho de Aveiro, de Esgueira, extinto em 1836, e que passou a fazer parte do Concelho de Aveiro, Óis da Ribeira, extinto em 1836, e integrado no Concelho de Águeda, Paus, extinto em 1855, passando para o concelho de Albergaria-Velha, Vilarinho do Bairro extinto em 1855 e hoje pertencente ao Concelho de Anadia. Conservaram-se ainda documentos pertencentes a Concelhos actuais como é o caso de Águeda, Estarreja, Ílhavo e Oliveira do Bairro.

No que respeita a outras instituições oficiais e particulares, destaca-se a documentação referente aos Fundos:

Alfândega de Aveiro, Capitania do Porto de Aveiro, Companhia de Ordenanças, Direcção da 2ª Circunscrição Hidráulica, Circulo Eleitoral de Aveiro, Clube de Aveiro, Sé Catedral de Aveiro, e por último da Provedoria de Esgueira e de Aveiro.

Destaca-se ainda o Espólio Documental de diversas personalidades Aveirenses. E não menos importante, uma colecção de Pergaminhos. Deste conjunto fazem parte quatro documentos. O mais antigo data do século XIV — Trespado de duas cartas do rei D. Fernando. Duas sentenças do rei D. Manuel, uma de finais do século e outra de início do século XVI. Salientamos ainda o Trespado de Privilégios e Doações, relativos aos Mosteiros de Cucujães e de S. Salvador da Torre do ano de 1491.

A documentação acima referida não foi tratada até ao ano de 1985. Durante o qual foi publicado um inventário "O Arquivo Municipal de Aveiro", elaborado pelo Dr Fernando de Sousa. Segundo o inventário, a documentação estava ordenada por uma ordem temática alfabética, determinando assim que toda a documentação fosse encarada como pertencente a um único Fundo, ficando deste modo misturados documentos de procedências diferentes (inaceitável à luz da técnica da arquivística moderna).

O Quadro de Classificação agora elaborado, procura organizar a documentação de forma, a que o Arquivo, desempenhe cabalmente o seu papel de defesa e difusão do Património Documental.

O Quadro de Classificação, foi feito com base em critérios orgânico-funcionais para o tratamento das espécies arquivísticas. A classificação utilizada tem por base o "Quadro de

Classificação dos Arquivos Municipais" divulgado pelo Instituto Português de Arquivos. Para os restantes Fundos foram desenvolvidos modelos de classificação, baseados na legislação e documentação própria de cada Fundo.

Ao iniciarmos o tratamento arquivístico da documentação deparámo-nos com as seguintes insuficiências:

— A documentação encontrava-se misturada, e alguns processos e livros desmembrados em folhas soltas.

— As designações que tinham sido já colocadas em alguns documentos não correspondiam em muitos casos ao verdadeiro conteúdo e procedência dos mesmos

Assim, deste modo foi necessário separar os diversos documentos e reorganizá-los segundo o Quadro de Classificação, anteriormente referido.

O Quadro de Classificação encontra-se estruturado do seguinte modo:

a) Fundos — conjunto de documentos, baseados numa proveniência comum, como os acumulados por uma pessoa singular ou colectiva, organismo público ou privado, no exercício das suas funções e actividades.

b) Secções — identificam as divisões orgânico-funcionais de um Fundo.

c) Séries — correspondem ao mais pequeno conjunto documental susceptível de ser descrito colectivamente, e que normalmente se formam a partir de topologias documentais comuns.

O Sistema de Classificação utilizado foi o Orgânico-Funcional:

a) Orgânico — fundamenta-se nas estruturas e hierarquias administrativas da própria instituição,

b) Funcional - baseia-se nas funções desempenhadas por cada um dos sectores da instituição.

As siglas utilizadas no Quadro de Classificação têm a seguinte correspondência:

a) F — Fundo

- b) SC — Secção
- c) SSC — Subsecção
- d) SR — Série
- e) Lv — Livro
- f) Pt — Pacote
- g) Cd — Caderno
- h) Mc — Maço

1. Identificação do Fundo.

Exemplo: Fundo: Câmara Municipal de Aveiro.

2. Identificação da respectiva Secção, Subsecção Série e se trata de um Livro, Pacote, Caderno ou Maço.

Exemplo: Fundo: Câmara Municipal de Aveiro

SC: B/ Órgãos do Município

SSC: A/ Câmara Municipal

A apresentação que agora se faz do Quadro de Classificação, é pois, uma informação de carácter limitado, que fornece o núcleo de partida do Arquivo Histórico Municipal de Aveiro. Sendo o Arquivo um “espaço vivo”, irá sendo periodicamente enriquecido com a inclusão de novos documentos, de forma a ser um instrumento sempre útil à investigação histórica do nosso Concelho.

Quadro de Classificação

Fundo: Câmara Municipal de Aveiro

SC: A/ Constituição e Regulamentação do Município

SR: 001 - Leis e Ordens Régias 1494/1886 7Lv

SC: B/ Órgãos do Município

SSC: A/ Câmara Municipal

SR: 001 - Livros de Acórdãos 1555/1734 3Lv
002 - Livros de Acórdãos e Vereações 1758/1842 1Lv

003 - Livros de Autos Camarários 1842/1843 1Lv

004 - Livros de Posturas e Acórdãos 1843/1896 1Lv

005 - Livros de Actas de Vereações 1843/1947 23Lv

SSC: D/ Conselho Municipal

SR: 001 - Livro de Actas das Sessões do Conselho Municipal 1937/1994 1Lv

SSC: E/ Comissão Municipal

SR: 001 - Livros de Actas da Comissão Executiva 1914/1929 2Lv

SSC: F/ Celeiro Municipal

SR: 001 - Livro de Actas das Sessões de Direcção 1918/1919 1Lv - Livro de Registo de compras e vendas 1918 1Lv

SC: C/ Serviços Administrativos

SSC: A/ Expediente

SR: 001 - Correspondência geral recebida 1835/1945 120Lv

002 - Livro de Registo de Correspondência expedida 1841/1952 62Lv

003 - Livro de Registo de Correspondência recebida 1926/1945 15Lv

SSC: C/ Taxas e Licenças

SR: 001 - Livro de Registo de Licenças 1878/1954 6Lv

SSC: D/ Contencioso Fiscal

SR: 001 - Livro de Registo de Execuções Fiscais 1896/1907 1Lv

002 - Livro de Reclamações e Transgressões 1941/1950 1Lv

003 - Livro de Registo de cartas precatórias 1943 1Mc

SSC: E/ Notariado Privativo

SR: 001 - Livro de Registos 1931/1938 1Lv

SC: D/ Património

SR: 001 - Livros de Registo de Autos de Arrematação 1797/1939 17Lv

002 - Inventários 1860/1941 4Lv

003 - Acções 1879/1912 2Mc

004 - Emissão de Títulos de Obrigação Nominativa 1902/1918 5Mc

005 - Livro de Registos de Contratos 1931/1948 1Lv

SC: E/ Serviços Financeiros

SSC: A/ Contabilidade

SR: 001 - Livro de Receita e Despesa 1842/1914 12Lv

002 - Registo de Documentos de Receita e Despesa 1847/1945 139V

003 - Livros de Balanço 1850/1941 11Lv

004 - Livro de Registo das dividas activas e passivas 1861/1932 2Lv

005 - Livro de Receitas e Despesas Diárias 1868/1933 11Lv

006 - Livros de Registo de Receitas e Despesas Mensais 1871/1891 6Lv

007 - Borrões 1910/1950 28Lv

008 - Registo de Ordem de Pagamento - Salários 1930 1Lv

009 - Livros de Registo de Rendimentos 1933/1943 10Lv

010 - Livro de Registo de Orçamentos 1933/1945 2Lv

011 - Livros de Registo da Conta Corrente 1815/1933 19Lv

da responsabilidade do Tesoureiro

SSC: B/ Tesouraria

SR: 001 - Livros de Caixa 1930/1941 2Lv

SC: F/ Impostos

SSC: A/ Impostos Gerais

SR: 001 - Registo de Documentos relativos à

Sisa 1805/1832 5Lv

002 - Registo de Documentos relativos à Décima 1817/1836 4Lv

003 - Registo de Documentos relativos ao Real d'Água 1887/1891 1Pt

SSC: B/ Contribuições Municipais

SR: 001 - Livros de Registo de Contribuições Diversas 1842/1868 9Lv

002 - Livros de Manifestos dos Vinhos e Carnes Verdes 1834/1897 12Lv

003 - Registos de Processos Relativos a Impostos 1902/1943 2Vol

004 - Registo de Documentos Relativos a Taxas 1905/1920 1Pt

SC: G/ Eleições

SR: 001 - Livros de Recenseamento Eleitoral 1841/1944 55Lv

002 - Actas da Comissão de Recenseamento Eleitoral 1852/1901 7Lv

003 - Correspondência Expedida pela Comissão de 1872/1935 4Lv

Recenseamento Eleitoral

004 - Actas de Eleição dos Procuradores 1879/1887 2Lv

005 - Registo de Documentos Relativos 1917/1918 1Pt

ao Recenseamento Eleitoral

SC: H/ Funções Militares

SR: 001 - Livro de Legislação sobre Recrutamento Militar 1855/1874 1Lv

002 - Livros de Recenseamento Militar 1856/1945 82Lv

003 - Autos e Processos de Reclamações, 1862/1882 19Lv

Recrutamento Militar

004 - Livros de Registo de Ressalvas 1872/1900 2Lv

005 - Livro de Registo de Contingentes de Recrutados 1874/1875 1Lv

006 - Livros de Actas da Comissão de Recrutamento Militar 1887/1926 3Lv

007 - Correspondência recebida pela Comissão 1891/1939 10Lv

de Recrutamento Militar

008 - Livro de Registo de Reservas 1894/1908 5Lv

009 - Livro de Registo da Correspondência Expedida pela 1926/1948 3Lv

Comissão de Recrutamento Militar

010 - Documentação ao Serviço Militar 1926 1Pt

SC: J/ Justiça

SR: 001 - Livros de Recenseamento de Jurados 1860/1927 5Lv

002 - Livros de Actas da Comissão de 1660/1867 5Lv

Recenseamento de Jurados

SC: K/ Controlo das Actividades Económicas

SSC: A/ Estatística

SR: 001 - Livro do Registo Estatístico Industrial e Mercantil 1866 1Lv

SSC: B/ Agricultura

SR: 001 - Processos Relativos a Melhoramentos Rurais 1950 1Pt

SSC: E/ Comércio

SR: 001 - Livro de Recenseamento dos Comerciantes 1875/1939 2Lv

002 - Livros de Registo de Estiva Camarária 1914/1961 9Lv

003 - Livros de Registo de Licenças e

Alvarás de 1844/1945 8Lv
Estabelecimentos Comerciais

SSC: F/Transportes
SR: 001 - Registo de Viaturas 1914/1916
1Pt

SSC: G/Actividade Piscatória
SR: 001 - Livros de Registos de Matrículas
das Companhias de 1834/1440 2Lv
Pescadores

SC: L/Urbanismo

SSC: A/ Planos Directores e de Urbanização
SR: 001 - Planos Gerais de Urbanização
1960/1965 4Pt

SSC: B/ Estudos e Projectos
SR: 001 - Estudos e Projectos de Obras
Municipais 1890/1926 6Mç

SSC: D/ Expropriações
SR: 001 - Autos de Expropriações
1856/1899 1Lv
002 - Livros de Registo de Expropriações
1861/1865 5Lv
003 - Documentos Relativos a Expropria-
ções 1890/1926 1Mç

SC: M/ Obras

SSC: A/ Edificações Municipais
SR: 001 - Livros de Registo de Documentos
relativos a Obras 1860/1944 4Lv
Municipais

SSC: B/ Rede Viária
SR: 001 - Processo de Construção do
Caminho de Ferro 1873 4Lv

SC: P/Saúde e Assistência

SSC: A/Expostos
SR: 001 - Livro de Registo dos Expostos
1837/1945 1Lv
002 - Documentação diversa relativa aos
Expostos 1844/1871 1Pt
003 - Livro de Registo de Amas 1853/1897
3Lv
004 - Livro de Registo de Receitas e
Despesas 1862/1867 1Lv

SSC: D/ Serviços Hospitalares
SR: 001 - Correspondência Expedida pela
1856/1859 1Lv
Sub-delegação de Saúde
002 - Registo Vacínico 1875/1902 4Lv

SSC: E/Assistência Social
SR: 001 - Documentos de despesa do Asilo -
Escola Distrital 1894 2Lv

SC: Q/ Educação

SSC: A/ Ensino Pré-Primária e Básico
SR: 001 - Documentação relativa aos
Professores 1881/1918 7Lv
002 - Documentação relativa à junta Escolar
1181/1891 2Lv

SC: R/ Cultura

SSC: B/Biblioteca
SR: 001 - Documentação Relativa à
Biblioteca Municipal 1919/1937 1Pt

SC: T/ Turismo

SSC: A/ Comissão de Turismo
SR: 001 - Livro de Actas 1930/1960 5Lv
002 - Livros de Registo de Correspondência
1929/1950 13Lv

Fundo Administração do Concelho de Aveiro

SSC: B/ Órgãos da Administração

SSC: A/ Administração do Concelho
SR: 001 - Registo de Documentação Relativa
à Administração do 1870/1933 2Pt
Concelho

SSC: A/ Expediente
SR: 001 - Copiadores de Correspondência
Expedida 1835/1934 63Lv
002 - Offícios recebidos 1835/1945 60Lv
003 - Correspondência recebida 1835/1945
35Lv

SSC: B/ Registo de Documentos
SR: 001 - Registo de Licenças Diplomas e
Alvarás 1866/1929 5Lv

SC: D/ Funções de Inspeção e Execução de
Serviços de Interesse Público

SSC: A/ Pessoal
SR: 001 - Registo de autos de Juramento e
Posse dos Empregados 1835/1955 22Lv
Públicos
002 - Fianças e abonações 1873/1932 19Lv

SSC: D/ Registo Civil
SR: 001 - Registos de Óbitos 1864/1911 3Lv
002 - Registos de Casamentos 1887/1911 13Lv
003 - Processos Relativos a Casamentos
1887/1911 9Pt
004 - Registo de Nascimentos 1901/1911 2Lv
005 - Reconhecimento e Legitimação 1910
1Lv

SSC: G/ Corporações Religiosa e Institutos
de Piedade ou Beneficência

SR: 001 - Registo de Inventários e Relações
das Intituições 1872/1936 3Lv
Religiosas do Concelho

SSC: I/ Cóngruas
SR: 001 - Cóngruas Paroquiais 1448/1911
12Lv
002 - Actas 1858/1910 46Lv

SSC: J/ Testamentos
SR: 001 - Índices de Testamentos 1834/1935
4Lv
002 - Registo de Testamentos 1841/1939 85Lv
003 - Autos de Abertura 1868/1934 17Lv

SSC: K/ Legados Pios
SR: 001 - Legados Pios a cumprir 1846/1903
1Lv
002 - Autos de Cumprimento 1847/1936 42Pt
003 - Registo de Cumprimento de Legados Pios
1848/1944 10Lv
004 - Legados Pios perpétuos extintos 1850/
1923 5Pt
005 - Legados Pios não cumpridos 1853/1936
4Pt
006 - Contas de Legados Pios 1874/1935 2Pt
007 - Autos de Justificação 1877/1933 1Pt

SC: E/ Autoridade Policial

SSC: B/ Controle dos Movimentos Nacionais e
Estrangeiros
SR: 001 - Registo de Certificados de Identida-
de 1866/1872 2Lv
002 - Registo de Passaportes Internos
1835/1863 12Lv

Fundo: Concelho de Aradas

SC: A/ Constituição e Regulamentação
SR: 001 - Trespado do Foral do Couto de Ara-
das 1616
002 - Autos de Correição 1802/1833 2Lv
003 - Autos 1825/1834 1Lv

Fundo: Conselho de Eixo

SC: B/ Órgãos do Município

SSC: D/ Conselho Municipal
SR: 001 - Actas 1836/1854 5Lv

SC: C/ Serviços Administrativos

SSC: A/ Expediente
SR: 001 - Registo de Correspondência
Expedida 1846/1854 3Lv

SC: D/ Património
SR: 001 - Tombos 1727/1797 14Lv

SC: E/ Serviços Financeiros

SSC: A/ Contabilidade
SR: 001 - Registo do Contas 1822/1823 1Lv

SC: F/ Impostos

SSC: B/ Contribuições Municipais
SR: 001 - Manifestações dos Vinhos e Carnes
Verdes 1840/1848 3Lv

SC: G/ Eleições
SR: 001 - Recenseamento Eleitoral 1805/1848
3Lv

Fundo: Administração do Concelho de Eixo

SC: C/ Secretaria

SSC: A/ Expediente
SR: 001 - Registo de Correspondência
Expedida 1846/1854 3Lv

SC: D/ Funções de Inspeção e Execução de
Serviços de Interesse Público

SSC: J/ Testamentos
SR: 001 - Registo de Testamentos 1854/1853
1Lv

SC: E/ Autoridade Policial

SSC: B/ Controle dos Movimentos Nacionais
e Estrangeiros
SR: 001 - Registo de Passaportes Internos
1840/1852 1Lv

Fundo: Concelho de Esgueira

SC: A/ Constituição e Regulamentação
SR: 001 - Foral 1515
002 - Registo de Leis e Alvarás 1736/1836 6Lv

SC: B/Órgãos do Município

SSC: A/ Câmara Municipal

SR: 001 - Acta de Vereações 1801/1804 1Lv

SC: E/ Serviços Financeiros

SSC: A/ Contabilidade

SR: 001 - Despesas Municipais 1836 1Lv

SC: G/ Eleições

SR: 001 - Autos e Pautas de Eleições 1836 1Lv

002 - Actas 1861/1904 27Lv

003 - Actas de Eleição de Procuradores 1879/1882 2Lv

Fundo: Administração do Concelho de Esgueira

SC: D/ Funções de Inspeção e Execução de Serviços de Interesse Público

SSC: J/ Testamentos

SR: 001 - Registo de Testamentos 1834/1836 1Lv

Fundo: Concelho de Óis da Ribeira

SC: D/ Património

SR: 001 - Tombos 1736/1800 4Lv

Fundo: Concelho de Paus

SC: D/ Património

SR: 001 - Tombos 1740/1803 4Lv

Fundo: Concelho de Vilarinho do Bairro

SC: D/ Património

SR: 001 - Tombos 1744/1805 4Lv

Fundo: Julgado de Vilarinho

SR: 001 - Registo de Eleições 1790/1835 1Lv

Fundo: Julgado de Paz de Aveiro

SR: 001 - Registo de Eleições de Juizes de Paz 1861/1885 9Lv

Fundo: Procuradoria Régia da Comarca

SR: 001 - Correspondência Recebida 1863/1865 2Lv

- Ofícios Expedidos 1878/1915 2Lv

Fundo: Provedoria de Aveiro

SR: 001 - Manifesto de Juros e Dividas 1807/1837 1Lv

das 14 Ouvidorias da Cidade

Fundo: Provedoria de Esqueira

SR: 001 - Requerimentos sobre Procissões 1618/1627 1Mç

Fundo: Câmara Municipal de Águeda

SC: F/Impostos

SSC: A/ Impostos Gerais

SR: 001 - Registo de Sisas 1827/1834 1Lv

Fundo: Câmara Municipal de Estarreja

SC: F/Impostos

SSC: A/ Impostos Gerais

SR: 001 - Registo da Décima 1762 1Lv

SC: G/ Eleições

SR: 001 - Recenseamento Eleitoral 1890 1Lv

Fundo: Câmara Municipal de Ílhavo

SC: G/ Eleições

SR: 001 - Recenseamento Eleitoral 1852/1881 2Lv

Fundo: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

SC: K/ Controle das Actividades Económicas

SSC: H/ Ofícios

SR: 001 - Guias de Fianças 1780 1Lv

Fundo: Alfândega de Aveiro

SR: 001 - Registo de Leis 1677/1813 2Lv

002 - Registo de Entradas de Sal 1692/1824 50Lv

003 - Fianças 1705/1828 16Lv

004 - Direitos do Consulado 1706/1838 30Lv

005 - Livros de Embarcações 1804/1850 11Lv

006 - Receitas e Despesas 1824/1828 1Lv

007 - Recibos de Dinheiro Entregues à Reparação do Estado 1834/1837 11Lv

Fundo: ARS / Arquitectos

SR: 001 - Projeto 1951 1Pt

Fundo: Capitania do Porto de Aveiro

SR: 001 - Documentação sobre a Capitania 1949/1977 1Pt

Fundo: Circulo Eleitoral de Aveiro

SR: 001 - Actas de Assembleias 1840/1904 169Lv

Fundo: Clube de Aveiro

SR: 001 - Relação de Sócios existentes no Clube de Aveiro 1961/1963 2Mç

002 - Balancetes — Estatutos de Despesas Gerais 1980/1986 1Lv

003 - Relação de Sócios existentes no Clube de Aveiro 1980 1Pt

Fundo: Comarca de Aveiro / Juiz dos Órfãos

SR: 001 - Saídas dos bens dos Órfãos da Vila 1753/1801 1Lv

002 - Registo dos inventários Orfanologicos 1905/1908 1Lv

Fundo: Comarca de Esqueira

SR: 001 - Finta dos homens da Nação da Comarca de Esqueira 1627 1Lv

Fundo: Companhia de Ordenanças

SR: 001 - Ordenanças da 2ª Companhia do Distrito de Aveiro 1816/1833 3Lv

002 - Ordenanças da 4ª Companhia do Distrito de Aveiro 1830 1Lv

Fundo: Confraria de Nossa Senhora de Eixo

SR: 001 - Registo de eleições 1770/1856 1Lv

Fundo: Convento de S. Domingos de Aveiro

SR: 001 - Registo de Títulos 1746/1764 1Lv

Fundo: Direcção da 2ª Circunscrição Hidráulica

SR: 001 - Capa contendo Planta 1898 1Pt

Fundo: Sé Catedral de Aveiro

SR: 001 - Inventário de bens pertencentes à Fábrica da 1823 1Lv

CaLedral de Aveiro

Fundo: Superintendência das Coudelarias de Aveiro

SR: 001 - Matrículas dos criadores de éguas e cavalos 1778/1810 2Lv

002 - Termos de venda dos po??os dos 6 postos de Aveiro 1794/1821 1Lv

Fundos: Particulares

SR: 001 - Espólio de diversas personalidades Aveirenses 1860/1956 1Pt

Colecção de Pergaminhos

1 — Treslado de duas cartas do Rei D. Fernando (ambas de 1367), pedido por Martim Miguês, procurador de Aveiro e respeitante a Besteiros do couto, 1368.

2 — Treslado de privilégios e doações dos Mosteiros de Cucujães e de S. Salvador da Torre, feito por Vasco de Miranda. 1491.

3 — Sentença de D. Manuel contra o ouvidor da Condessa de Faro, em defesa do Concelho de Mortágua, sobre o porte de armas, 1499.

4 — Sentença de D. Manuel contra Pero Anes, a favor dos procuradores eleitos para tratar dos forais das

Comarcas da Estremadura, entre Douro-e-Minho e Algarve, 1501.

Informações

Natureza Jurídica: Arquivo Público

Subordinação Administrativa: Câmara Municipal de Aveiro — Divisão de Cultura Acção Social e Desporto / Arquivo Histórico.

Serviços

Leitura

Sala de consulta aberta a todos os leitores com capacidade de vinte lugares.

Informação

Pesquisa em todos os Fundos documentais.

Reprodução

Fotocópias sempre que o estado de conservação e de integridade do documento as permitam

Horário de Funcionamento

Dias úteis

— das 09h00m às 12h30m

— das 14h00m às 17h30m

Local

Praça da República

3810 Aveiro

Telf. 034-24081 - Ext. 122

Índice

Fundo: Câmara Municipal de Aveiro 7

SC: A/ Constituição e Regulamentação do Município 7

SC: B/Órgãos do Município 7

SSC: A/ Câmara Municipal 7

SSC: D/ Conselho Municipal 7

SSC: E/ Comissão Executiva 7

SSC: F/ Celeiro Municipal 7

SC: C/ Serviços Administrativos 8

SSC: A/ Expediente 8

SSC: C/ Taxas e Licenças 8

SSC: D/ Contencioso Fiscal	8	SSC: B/ Controle dos Movimentos Nacionais e Estrangeiros	15
SSC: E/ Notariado Privativo	8		
SC: D/ Património	8	Fundo: Concelho de Esgueira	15
SC: E/ Serviços Financeiros	8		
SSC: A/Contabilidade	9	SC: A/Constituição e Regulamentação	15
SSC: B/ Tesouraria	9	SC: B/ Órgãos do Município	15
SC: F/Impostos	9	SSC: A/ Câmara Municipal	16
SSC: A/Impostos Gerais	9	SC: E/ Serviços Financeiros	16
SSC: B/ Contribuições Municipais	9	SSC: A/ Contabilidade	16
SC: G/ Eleições	9	SC: G/ Eleições	16
SC: H/ Funções Militares	9		
SC: J/ Justiça	10	Fundo: Administração do Concelho de Esgueira	16
SC: K/ Controlo das Actividades Económicas	10		
SSC: A/Estatística	10	SC: D/ Funções de Inspeção e Execução de Serviços de Interesse Público	16
SSC: B/Agricultura	10	SSC: J/ Testamentos	16
SSC: E/Comércio	10		
SSC: F/ Transportes	10	Fundo: Concelho de Óis da Ribeira	16
SSC: G/Actividade Piscatória	10	SC: D/ Património	16
SC: L/ Urbanismo	10		
SSC: A/ Planos Directores e de Urbanização	10	Fundo: Concelho de Paus	16
SSC: B/ Estudos e Projectos	10	Sc: D/ Património	16
SSC: D/Expropriações	11		
SC: M/ Obras	11	Fundo: Concelho de Vilarinho do Bairro	16
SSC: A/Edificações Municipais	11	SC: D/ Património	16
SSC: B/Rede Viária	11		
SC: P/ Saúde e Assistência	11	Fundo: Julgado de Vilarinho	17
SSC: A/Expostos	11	Fundo: Julgado de Paz de Aveiro	17
SSC: D/Serviços Hospitalares	11		
SSC: E/Assistência Social	11	Fundo: Procuradoria Régia da Comarca	17
SC: Q/ Educação	11	Fundo: Provedoria de Aveiro	17
SSC: A/Ensino Pré-Primária e Básico	11		
SC: R/ Cultura	12	Fundo: Provedoria de Esgueira	17
SSC: B/Biblioteca	12	Fundo: Câmara Municipal de Águeda	17
SC: T/ Turismo	12	SC: Impostos	17
SSC: A/Comissão de Turismo	12	SSC: A/Impostos Gerais	17
Fundo Administração do Concelho de Aveiro	12	Fundo: Câmara Municipal de Estarreja	18
		SC: F/ Impostos	18
SC: B/ Órgãos da Administração	12	SSC: A/Impostos Gerais	18
SSC: A/Administração do Concelho	12	SC: G/ Eleições	18
SSC: A/Expediente	12		
SSC: B/Registo de Documentos	12	Fundo: Câmara Municipal de Ílhavo	18
SC: D/ Funções de Inspeção e Execução de Serviços de Interesse Público	12	SC: G/ Eleições	18
SSC: A/Pessoal	12		
SSC: D/Registo Civil	13	Fundo: Câmara Municipal de Oliveira do Bairro	18
SSC: G/ Corporações Religiosa e Institutos de Piedade ou Beneficência	13	SC: K/ Controle das Actividades Económicas	18
SSC: I/ Cóngruas	13	SSC: H/Ofícios	18
SSC: J/ Testamentos	13		
SSC: K/Legados Pios	13	Fundo: Alfândega de Aveiro	18
SC: E/ Autoridade Policial	13	Fundo: ARS / Arquitectos	19
SSC: B/ Controle dos Movimentos Nacionais e Estrangeiros	13	Fundo: Capitania do Porto de Aveiro	19
		Fundo: Circulo Eleitoral de Aveiro	19
Fundo: Concelho de Aradas	14	Fundo: Club de Aveiro	19
SC: A/ Constituição e Regulamentação	14	Fundo: Comarca de Aveiro/ Juiz dos Órfãos	19
Fundo: Concelho de Eixo	14	Fundo: Comarca de Esgueira	19
SC: B/ Órgãos do Município	14	Fundo: Companhia de Ordenanças	19
SSC: D/Conselho Municipal	14	Fundo: Confraria de Nossa Senhora de Eixo	19
SC: C/ Serviços Administrativos	14	Fundo: Convento de S. Domingos de Aveiro	20
SSC: A/Expediente	14	Fundo: Direcção da 2ª Circunscrição Hidráulica	20
SC: D/ Património	14	Fundo: Sé Catedral de Aveiro	20
SC: E/ Serviços Financeiros	14	Fundo: Superintendência das Coudelarias de Aveiro	20
SSC: A/Contabilidade	14	Fundos: Particulares	20
SC: F/ Impostos	14	Colecção de Pergaminhos	20
SSC: B/ Contribuições Municipais	14	Informações	21
SC: G/ Eleições	15	Serviços	21
		Leitura	21
Fundo: Administração do Concelho de Eixo	15	Informação	21
		Reprodução	21
SC: C/Secretaria	15	Horário de Funcionamento Local	21
SSC: A/Expediente	15		
SC: D/ Funções de Inspeção e Execução de Serviços de Interesse Público	15		
SSC: J/ Testamentos	15		
SC: E/ Autoridade Policial	15		

3.2. BIENAL DE CERÂMICA

JOÃO GODINHO



As características geológicas dos terrenos existentes na região de Aveiro foram desde há longa data, objecto de prospecção dos vários povos que por aí têm passado.

Se por um lado as descobertas dos primeiros argilitos gresosos facilitaram o dia-a-dia do homem pré-histórico, por outro a facilidade de manuseamento daqueles materiais abriam-lhe novos horizontes à sua inspiração racional. Estava de certa forma criada a personagem do barrista. Aquele que pegando numa pasta deforme lhe dá alma, “enfim que lhe dá vida. Ele é o oleiro, ele é o louceiro, ele é o escultor. São afinal todos aqueles que das suas mãos fazem brotar, das peças mais banais às mais invulgares, ou seja do simples copo à escultura representativa do esforço criativo do artista confrontado com a mensagem que pretende transmitir.

É dentro deste contexto que surge a Bienal Internacional de Cerâmica Artística.

Partindo da iniciativa da Associação de Defesa do Património da Região de Aveiro – ADERAV que teria realizado duas “Mostras de Cerâmica Artística e Decorativa”, com o apoio

da Câmara Municipal de Aveiro, levou a que esta em 1989 se abalanchasse para a realização de uma mostra de carácter internacional.

E na realidade em boa hora o fez. O número crescente de participações é por si só o testemunho do nível atingido desde então pelo certame, quer a nível nacional quer internacional.

É verdade que o número de seleccionados tem vindo a ser menor, mas isso não significa obviamente menos participantes. Decorridos oito anos, a experiência colhida, ditou que os critérios de selecção se aproximassem mais, não só do público conhecedor do meio, mas também de todo aquele que espera encontrar uma exposição que lhe mostre o que de original se faz em cerâmica.

Para tal o Júri composto pelo Mestre Júlio Resende, ceramista Cecília de Sousa, escultor Zulmiro de Carvalho, ceramista Ferreira da Silva e o Engº Faria Frasco, em muito contribuíram para que os trabalhos presentes, estivessem à altura do evento.

De um conjunto inicial de 328 peças correspondentes a 154 artistas enviadas a concurso, foram seleccionadas 64 peças de 43 artistas.

Os prémios em número de três, com os valores de 1.200.000\$00, 800.000\$00 e 600.000\$00, para o 1º, 2º e 3º lugar, respectivamente, assim como seis Menções Honrosas foram atribuídas da seguinte forma:

1º Prémio à obra “Trinity”, da autoria de Daniela Chirciu (Fainis) — Roménia;

2º Prémio à obra “The Moutam”, da autoria de Ihor Kovalovych — Ucrânia;

3º Prémio à obra “Lonesome Horse” e “Flying Horse” da autoria de Elke — Áustria.

Menções Honrosas:

- “Nascidas da Terra” da autoria de Ilda Duarte Bragança — Portugal;

- “Cactus” da autoria de Teresa — Espanha;

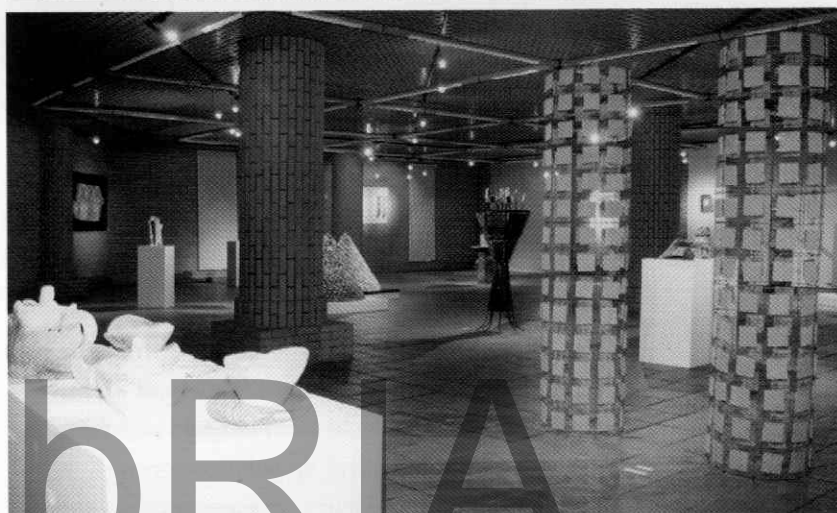
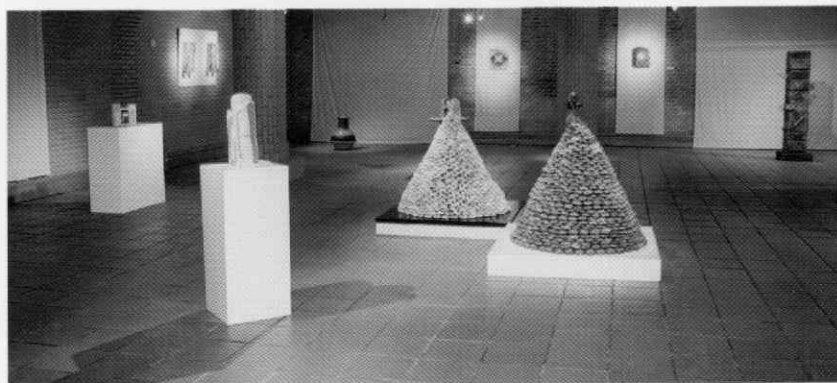
- “After The Wind” e “Rolling Through the Time” da autoria de Tijana Dujovic-Liscevic — Jugoslávia;

- “Colunas de Mensagens Criptográficas” da autoria de José Monteiro — Portugal;

- “Pote”, “Jarrão” e “Ânfora” da autoria de Manoquinto — Portugal;

- “Tree” e “Altar” da autoria de Simona Tanasescu — Roménia.

bibRIA



A diversidade dos países presentes, do Taiwan à Argentina, da Ucrânia ao México, de Portugal à Roménia, é reveladora do estatuto internacional atingido pelo evento.

Sem dúvida que o denominador comum a todos eles resume-se a uma única linguagem: Cerâmica.

No conturbado mundo em que vivemos, não podemos deixar apagar a chama dos nossos instintos plásticos. Todos nós de uma forma ou outra, somos criadores inatos.

Independentemente da cor, da raça, do credo, da política ou de qualquer outra razão supostamente justificável

para nos apartarmos uns dos outros, a linguagem das artes plásticas é o elo das nossas consciências sãs que sem rodeios e com o mesmo objectivo nos permite coabitar em harmonia.

Estes são os propósitos que Aveiro e a sua Bienal Internacional de Cerâmica Artística pretendem servir.

3.3. EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS — UM OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO MÓVEL

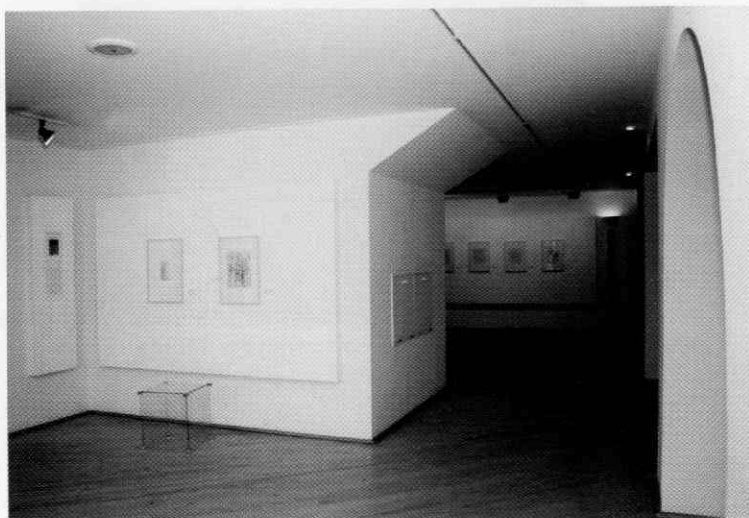
PAULA CARDOSO

A cultura pertence a todos. Divulgando-a, a todos pode chegar. Divulgando-a, expondo-a, nos maravilhosos e adequados espaços públicos, mercê do esforço e da dedicação de todos aqueles que promovem e colaboram nos eventos, tornando conhecido o Património Cultural.

Muitas têm sido as exposições realizadas, ultimamente. Muitos têm sido os esforços dispendidos. Mas, à elevada quantidade temo-nos empenhado para que corresponda uma mais elevada qualidade. Por isso, as exposições exibidas tem merecido esse reconhecimento do público visitante.

Somos uma inesgotável fonte de divulgação, mas somos também um inegável contributo da Preservação do Património Cultural.

A cultura passo a passo. Pois também passo a passo temos divulgado grandes valores culturais. E vamos continuar com o mesmo ânimo, a mesma entrega, tentando, através de cada experiência bem sucedida, alargar os passos dados. Sempre em frente.



Galeria Municipal: é o mais antigo dos espaços de exposições temporárias da Autarquia: desde sempre tem acolhido exposições das mais diversas áreas. Por lá passaram Lauro Corado, Maluda, Cargaleiro, Júlio Resende, Cândido Teles, Vieira da Silva e tantos outros artistas que ajudaram a conferir-lhe o prestígio atingido.



Galeria Morgados da Pedricosa: é um espaço acolhedor, bem localizado, vocacionado para receber “novos valores”. Nesta Galeria puderam já ser vistas obras de diversos artistas e, em 1995, ocorreu o “Ano Textil” que compreendeu “Têxtil Tradicional”, “Têxtil Antropomórfico”, e exposições de tapeçarias de Marieta Miguel, Maria José Mateus, Gisella Santi, Helena e Maria Antónia Santos, e o Grupo 3.4.5.

3.4. ANIMAÇÃO CULTURAL NAS FREGUESIAS

ISABEL RAMOS

A força do movimento associativo encontra, em Aveiro, expressão em mais de meia centena de colectividades (desde os mais pequenos grupos de bairro ou de freguesia às agremiações profissionais como a Efémoro - Companhia de Teatro de Aveiro ou a Filarmonia das Beiras), cuja actividade se exerce nos mais diversos domínios da Arte e da Cultura.

Por outro lado, os últimos anos foram marcados pelo aparecimento de uma multiplicidade de espaços (uns públicos outros privados) que, muito embora, na maior parte das vezes, não tenham sido construídos especificamente para esse fim, importava aproveitar para fins culturais.

Por outras palavras, o concelho de Aveiro, tem hoje todos os ingredientes (gentes empenhadas, associações motivadas e espaços disponíveis) necessários a uma produção cultural diversificada.

O programa de Animação Cultural das freguesias surgiu, assim, de uma necessidade e de uma vontade, por muitos sentida, de dinamizar estas potencialidades em função de um projecto alargado, permanente e participado, capaz de gerar intercâmbios entre associações culturais e levar o trabalho de cada uma a todo o Município. Da cidade ao mais pequeno lugar de freguesia.

Cumpre-nos, aqui, registar a forma como as Associações e as Juntas de Freguesia aceitaram o desafio, o seu empenho desde o primeiro momento e a crescente adesão das populações.

Por isso, dispensando-nos dos habituais agradecimentos, cremos que valeu a pena o esforço, que estamos no bom caminho e que, por via disso, não podemos ficar por aqui...



3.5. BIBLIOTECA ANIMADA

TERESA NOGUEIRA

Durante o ano de 1994 foi lançado na Biblioteca Municipal de Aveiro um programa de animação de apoio à leitura, programa este mais vocacionado para o público infanto-juvenil. Este projecto teve continuidade nos anos seguintes de 1995, 1996, 1997, e várias têm sido as iniciativas da biblioteca, as quais têm como objectivo criar novas dinâmicas que possam ajudar a formação de crianças leitoras.

Tudo começa pelo conhecimento da biblioteca como espaço físico, humano e estético. Este conhecer é feito de uma forma lúdica pois é muito importante que este local “marque” de uma forma positiva.

Aprender brincando é uma forma muito agradável de saber os “saberes”.

Depois de conhecer os espaços, sabendo quais as possibilidades que estes lhes oferecem, passamos à animação de uma história, de um ponto, de um texto ou de uma poesia, tendo sempre por base um livro. Nestas animações as pessoas estão implicadas, envolvem-se, emocionam-se, criam, recriam, recordam, vivem as histórias por “dentro” e por “fora”, quer seja através do teatro, dos jogos, da música, da expressão plástica, dos fantoches, das exposições, do encontro com escritores e ilustradores, enfim...

Durante os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro a animação a decorrer na biblioteca parte da história “O Pintor e o Pássaro”, tendo como tema: A Arte e a Pintura e Histórias de Criatividades.

A biblioteca além de ser espaço de comunicação, informação e lazer é também espaço de cultura, formação e educação e através desta pequena história sensibilizámos adultos e crianças para a importância da criatividade na formação individual, pois as pessoas criativas poderão mais facilmente fazer das suas vidas uma história, uma poesia, uma música, uma metáfora...

“Era uma vez um pássaro...

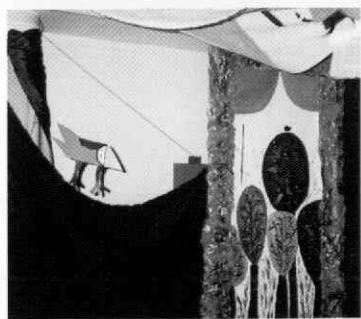
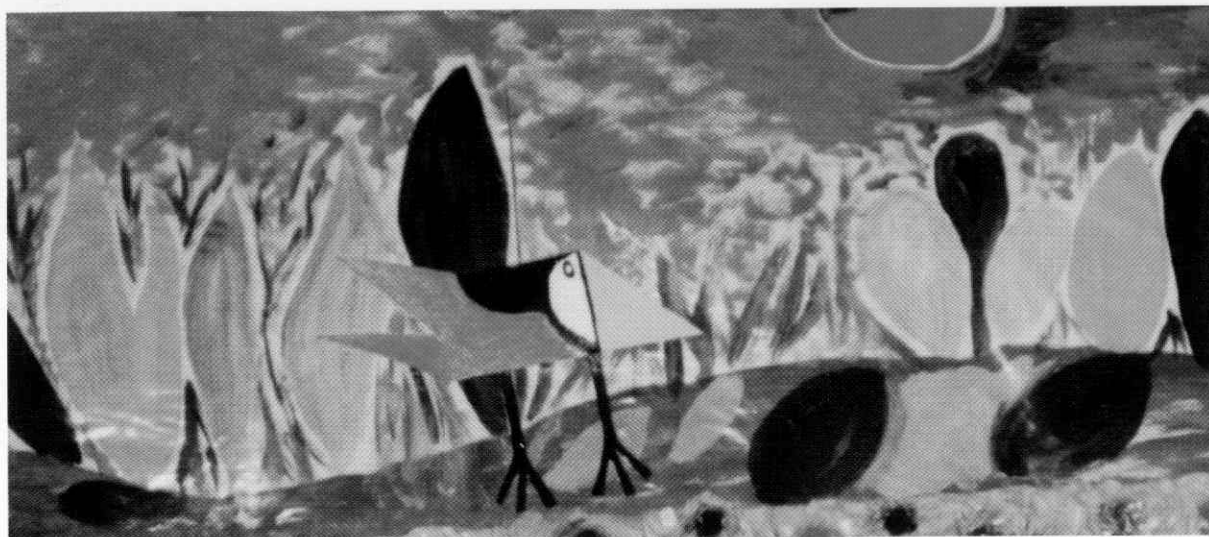
Era uma vez um pintor

...

O pintor promete então não voltar a vender aquele quadro...”

de “O Pintor e o Pássaro”

4. património arqueológico do concelho de aveiro



bibRIA

4. património arqueológico do concelho de aveiro

bibRIA

4.1. RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO FORNO ROMANO DE EIXO

Memória descritiva

FERNANDO A. PEREIRA DA SILVA

0. Introdução

O Forno Romano de Eixo localiza-se no lugar de Ribeirinha, freguesia de Eixo, concelho de Aveiro, à altitude de 5 metros a.n.m.m. Tem as seguintes coordenadas UTM, seg. a C.M.P.: 29TNE36789854 (Fig. 1).

Foi descoberto na sequência da extracção de seixos para a indústria de britas e afins, tendo sido estudado durante a última quinzena do mês de Abril de 1986, por uma equipa dirigida pelo Dr. Carlos Alberto Brochado de Almeida, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Segundo o Relatório daquele Arqueólogo, cuja Memória publicaria na revista *Portugalia* (ALMEIDA et al. 1987: 69-72), os trabalhos encetados consistiram na limpeza da estrutura do forno e análise das partes que o compunham, a saber: boca do forno, fornalha, câmara de aquecimento, grelha e câmara de cozedura. Todos estes elementos ter-se-ão apresentado muito degradados, com particular destaque para a câmara de cozedura, ainda segundo a descrição que então foi feita.

Depois de escavado e embora tenham sido tomadas medidas imediatas de conservação das estruturas, não foi feita a sua protecção, ficando o mesmo a céu aberto, com todas as consequências que daí advieram para a sua conservação.

A agravar esta situação registou-se o facto de os terrenos onde aquele se situa terem uma textura plástica, quando embebidos em água, o que ocasiona que durante épocas de grande pluviosidade, toda a área apresente forte concentração de água que continuamente erosiona as estruturas do forno.

Por outro lado ainda, o facto de nos sectores envolventes do local de implantação do forno, com particular destaque para o seu sector Noroeste, terem sido retiradas grandes quantidades de sedimentos aluvionares, origina a existência de grandes lagos artificiais que transbordam e inundam as "margens" imediatas ao forno, agravando as condições de sobrevivência do arqueosítio.

1. Estado actual do Forno

Na sequência de uma visita de trabalho efectuada ao local, na companhia da Sr^a Vereadora do Pelouro da Cultura, Dr^a Maria da Luz, constatou-se que a situação actual do forno é a seguinte:

1º — Toda a área envolvente do forno apresenta-se coberta com vários lençóis de água, verdadeiros lagos artificiais, devido aos trabalhos de remoção dos níveis arenosos e de cascalheiras, os quais deixaram o local povoado de crateras que em tempo pluvioso se colmatam de água; tais infiltrações, derivam ainda das

particularidades dos terrenos aí existentes, com elevada percentagem de areias e argilas;

2º — O forno apresenta-se parcialmente coberto com manga plástica, já muito degradada, o que facilitou a infiltração de águas pluviais, as quais têm vindo a corroer as estruturas do forno. Também os agentes antrópicos têm contribuído para a degradação de tais estruturas, como o demonstra a existência, na sua área envolvente, de fragmentos de elementos formativos do forno;

3º — Todo o local apresenta cobertura vegetal que, pela acção das suas unidades radiculares, minam a frágil consistência das estruturas do forno, sendo um agente a não descurar, pela sua contribuição para o desmoronamento de tais estruturas;

4º — O local apresenta ainda, nas imediações do forno, as terras retiradas durante a escavação do mesmo, as quais, apesar de se apresentarem muito compactadas, escorrem pela acção das chuvas, em direcção aos níveis inferiores onde se localiza o forno, alterando a microtopografia, pela tendência niveladora que tais acções mecânicas revelam;

5º — Nas imediações do forno, sec-

tor de “pinhal”, constata-se a presença abundante de fragmentos de tegula, que poderão eventualmente documentar a existência de estruturas complementares do forno (nos cortes resultantes da extracção das areias e seixos, abundam os fragmentos de olaria industrial);

6º — Os acessos ao forno estão parcialmente obstruídos tanto pela vegetação aí existente, como pelas terras provenientes da escavação que, por escorrimento, têm vindo a depositar-se no caminho pedonal de acesso ao forno;

7º — O arqueosítio não tem qualquer sinalética elucidativa, quer quanto ao modo de aí aceder, assim como de explicação sobre os seus aspectos funcionais e que o tornam num documento arqueológico provido de grande interesse patrimonial;

8º — Por último, o arqueosítio não está provido de estrutura alguma de protecção que evite ou minimize os efeitos do impacto ambiental e antrópico que constantemente se fazem sentir nas suas frágeis estruturas.

2. Medidas de protecção e valorização

Segundo uma ordem de prioridades, as medidas que se propõem com vista a salvaguardar e a musealizar o arqueosítio, são as seguintes:

1º — Antes de se avançar com quaisquer outras medidas, é prioritário reduzir o impacto dos agentes erosivos sobre as estruturas do forno, daí que deverá procurar-se a sua vedação e cobertura. Para a vedação sugere-se, até porque se está numa região de “barro”, que a mesma seja feita com tijolos, formando como que uma caixa

envolvendo o forno, a adossar às resultantes da escavação, de maneira a manter uma área de circulação, em redor do forno; para a cobertura poderá ser utilizada chapa plástica ondulada, de cor que não agrida o enquadramento natural, suportada por

têm tendência a criar lençóis de água, devido à reduzida permeabilidade dos terrenos;

3º — Remoção das terras resultantes da escavação e que se encontram amontoadas um pouco por todo o lado;

4º — Limpeza da vegetação envolvente do arqueosítio;

5º — Melhoria da acessibilidade ao local;

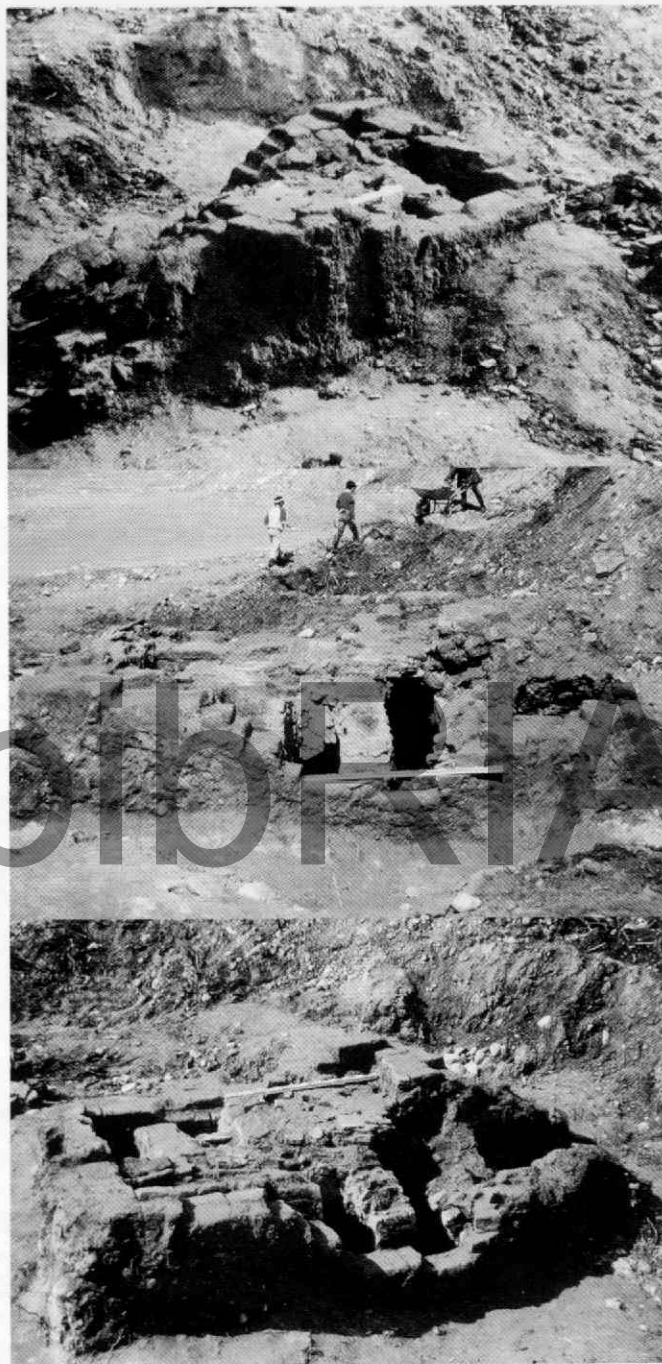
6º — Implantação de sinalética informativa sobre o arqueosítio, a qual deverá conter os dados imprescindíveis para a compreensão das estruturas em presença e das produções “industriais” aí efectuadas.

6º — Musealização das produções do Forno Romano, a integrar num circuito de visita ao arqueosítio, e que poderia ser efectuada na Sede da Junta de Freguesia de Eixo (conjuntamente com a musealização do espólio da Mamoa de Mamodeiro na Sede da Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª de Fátima, o circuito não deixaria de atrair número elevado de interessados no turismo cultural em geral, e serviria ainda e principalmente, a população estudantil do concelho, pela importância que revestem ambos os pólos histórico-culturais, da maior importância para a compreensão do passado histórico da região);

7º — Edição de desdobrável sobre o Forno Romano.

3. Conclusão

As particularidades do substrato geológico da região de Aveiro, criaram condições para que desde épocas



pilastras metálicas de secção em I ou T, ou então pilares/esteios em betão armado, com cobertura no mesmo material;

2º — A drenagem do local é outra das acções imprescindíveis a efectuar pois fará baixar progressivamente os níveis de humidade do solo e subsolo, impedindo as infiltrações aquosas, que

remotas florescesse uma indústria cerâmica progressiva.

Daí que importantes unidades fabris tenham escolhido a região como local privilegiado, face à abundância das matérias-primas essenciais para o fabrico cerâmico industrial e doméstico.

Deste modo, a região de Aveiro possui, documentada desde longa data, uma importante indústria cerâmica, cujos fundamentos remontam pelo menos à Época Romana, mas de que os exemplares conhecidos são escassos, embora as referências abundem na literatura, particularmente a partir do século XVI.

Perante a existência de um testemunho material do fabrico cerâmico, com a antiguidade que o forno de Eixo revela, torna-se da maior importância encetar com urgência as medidas tendentes a valorizar o único testemunho conhecido da actividade dos ceramistas romanos na região, representadas pelo forno romano de Eixo, o qual surge como o precursor de todos aqueles que se foram construindo até aos nossos dias, contribuindo deste modo para afirmar a tradição do trabalho do barro, de que a região de Aveiro foi, e continua a ser, um dos pólos mais significativos.

Oliveira de Azeméis, 3 de Fevereiro de 1995

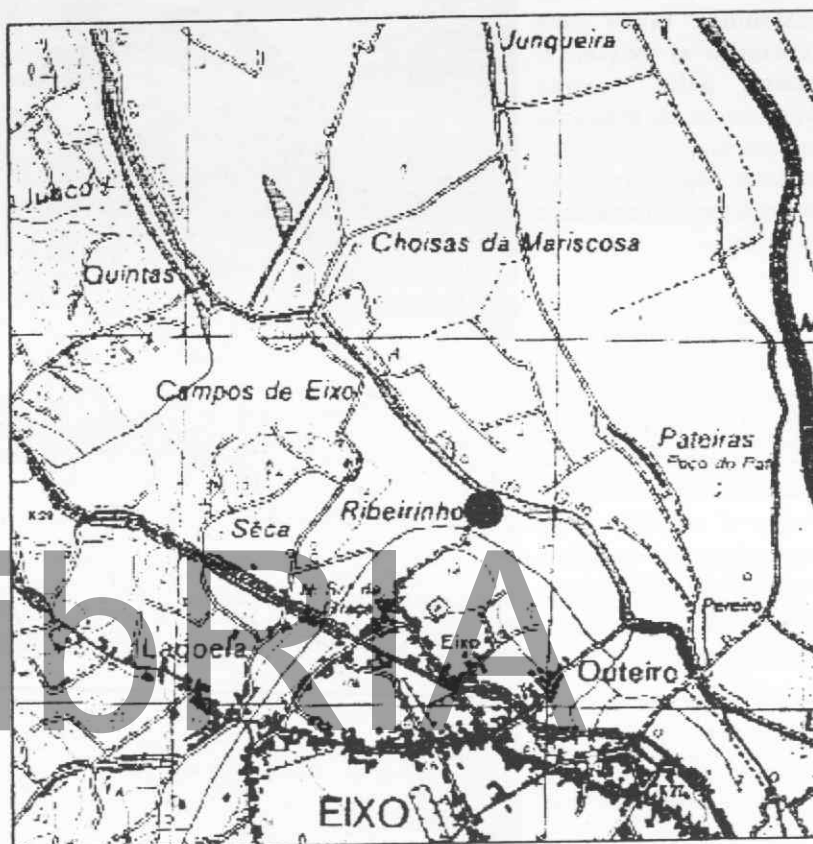


Fig. 1 — Localização do Forno Romano de Eixo, seg. a C.M.P., Folha 185 Aveiro, Esc. 1/25 000, S.C.E., Ed. 1992.

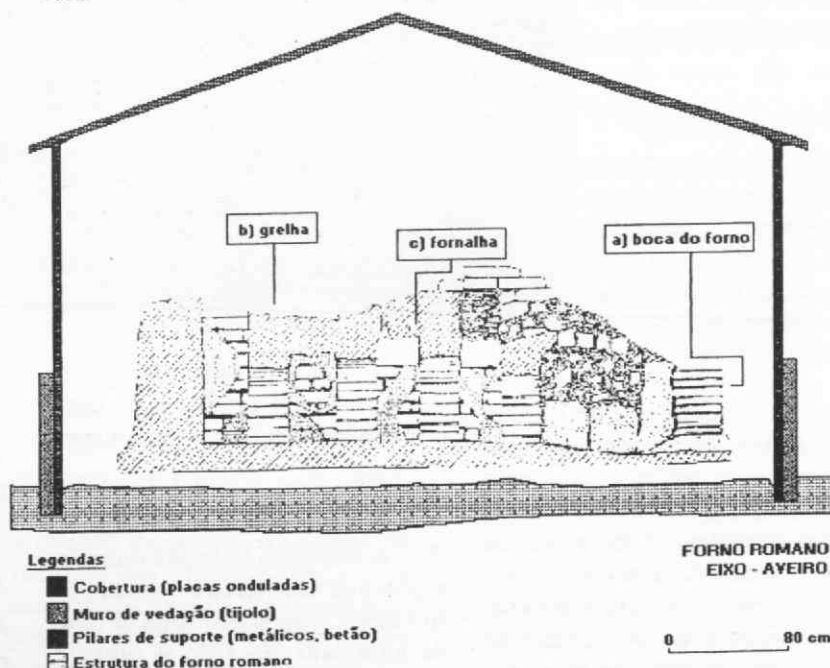


Fig. 2 — Alçado lateral (croquis) da estrutura de cobertura do forno romano de Eixo.

1. Introdução

Os trabalhos de escavação da Mamoa de Mamodeiro desenrolaram-se durante um período de cerca de um mês, em Setembro, entre 5/09 e 24/09, o que permitiu um grande avanço no estudo do monumento. Com efeito, esta terceira campanha de escavações propiciaria novos elementos para a compreensão da Mamoa de Mamodeiro, devido ao alargamento das áreas escavadas, só possível pelo timing que nos tínhamos proposto.

Contudo os trabalhos não puderam ser dados por concluídos ainda nesta campanha, pois por um lado a estrutura interna revelar-se-ia com um dimensionamento superior ao que tínhamos previsto, e por outro lado, o facto de tal estrutura se apresentar muito degradada, com a intromissão de raízes dos eucaliptos aí existentes, implicou um contínuo trabalho de decapagem fina, com crivagem integral das terras retiradas e corte das raízes, com o consequente destorroamento das terras que aquelas se encontravam aderentes, e sua peneiração, o que se tornou uma tarefa morosa em extremo, não permitindo portanto alargar a área de escavação, no sentido Este-Sudeste, como tínhamos previsto — área onde, a ter existido corredor ou vestíbulo, só aí se poderá localizar.

Apesar disso, foi possível libertar a quase totalidade da estrutura interna, quer das várias unidades radiculares existentes por todo o montículo e que

o perfuraram até aos níveis de base, quer dos níveis de derrube causados pelas violações que o monumento sofreu e bem documentadas ao nível da estrutura lítica, as valas abertas por Alberto Souto também deram um grande contributo para a danificação da estrutura pétrea, além de que algumas dessas valas se apresentaram colmatadas com inúmeros detritos¹. Também ainda, o ter-se verificado durante alguns dias seguidos, condições climáticas adversas, com intensos aguaceiros² e forte ventania, que se traduziria na humedificação dos sedimentos, reduziu o ritmo do trabalho, apesar do esforço e da boa vontade de todos os participantes³.

Apesar de todos os imponderáveis, a campanha deste ano pôde ser considerada de muito produtiva, também ao nível dos elementos de cultura material recolhidos, pese embora o carácter lamelar/microlamelar de muitos deles, mas que apesar disso não deixam de ser elementos cujo contributo, para o posicionamento cronológico-cultural da Mamoa de Mamodeiro, é deveras relevante.

Para o estudo integral do monumento (entenda-se, a sua estrutura lítica interna), será ainda necessário realizar uma pequena campanha, de pouco mais de 10 dias — tempo suficiente para as acções que importa ainda efectuar — como seja a abertura de uma quadrícula no sector sul da área escavada, para definir o fecho do “con-

traforte” da câmara megalítica da mamoa e a existência ou não de corredor ou vestíbulo.

Os trabalhos contaram com os apoios financeiros do IPPAR e da Câmara Municipal de Aveiro e ainda com o apoio logístico desta última, da Junta de Freguesia de N^a Sr^a de Fátima, do Centro de Arqueologia de Arouca e do Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Aveiro⁴ e tiveram uma equipa composta por dois funcionários municipais⁵ e por estudantes pré-universitários, das universidades Clássica de Coimbra e Católica de Viseu, a quem expressamos os nossos mais sinceros agradecimentos⁶.

2. Acções realizadas. Metodologia

Se durante a segunda campanha de escavações se privilegiou, como área de estudo, o sector oriental do tumulus de Mamodeiro, pela “imposição” dos proprietários⁷, em virtude do arrastamento das conversações com vista à definição futura dos terrenos em que se situa a mamoa. Com o problema resolvido, numa fase de entendimento mútuo, foi então possível (durante a campanha 3/94) alargar a área de intervenção ao sector ocidental.

Correspondendo a cerca de metade da totalidade monticular, este sector apresentava-se coberto principalmente por pinheiros e alguns eucaliptos de grande porte, que na sua

grande maioria foram abatidos pelos proprietários⁸, numa demonstração clara de boa vontade, no sentido de criarem as condições propícias à continuação dos trabalhos iniciados no ano de 1992.

Durante a campanha 3/94, procurou-se concluir o estudo da mamoa, pelo que as acções decorreram por um período de tempo mais dilatado que o verificado em anteriores campanhas, ao mesmo tempo que se solicitou a participação de trabalhadores municipais para aqueles trabalhos que implicavam um maior esforço, conjuntamente com um "dumper" e uma retro-escavadora (para remoção das terras resultantes das campanhas de escavação anteriores e daquelas que se viriam a acumular durante a presente campanha), o que foi prontamente atendido, embora com algumas falhas intercalares, pelas dificuldades manifestas da Câmara de Aveiro em conciliar a deslocação dos seus funcionários para a escavação e para o serviço diário na Autarquia, numa época do ano em que o quadro do pessoal activo é francamente reduzido, devido à época balnear.

Apesar dos pequenos precalços de percurso, os trabalhos decorreram numa área extremamente vasta (se comparada com as áreas estudadas nos anos anteriores), embora não se tenha podido dar por concluído o estudo da mamoa.

Com efeito, para se poder dar por concluídas as acções de investigação do montículo funerário, serão necessários mais cerca de 15 dias — os trabalhos de restauro e de sinalética do monumento não estão incluídos neste tempo pois que se referem a trabalhos complementares ao estudo do monumento e que, como tal, se farão em colaboração com a Autarquia, em data a calendarizar, para além do período da escavação.

As áreas escavadas durante esta campanha compreenderam o alargamento da quadrícula central, assim como a abertura de uma nova sanja de escavação perpendicular à sanja Este (sanja Oeste), para delimitação da estrutura lítica interna — leituras planimétrica e estratigráfica (Fig. 1).

Além das áreas escavadas, efectuou-se o enchimento (com terras peneiradas provenientes da escavação) de todas as valas abertas pelo Dr.

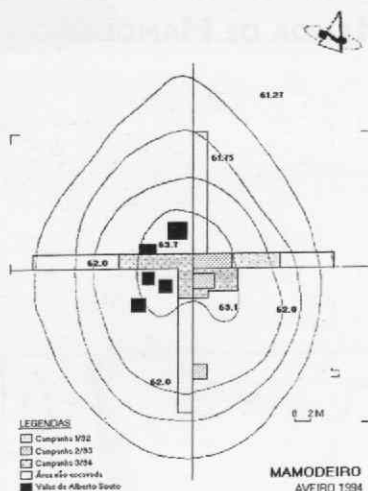


Fig. 1 - Planta das áreas escavadas.

Alberto Souto — depois de limpas do seu conteúdo — assim como daquela quadrícula (S3) aberta durante a campanha 2/93, no sector sul da mamoa.

As restantes sanjas, abertas durante as campanhas 1/92 e 2/93, foram limpas da vegetação que se acumulou e das várias terras tombadas devido à acção dos agentes atmosféricos e antrópicos⁹.

Uma acção importante, mas que por razões a que fomos alheios, ficaria por efectuar, foi o corte das unidades radiculares dos eucaliptos que enxameiam na mamoa. Contudo, foram libertas de todas as terras, até para facilitar o seu corte.

Quanto à metodologia, idêntica à que temos aplicado ao estudo de tais estruturas funerárias, consistiu na decapagem grosseira das escassas terras húmusas superficiais¹⁰, seguida da decapagem fina dos sedimentos subjacentes, até ao "substrato de base"¹¹. Todas as terras retiradas foram crivadas, antes de serem acumuladas numa área defronte da mamoa mas distante desta cerca de 50 metros (estas terras seriam posteriormente retiradas pela maquinaria que a Câmara Municipal de Aveiro colocou ao nosso dispor, exceptuando-se aquelas provenientes do final dos trabalhos, que foram colocadas no sector sul da mamoa, para posterior remoção).

Todas as acções foram registadas em fotografia e diapositivos e as estruturas assinaladas que se resumem a um grande "contraforte" à base de calhaus rolados, foram ainda desenhadas na escala de 1/20¹².

Acção idêntica efectuamos com os cortes, após a sua verticalização sumária, já que a compactação e a resistência das terras do tumulus não permitiram uma verticalização mais cuidada, como é nosso hábito efectuar, pois de tais acções depende, em grande medida, uma boa leitura estratigráfica.

Exterior às acções de intervenção arqueológica, foi o levantamento total das vedações que cobriam a mamoa — áreas escavadas durante a campanha 2/93: quer as estacas como a rede "malha-sol", foram retiradas para facilitar o decurso dos trabalhos, além de que a vedação projectada para o arqueossítio atenderá não especificamente às áreas escavadas mas à totalidade do montículo funerário.

3.A escavação: Os dados observados

3.1.A estratigrafia

Como foi já por nós anteriormente referido, as acções decorrentes durante a campanha 3/94, tiveram como principal objectivo o estudo integral da estrutura lítica central que tinha sido assinalada no final dos trabalhos do ano anterior, e que se circunscrevia a uma extensão de pouco mais de 2 metros, de acordo com a largura da malha quadrangular da sanja Este (S1) — na sanja 2 (S2), a aparente continuação da estrutura lítica apareceu-nos muito destruída até aos níveis dos sedimentos de base (SILVA 1993)¹³.

Nesse sentido foram abertas duas novas áreas de escavação, mas agora no sector oeste da mamoa, fazendo a ligação com as sanjas já anteriormente estudadas, a S1 e a S2.

A abertura destas novas quadrículas de escavação coincidiram com sectores já anteriormente escavados (provavelmente por Alberto Souto), mas pelo menos revolidos como o documentou, exaustivamente, a inversão da estratigrafia observada nos níveis superiores e mesiais do corte Este-Sudeste/Oeste-Sudoeste¹⁴ (Fig. 2).

Efectivamente, neste corte os sedimentos apresentam-se revolidos até aos níveis superiores do contraforte, tendo contribuído também para tal, a abertura de tocas, pelos animais que frequentaram o interior do tumulus.

A estratigrafia, neste sector do montículo funerário, sem se afastar da que já tínhamos referido para a sanja de escavação Este-Oeste, apresentou uma maior quantidade de unidades estratigráficas (UE's) devido aos vários revolvimentos assinalados. Porém, aqui não foi registado o nível estratigráfico, de matriz ferruginosa, que tínhamos assinalado na campanha 2/93 no corte ENEWNW¹⁵.

A leitura estratigráfica para este sector do tumulus é a seguinte:

UE00 — terras vermelho-alaranjadas do subsolo e interior do montículo, formando uma unidade estratigráfica compacta, em que se observam níveis de terras castanhas da superfície. Aparentam tratar-se do mesmo tipo de sedimentos que encontramos ao nível da base da banquetta que suporta a estrutura lítica de contrafortagem da câmara, devendo ter-se depositado à superfície da mamoa (cobrindo neste sector, as terras húmusas superficiais), pela acção de agentes antrópicos e biogénicos;

UE01 — terras castanhas, húmusas, superficiais, de granulometria média a grosseira, com alguns pequenos seixos rolados de quartzo e quartzito, ligados pelos sedimentos terreosos;

UE02 — Bolsa de terras castanhas escuras, correspondendo às infiltrações de terras superficiais, aportadas pela plantação de eucaliptos e pinheiros;

UE03 — bolsa de terras castanhas amareladas, com granulometria média a grosseira, com algumas infiltrações radiculares;

UE04 — sedimentos areno-argilosos de coloração castanho-amarelado e laranja-amarelado que quando secos adquirem tons claros, de grande compactidade e dureza. Correspondem a terras que entraram na composição da massa tumular e que foram revolvidas devido a factores de ordem biogénica e antrópica — a violação, cujo negativo aqui se documentou, terá sido a responsável pela desarticulação verificada nesta unidade estratigráfica;

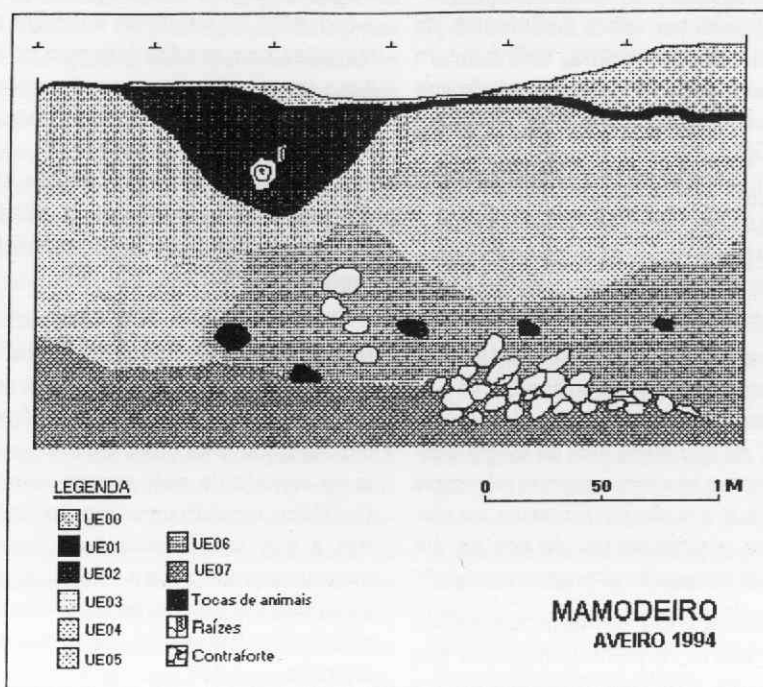


Fig. 2 - Corte Este-Sudeste/Oeste-Sudoeste

UE05 — sedimentos castanho-amarelados da composição tumular, com grande densidade de terras castanhas escuras da superfície, provenientes com toda a probabilidade das violações documentadas;

UE06 — sedimentos do tumulus, de coloração vermelho-amarelado, pouco compactas, correspondendo também a sedimentos da estrutura do montículo. Foram também atingidos pelas violações. Possuem baixo a médio teor higrológico, contendo várias manchas de terras castanhas acinzentadas, pela abertura de tocas de animais. Este sedimento é cortado pelo contraforte da câmara funerária;

UE07 — sedimentos da mamoa e dos níveis superiores do terraço em que aquela foi construída, de espessura indeterminada. Possui elevado teor higrológico, coloração avermelhada, granulometria fina e textura plástica. É nesta unidade estratigráfica que encontramos construído o contraforte da sepultura, a uma altura variável (em todo o seu perímetro) entre os 0,20 m e 0,50 metros.

De um modo geral, a estratigrafia registada para o corte Este-Sudeste/Oeste-Sudoeste, não se diferencia muito do verificado nos restantes cor-

tes, havendo apenas a registar o facto particular de neste sector do tumulus, incidir uma das valas abertas por Alberto Souto, assim como a plantação de um eucalipto, com as alterações terrosas daí decorrentes, pois quanto ao resto, os sedimentos surgem idênticos.

Será apenas no corte Oeste da sanja de escavação que se notará uma alteração estratigráfica significativa com os sedimentos a revelarem uma composição à base de terras castanhas escuras, com uma granulometria onde imperam até à exaustão, os calhaus rolados de pequenas dimensões, formando uma massa compacta, se bem que não à base de sedimentos argilosos, ou areno-argilosos, mas em que entrou na sua composição uma grande percentagem de terras escuras (húmusas) da superfície.

Embora não tenha sido assinalado no corte Este, é provável que tal massa à base de seixos de pequenas e reduzidas dimensões corresponda a uma estrutura idêntica aos anéis de contenção periférica, tipo anel perimetral, estruturados em blocos de granito ou xisto, assinalados em outros monumentos congêneres.

3.2. O contraforte

As novas áreas de escavação abertas revelaram que o potencial "contraforte", materializado pelos calhaus ro-

lados, ligados por sedimentos argilosos e assentes sobre sedimentos da mesma matéria-prima, definiam um perímetro muito superior aquele que tínhamos anteriormente considerado (Fig. 3).

Com feito, e pese embora os vários níveis de derrube e remeximento detectados, a estrutura lítica revelou possuir uma planta sub-circular, com um diâmetro de cerca de 4 metros, orientada no sentido Este-Sudeste. O extremo Este do “contraforte” não se desenvolvia em arco, no sentido de “fechar” tal estrutura, mas de forma oblíqua, como se a este tramo se adossasse uma outra qualquer estrutura ou elemento arquitectónico, de que porém não foi detectado o menor vestígio¹⁶.

Embora em nenhum sector do contraforte se tenha constatado que o mesmo assentava directamente nos sedimentos, a altura destes sob os caíhaus rolados não era uniforme: enquanto na periferia Este-Sudeste se atingia a menor espessura, já nos tramos voltados a oeste se verificavam os maiores níveis de espessura, cerca de 0,50 metros, contra os cerca de 0,20 metros do primeiro.

Em corte, constatou-se ainda que tal estrutura tinha recorte oblíquo, de resto idêntica à que encontramos em todos os contrafortes dos monumentos por nós escavados, independentemente da matéria-prima utilizada¹⁷.

Diferentemente dos contrafortes das estruturas deposicionais funerárias, já estudadas, na Mamoa de Mamodeiro o anel de contrafortagem não se desenvolve da base até sensivelmente o topo tumular, resumindo-se apenas a uma estrutura cuja espessura total (entendendo-se como tal, da base dos sedimentos ao topo dos níveis líticos que formam o contraforte) não chega a atingir cerca de um terço da altura interna do tumulus, como já se tinha constatado durante a campanha 2/93. Efectivamente, e apesar do grande diâmetro que tal estrutura revelou, a sua altura em média, não atinge mais que 0,30 metros, aproximando-se deste modo da generalidade das estruturas de contrafortagem que temos assinalado nos vários monumentos estudados¹⁸.

Embora no seu conjunto, a estrutura lítica interna aparente uma certa fragilidade, que de resto lhe é dada pelos materiais utilizados na sua cons-

trução — seixos rolados em quartzo e quartzito, de pequenas e médias dimensões, com predomínio para os caíhaus rolados de pequenas dimensões, ligados entre si por uma argamassa à base de sedimentos argilosos — não parece que tivesse tido uma outra função que a de contrafortar a câmara funerária, como o seu recorte oblíquo sugere.

Mesmo apresentando-se muito alterada pelos diversos agentes que ao longo do tempo aí incidiram, fossem eles de ordem antrópica ou biogénica, o facto é que todo o seu aspecto aponta no sentido de, pelo menos ao nível simbólico, ter tido uma “função” idêntica à que se conhece para outros monumentos como seja, a de contribuir para a estabilidade das estruturas funerárias contidas nas mamoas.

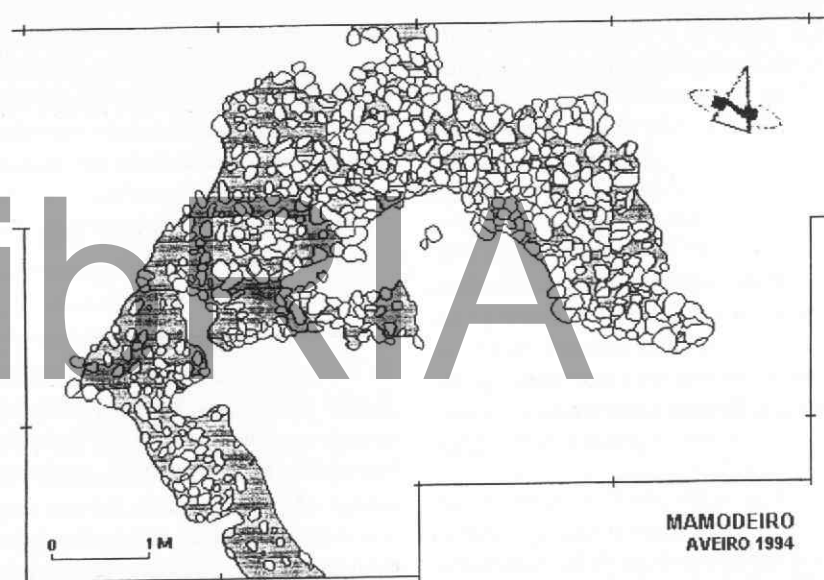


Fig. 3 — Planta da estrutura lítica de contrafortagem da câmara funerária.

Quando à câmara funerária envolvida por tal estrutura, da mesma nada chegou até aos nossos dias, nem sequer nos amplos e espessos níveis de derrube e violação se identificou durante os trabalhos arqueológicos. Com efeito, das lajes que formaram a sepultura (a qual deveria possuir uma certa amplitude, a avaliar pelo diâmetro do contraforte e da mamoa), nem um indício sequer foi assinalado¹⁹.

Por tal motivo, e no estado actual dos nossos conhecimentos, não podemos pronunciar-nos quanto à tipologia da sepultura que terá contido a Mamoa de Mamodeiro, apesar de autores como Alberto Souto, terem tomado uma posição “concludente” sobre o assunto²⁰.

Apesar de reconhecer que os esboços da sepultura teriam sido retirados, não deixa de indicar que se trata de uma sepultura de corredor quando afirma que “...notam-se-lhe bem os vestígios do corredor...” (SOUTO 1974:4). Tais vestígios não são actualmente perceptíveis porém, na campanha que temos programada, procurar-se-á esclarecer tal pressuposto.

Se os dados obtidos com a campanha deste ano, ao nível da estrutura deposicional funerária, pouco mais avançou em relação ao que já conhecíamos, em contrapartida, ao nível do espólio, os elementos recolhidos são mais significativos, embora o carácter fragmentário e lamelar dos conjuntos artefactuais recolhidos continue a predominar.

Na realidade, as “indústrias” reco-

lhidas apresentam-se documentadas, principalmente, ao nível dos restos de talhe. O mesmo se verifica com a cerâmica, escassamente representada, e em que os poucos elementos recolhidos aparentam uma cronologia tardia no âmbito do megalitismo — as cerâmicas de idade moderna ou medieval (caso dos fragmentos de um pote de pasta cinzenta, com uma decoração que poderá filiar-se no séc. XIII, assinalado sobre um nível derrubado do contraforte) estão em contrapartida bem representadas, particularmente a cerâmica industrial.

4. O espólio

A campanha 3/94 permitiu a recolha de inúmeros testemunhos da cul-

tura material, que atestam uma "ocupação" até épocas muito recentes, como o documentam os inúmeros fragmentos de "telha portuguesa", assinalados um pouco por toda a área escavada da mamoa.

Cerâmica "romano-medieval"²¹ na variedade de pequenos ladrilhos sub-retangulares²², foram ainda recolhidos em duas das valas de Alberto Souto, contando-se por várias dezenas de fragmentos (para alguns deles a sua reconstituição é possível já que se apresentam quase completos).

Foi porém ao nível das indústrias líticas, os restos de talhe, que melhor se documentou o espólio recolhido durante os trabalhos deste ano. Várias dezenas de restos de talhe, em sílex, assinalaram-se nas terras provenientes da violação do montículo, assim como alguns fragmentos de lâminas e lamelas. Um machado polido em anfibolito foi também assinalado nas terras de violação, nas imediações de uma raiz de eucalipto, à profundidade de 0,50 metros, junto do corte Oeste-noroeste.

De uma maneira geral constatou-se que o grosso do material arqueológico proveio das áreas violadas ou "escavadas" por Alberto Souto, estando quase ausentes aquelas indústrias provenientes dos níveis mais inferiores do tumulus, como tínhamos referido durante a campanha 2/93.

Desde modo, aquele hipotético solo de ocupação subjacente à mamoa, tem uma localização mais restrita do que inicialmente tínhamos sido levados a pensar: a distribuição das indústrias em sílex de boa qualidade está limitada a uma área, periférica ao local de implantação do espaço deposicional funerário, com particular incidência nos tramos Este e Este-Sudeste/Este-Sudoeste, não se distribuindo assim pela totalidade da área ocupada pela mamoa.

A abertura de novas áreas de escavação, para libertação do contraforte, e detecção da estrutura funerária, não levou ao aparecimento de indústrias subjacentes à mamoa.

Como já referimos, foi nas terras revolvidas pelas violações que se encontraram os principais vestígios da actividade das populações que construíram o monumento. Curiosamente, a percentagem elevada de restos de talhe em sílex não colhe,

percentualmente, uma presença de artefactos. Os poucos assinalados nesta campanha, para além do machado polido e de um fragmento ou outro de lâmina ou lamela, não é compatível com a percentagem de restos de talhe que se encontraram em profusão — dar-se-á o caso de as terras tumulares serem provenientes de uma área de habitat ou de uma "oficina" de talhe, tal a quantidade de lascas e esquirolas de sílex?

Tal proposição é difícil de avaliar já que todo o interior da mamoa, numa área que se estende por cerca de 15 metros quadrados, foi completamente revolvida — a ausência de quaisquer testemunhos da estrutura da área deposicional funerária é uma prova das alterações introduzidas por acções antrópicas que, desde pelo menos os finais da Alta Idade Média ter-se-ão feito sentir no monumento, como o documentam os fragmentos de uma vasilha de barro, tipo pote, com uma cronologia, com toda a probabilidade enquadrável no séc. XIII²³.

5. Considerações finais

Os trabalhos decorrentes no ano de 1994, na Mamoa de Mamodeiro tiveram como aspecto mais significativo, o reconhecimento de que o contraforte possuía uma amplitude maior do que a inicialmente suspeitada, devendo corresponder à existência de uma área deposicional funerária de avantajadas dimensões, de que apenas se pode supor o seu perímetro.

Com efeito e apesar da extensão da área escavada, nenhum indício material documenta a tipologia da câmara, nem da matéria-prima dos seus elementos formativos, já que também não se assinalou qualquer elemento que nolo pudesse indicar²⁴. Pelo que há toda a probabilidade de os esteios ou lajes da sepultura terem sido arrancados sem terem sofrido grandes danos materiais, pois de outro modo, certamente o registo arqueológico não deixaria de fornecer elementos de avaliação.

Aparentemente, em época indeterminada (a colocação dos fragmentos de cerâmica medieval, em estreita conexão entre si, correspondentes a um pote, sobre os níveis de derube do contraforte, no interior do

espaço definido por este, leva-nos a pôr a hipótese de ter sido por esta altura que se deu uma das violações mais importantes do monumento), a Mamoa de Mamodeiro terá visto o seu interior escavado, quer fosse para aproveitamento das pedras da sepultura²⁵, quer se tratasse de uma acção de pesquisadores de tesouros, o facto é que dos esteios nem rasto chegou aos nossos dias.

E embora Alberto Souto se tenha já referido a este monumento como contendo um dolmen de corredor, com grande dificuldade aquele investigador terá tido o privilégio de ainda ter podido observar a estrutura megalítica²⁶ tanto mais que as áreas por ele escavadas (Fig. 1) tocam muito ao de leve no contraforte (danificando-o mesmo assim!), nada sugerindo o registo arqueológico, quanto ao facto de Alberto Souto ter efectuado escavações no interior da mamoa.

Daí que nos pareça que as afirmações daquele investigador aveirense se devem entender mais como uma forte convicção pessoal — a planta da mamoa terá sido, com toda a probabilidade, a responsável pelas suas afirmações — fruto da sua observação do montículo e não como o resultado da existência clara e inequívoca de vestígios arqueológicos da sepultura contida em Mamodeiro.

A nossa experiência pessoal e o volume das acções já realizadas até ao momento, continuam a não dar elementos que permitam corroborar as afirmações daqueles que pretendem que na "Mamoá" de Mamodeiro terá existido um dolmen de corredor

Os estritos dados arqueológicos apontam, para já, que em Mamodeiro terá existido uma grande câmara funerária, simples²⁷, rodeada por um contraforte singelo e de pequena altura. Contudo, há um sector da mamoa de orientação Este-sudeste, que apresenta uma certa descontinuidade em relação à calote do tumulus, do tipo "negativo" de violação, que pretendemos sondar em próxima campanha e que, estamos convencidos, virá clarificar definitivamente a questão, pois a ter existido corredor (ou vestíbulo), ele só poderá ter-se desenvolvido nesse sector da mamoa.

Também ao nível dos conjuntos artefactuais recolhidos fica bem claro que o monumento sofreu profundas

violações que destruíram e dispersaram o seu espólio.

Entre outros aspectos está o facto de ter sido assinalado um artefacto polido (machado) fora da área central do monumento, junto de um enorme raizeiro de eucalipto, a poucos centímetros de profundidade, do mesmo modo que todo o material recolhido se apresenta, sistematicamente, muito fracturado já durante a campanha 2193 tínhamos constatado tal situação²⁸⁾ com indícios bem visíveis de fracturas resultantes de acções “mecânicas” que terão a ver inevitavelmente com as violações de que o monumento foi alvo.

Em resumo e a título de considerações finais, termos que a situação actual dos nossos conhecimentos, sobre este monumento, são as seguintes:

1º — A Mamoa de Mamodeiro revelou-se-nos um tumulus basicamente construído com sedimentos argilosos e areno-argilosos, provenientes do terraço em que se localiza;

2º — Ficou comprovado que não teve carapaça lítica de cobertura pois, nas novas áreas escavadas, também não se encontrou qualquer indício da sua existência;

3º — Não possui estrutura lítica, perimetral, de contenção das terras monticulares, embora no tramo oeste da sanja de escavação se tenha assinalado um espesso enchimento, à base de calhaus rolados de pequeno tamanho, ligados por sedimentos terrosos que, eventualmente, poderá ter desempenhado um papel idêntico;

4º — No seu interior foi construída uma estrutura sub-circular, à base de calhaus rolados, em quartzo e quartzito, com a função de contrafortar a câmara funerária;

5º — Da câmara funerária não existe o menor vestígio e, consequentemente, desconhece-se a sua tipologia.

Na sequência dos dados já obtidos, falta apenas clarificar, sem qualquer margem para dúvidas, se efectivamente a sepultura contida na Mamoa de Mamodeiro foi uma sepultura de “corredor” como referiu Alberto Souto ou, se pelo contrário, como os dados arqueológicos nos querem fazer crer, uma câmara simples.

Será com tal objectivo que efectuaremos ainda uma outra campanha, no sentido do total esclarecimento da situação, o que passa pela abertura de uma nova área de escavação paralela à sanja I, no sector oriental do tumulus (quadrante Este-Sudeste).

6. Acções de protecção e divulgação

No final dos trabalhos arqueológicos encetaram-se algumas medidas pontuais, tendentes a consolidar as poucas estruturas em presença.

Já durante a campanha 2/93 tínhamos efectuado a cobertura do tramo do contraforte assinalado na sanja Este, com manga plástica recoberta por sedimentos argilosos do tumulus, após terem sido crivados, assim como as áreas escavadas foram vedadas com estacas e rede “malha-sol” para impedir futuras acções de vandalismo que sempre acontecem nestes casos.

Embora com alguns revolvimentos detectados ao nível da cobertura do contraforte, como a remoção das terras e da manga plástica em alguns pontos, de uma maneira geral a protecção resultou significativa, tendo-se podido durante esta campanha dar seguimento aos trabalhos anteriores, sem precalços de maior.

Durante a campanha 3/94, as medidas imediatas, encetadas no final dos trabalhos, tiveram apenas como objectivo a consolidação da estrutura lítica de contrafortagem, assim como o preenchimento das valas abertas por Alberto Souto²⁹⁾ já que está programado para o monumento a tomada de medidas mais consistentes, pela Câmara Municipal de Aveiro com a colaboração do IPPAR³⁰⁾, como nos foi comunicado pela Exm^a Sr^a Vereadora do Pelouro da Cultura.

Tais medidas, segundo a proposta então apresentada e que têm como objectivo último a musealização do sítio (caso tal não se venha a verificar, por razões imponderáveis, é nossa opinião que o monumento deverá ter todas as áreas de escavação recobertas pelos sedimentos que daí foram retirados, após peneiração dos mesmos, de maneira a restituir à mamoa a sua volumetria), consistirão em:

— aquisição das parcelas de terreno mínimas, que garantam a inviolabilidade do arqueosítio,

— abate de toda a vegetação, ainda existente sobre o monumento;

— cobertura da mamoa, com incidência particular nas áreas escavadas;

— vedação da mamoa, tomando como referência limites a acordar com os proprietários, em consonância com a legislação estabelecida;

— marcação de uma área de circulação desde o estradão que serve o local, até ao monumento e neste, permitindo a visualização das estruturas postas a descoberto pelos trabalhos;

— colocação de sinalética explicativa do arqueosítio em presença, e de comportamentos e atitudes a tomar para a salvaguarda e manutenção do monumento;

— consolidação das estruturas descobertas;

— classificação do arqueosítio.

A Câmara Municipal de Aveiro, com vista à divulgação do importante testemunho do património arqueológico da região, que constitui a Mamoa de Mamodeiro, tem prevista a edição de um desdobrável sobre o monumento, culminando todo o trabalho técnico e científico aí desenvolvido.

1 Entre os detritos, no geral de tipo industrial, contaram-se por dezenas os fragmentos de "ladrilhos" sub-retangulares, em barro.

2 Para que os trabalhos pudessem decorrer, sem interrupções de maior, foi necessário montar uma teia revestida com manga plástica.

3 Bem demonstrado quando decidimos alargar os dias de trabalho aos sábados — solução que adoptamos para que se pudesse recuperar os tempos mortos causados pelo mau tempo — e que mereceu o acordo de todos os participantes.

4 O estudo dos sedimentos e do artefacto lítico polido foi efectuado sob a direcção do Sr. Prof. catedrático Celso Figueiredo Gomes.

5 Um funcionário da Junta de Freguesia de N.º Sr.ª de Fátima (Sr. Luís) e outro, funcionário dos Jardins da Câmara Municipal de Aveiro (Sr. Sisenando).

6 Cumpre salientar o desempenho e a proficiência dos participantes Carla Silva, Hugo Alexandre Brandão, Hugo Sardinha Vieira, Lúcia Almeida Gomes, Margarida Sousa, Pedro Magalhães, Pedro Vieira, Susana Marina Ferraz, Tânia Sardinha Vieira, que se destacaram nas árduas tarefas de que foram incumbidos, algumas das vezes sob condições atmosféricas nada propícias. A todos renovamos os nossos maiores agradecimentos. À Senhora Vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, Dr.ª Maria da Luz, deixamos também expressos os nossos agradecimentos pela eficácia com que resolveu algumas das questões que se prendiam com o sempre difícil relacionamento com alguns dos proprietários das terras pelas quais se estende a mamoa.

7 Só nesta área é que a vegetação arbórea foi abatida pelos proprietários, para facilitar a realização dos estudos arqueológicos previstos.

8 A mamoa ocupa uma área de terreno que se agrupa em quatro talhões, distribuídos por um numero igual de proprietários.

9 Mesmo a estrutura lítica interna não escapou à acção dos agentes antrópicos, apesar de termos procedido à sua cobertura com manga plástica e terras peneiradas das escavações: em alguns pontos a cobertura foi revolvida e a manga plástica rasgada, pese embora o facto de todas as áreas escavadas terem sido vedadas com rede "malha sol".

10 No sector sud-occidental da mamoa, verificou-se a existência de uma estratigrafia invertida, nas duas primeiras UE's.

11 A definição do "substrato de base", pela impossibilidade manifesta em atingir níveis rochosos que não existem na região (CARRINGTON DA COSTA 1937; SOUTO 1950; TEIXEIRA & ZBYSZEWSKI 1976), tomou como referência o suporte do anel lítico de contrafortagem.

12 Apesar da área escavada, nenhuma outra estrutura foi assinalada durante os trabalhos, assim como qualquer indício da tipologia da câmara funerária que a mamoa terá contido.

13 Os sedimentos que se localizam sob a banqueta que suporta o contraforte, neste sector do tumulus, não se distinguem de modo particular daqueles que se lhe seguem, contrariamente ao que observamos em parte do corte Este-Nordeste/Oeste-Noroeste (SILVA 1993). A escavação viria a revelar que não se tratava de sector algum do contraforte, mas de unidades pétreas removidas daquele, por acções biogénicas.

14 A estratigrafia invertida constata-se nas UE's 00 e 01.

15 Tal nível de composição ferruginosa como que isolava o nível lítico do contraforte, na sua relação com os sedimentos argilosos.

16 Não fechando por este lado o contraforte, antes o prolonga, como que a acompanhar a existência de uma qualquer laje que aí tivesse existido, lembrando por tal facto os contrafortes alongados que se conhecem para os monumentos de corredor (Ex.: Alagoas 4). Contudo, a pequena amplitude de tal prolongamento do contraforte, com cerca de 1 metro, sugere antes a possibilidade de existência de um vestibulo, embora nenhum indício arqueologicamente registado, da laje que aí porventura existiu, tenha sido assinalado.

17 Apenas um único monumento revelou não possuir contraforte algum, a Mamoa 1 do Taco, Albergaria-a-Velha (v. Fernando A. Pereira da Silva, A necrópole megalítica do Taco (Albergaria-a-Velha), *Trab. Antropol. Etnol.*, 32, 14, Porto, 1992, pp. 263-292).

18 Em todo o Centro-Norte Litoral, a excepção parece ser, efectivamente, os contrafortes atingirem espessuras iguais ou superiores a metade da espessura dos tumuli. Mesmo num monumento como Aliviada 1 (Dolmen da Aliviada), o contraforte da câmara atinge uma espessura inferior a metade da do tumulus. Em contrapartida, na Mamoa 2 do Arreagaio, a "cista megalítica" era rodeada por um contraforte que atingia a quase totalidade da altura das lajes que a formavam.

19 Pelo facto de na área envolvente da mamoa (e na região) não existir pedra alguma susceptível de ser utilizada na construção da sepultura, para além dos arenitos de Mamodeiro e Requeixo e dos quartzitos de Mamodeiro e das Quintãs, afigura-se-nos plausível que se tais lajes existiram de facto, foram retiradas intactas para serem utilizadas em construções, delas não restando assim qualquer vestígio. Veja-se a título de exemplo o que sucedeu a um "bloco?" designado Pedra da Moura, que foi totalmente partido e aproveitado para muros (v. Carlos Teixeira & Georges Zbyszewski, *Notícia Explicativa da Folha 16-A Aveiro, Carta Geológica de Portugal, S.G.P., Lisboa, 1976, pp. 25*).

20 Para Alberto Souto, tratar-se-ia de um dolmen de corredor. Contudo, aquele investigador não especificou em que elementos se baseou para fazer tal afirmação, tanto mais que as valas por ele mandadas abrir caíem, sistematicamente, ou sobre o contraforte ou na sua periferia, o que nunca lhe daria elementos plausíveis para poder fa-

zer tal afirmação. Por outro lado, a volumetria da mamoa, assim como a sua planta ligeiramente alongada, não são elementos suficientemente fiáveis para uma qualquer definição tipológica específica.

21 Trata-se de uma designação geral.

22 Registe-se, por curiosidade, a impressão que causou a um dos trabalhadores (o Sr. Luís, jornalista

da Junta de Freguesia, com o trabalho de abrir campos no cemitério local), o aparecimento de tais ladrilhos, em quantidade impressionante, que o levou a afirmar que eram "paredes de campã". De facto, o seu aspecto é muito sugestivo nesse sentido. Trata-se de um material ainda não estudado, pelo que não emitiremos qualquer opinião sobre o assunto.

23 Informação pessoal do Dr. António Manuel Silva que muito agradecemos.

24 O único elemento de matéria-prima, exterior à mamoa e que poderia eventualmente estar ligado às lajes que constituíram a sepultura, é apenas um pequeno fragmento de uma lasca em xisto, o que só por si é muito pouco para que possamos tecer grandes considerações sobre a estrutura funerária.

25 A inexistência de pedra na região é um factor de peso considerável no que toca ao aprovisionamento de tal matéria-prima.

26 Provavelmente, já quando Amorim Girão nos anos 20 procedia a recolhas de campo para a sua Dissertação de Doutoramento (sobre a Bacia do Vouga), nada era visível da estrutura megalítica, o que o levaria a escrever, referindo-se aos monumentos megalíticos da "antiga zona costeira", o seguinte, para a Mamoa de Mamodeiro: "junto do sinal trigonométrico de Mâmoa (79m.), não longe da Pâteira de Fermentelos" (GIRÃO 1922: 58).

27 A abertura do contraforte e o remate particular que apresenta, obliquamente ao arco daquele e com uma orientação de Este-Sudeste, não exclui totalmente a hipótese de passar por aí o prolongamento do espaço funerário, talvez não na forma de corredor (o dimensionamento de tal apêndice é pouco condizente com uma solução desse tipo) mas na forma de vestibulo.

28 Entre outros fragmentos de artefactos, o de uma machadinha, em silimanite (SILVA 1993).

29 Nos cortes, resultantes das áreas escavadas, devido à sua composição argilosa, não foi necessário tomar qualquer medida particular de protecção.

30 O contacto com o IPPAR será efectuado pela Câmara Municipal de Aveiro.

4.3. AVEIRO MEDIEVAL — O TROÇO DAS MURALHAS ENTRE A “PORTA DO SOL” E A “PORTA DA VILA”. RESULTADO DAS SONDAGENS ARQUEOLÓGICAS

FERNANDO A. PEREIRA DA SILVA

“Estas pedras, Senhora que a mão pesada dos séculos já denegriu e carcomeu, são quasi tudo o que resta de nossos antigos muros.(...)”

Preâmbulo

Com estas palavras se referiu o então Presidente da Câmara de Aveiro Dr. Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães, às muralhas da cidade, no discurso de saudação à Rainha D. Maria II, por ocasião da sua visita a Aveiro, em 1852¹, palavras bem sintomáticas da degradação em que se encontravam os restos da muralha da cidade, mas onde perpassa nitidamente um sentimento de nostalgia da sua irreversível perda.

Embora as muralhas baixomedievais de Aveiro tenham uma iconografia bem documentada, assim como relatos escritos que delas tratam com alguma precisão, a inexistência de restauros substanciais — entre 1799 e 1800, o seu estado de ruína era já irreversível² — e o terem sofrido um processo de demolição a partir de 1806³, a que juntou a inclusão dos troços remanescentes, nos edifícios que entretanto se foram construindo, originou que, com o crescimento da malha urbana de Aveiro, da mesma tenha restado apenas a memória.

Memória essa que se foi “atraiço-

ando” com o decurso do tempo, de tal maneira que o conhecimento actual do troço da Muralha não se baseia em dados fornecidos por testemunhos directos e, como tal, pouca ou nenhuma unanimidade exista em relação àquele traçado, pese embora o facto de alguns autores a ela se terem referido, precisando-lhe o traçado, descrevendo as portas e os “postigos” de serventia⁴ (QUADROS s.d.).

Daí que modernamente, seja difícil precisar os pontos da cidade por onde corria o “Muro” de Aveiro, visto novos arruamentos terem sido construídos e, mesmo se alguns deles mantiveram até aos nossos dias, as designações primitivas — que encontramos na cartografia aveirense dos finais do séc. XVIII — não conservaram imutável o seu traçado, pelo que uma sobreposição das plantas de ontem, com as de hoje, tem de ser tomada com as necessárias cautelas, dadas as dificuldades em fazer a correspondência entre umas e outras.

Por tal motivo, quaisquer trabalhos que impliquem a remoção de terras ou a terraplanagem, em locais tradicionalmente apontados como

correspondendo a pontos de implantação das muralhas, devem merecer uma abordagem arqueológica, prévia a qualquer outra acção que para aí esteja prevista, no sentido de evitar a irreversibilidade que aqueles trabalhos não deixariam de acarretar, impedindo o reconhecimento da existência, ou não, de panos de muralha.

Foi na sequência desta política e, em parte, porque a alma aveirense sente ainda hoje nostalgia das muralhas da sua cidade, de quem gostaria de recuperar um vestígio que fosse que, na eminência de novos trabalhos de reajustamento urbano na área compreendida entre o Mosteiro de Jesus e a Igreja / Mosteiro de S. Domingos — Sé de Aveiro, se levaram a efeito sondagens arqueológicas, dado a documentação escrita e oral apontarem para aí a passagem de um troço da referida muralha, fazendo a ligação da Porta do Sol com a Porta da Vila.

É dos resultados obtidos com tais acções e da problemática por eles levantada que iremos tratar neste texto pois, ainda que aqueles que tenham ficado bastante aquém do que seria de esperar, não deixaram porém de ser significativos, enquanto contributo

para uma melhor definição do traçado da Muralha da cidade de Aveiro, no seu sector sul, outrora delimitado pela cerca joanina e compreendido entre as designadas “Porta do Sol” e “Porta da Vila” e que, devido ao crescimento da malha urbana, acabaria por desaparecer, dando azo às mais variadas especulações.

Com o objectivo de prevenir a sua existência e tomar as medidas que o caso aconselhasse foram efectuadas as escavações arqueológicas referidas, do mesmo modo que agora, ao dar à estampa este texto⁵, se tem em vista também alcançar dois objectivos: por um lado trazer a público toda a problemática que o assunto suscitou e, por outro, chamar a atenção para as questões do património arqueológico que tão descuidadas têm sido na região, no sentido da sensibilização para o seu estudo, salvaguarda e divulgação.

Das acções realizadas e com o seu corolário, esperamos poder ter contribuído para o aparecimento de uma nova atitude para com o património da região, no sentido de que nunca mais se verifiquem situações tais que, perante a irreversibilidade da acção de forças adversas, origem a delapidação e a alienação pura e simples do património arqueológico, enquanto herança cultural que nos foi legada e que cumpre transmitir às gerações futuras, em melhor estado que aquele em que o fomos encontrar.

Introdução

No âmbito do Plano de Pormenor da cidade de Aveiro, o qual inclui reajustamentos urbanos e novos traçados rodoviários na cidade, têm vindo a ser efectuadas diversas demolições em casario degradado e sem qualquer qualidade estética que justificasse de algum modo a sua preservação.

Nos últimos três anos, tal progra-

ma tem-se orientado essencialmente para a área compreendida entre o Mosteiro de Jesus e a Igreja / Mosteiro de S. Domingos — Sé de Aveiro (Fig. 1).

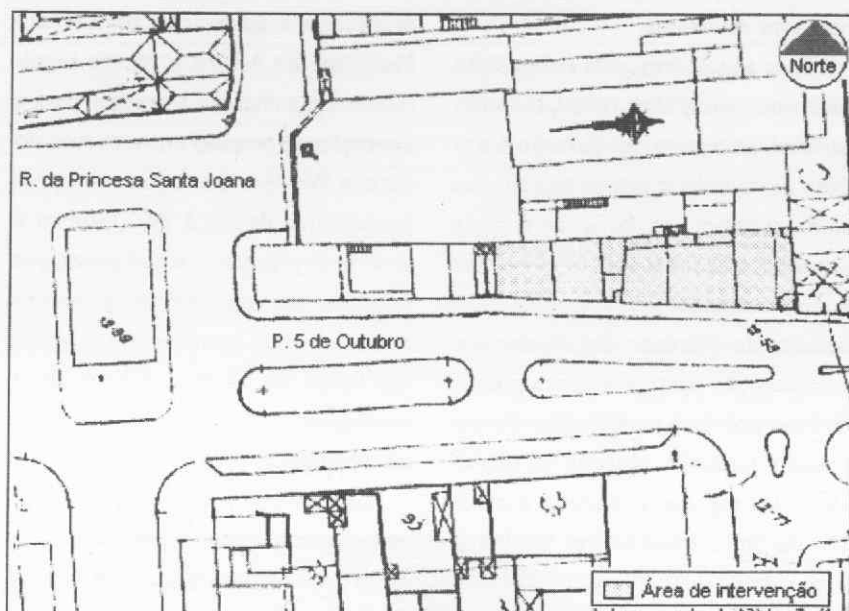


Fig. 1 — Área de intervenção urbana e arqueológica

Na área envolvente deste último imóvel foram efectuados, em 1994, arranjos urbanísticos (Fig. 1)⁶ que justificaram uma intervenção arqueológica de emergência⁷ já que o casario aí existente, aparentemente, seria coincidente com o troço de muralha compreendido entre, sensivelmente, as antigas “Porta do Campo” e a “Porta do Sol” (Fig. 2).

relatório final.

Ora, após o arranjo urbanístico daquela área e dando seguimento ao Plano de Pormenor, reiniciar-se-iam os trabalhos de demolição, agora no gaveto localizado entre a Rua da Princesa Santa Joana e a Rua do Rato, defronte do Museu de Jesus de Aveiro.

A situação de tal gaveto, no alinhamento previsível (de acordo com a car-

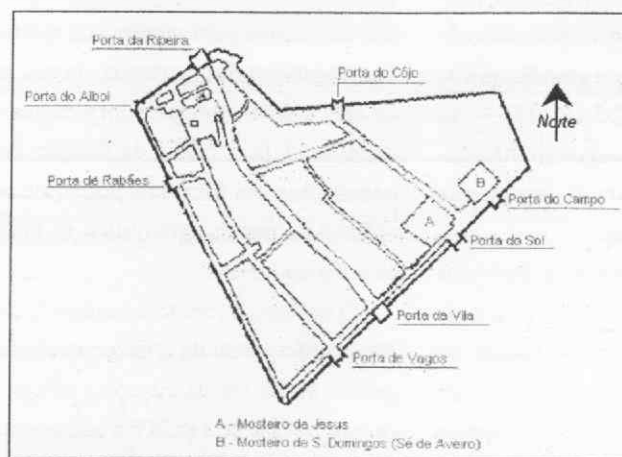


Fig. 2 — Planta simplificada da muralha da cidade de Aveiro, sécs. XV-XVIII (Adapt. de MARQUES DA SILVA 1991)

tografia antiga e a tradição oral⁹) do pano de muralha da cidade, entre a antiga “Porta do Sol” e a “Porta da Vila”, motivou que os Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro nos contactassem

no sentido de *in loco* podermos acompanhar as referidas demolições e, em função dos desenvolvimentos ulteriores,

apresentar um Memorando quer quanto ao observado, quer quanto aos procedimentos a seguir, já que toda aquela área ficaria “selada” sob o piso da Avenida 5 de Outubro, que por aí passaria, em prolongamento do troço nascente da mesma.

Toda aquela área, pela sua posição histórico-topográfica, revela-se muito sensível, visto por aí ter passado o traçado da muralha medieval, se bem que se desconheça com precisão em que pontos é que a mesma atravessa, mas que, não obstante essa imprecisão, não deixava de merecer dos Aveirenses uma atenção particular e um grande carinho por esse testemunho do seu passado histórico, embora tal não tivesse conseguido impedir a demolição do único troço visível, localizado num quintal entre a Travessa das Beatas e a Rua Homem Cristo Filho (ALMEIDA 1984: 39).

Apesar de a existência da mesma, actualmente, por certo não dever ultrapassar o nível do alicerce, não seria por isso menos importante o seu registo e até a sua documentação *in situ*, dando assim testemunho da sua existência e da precariedade com que foi tratada ao longo dos tempos, pelos homens. Mesmo havendo quem que, com visão de futuro, sobre as mesmas muralhas declarasse:

“Guardamo-las com desvelo, porque vão levando às gerações a memória gloriosa do homem grande, que as ergeu aí” (QUADROS s/d, 37) — as gerações que se lhe seguiram não dariam porém boa conta do legado que lhes seria transmitido.

As preocupações dos Serviços Culturais da Câmara de Aveiro e da opinião pública aveirense, apesar de tardiamente (as demolições já estavam a decorrer quando fomos contactados), bem andaram em alertar os técnicos competentes para o acompanhamento dos trabalhos de derrube e remoção de terras, no sentido

de se prevenir a eventual existência de algum troço do pano da muralha que, por nascente (Este-Sudeste), tinha envolvido a cidade de Aveiro.

Posteriormente à elaboração de um Memorando sobre o assunto, que mereceria a aprovação da Câmara Municipal de Aveiro e dando seguimento à planificação municipal para a alteração do traçado entre as ruas do Rato e Princesa Santa Joana — prolongamento da Av. 5 de Outubro e arranjo da praça — a qual previa que as obras de reajustamento urbano deveriam estar concluídas por altura das festas da cidade, iniciaram-se as sondagens arqueológicas, a par das terraplanagens programadas.

Deste modo, quer os objectivos de ordem urbanístico-rodoviário quer os de ordem arqueológica, puderam articular-se eficazmente, sem prejuízo algum para cada uma das “partes” interessadas e, no final, em proveito da cidade de Aveiro e sua população, a principal beneficiária das acções entretanto desenvolvidas.

1. As muralhas de Aveiro: breve apontamento histórico

A próspera cidade de Aveiro, dos nossos dias, funda as suas raízes históricas no humilde burgo instalado sobre leve colina sobranceira aos terrenos alagadiços das marinhas, de que o sal terá sido a principal fonte de rendimento II (e a razão da fixação de populações em local tão pouco convidativo), a par da agricultura, da pesca e do comércio.

O desenvolvimento económico de Aveiro não parou de crescer, atraindo gentes do Norte da Europa e atingindo nos inícios do séc. XV o seu ponto de maior relevo, o que levou D. João I a mandar construir as muralhas, em data anterior a 1413, não tanto por questões essenciais de defesa mas por

uma questão de prestígio, obra que seria prosseguida pelo infante D. Pedro e que ainda no ano de 1490, já em pleno reinado de Afonso V, continuava por concluir¹².

Uma muralha com esta envergadura, que abrangia inclusive sectores desabitados e que levou vários anos a ser concluída, só poderia explicar-se pelas necessidades extremas de defesa ou então como símbolo de prestígio. Afastada que está à partida a questão da sua utilização para fins militares, fica-nos apenas o carácter simbólico que a mesma representaria, como de resto refere Marques da Silva: “O muro de Aveiro foi certamente uma obra ditada pela função prestigiante e notabilizante que passou a conferir à vila que ornava (...); demarca a urbarus, impõe uma imagem de grandiosidade à paisagem que impressiona o forasteiro e projecta para o exterior uma imagem de riqueza e prosperidade...” (MARQUES DA SILVA 1991: 29, 31).

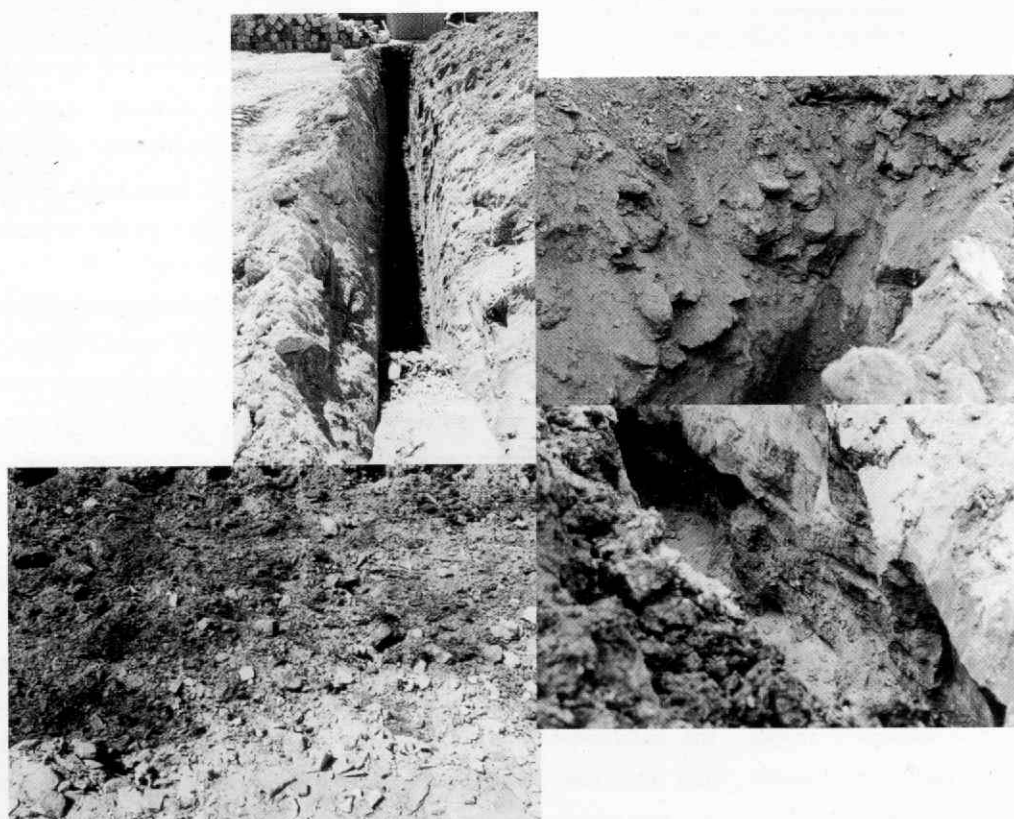
Não sabemos quando a mesma foi dada por concluída — mas sempre em data posterior a 1490¹³. Do que não restam dúvidas é que, à sombra das muralhas, a vila de Aveiro se vai desenvolvendo, tornando-se em meados do séc. XVI um dos burgos mais prósperos do Reino de Portugal. Esta prosperidade não se prolongaria por muito mais tempo: a morte de D. Sebastião e a consequente perda da independência e a guerrilha do Prior do Crato tudo contribuirá para a decadência de Aveiro que só começará a recuperar a partir da altura em que é elevada à categoria de cidade, pelo Rei D. José I, em 11 de Abril de 1759.

Quanto às muralhas, o seu destino estava traçado há muito, quando as tropas do Prior do Crato investiram contra Aveiro e lhes causaram danos irreparáveis. Restauradas no reinado de D. João V, viriam a ser demolidas na quase totalidade devido





bibRIA



primeiro, à necessidade de pedra para as obras da barra e, posteriormente, para a construção do Liceu Nacional de Aveiro.

ceder a trabalhos de demolição no extremo ocidental do gaveto formado pelas ruas do Rato e Princesa Santa Joana. Com tal propósito e numa

Este imóvel, constituído por prédio de habitação, loja de comércio de ferragens e anexos, desenvolvia-se por uma superfície que englobava toda a largura do lote de terreno — frontarias sobre a já referida Rua do Rato, a sul e a Rua da Princesa Santa Joana, a norte. O alinhamento da frontaria sul seguia sensivelmente o alinhamento dos muros e passeios do Mosteiro de S. Domingos, Sé de Aveiro, enquanto que o alinhamento da frontaria norte, inflectia ligeiramente no sentido sudoeste, na junção com o cruzamento já atrás referido.

O imóvel principal, além de possuir elementos de cantaria granítica de boa qualidade, alguma da qual lavrada (a qual foi retirada e marcada), tinha as divisões internas construídas à base de adobe e taipa — os anexos eram quase que integralmente constituídos por adobes e taipa. Nos imóveis, foram ainda utilizados em profusão (para dar maior consistência às argamassas empregues) seixos de quartzo e

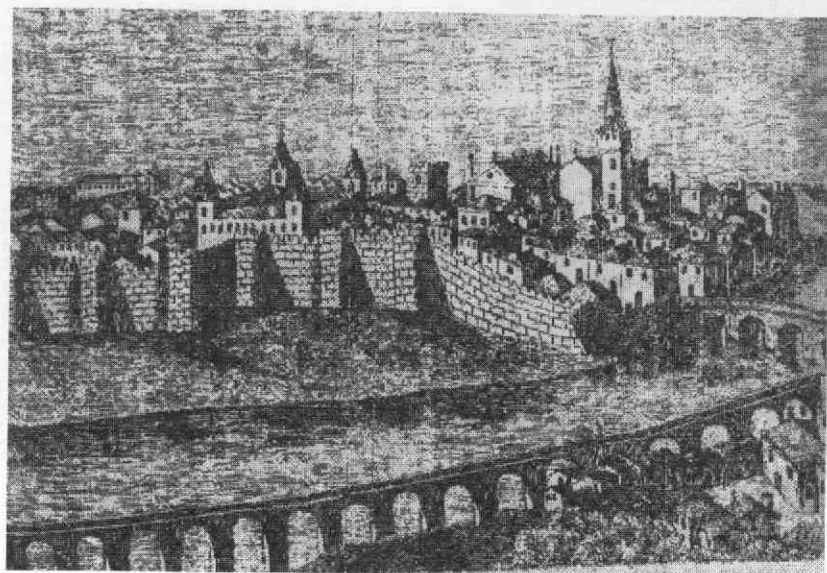


Fig. 3 — Vista geral das muralhas de Aveiro no séc. XVIII, do lado poente (NNW), sobre a Porta da Ribeira.

No seu tempo áureo, a imponência das muralhas destacava-se ao longe (Fig. 3), servida por oito portas¹⁴, quatro postigos e vários torreões¹⁵ (Fig. 2).

Actualmente e apesar dos bons propósitos de alguns Aveirenses novecentistas, os poucos trechos que ainda restarão ou foram incorporados em novas construções, ou já se encontravam servindo de muros a edifícios ou então, viremos a encontrá-los constituindo alicerces que só obras de envergadura ajudarão a dar-lhes de novo a voz, restituindo-lhes um pouco da dignidade para sempre perdida.

2. As demolições no gaveto entre a Rua do Rato e a Rua da Princesa Santa Joana

Dando cumprimento ao Plano de Pormenor da cidade e tendo em vista prolongar o traçado da Avenida 5 de Outubro, entendeu a Autarquia pro-

primeira fase, começou-se a demolir um prédio antigo, outrora loja de ferragens, localizado paredes meias com o cruzamento formado pelas ruas de Miguel Bombarda, Combatentes da Grande Guerra e Eça de Queirós (Fig. 4).

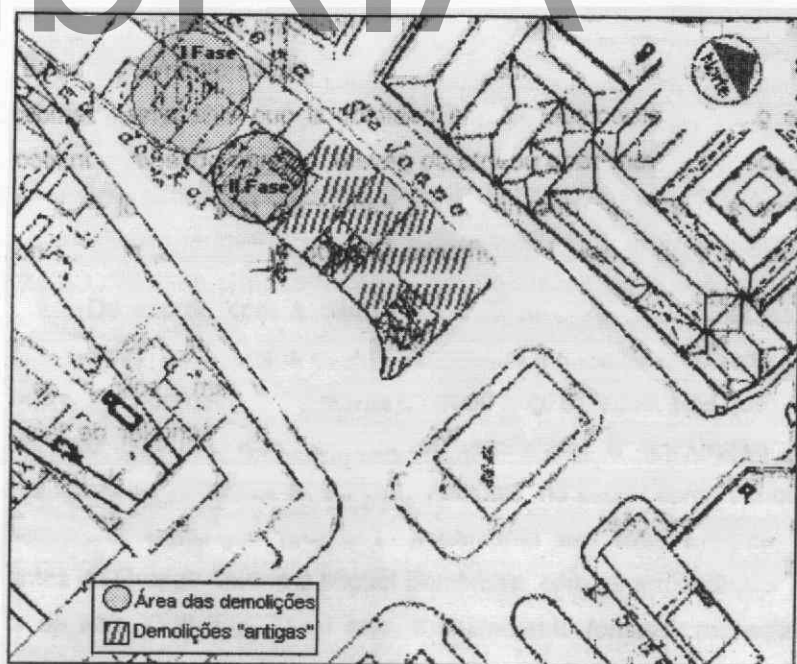


Fig. 4 — Planta com a implantação dos locais das demolições. A tracejado indica-se a desactualização da planta já que actualmente não existem aí construções, mas apenas um terreiro em terra batida que serve de local de estacionamento

quartzito, alguns dos quais de grandes dimensões e ainda alguma pedra (granito).

Tais materiais líticos encontram-se preferencialmente nos muros que ro-

deavam os imóveis e que constituíam as paredes mestras daqueles.

O gaveto, que ocupa actualmente uma superfície mais reduzida do que aquela que aparece nas plantas que nos foram fornecidas (Planta de 1960 e Planta de Pormenor, esta última sem data), contém, na sua extremidade nascente, defronte do Museu de Aveiro, uma área sem construção alguma, a que se liga um imóvel de grandes proporções, ainda habitado e que viria a ser demolido mais tarde. Também a extremidade poente do gaveto, quando observada *in loco*, já não corresponde à que surge desenhada na cartografia que nos foi disponibilizada. Assim, quando ficou concluída a primeira fase de demolições, restava no gaveto apenas o referido imóvel com os seus anexos.

No seu conjunto, os trabalhos de demolição, segundo nos informaram os operários da empreitada, a quem solicitamos alguns esclarecimentos, na altura em que acompanhamos o desenrolar de tais acções, não ultrapassariam os níveis do pavimento do interior do imóvel, pelo que não haveria lugar a remoções de terras e terraplanagens, para além das provenientes da demolição¹⁶.

Quando visitamos os trabalhos¹⁷, já grande parte dos níveis superiores do imóvel e anexos, assim como das paredes-mestras/muros envolventes, se encontravam demolidos, formando uma capa espessa de sedimentos de diversos materiais no interior do imóvel principal.

Numa segunda fase das demolições (Fig. 4), de que não nos foi dado conhecimento prévio, foi demolido o último imóvel de habitação que ainda restava de pé e toda a área ficaria a céu aberto, transformando-se de imediato num concorrido parque de estacionamento, compreensível se atendermos a que a cidade de Aveiro tem

de viaturas, agravados pelo facto de o habitual parque de estacionamento, defronte da Capitania, ter sido fechado ao público, para obras de construção de um enorme edifício comercial.

Durante algum tempo não houve quaisquer trabalhos no gaveto, o que só se viria a verificar com o aproximar da data das festas da cidade, o que motivaria, depois de hesitações várias da Autarquia, a intervenção arqueológica, a par dos trabalhos de terraplanagem para prolongamento da Av. 5 de Outubro e arranjo urbanístico-rodoviário do local, a 14 de Abril.

3. O troço da muralha de Aveiro, no gaveto entre a Rua do Rato e a Rua da Princesa Santa Joana

3.1. Localização documental do troço da muralha

De acordo com a cartografia disponível, em particular: as plantas topográficas do séc. XVIII (planta da Fig. 2), em que a muralha da cidade de Aveiro mostra todo o seu perímetro¹⁸ e a planta de 1960 (Fig. 5), verifica-se que, no sector da cidade que nos interessa, é possível estabelecer a articulação (com as necessárias cautelas), entre os arruamentos actuais, no sector compreendido entre o Mosteiro de S. Domingos (Sé) e o cruza-

mento das ruas Eça de Queirós, Combatentes da Grande Guerra e Miguel Bombarda, com os arruamentos traçados na planta do séc. XVIII (Fig. 2) ou seja, o cruzamento formado respectivamente pela Rua do Rato/Rua de Jesus, com as perpendiculares Rua Direita e Rua do Espírito Santo.

A partir desta interpolação documental verifica-se que o traçado da muralha passaria exactamente entre o que é, actualmente, o espaço compreendido pelas Rua do Rato e a Rua da Princesa Santa Joana, do traçado actual, assim como o seu prolongamento para Este, seguia ladeante à Sé²⁰, no espaço compreendido entre aquela e a actual Av. 5 de Outubro²¹ — terreno ocupado com casario até 1994, altura em que foi demolido para dar lugar à "Pergola".

Neste espaço, às demolições seguiram-se intervenções arqueológicas financiadas pela Autarquia que não chegariam a ser dadas por concluídas, pelo que se desconhecem os resultados obtidos, imprescindíveis para que agora se pudesse, com maior margem de certeza, avaliar o traçado da muralha neste sector da cidade.

Porém, mesmo sem o conhecimento de tais dados²², não restam quaisquer dúvidas de que o traçado da muralha se situará por toda aquela área (Fig. 5), embora a dificuldade esteja em estabelecer com precisão a

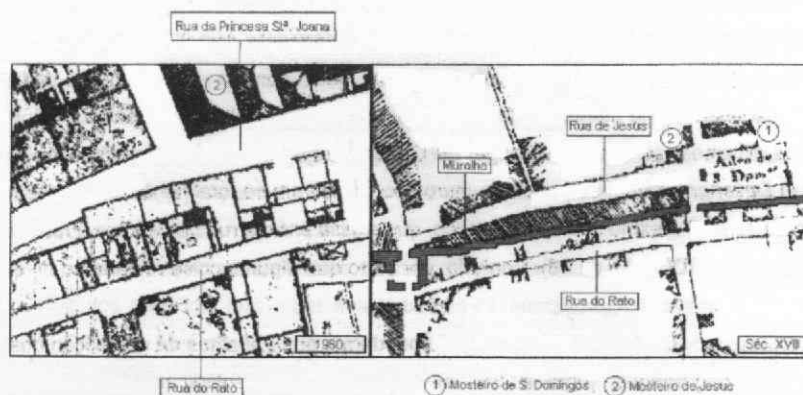


Fig. 5 - Planta do gaveto onde ocorrem actualmente as demolições, segundo as plantas do séc. XVIII e de 1960

Fig. 5 — Planta do gaveto onde ocorrem actualmente as demolições, segundo as plantas do séc XVIII e de 1960.

sua exacta localização. Daí que, logo que a Autarquia e, em particular, os Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro²³ nos contactaram, disponibilizamo-nos de imediato para a realização de uma intervenção arqueológica, fazendo ao mesmo tempo ver ao Executivo Municipal que, em virtude das características históricas específicas da cidade, deveria haver sempre o maior cuidado na realização de trabalhos que implicassem a demolição e terraplanagens nesta, e em outras zonas sensíveis da cidade, os quais deveriam ser acompanhados pelo técnico competente — o Arqueólogo — em estreita colaboração com os outros técnicos municipais, pois dessa colaboração todos teriam a ganhar e, em particular a Cidade, que veria assim preservados e alargados os seus espaços patrimoniais.

Retornando à questão específica da muralha, por certo que no gaveto, cujos imóveis são actualmente objecto de demolição, passará um troço da muralha da cidade de Aveiro (ou o que dela resta), com um traçado que não se deverá afastar muito do alinhamento da frontaria dos imóveis da Rua do Rato, na medida em que, primitivamente, a dita rua corria ao longo do exterior da muralha e não no seu interior.

Por outro lado ainda, mesmo que a primitiva Rua de Jesus (actual Rua da Princesa Santa Joana), tivesse sofrido alterações, do tipo rectificação do seu traçado, esta nunca se poderia desenvolver para Norte visto aí se implantar a frontaria do Convento de Jesus/Museu de Aveiro donde, a terem-se verificado alterações, estas só poderiam ocorrer para sul daquele imóvel e para norte da Rua do Rato.

Daí que, como certamente se terá verificado, o crescimento urbano neste sector, terá deparado com um obstáculo de monta — a muralha, pelo

que a mesma terá, com toda a probabilidade, sido demolida e a pedra reaproveitada noutras construções, além de que as necessidades em pedra para os grandes empreendimentos que a exigiam, como as obras na barra, por exemplo²⁴, terão justificado junto da opinião pública, a sua demolição²⁵.

A verificarem-se tais situações, só muito dificilmente se teriam mantido de pé grandes extensões de muralha, que a manter-se acabariam por ser “camufladas” em construções, as quais as incorporarão na sua estrutura (como no caso do troço existente num quintal que foi posteriormente demolido²⁶) já que, em grande parte do seu perímetro, a mesma terá pura e simplesmente sido desmantelada, pelo menos ao nível do solo, restando com alguma probabilidade os seus alicerces, se bem que Rangel de Quadros seja peremptório ao afirmar que: “(...) Desengrossaram-se restos de muros ou demoliram-se totalmente em diversos pontos. (...) O mesmo sucedeu ao lanço, que existia entre a rua de Jesus e a rua do Rato...” (QUADROS s.d.: 38). Contudo, por certo que alguma coisa restaria ao nível do subsolo.

Deste modo, quando se procederam aos trabalhos de demolição dos imóveis degradados, junto à Sé, as escavações arqueológicas aí realizadas deveriam, em princípio, ter localizado vestígios do pano de muralha que por aí passaria, o que se desconhece pela inexistência do já referido relatório da intervenção.

Ora, no caso da nova área sujeita a acções de demolição, enquanto prolongamento do alinhamento da Sé deveria, também ela, documentar a existência, pelo menos ao nível dos alicerces, do troço de muralha que por aí teria passado, como é referido por Rangel de Quadros²⁷.

Do que se observou primeiro, nos

imóveis e anexos em fase de demolição e, posteriormente, concluídas as demolições, parece confirmar-se que o pano de muralha que aí terá corrido, não foi reaproveitado como muro nos imóveis então construídos — o muro, correspondente à frontaria dos edifícios demolidos, sobre a Rua da Princesa Santa Joana, nem pela espessura (cerca de um metro), nem pela sua estrutura (materiais utilizados)²⁸, aponta no sentido de corresponder a qualquer troço de muralha — o que parece confirmar a afirmação de Rangel de Quadros (ibid.: 38).

Contudo, entre os materiais provenientes das demolições, contam-se alguns blocos graníticos de médias a grandes dimensões, alguns dos quais aparelhados, que não nos repugna absolutamente nada que tenham pertencido ao troço da muralha que por aí passou em tempos²⁹. Esta, como já deixamos dito, de acordo com as provas documentais conhecidas, passaria entre as paredes norte e sul do imóvel e talvez, mais precisamente, não muito afastada do muro sul, mas ao nível do alicerce já que, em nenhum dos casos referidos, se detectou vestígio algum reaproveitado.

Foi na posse destes elementos, pese embora o grau de fiabilidade relativa dos mesmos, que a par dos trabalhos de terraplanagem levados a efeito pela Câmara Municipal de Aveiro, se efectuou um conjunto de sondagens arqueológicas no gaveto entre a Rua da Princesa Santa Joana e a Rua do Rato, com vista a identificar a possível existência do pano de muralha que por aí, em tempos, teria passado.

4. A intervenção arqueológica no gaveto entre a Rua do Rato e a Rua da Princesa Santa Joana: os dados

Embora ao nível da demolições efectuadas, não fosse visível indício al-

gum de troço de muralha³⁰, a existência de materiais líticos de médias a grandes dimensões, entre seixos e granitos (alguns destes nitidamente aparelhados), misturados com as argamasas argilosas de ligação (do tipo adobe), sugeriam a preexistência de muros de grande potência, donde aqueles materiais teriam resultado de quaisquer reaproveitamentos que, sem dificuldade alguma, poderiam ser atribuídos a outras estruturas porventura demolidas — no caso em questão e por hipótese de trabalho, ao troço de muralha preexistente.

Como documentalmente estava comprovada a passagem, nessa zona, de pano da muralha da cidade de Aveiro, não se excluiu, liminarmente, aquela hipótese.

Foi com base nesses pressupostos e na documentação conhecida (iconográfica, escrita e oral) que se efectuaram as sondagens arqueológicas.

4.1. A metodologia seguida: explicitação geral

A intervenção arqueológica num tecido urbano coloca algumas questões particulares que se prendem geralmente com o facto de a própria intervenção andar ligada a trabalhos de índole urbanística, rodoviária ou ainda relacionada com a implementação de infra-estruturas. Daí que o factor tempo esteja sempre presente, na medida em que a ele se liga a questão financeira.

Sem descurar a questão científica, uma intervenção arqueológica em meio urbano, tem assim pois que aliar a rapidez da acção, com a economia de tempo, dado que de outro modo está a abrir caminho a dificuldades futuras perante novos achados que se venham a verificar, ocasionando que, para evitar paragens demoradas e os

subsequentes custos, os agentes envolvidos procurem alienar rapidamente os vestígios encontrados perante o receio de não poderem concretizar as suas planificações.

São sintomáticos os casos de achados arqueológicos, rapidamente recobertos por betão ou mesmo soterrados na voragem das terraplanagens, antes que qualquer intervenção arqueológica venha a realizar-se, com os inerentes tempos mortos e despesas acrescidas — tenham-se presente as situações, não muito distantes no tempo, na Bracara Augusta ou, mais recentemente, na cidade de Aveiro, as intervenções arqueológicas de 1994, junto à Sé ou ainda, a atitude tomada face aos vestígios arqueológicos na baixa de Santo António, isto apenas para referir as situações mais conhecidas e/ou mais perto de nós — como exemplo ainda mais grave, se fosse levado até às últimas consequências, teríamos a barragem do Vale do Côa e a perda irreparável do valioso Património da Humanidade que aí ficaria para sempre, “soterrado” sob as águas da albufeira.

Por tudo isso, todos os agentes envolvidos com as sensíveis questões postas pelo património, têm que estar conscientes das responsabilidades que lhes cabem no estudo, conservação e protecção, ou na alienação pura e simples, de parcelas do património, seja ele nacional, regional ou local e da subsequente responsabilização que sobre eles recairá.

Em Aveiro e apesar das experiências negativas, da co-responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro³¹, a intervenção arqueológica no gaveto entre a Rua da Princesa Santa Joana e a Rua do Rato, demonstrou que era possível conciliar interesses à partida antagónicos:

— o prolongamento da Av. 5 de Outubro, com prazos perfeitamente estabelecidos e a investigação arque-

ológica — intervenção arqueológica e terraplanagens andaram a par, sendo de referir muito particularmente o interesse e o empenho posto, quer pelos operários da Câmara Municipal como dos seus Encarregados, merecendo uma referência especial os maquinistas que, com zelo e profissionalismo souberam interpretar as solicitações do Arqueólogo, nas diferentes fases dos trabalhos.

Também a Polícia de Segurança Pública de Aveiro teve aqui um papel importante, na medida em que, apesar de toda a área estar vedada com fita de marcar, tal não impedia que os estacionamento se verificassem, pelo que, sem a colaboração daquela força de segurança, no cumprimento da proibição de estacionamento — entretanto fora colocada sinalização proibitiva de estacionar — dificilmente os trabalhos poderiam decorrer com a normalidade desejada.

No conjunto, a colaboração estreita entre os diferentes agentes envolvidos e movidos por diferentes motivações, resultou plenamente, pelo que a metodologia seguida não apresentou qualquer dificuldade ou incompreensão — ou mesmo má vontade, de quem quer que fosse — tendo sido aplicada de acordo com as necessidades impostas pelo objectivo a prosseguir: avaliar a existência, ou não, do pano da muralha de Aveiro que por aí teria corrido.

Assim, com a ajuda das máquinas de terraplanagem e sob a nossa orientação, foram retiradas as camadas superficiais de materiais provenientes da demolição dos edifícios, em todo o comprimento do gaveto e em cerca de metade da sua largura — em função da documentação cartográfica do séc XVIII e da tradição oral, segundo a qual o pano de muralha deveria correr junto da Rua do Rato e não da Rua da Princesa Santa Joana; de seguida, procedeu-se à remoção do piso de

“macadame” sobre o qual assentavam os imóveis demolidos, a partir da área defronte da frontaria do Museu da Princesa Santa Joana (Museu de Aveiro) —sempre com o apoio de maquinaria pesada; no terreno assim limpo, foram materializadas três sanjas de escavação, perpendiculares aos eixos das duas vias — Rua da Princesa Santa Joana e Rua do Rato — com 1 metro de largura e um comprimento igual à distância que separa aquelas duas ruas.

As valas de sondagem foram marcadas a alguma distância umas das outras, no sentido de tentar detectar os pontos de passagem do pano da muralha; cada sanja foi, posteriormente, escavada até aos níveis geológicos — num caso não se atingiu a camada geológica de base mas um nível freático, o qual corria sobre uma espessa camada de areias finas, ferruginosas — à profundidade média de 4 metros.

Todos os trabalhos foram devidamente registados fotograficamente, com película colorida e diapositivos.

No final da intervenção, as três sanjas de escavação foram novamente fechadas, com os sedimentos que daí tinham sido retirados, podendo os trabalhos de reordenação urbanístico-rodoviário prosseguir normalmente — estes nunca estiveram parados já que decorriam a par, em outros sectores do gaveto, mas com acções que embora não passassem pela terraplanagem e escavação, eram na mesma imprescindíveis — colocação de lancis.

4.2. As sondagens arqueológicas: resultados obtidos

Como já referimos, foram três as valas de escavação, marcadas e abertas em parte da área ocupada pelo gaveto (Fig. 6), segundo a orientação dos pontos cardeais.

De largura igual (1 metro), o seu comprimento correspondeu à distância compreendida entre a Rua da Princesa Santa Joana e a Rua do Rato, donde as diferenças de comprimento para cada uma das áreas de escavação — de referir que as sanjas tiveram como limite norte o lancil da Rua da Princesa Santa Joana e limite sul (Rua do Rato), as caixas de saneamento básico, não fossem as máquinas causar, inadvertidamente, quaisquer danos a tais estruturas.

A profundidade atingida por cada uma das sanjas foi em média os 4 metros, em função da geologia detectada em cada uma delas e, num caso (vala I), o nível freático.

Ainda antes de se proceder à decapagem controlada, de cada uma das áreas de sondagem, foram retirados os sedimentos do piso de macadame em toda a área do gaveto — contada a partir da fachada do Museu da Princesa Santa Joana — sobre os quais assentaram os imóveis demolidos, tendo-se constatado a existência, a intervalos com uma certa regularidade, de manchas de terras negras, muito húmidas e plásticas, contendo grandes concentrações de cascas de ostra em avançado estado de descalcificação, d e v e n d o corresponder a latrinas ou mesmo fossas sépticas não estruturadas, ao nível do subsolo.

No interface da camada inferior do piso de macadame com o nível superior do subsolo, foram assinalados vários fragmentos de olaria mo-

derna, distribuídos pela quase totalidade daquele espaço, parecendo tratar-se de um nível de depósito de materiais inaproveitados e/ou danificados, a que a proximidade com as “olarias” não terá sido estranha³² e um recipiente do tipo bilha, a que faltava unicamente a asa e ainda uma asa em fita, dispersa.

Após estas decapagens passou-se à abertura das três valas de sondagem, previamente materializadas no terreno. Para cada uma delas é possível a seguinte leitura:

Vala I — primeira área de escavação a ser marcada. Foi aberta defronte do limite poente da frontaria do Museu da Princesa Santa Joana. Nesta vala, os sedimentos geológicos apareceram cortados apenas por uma fossa séptica, estruturada com tijolo e cimento, localizada no topo sul do gaveto, junto à Rua do Rato. A cerca de 4 metros de profundidade, foi atingido um nível de águas freáticas que

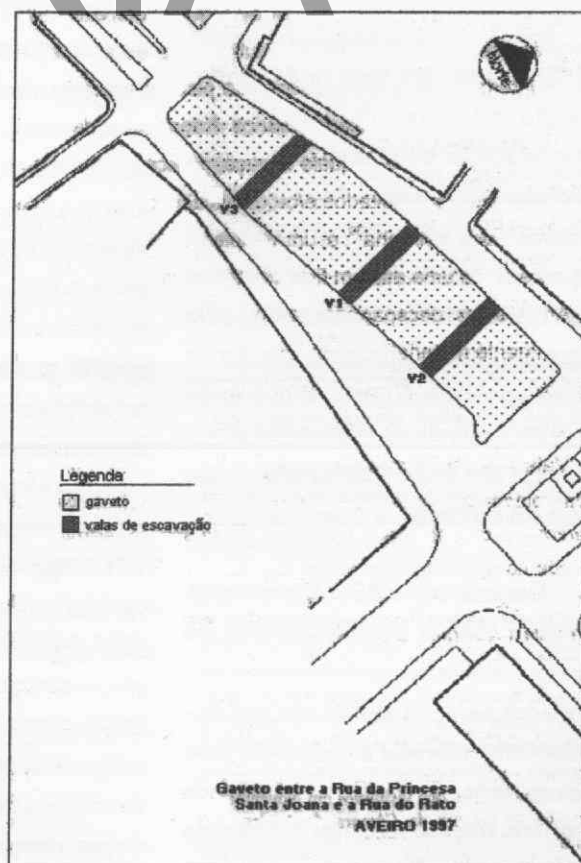


Fig 6 — Planta com a localização aproximada das valas de sondagem.

rapidamente inundaram a vala. Os terrenos da vala revelaram-se à base de argilas cinzentas, xistos metamorfiçados e areias finas.

Vala 2 — esta vala foi aberta de frente da frontaria do Museu, atendendo a que por este local, perpendicularmente à sanja de escavação e, paralelamente à Rua do Rato, afloravam restos de muro do imóvel demolido, pelo que se sondou aí o terreno no sentido de verificar se o “alicerce” do imóvel tinha de algum modo aproveitado o arranque do pano da muralha. A abertura da vala revelou apenas que do muro do imóvel apenas restavam dois pequenos testemunhos de alicerces que, por sinal, não cortavam o substrato geológico — embora os imóveis tivessem uma volumetria significativa, verificou-se que os seus alicerces eram superficiais, pelo que as construções se equilibravam essencialmente devido à sua volumetria que não pelos seus alicerces.

Vala 3 — última vala de sondagem a ser aberta, num local onde a informação oral nos recordou que aquando da colocação do saneamento básico, tinham sido detectados restos de muros — a escavação não assinalou qualquer indício sequer de alicerces ou mesmo de blocos de pedra, pelo que a vala de sondagem não surtiu qualquer efeito. É provável que tenha havido confusão na informação oral e o local não fosse exactamente o que nos foi indicado.

Das três valas de sondagem arqueológica abertas transversalmente, no gaveto, em nenhuma delas foram assinalados vestígios alguns que nos ajudassem a esclarecer o traçado do pano da muralha. Com efeito e apesar de termos traçado as sanjas no sentido transversal, nenhum indício foi locali-

zado.

Por tudo isso, nenhuma outra vala se abriu já que as três sanjas de escavação, pela sua localização topográfica, foram julgadas suficientes para esclarecer o objectivo procurado com a intervenção arqueológica ou seja, a detecção dos pontos de passagem do amuralhado da então *villa*, hoje cidade de Aveiro³³ os quais, a terem aqui existido, teriam certamente sido detectados já que, apesar daquela ter sido desmontada, no registo arqueológico teria ficado sempre documentada a sua passagem — mesmo que não houvesse já, qualquer pedra da mesma, teriam ficado pelo menos as valas da colocação do seu alicerces, o que não aconteceu, pelo que ficou claro que o traçado da muralha é diferente daquele que usualmente se afirmava.

5. A cerca medieval. Uma problemática longe do seu terminus

Embora toda a área envolvente dos imóveis Mosteiro de S. Domingos e Mosteiro de Jesus, pela implantação que possuem, sejam espaços que podiam fornecer dados interessantíssimos quer sobre a ocupação medieval de Aveiro, quer quanto à muralha (ou parte dela) que, rodeou a cidade e que começou a ser erguida nos inícios do séc. XV, tal não se verificou com a intervenção no gaveto entre a Rua da Princesa Santa Joana e a Rua do Rato.

Com efeito, as intervenções arqueológicas deixaram bem claro que, das três sanjas de escavação abertas, em nenhuma delas foram detectados vestígios que corroborassem a informação documental escrita e cartográfica (assim como oral), de que por ali teria passado um troço do amuralhado da cidade de Aveiro, resumindo-se os únicos vestígios arqueológicos a elementos de olaria de fabrico artesanal

e industrial. De muros e/ou fundamentos; do mesmo modo que dos seus “negativos” e valas de implantação, nada se assinalou que pudesse avalizar a diversa documentação disponível.

Com tais resultados poderíamos ser tentados a dizer que a intervenção arqueológica se teria saldado por um completo fracasso, isto se o capítulo da localização da muralha de Aveiro, tivesse ficado encerrado com tais acções arqueológicas, mas não o foi, bem pelo contrário. A questão mantém-se pois em aberto, se bem que agora seja mais difícil testar a derradeira hipótese que se levanta, na sequência daqueles trabalhos, ou seja: qual o percurso afinal da muralha, na área do Convento de S. Domingos e do Museu de Aveiro, ou ainda, onde se localizavam efectivamente a “Porta do Sol” e a “Porta da Vila”, dado que o traçado não é coincidente com o que a documentação refere, como de resto ficou comprovado.

A resposta a estas questões não é fácil de encontrar dado que agora o espaço disponível para a realização de sondagens arqueológicas é praticamente inexistente³⁴, além de que antes, como agora, estamos temporariamente distanciados da topografia revelada pela planta de Aveiro, no séc. XVIII — a transposição da topografia da época, para os nossos dias, aliada às questões da imprecisão da escala e com toda a probabilidade do traçado da mesma planta, foram e são factores a merecer grande ponderação, principalmente agora que se dispõe de elementos que permitem avaliar melhor as hipóteses do traçado da muralha e que, anteriormente, não existiam — referimo-nos aos dados aportados pela intervenção arqueológica.

Julgamos assim que, tendo em atenção com aqueles dados e cruzando-os com a documentação escrita e cartográfica³⁵, se poderá agora preci-

sar melhor o traçado daquela muralha.

Esta, ou o que dela restará e por óbvia exclusão de partes, deverá encontrar-se sob o alcatrão da Rua do Rato, a pouco mais de 1 m para sul do gaveto, já que, do lado da Rua da Princesa Santa Joana, se afigura materialmente impossível que a mesma aí se localize, dada a existência de um “obstáculo” de monta, Convento de Jesus, hoje Museu de Aveiro que, a fazer fé na cartografia conhecida³⁶, se encontrava no interior da cerca que rodeava a cidade.

Assim sendo e dado que, presentemente, é materialmente impossível averiguar esta hipótese credível, caso não haja alteração profunda neste sector da cidade, terão de se considerar os resultados obtidos com as sondagens arqueológicas, como um primeiro contributo no sentido de esclarecer o real traçado da muralha joanina, pelo que permitiu clarificar a posição daquela cerca, no troço compreendido entre a “Porta do Sol” e a “Porta da Vila”.

Porém, a intervenção arqueológica teve ainda outros “méritos” de não menor relevância, que não os estritamente histórico-arqueológicos e que se prendem com o esboçar de uma nova atitude perante o passado histórico e arqueológico da cidade de Aveiro, de que nos permitimos destacar dois.

— o ter proporcionado um novo relacionamento entre a Câmara Municipal de Aveiro e o seu património arqueológico urbano abrindo, assim o julgamos, finalmente, novas perspectivas à arqueologia urbana em Aveiro que, num passado recente, não foram as melhores, apesar das tentativas feitas nesse sentido e de que a cidade e a sua população se têm ressentido já que é das poucas cidades portuguesas aquela onde a intervenção arqueológica

urbana não tinha — e, em certa medida, continua a não ter — expressão alguma, pese embora a existência de um passado histórico significativo que encontramos nas raízes da moderna cidade de Aveiro, mas de que se desconhece tudo, ou quase tudo, para além da documentação escrita — esta mesmo a necessitar de ser corroborada pela investigação arqueológica;

— o demonstrar que, pelo facto de as intervenções arqueológicas terem sido realizadas a par com o decorrer de acções de intervenção urbana, não houve qualquer “colisão” entre os “interesses” em presença, tendo ficado provado, pelo contrário, que é possível articular processos, à partida aparentemente antagónicos, como sejam a intervenção urbana e a intervenção arqueológica, uma e outra imprescindíveis para que nas cidades modernas seja agradável viver, mas sem que tal implique a perda da identidade cultural. A construção de uma paisagem urbana humanizada é indissociável da atenção que é votada ao seu património, às suas raízes, por muito frustes e ténues que elas se nos apresentem.

Sabemos e conhecemos de perto as dificuldades que se levantam à intervenção arqueológica em meio urbano, hoje, dada a concorrência de interesses antagónicos, de que a preservação urbanística não é a menor porém, os trabalhos efectuados e de que aqui se apresentaram os resultados obtidos talvez venham a contribuir para um virar de página, para uma nova atitude dos Aveirenses em geral e da sua Câmara Municipal em particular, no sentido de que, em situações idênticas ou seja, situações tais que possam, de algum modo, pôr em perigo parcelas do património arqueológico da

região, sejam tomadas as necessárias medidas que viabilizem o estudo, a salvaguarda e a divulgação de um património ainda tão pouco conhecido da Cidade e do Concelho de Aveiro.

Bibliografia específica

ALMEIDA, A. J. 1984, *Requiem pelas muralhas de Aveiro*, Bol. Ass. Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 12, Out., pp. 38-39.

GASPAR, J. G. 1983, *Aveiro. Notas Históricas*, CMA, Aveiro.

MARQUES DA SILVA, M.º J.V.B. 1991, *Aveiro Medieval*, CMA, Aveiro.

MARQUES GOMES, J.A. 1875, *Memórias de Aveiro*.

Idem 1899, *Subsídios para a História de Aveiro*.

NEVES, A. 1984, *Aveiro. História e Arte*, ADEP, Aveiro.

PEREIRA DA SILVA, F.A. 1986, *Memorando — Demolições em prédios urbanos no gaveto entre a Rua do Rato e a Rua da Princesa Santa Joana e o troço das muralhas entre a “Porta do Sol” e a “Porta da Vila”*, Rel. inédito.

Idem, 1987a, *Sondagens arqueológicas. Memória descritiva preliminar — Demolições em prédios urbanos no gaveto entre a Rua do Rato e a Rua da Princesa Santa Joana e o troço das muralhas entre a “Porta do Sol” e a “Porta da Vila”*, Rel. inédito.

Idem, 1997b, *Aveiro Medieval — Muralha. Demolições em prédios urbanos no gaveto entre a Rua do Rato e a Rua da Princesa Santa Joana e o troço das muralhas entre a “Porta do Sol” e a “Porta da Vila”*, Relatório das sondagens arqueológicas, Rel. inédito.

QUADROS, R. s.d., *Aveiro. Apontamento histórico — As muralhas*.

TEIXEIRA, C. & ZBYSEWSKI, G. *Carta Geológica de Portugal na Escala 1:50 000. Notícia Explicativa da Folha 16-A, Aveiro*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

1 Vd. QUADROS s.d.: 37.

2 Vd. QUADROS s.d.: 35.

3 Data do arranque das demolições, visto que o pedido é feito ao “ministro da fazenda” em 1801 e recebe despacho favorável em 8 de Abril de 1802.

4 Entre os vários autores que descreveram as portas da vila, primeiro e cidade depois, não há unanimidade quanto ao seu número: nove portas para uns, oito para outros.

5 As acções realizadas só foram possíveis pelo empenho da Câmara Municipal de Aveiro e do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, a quem expressamos os nossos agradecimentos pelo apoio concedido, nas pessoas da Senhora Vereadora do Pelouro da Cultura, Dr.ª Maria da Luz Nolasco, Dr. Emanuel Cunha dos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro e Dr. Artur Côrte-Real, do IPPAR — Coimbra.

6 Em tais arranjos urbanísticos incluía-se a construção de uma “pérgola”, como de resto se veio a verificar.

7 Sondagens dirigidas por arqueólogos da empresa Ethnos do Porto: Drs. António Manuel Sil-

va e José Marcelo Mendes Pinto.

8 As áreas escavadas foram atulhadas sem o conhecimento dos arqueólogos, com grave perda de elementos quanto à existência de pano de muralha, nesse ponto da cidade.

9 Com todas as reservas decorrentes de tal tipo de informação.

10 Discurso do então Presidente da Câmara de Aveiro, Dr. Bento José Rodrigues Xavier de Magalhães, em 1852, referindo-se por certo ao Infante D. Pedro, filho do Rei D. João I, a quem, com alguma incorrecção, se tem atribuído a paternidade da fundação das muralhas da cidade de Aveiro. Contudo, os novos dados da Historiografia apontam para que as muralhas da cidade de Aveiro tenham começado a ser construídas ainda no reinado de D. João I, em data anterior a 1413. Vd. João Gonçalves Gaspar, Aveiro. Notas Históricas, CMA, Aveiro, 1983, p. 39; Maria João V. B. M. Silva, Aveiro Medieval, CMA, Aveiro, 1991, p. 27.

11 "feitoria do sal" lhe chama Amaro Neves. Vd. Amaro Neves, Aveiro. História e Arte, ADEAV, Aveiro, 1984, p. 11.

12 MARQUES DA SILVA, op. cit. na nota 4, p. 28.

13 A própria escassez de materiais de qualidade (e de artefactos qualificados) para a construção de tão importante amuralhado, terá ditado o tempo de construção.

14 Amaro Neves (cit. Pinho Queimado) e Artur Jorge Almeida, referem a existência de 9 portas. Cf. op. cit. na nota 5, p. 14; Vd. Artur Jorge Almeida, Requiem pelas muralhas de Aveiro, Bol. da Ass. de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 12, Out., 1984, pp. 38-39.

15 As oito portas eram as seguintes: a sul a da Vila; a oriente desta a do Sol, seguindo-se as do Campo e do Côjo ou Cais; a da Ribeira; continuando para ocidente e para sul as do Albói, de Rabães e de Vagos.

16 Tal ficar-se-ia a dever, provavelmente, ao facto de que tais níveis ficariam recobertos pelo prolongamento da Av. 5 de Outubro. Contudo, como teríamos ocasião de verificar, durante a intervenção arqueológica, as máquinas acabariam por proceder a uma terraplanagem em todo o gaveto, no sentido de facilitar a colocação dos materiais e da tela que fundamentariam o prolongamento da 5 de Outubro.

17 A realização dos trabalhos foi-nos comunicada no dia 8 de Maio, tendo-nos deslocado ao local no dia seguinte, onde pudemos inteirar-nos do andamento dos mesmos.

18 Na planta consultada (Planta apresentada na figura 2) a escala está em palmos (1 palmo = 0,225 m) o que, se o desenho da muralha estiver correcto nos dá uma cerca com uma espessura de pouco mais de 2 metros e um perímetro de cerca de 1 800 metros.

19 Na Planta II (vd. em anexo) a Rua do Rato aparece extramuros.

20 Na planta topográfica do Séc. XVIII, o Mosteiro de Santa Maria da Misericórdia de S. Domingos (a Sé de Aveiro), assim como a sua cerca, não está adossado às muralhas, o mesmo acontecendo com o Mosteiro de Jesus. De acordo com essa planta (Fig. 2), a muralha aparece afastada de cerca de 7 metros dos limites exteriores do adro de S. Domingos.

21 A moderna Av. 5 de Outubro corresponde ao antigo prolongamento oriental da Rua do Rato, com as alterações que lhe foram introduzidas.

22 Embora desconheçamos as condições em que os trabalhos foram realizados, a existência de, pelo menos, um relatório preliminar dos mesmos, daria achesgos importantes e insubstituíveis, ao conhecimento da existência eventual da muralha, assim como ajudaria à prevenção e salvaguarda

atempada de outros eventuais traços, dado o prosseguimento das demolições (agora em sentido poente).

23 O papel desempenhado por estes Serviços tem sido da maior relevância no tocante ao património arqueológico, devido em particular ao dinamismo e empenho do seu responsável, Dr. Emanuel Cunha, sempre atento às questões patrimoniais da sua cidade de Aveiro, pena que nem sempre tenha havido a necessária correspondência da parte dos poderes municipais, os quais deveriam ser os primeiros a estar atentos e zelar por que os atentados ao património não se verificassem — exemplo sintomático, entre muitos outros está no tratamento que foi dado aos vestígios arqueológicos na Baixa de Santo Amónio e ao Forno de Eixo (Forno II), num caso os mesmos foram complacentemente destruídos pela construção de um imóvel habitacional; no segundo caso, posto a descoberto pela abertura de fundações para a construção de um imóvel, lá esta descarnado, abandonado, à merce de todos os vandalismos, sem que ao menos tenha sido estudado.

24 Veja-se o que a este respeito referimos na página 7.

25 Não deixa de ser provável que a muralha já se encontrasse muito degradada, facilitando assim a acção dos demolidores mas, principalmente, a justificação perante a opinião pública, que veria assim com bons olhos o desmantelamento de um muro degradado, sem utilidade alguma e que obstaculizava o próprio expansionismo urbano, para além de que as pedras da muralha iriam ser aplicadas numa construção de que Aveiro necessitava urgentemente — a abertura da barra e sua ligação ao mar eram questões importantes das quais dependia o desenvolvimento e o progresso da cidade e regiões limítrofes.

26 Vd. Artur Jorge Almeida, Requiem pelas muralhas de Aveiro, Bol. da Ass. de Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro, 12, Out., 1984, pp. 38-39.

27 Vd. QUADROS s.d. 7, 9, 38.

28 Seixos, alguma pedra, tudo ligado com argamassa de barro.

29 Na região não há este tipo de rocha, a qual deverá provir de regiões a nascente de Aveiro, onde essa matéria-prima é abundante. Rangel de Quadros, referindo-se aos materiais utilizados na construção da Muralha refere que "A pedra para a sua construção foi retirada dos arredores de Aveiro e especialmente de S. Roque e S. Thiago. Também muita foi extrahida do valle do Côjo..." (QUADROS s.d.: 6).

30 Os cortes praticados em ambos os muros do imóvel (norte, sobre a Rua da Princesa Santa Joana e sul, sobre a Rua do Rato), ao nível médio daqueles, não indiciam a existência aí de traço de muralha algum.

31 Referimo-nos especificamente ao caso das intervenções arqueológicas junto à Sé e da destruição dos vestígios arqueológicos na Baixa de Santo António.

32 Nível idêntico tínhamos já assinalado aquando das primeiras demolições no topo Este do gaveto, em 1994. Um outro local na cidade, que visitamos em Novembro de 1996, na companhia do Dr. Emanuel Cunha, dos Serviços de Cultura da Câmara de Aveiro e que forneceu uma espessa camada de fragmentos cerâmicos, formando depósito — alguidares, bilhas, panelas, etc. e donde constavam, inclusive, peças apenas fracturadas, situava-se na Baixa de Santo António, no local onde hoje se erguem as "Varandas de Santo António 2". Esta acumulação de dejectos cerâmicos estava directamente associada a uma olaria que funcionava no local, documentada por um forno, posto a descoberto pelas máquinas que procedi-

am aí à terraplanagem. Com a destruição deste arqueossítio perderam-se dados insubstituíveis para o conhecimento da olaria artesanal de Aveiro... Em Eixo, dois fornos cerâmicos (provavelmente romanos) aguardam um, o restauro, conservação e protecção e o outro, o estudo antes que desapareça por completo!

33 Aveiro será elevada a cidade em 11 de Abril de 1759, sob o reinado de D. José I.

34 "Disponível" existe apenas o espaço correspondente ao traçado da Rua do Rato, sob esta, dada a existência de prédios de habitação e comércio ladeando aquela artéria.

35 Desconhecemos se aquando do alcatroamento da Rua do Rato foi efectuado alguma regularização do seu traçado como, por exemplo, o seu alargamento ou a sua "deslocação" para além do que surge indicado nas plantas. Tratando-se de uma obra municipal, é provável que da sua realização exista alguma documentação na Câmara Municipal que ajude a clarificar o seu traçado, esclarecendo melhor aquela questão pois dela, dependerá uma correcta identificação dos pontos de passagem da muralha.

36 Com efeito, de acordo com a cartografia antiga, o Convento de Jesus, hoje Museu da Princesa Santa Joana, ou Museu de Aveiro, já ocupava o mesmo local que ocupa actualmente e, se podemos levantar algumas reservas quanto à fidelidade do traçado da planta do séc. XVIII, no que respeita aos imóveis sagrados é mais que certo que devemos contar com a fiabilidade do traço, diferente por certo do traçado do espaço rural e urbano, de contornos mais imprecisos.

Outono/97

5. os públicos na cultura

bibRIA

5.1. O QUE É FEITO DO “BAIRRISMO” AVEIRENSE?

— PRÁTICAS CULTURAIS E HÁBITOS DE LAZER, UM ESTUDO EXPLORATÓRIO I

MARGARIDA LIMA DE FARIA

*Desapareceram os moliceiros ou recorverteram-se?
Destruíram-se as aldeias e os lugares ou mudou apenas a sua fisionomia a que estamos habituados?
Transformou-se a estrutura económica dos campos, com a sequente alteração dos métodos de trabalho e dos meios e instrumentos de produção (o que significa acabar com os ofícios tradicionais que os fabricavam).*

*“Artes e Tradições da Região de Aveiro”
Hélder Pacheco — 1992*

O estudo que aqui se apresenta constituiu uma primeira abordagem das práticas de lazer, espaços, tempos e formas de sociabilidade da população do concelho de Aveiro, a partir de um conjunto de entrevistas a três grupos geracionais — jovens, adultos e idosos — de diferentes freguesias identificadas como rurais, peri-urbanas e urbanas, e aos presidentes de todas as juntas de freguesia do concelho de Aveiro.

Tentamos realizar uma análise de situações de facto sem nos imiscuirmos demasiado em preconceitos teóricos inspirados na imensa literatura sobre práticas culturais. Assumimos a fase exploratória deste estudo como tratando-se de uma primeira definição de uma “silhueta cultural” do concelho desprovida de quaisquer pressupostos apriorísticos.

É difícil distinguir o campo das práticas dos praticantes, assim como é difícil distinguir o plano do “dever ser” do “ser”, no que toca à avaliação dos produtos de uma cultura comercializável por oposição as práticas e espaços que albergam as formas culturais tradicionalmente reconhecidas e legitimadas como da cul-

tura “cultivada” ou “erudita”. É ainda difícil esconder sentimentos de nostalgia em relação a uma “cultura etnográfica” que constituiu a trama social onde se entreteceram, durante tempos de duração longa, relações sociais e culturas locais e se configuraram identidades que tendem a diluir-se na avalanche da modernização e na intensificação das relações de interdependência dos espaços e das populações que os habitam.

Partimos, pois, da convicção de que (i) qualquer análise das práticas culturais de uma população deverá basear-se num levantamento dos significados que essa mesma população atribui ao seu próprio tempo livre. Ainda, que (ii) as escolhas culturais, colectivas ou individuais, se situam num tempo de não-trabalho remunerado a que se convencionou chamar “lazer”, e cujo valor é social e culturalmente contingente assim como reproduz uma situação específica de uma comunidade de indivíduos implicada num processo de mudança. Assumimos, finalmente, (iii) que essa mudança resulta de oposições e tensões complexas entre ruralidade e modernidade, tradições locais e fenómenos de globalização,

sectores da população ligadas ao ciclo do trabalho agrícola e aquelas outras ligadas à indústria e serviços, uma população escolar vinda do exterior e uma juventude local cujos sistemas de referência estão ligados aos locais de origem, ... e outras ainda por identificar...

Um estudo que apenas tenha em linha de conta os aspectos pragmáticos das práticas culturais e a caracterização sócio-demográfica dos seus praticantes, elimina à partida aspectos menos “palpáveis”, mas igualmente significantes, da simbologia quotidiana referentes a momentos de não-trabalho, onde essas práticas normalmente se inscrevem a par de outras actividades não propriamente “culturais”. Deste modo, utilizaram-se nesta análise conceitos mais abrangentes; “hábitos”² (conceito que aceita uma maior complexidade simbólica do que “práticas”) e “lazer” (que inclui as práticas culturais embora não se esgotem nestas).

Este levantamento, embora exploratório, permitiu, por um lado, delinear a problemática que irá servir de pano de fundo a uma análise posterior — baseada num inquérito a uma

amostra representativa desta população — contribuindo para a definição do corpo de hipóteses subjacentes ao estudo, por outro, construir as próprias questões de que será composto o inquérito com a maior aproximação possível à realidade vivida dos inquiridos.

A ideia fundamental deste estudo exploratório foi, deste modo, (i) para além da caracterização dos modos de ocupação do quotidiano, quando o indivíduo está liberto dos constrangimentos do trabalho remunerado, e de acordo com as condicionantes sociais e culturais que regem essas escolhas; (ii) a identificação de fenómenos de mudança numa população composta de diferenças geográfica, demográfica, social e culturalmente determinantes e interdependentes, e (iii) de uma comunidade sujeita ao efeito dos prolongamentos dessa diversidade para fora das suas fronteiras assim como à incursão, “a dentro” dessas fronteiras, de “outras” influências vindas do exterior.

No caso do concelho de Aveiro, esse processo de mudança manifestase, presentemente, no alargamento do perímetro urbano às regiões peri-urbanas limítrofes e na consequente desertificação das freguesias rurais periféricas. Por outro lado, a alteração dos sistemas agrícola, piscatório e das indústrias artesanais e a sua substituição por novas indústrias que absorvem mão de obra vinda do exterior, vem contribuindo para a desestruturação das fronteiras comunitárias (não apenas geográficas mas igualmente simbólicas) originais. Finalmente, a alteração da estrutura demográfica, com o alargamento da população jovem e estudantil, como resultado da criação da Universidade de Aveiro, população essa de constituição relativamente homogénea (ainda que efémera), embuída de novas representações estéticas, tem introdu-

zido novos hábitos de consumo, novas formas de encontro e uma nova interpretação dos espaços urbanos (como a Praça do Peixe).

É nesta transição de um espaço rural para um espaço agro-industrial ou em vias de o ser, ou já engolido pelo espaço/modo de vida urbano, que se assiste a processos de deslocação humana não apenas fruto de mobilidades geográficas no espaço do concelho (de dentro para dentro, de fora para dentro e de dentro para fora) mas, igualmente, a mobilidades sociais e culturais (mais complexas e de mais difícil caracterização). O valor atribuído ao “lazer” e os hábitos de ocupação do tempo livre (as actividades que o indivíduo privilegia, onde vai, fazer o quê, com quem) são fortemente reveladores desses processos.

2. O “lazer” para os grupos entrevistados

O “lazer” foi definido pelos entrevistados de forma diversa oscilando entre “não fazer nada”, “uma forma de evasão”, “o ter tempo para si próprio”, o “estar com a família e filhos” e mesmo como “profanação” de uma ética do trabalho.

2.1. O lazer dos jovens

Os jovens de Aveiro constituem um sector da população onde se mescla uma população recém chegada por via da Universidade e uma população de raízes locais. A fronteira entre os que vêm do exterior e os jovens locais é de difícil determinação. Trata-se de limites flexíveis quando se trata de marcar estereótipos e aderir aos novos espaços de encontro. Essa flexibilidade varia também com o contexto em que se desenrola a interacção social.

As orientações da juventude em

termos dos espaços de lazer que procura “extramuros”, e que tanto parece preocupar os presidentes das juntas de freguesia, varia com o tipo de equipamentos oferecidos localmente, e com os grupos de sociabilidade que se geram. Essas condições de mobilidade dos jovens sempre superiores às dos outros grupos pela disponibilidade de tempo mas também pela capacidade de criar grupos de afinidade alargados, conduzem à constituição de “grelhas de mobilidade espacial diversa” (vide Nunes et al. 1996), criando para si próprios “trajectos culturais e de lazer” alargando-se em círculos concêntricos, que podem ir do local de residência, ao espaço das freguesias vizinhas, ao concelho, concelhos limítrofes, cidade do Porto, etc.

Os jovens são o sector mais activo da população, gozando de maior independência social e cultural. Daí constituírem-se em movimentos de vanguarda no que se refere à adopção de modelos estéticos e estilos de vida. Combinam diversas práticas culturais e hábitos de lazer, por vezes de características contrastantes, dado que dispõem de mais tempo e recursos para o fazer do que os outros grupos.

Para estes jovens, “lazer” opõe-se ao tempo de estudo, já que o seu quotidiano parece estar marcado sobretudo pelas rotinas escolares. “Lazer” é ter “tempo livre” é tempo para eles próprios, tempo indefinido, “tempo que resta ao fim do dia”, “para fazer coisas que dêem prazer”, incluindo “não fazer nada”. “Aparentemente, há hábitos comuns à generalidade dos grupos juvenis... não fazer nada representa aliás, uma das principais características das culturas juvenis. Por seu lado, falar, conversar, estar (por estar) com os amigos representam um dos mais frequentes modos de “não fazer nada” (Pais 1993: 109). Lazer, para alguns, é, também “descansar” e até “dormir” embora para outros jovens

“dormir” seja “desperdício de tempo”. Há também uma necessidade de “escapismo” momentâneo em algumas das suas escolhas no tempo que tem livre. Referem, por exemplo o café como um local “de palhaçada”, “de fazer asneiras”, justificam essa necessidade pelas tensões resultantes da vida académica: “o estudante tem de sair quando está em baixo”. O cinema é definido por uma das jovens como: “uma maneira de saíres da tua vida... estás contrariada, vais ver um filme... já não pensas mais em ti”.

A sua necessidade de evasão é por vezes canalizada para atitudes de consumismo irracional nas quais se inscreve o valor atribuído aos centros comerciais como um dos espaços de eleição dos seus tempos de lazer: “vou ao centro comercial para gastar dinheiro, quando lá vou, tenho de levar dinheiro para gastar”. “Ouvir música” é também uma actividade que é apresentada como contraponto para o estudo “para distrair”, “para desbundar”. Referem-se ainda a idas ao café que se inscreve numa rotina diária “tenho os meus cafés preferidos” e funciona muitas vezes como lugar de encontro onde decidem a ida para outros locais.

Os jovens entrevistados preferem o lazer em grupo organizando-se em grupos de afinidade que variam consoante o momento do dia “grupos de dia e grupos de noite”. Estes grupos distinguem-se de outras amizades mais exclusivistas e intensas como são as/os namoradas/os e, sobretudo, para o grupo feminino, as melhores amigas. Há quem fale de “estar só” como algo perturbador: “Não gosto de estar só, não gosto da solidão”. No entanto reconhecem o carácter transitório dos grupos de afinidade ligados à escola “todos os anos mudo de amigos”. Criticam os passeios ao ar livre que se instituíram como rotinas características de Aveiro e referem-se a eles

ironicamente como “Os passeios normais de Aveiro” (a Barra, a Torreira, o Rossio).

Os jovens oriundos das freguesias rurais e peri-urbanas que adoptam modelos de ocupação do tempo livre de características marcadamente globais (frequência de centros comerciais, cinemas, espectáculos de música rock, discotecas), encontram resposta às suas necessidades na cidade de Aveiro.

2.2. O grupo das famílias

Os adultos entrevistados, chefes de família (com menores e por vezes também idosos a seu cargo) têm uma visão do lazer como um tempo que, basicamente, se opõe ao trabalho; “acho que é fundamental porque a gente tem uma vida profissional todo o dia a trabalhar... a pessoa precisa de descansar e conviver com os seus”. Reflectem também uma atitude altruísta em relação às escolhas que fazem para o seu tempo livre definindo-o como “um tempo de dedicação à família”, “a família está em primeiro lugar”, “é um tempo que se dedica às pessoas de quem a gente gosta”. O lazer é, assim, entendido “como uma necessidade”. Há contudo diferenças entre as atitudes expressas pelo grupo feminino e pelo grupo masculino. No primeiro caso, é difícil definir uma fronteira entre as práticas domésticas e de lazer “normalmente quem tem dois filhos tem muito que fazer em casa... há que dividir os afazeres da vida doméstica e depois sobra pouco tempo”. Costumam ver televisão e citam alguns dos programas mais apreciados “gosto de ver *Os casos de polícia* ou *O juiz decide e futebol*” demonstrando que as escolhas que fazem dos programas não são arbitrárias mas, pelo contrário, enquadram-se em sistemas específicos de gosto. Referem discussões que surgem frequentemente

te no seio familiar em relação à escolha dos programas e canais.

Saem em grupos de amigos ou ligados à profissão, encontros que se desenrolam normalmente em torno de uma refeição: “juntamo-nos com um, dois ou três casais e vamos dar um giro”. Vão há praia, à pesca, fazem “passeatas no campo”, à serra “para conhecer outros ambientes fora da nossa rotina da cidade”. Vão até ao Rossio, à Barra. Frequentam cafés e pastelarias. Associam associativismo a “bairrismo” que lamentam “estar infelizmente a acabar”. Apontam a televisão como o principal factor de isolamento das famílias nas suas casas impedindo-as de sair, de participar, “quem é que vai conseguir com programas mais fracos (que os da televisão), mesmo que sejam ao vivo, tirar as pessoas de casa”, “pode vir ali o ballet da Calouste Gulbenkian, podem vir ali uns grandes programas que se as pessoas não estiverem motivadas, não vão”, ou, “só vão ver um artista porque possivelmente o viram na televisão”. Reconhecem que “o bairrismo” de outrora impunha sentimentos de identificação com um local por oposição a outro: “aquele sentido do bairrismo que antigamente nos fazia voltar o bairro disto contra o bairro daquilo, isso acabou...” dizem, com mágoa.

2.3. O grupo dos idosos

É preciso não esquecer que para os trabalhadores da agricultura e da indústria de outros tempos a experiência do lazer era essencialmente uma experiência imposta pelo desemprego. Tempo livre significava ausência de trabalho produtivo com os custos inerentes a essa situação. Hoje o conceito de “lazer” tenta destacar-se deste universo de significações característico de outras épocas. As representações simbólicas que os idosos

constróem em torno da ideia de lazer constituem-se a partir de dois argumentos concomitantes e de difícil des-trinça em termos metodológicos: o valor que os idosos atribuem ao lazer será uma questão de idade (de envelhecimento) ou da sua geração/experiência de vida (D'Épinay et al., 1982).

O lazer é, para este grupo de idade, um conceito recente que só conheceram numa fase tardia da sua vida. Noutros tempos havia paragens no ritmo dos trabalhos rurais mas que não eram entendidas como “tempo de lazer” como refere um dos entrevistados: “os lavradores não tinham férias!”. Ainda hoje se orgulham da ética do trabalho que norteou as suas vidas “no tempo em que criei as minhas filhas trabalhava-se de dia e de noite!”. Quando se pede a um dos idosos para definir “lazer” ou “tempo livre” este responde “o tempo livre não sei se é livre, se não é...”. Há quem se refira com alguma emotividade à ideia de divertimento “profanices? não, não tenho nada disso senão era o diabo!”.

Os idosos tendem a adoptar atitudes de recolhimento nos seus ambientes domésticos. Um dos idosos entrevistados, afirma gostar de estar só, e que, quando sai com os filhos, normalmente deseja voltar novamente para a sua solidão. Preenchem essa solidão com as tarefas domésticas e a televisão que tem, para este grupo, uma função importante: “É uma companhia, a coisa que mais me iria custar era tirarem-me a televisão”. As idosas combinam as tarefas domésticas com o “ver televisão”: “levo a tábua de passar a ferro e é nessas horas que estou a lidar com a roupa, a passar alguma coisa”, “praticamente nem a vejo, ouço-a”. Assumem a dependência que criaram em relação a este meio de comunicação: “a televisão é um hábito que foi criado nas pessoas, eu, levando-me de manhã e acendo logo a televisão”. A televisão pode servir para

criar momentos de comunhão para o casal de idosos “acompanhado pela minha esposa, a gente os dois passamos o tempo a ver televisão”. É ainda uma importante fonte de informação: “todos os bocadinhos de tempo livre, o que eu faço é especialmente ver televisão principalmente os telejornais para me manter actualizado”. Alguns lêem o jornal, ouvem rádio.

Vão até ao café local em horários regulares “depois que acabo de pôr a cozinha em ordem vou ao café um bocadinho... meia hora... vou ter com as minhas amigas” Se uns têm uma relação rígida com o tempo, marcando escrupulosamente o horário das suas tarefas diárias, outros há que retiram um certo prazer da perversão dum tempo que toda a sua vida os constrangeu: “o tempo não conta, tanto posso estar uma hora, como posso estar meia como posso estar três quartos de hora”. O café funciona também como fonte de informação “é lá que ficamos a saber esta ou aquela novidade”.

Em termos das suas relações de sociabilidade elas não desaparecem apenas se restringiram, organizando-se em torno de indivíduos da sua geração que visitam e apoiam dentro do possível “para os ajudar a distrair um bocadinho”. Ocupam-se de pequenos jardins ou espaços agrícolas de pequena dimensão onde ainda cultivam alguns produtos que utilizam na sua alimentação “vai-se tendo sempre com que botar na panela”.

2.4. Os representantes do poder local: zonas rurais, peri-urbanas e urbanas

Uma análise das práticas culturais de uma comunidade deve basear-se, para além das circunstâncias económicas e sociais nas quais a política e as práticas culturais se desenrolam, na natureza das organizações através das

quais essas práticas são implementadas, e nas representações simbólicas, valores, atitudes e ideologias dos responsáveis pela formulação das políticas culturais locais. Neste último vector se inscrevem as entrevistas feitas aos representantes do poder local.

Os representantes do poder local — no presente caso os presidentes da junta de freguesia — não representam propriamente um *ethos* local mas apenas representam uma tendência entre outras, não podendo ser tidos como porta vozes da variedade de valores, atitudes e interesses de uma comunidade local. São, no entanto, informadores privilegiados quanto às práticas dos indivíduos que constituem a sua freguesia, dado que são forçados a manter uma relação de constante contacto com as populações, e pelas próprias circunstâncias da sua eleição dado que recaí, normalmente, sobre figuras com algum carisma e conhecedoras da realidade local.

Estes representantes locais, combinam, na sua avaliação da comunidade, valores nostálgicos ligados a aspectos da história e tradições locais, e, uma valorização de comportamentos ligados aos estilos de vida do passado, às práticas associativas locais, e a uma noção de identidade local que resume no conceito de “bairrismo”. O alvo por excelência da sua crítica, em relação ao qual definem os seus pontos de vista, é a juventude. Referem recorrentemente os “perigos” que essa camada da população corre no contexto actual da globalização da toxicodependência, como metáfora dos “perigos” que corre a própria comunidade se se deixar engolir pela explosão urbana do concelho.

Há também quem assuma a gestão da sua localidade numa relação directa com uma dimensão translocal, sem passar fisicamente por percursos

para fora do espaço da freguesia. A criação por um dos presidentes, de um espaço informático onde (sobretudo os jovens) podem “navegar” na “internet” mostra, até que ponto alguns destes elementos do poder local adquiriram uma visão transnacional da cultura, interpretando o desejo de evasão dos jovens da freguesia espaço identificado como constrangedor, através do simbolismo que essa necessidade de evasão pode conter e dando-lhes a possibilidade de “sair” virtualmente dos limites locais sem sair fisicamente das suas fronteiras. Esta atitude pode ser avaliada como uma procura criativa de soluções de desenvolvimento local.

A fixação das populações às freguesias de origem parece ser a preocupação fundamental destes autarcas. Para tal, e exprimindo antigas rivalidades locais que opõem os “de dentro” aos “de fora”, procuram criar centros de lazer que não só mantenham os jovens ligados aos seus locais de origem, mas até que contrariem o sentido dos percursos rumo à capital do concelho, atraindo, pelo contrário, os habitantes de Aveiro às pequenas localidades.

Os autarcas das freguesias urbanas (Stª Joana, Esgueira, Glória, Vera-Cruz, S. Bernardo, Aradas), tentam acompanhar as novas direcções que vêm tomando o gosto das populações (principalmente dos jovens). Estas novas vertentes vão obtendo também respostas provenientes do sector privado (cafés, bares e discotecas). Estas iniciativas empresariais correspondem, segundo um presidente, ao crescimento urbano acelerado de algumas zonas: “a área da freguesia lentamente vai entrando na cidade e atraindo os empresários que abrem um café ou uma discoteca”. É nos cafés e nas pastelarias “que estão cheios”, que segundo nos diz um dos presidentes, as famílias passam os seus tempos livres.

Queixam-se das rotinas a que a população urbana se habitou como sintoma de uma certa acomodação: “de manhã vão à Barra, àquela voltinha dos tristes... e conversam um bocado aí nas tertúlias e nos locais habituais... à tarde é mais para as visitas entre amigos”, outro autarca refere “as famílias continuam a ter o mesmo tipo de vida de há 30 anos atrás ou mais”. Criticam o recolhimento das famílias no espaço doméstico que atribuem à posse do aparelho de televisão “ficam no convívio familiar a partir das 8 horas porque a televisão prende o cidadão à sua casa”. Preocupam-se com o desaparecimento dos espaços verdes. Falam na criação de “zonas pedonais” como espaço de lazer para as famílias e jovens.

Os autarcas das freguesias peri-urbanas (Oliveirinha, Cacia e S. Jacinto), reconhecem que se trata de zonas que sofreram processos de industrialização recente, e repentinos, os quais atraíram muita gente do exterior: “as pessoas não sentem Cacia como a sua própria terra apesar de já não pensarem voltar às suas terras de origem”. Como consequência ainda de um crescimento urbano desordenado, queixam-se da “amálgama de cimento que encobre os espaços verdes”. Estas zonas de urbanização recente trouxeram para o interior das freguesias populações jovens vindas de fora. Nós estamos aqui numa situação de transição, é preciso analisar esse fenómeno. Nós nem somos bem uma aldeia puramente rural nem somos urbanos... e isso tem os problemas que tem não termos uma identidade vincada... não temos um barrismo vincado dada a proximidade da cidade. Nós estamos aqui, e já estamos a dois minutos de Aveiro e isto complica um bocado o vínculo de identidade de terra”.

Esforçam-se para criar infra-estruturas para cativar os jovens “porque se não as houver os jovens vão fugir-

do para outras freguesias ou para a cidade”, “o pão do vizinho é mais doce do que o que a minha mãe faz em casa”, “se os jovens não tiverem um café razoável onde possam conversar, fogem metem-se num autocarro e toca a ir para Aveiro... é preciso criar alternativas para esses moços novos”, “os jovens sentem-se tentados a frequentar outras terras.... eu sou apologista que os jovens devem procurar os seus tempos livres na terra que os viu nascer, julgo que procurá-los lá fora é empobrecer a nossa freguesia”. Entre essas acções conta-se a construção de polidesportivos “daqui a 50 anos a imagem que eu tenho é a de muita gente a vir de Aradas e de Aveiro em direcção à Aldeia Desportiva todos de fato de treino!”.

Os autarcas das freguesias rurais (Eixo, Eirol, Requeixo, Nariz, Nossa Srª de Fátima) referem-se aos jovens da sua freguesia utilizando uma linguagem conservadora, reveladora de uma certa rigidez de princípios. Parece não haver meio termo entre a absorção dos jovens no trabalho associativo ou ligado à Igreja, em prol da comunidade, e a sua marginalização social com consequências graves: “Há aqueles que andam à volta das associações e bem. E há uma grande parte que passa a vida nos cafés, nos climas escuros e nas golpaças”. Numa das freguesias mais pequenas e considerada pelo seu presidente das “mais pobres”, uma parte dos jovens é absorvida pela Igreja na ocupação e ensino de crianças. Este autarca tem contudo a noção de que há um factor de entretenimento importante na ocupação dos jovens: “queria ver se ajudava a fazer lá um salão grande, capaz, para eles se divertirem que é o que eles precisam”. Reconhecem, com algum desânimo, as limitações próprias de um meio com tendência para uma crescente desertificação: “é uma freguesia pobre, não pode ter muita coisa” ou, “é uma

terra pequena que tem os divertimentos próprios da aldeia”.

Os autarcas destas zonas rurais receiam a fuga dos jovens para fora da sua comunidade de origem tendo como principal causa as actividades e os percursos que escolhem nos seus tempos livres: “Este domingo vão para aqui, aquele domingo vão para acolá”. Que cá na terra não tem muito onde se entreter, eles organizam-se de vez em quando mas não têm onde se entreter por cá”. Outro refere a limitação de opções que estes meios pequenos têm a oferecer aos jovens: “passam o tempo no café a jogar às cartas e damas, não existe nada organizado”. Ligam a mobilidade destes jovens no lazer com a sua falta de sentido de identidade local: “há uma crise de falta de educação na juventude, de respeito, de amor à terra”.

As famílias destes meios mais rurais tendem a ter pouco tempo para o lazer. Segundo um dos autarcas: “O máximo 30% das pessoas irão ao café, os outros trabalham tanto que só querem é descansar... ao fim de semana vão à missa, à noite descansam, os cafés ficam vazios a partir das 11 horas”. Outro presidente de junta refere: “trabalha-se até muito tarde é uma zona agrícola, as pessoas depois do trabalho só querem é descansar, só ao sábado é que vão um bocadinho ao café”. Mesmo os passeios para fora da freguesia, são referidos como se inscrevendo num tempo escasso “vão à Costa Nova numa fugida”.

A ética do trabalho, nestas zonas, é ainda um valor importante reforçando a dualidade trabalho-lazer como duas esferas antagónicas. Contudo um dos autarcas refere uma tendência de mudança: “Estamos numa fase de transição. As pessoas já viram que tem de trabalhar, sim senhor, mas tem de ter uns momentos de lazer para terem ânimo para se lançarem noutras aventuras”.

Referem-se aos idosos como aqueles “que trabalham o nome à terra que vão criando raízes na própria terra”. Nestas zonas despovoadas e envelhecidas do ponto de vista demográfico os idosos são “às centenas pelas ruas sem locais onde se reunir”. A imagem que dão os presidentes das freguesias rurais é uma imagem de solidão e desalento “morrem aos bocadinhos aí junto dos pinheiros”. A necessidade de Centros de Dia para idosos, sublinhada pelos autarcas entrevistados, é, ao mesmo tempo, reveladora do processo de desagregação das antigas solidariedades que caracterizaram o comunitarismo rural.

A ideia de “festa” nestes locais é indissociável do seu sentido religioso “a gente o quer é festa desde que tenha missa cantada e uma procissãozinha”. Um dos presidentes clama por “bairrismo” que é para ele sinónimo de maior empenhamento: “o que deveria haver era mais bairrismo por parte das populações, maior empenhamento”.

3. Reflexões finais

Este estudo preliminar vem confirmar a ideia de que as práticas culturais e os hábitos de lazer e a forma como se constituem, não apenas em acções, mas em sistemas de representação simbólica, para diferentes grupos e diferentes comunidades, são um campo de efervescência cultural e social que deveria constituir um objecto privilegiado da análise dos processos de mudança das sociedades.

Estamos perante uma região composta por uma diversidade de dinâmicas e realidades sócio-culturais num processo de mutação que parece dirigir-se no sentido da globalização dos valores culturais e dos gostos. Esta globalização é proporcionada fundamentalmente pela fácil e imediata

adopção de modelos veiculados pelos meios de comunicação de massa principalmente a televisão. No entanto, permanecem nichos que resistem e tentam afirmar-se em manifestações assumidamente “bairristas” e sobretudo em torno de colectivos que visam manter vivos sentimentos de pertença e formas de convivialidade local por oposição às “outras convivialidades” vizinhas numa oposição entre “os de dentro” e “os de fora” características de regiões em transição.

Os hábitos de lazer e as práticas culturais variam com a fase do “ciclo de vida”. Os hábitos de lazer e as práticas culturais variam ainda com o grau de urbanidade ou ruralidade das comunidades de residência não se circunscrevendo contudo, a porções limitadas do território, mas, pelo contrário, constituindo-se enquanto fluxos de indivíduos e de actividades definindo percursos que cortam os espaços locais e se abrem a novas áreas de influência.

Destacam-se, nesta região, práticas de lazer consideradas, pelos próprios, “rotineiras” limitando-se a um número reduzido de locais onde todas as famílias parecem convergir ao fim de semana. Estas “rotinas” se são, por um lado, um sintoma da insuficiência de alternativas, por outro o são de uma necessidade de vivências colectivas por oposição ao crescente isolamento resultante da própria experiência urbana. Podem ser talvez entendidas como recriações de um “local” onde antigos sentimentos de pertença são actualizados, e criam uma certa ordem na desordem de uma cidade cujas fronteiras se desconhecem. Não é de espantar que as reacções contra estas rotinas venham, por um lado, dos jovens, e, por outro, dos autarcas das freguesias urbanas, ambos receptivos à mudança.

Nas localidades de características

marcadamente rurais a pluriactividade das famílias resultante da semi-proletarização dos seus elementos activos permite a manutenção de uma experiência de tipo aldeão e a reprodução de um tipo de estrutura social que mantém coeso o inter-relacionamento das gerações adulta e dos idosos e as formas de inter-ajuda que lhe são características. No entanto, a importância da actividade agrícola para os grupos domésticos, que dela dependem para além do salário obtido no trabalho assalariado industrial, parece ter reduzido o tempo de lazer destas famílias e limitar-lhes assim as possibilidades de saída de uma rotina doméstica que se desenrola em torno dos momentos de relaxação proporcionado pelo aparelho de televisão e a breve convivialidade de fortuitas idas ao café local.

Se o trabalho na indústria induziu uma nova temporalidade nas aldeias, trouxe igualmente acréscimos aos rendimentos das famílias libertando as gerações mais jovens do trabalho agrícola. Esta relativa autonomia da juventude em relação à economia doméstica, e o investimento dos pais na sua formação escolar, tende a criar um certo fosso geracional em termos da frequência de espaços e de gostos culturais. Os processos de mudança cultural e social que afectam estas regiões de interior, semi-industriais, semi-rurais, são, no âmbito das práticas culturais e dos hábitos de lazer, protagonizadas principalmente pelo grupo dos jovens cuja fácil mobilidade e permeabilidade a influências exógenas os encaminha na direcção das zonas urbanas e litorais (centro e orla da cidade de Aveiro). É nestes espaços urbanos que se reconhecem como pertencendo a uma cultura juvenil e escolar com a possibilidade de frequentar espaços criados a pensar nas suas necessidades específicas: os bares, os pubs, as discotecas, onde se

sentem valorizados enquanto grupo e experimentam a exaltação do seu próprio "bairrismo de geração".

Os agentes de decisão no âmbito da cultura local (Presidentes das Juntas de Freguesia) parecem fortemente empenhados na fixação destes jovens às suas localidades de origem evitando a sua deslocação para o exterior. A esta preocupação quanto à desertificação e despopulação destas localidades liga-se um forte sentimento de identificação com uma cultura local que parece enaltecido em momentos em que existem ameaças reais à sobrevivência das pequenas comunidades. O maior investimento no sentido da fixação destes jovens aos seus locais de origem, nos seus tempos de lazer, tem sido na área do desporto. Este princípio inclui, na situação presente, a protecção destes jovens em relação a situações actualmente de risco. Aumentar o número de jovens que permanecem na freguesia, e melhorar a sua qualidade física e mental, é também impedir a desagregação da comunidade.

Os jovens vivem o lazer como "escapismo" libertador dos constrangimentos relacionados com a vida escolar e a situação de dependência em que se encontram. Normalmente funcionam, no lazer, em grupos de afinidade. É também "não fazer nada" situando-se esta atitude numa situação diametralmente oposta à dos seus avós, para quem o trabalho constitui um valor e o seu contrário um anti-valor. Para estes, a honra, o respeito e o trabalho povoam o seu universo de valores, sendo elementos fundamentais na sua percepção do quotidiano. O confronto entre o ontem e o hoje é, essencialmente, o resultado da oposição entre essa trilogia e o modo como percebem a sua aplicação à luz dos valores actuais veiculados pelas gerações mais jovens. Como vimos atrás, para este grupo o conceito de

lazer é um conceito recente estando a sua experiência do tempo marcada pelos ritmos que opõem o trabalho às tarefas de assistência à família e práticas domésticas.

A globalização das práticas culturais é desencadeada por um lado pelas audiências jovens, assumindo uma atitude transiocal em relação ao espaço do concheiro, por outro invade indiscriminadamente os lares através da televisão — meio de comunicação de massas por excelência — que actua de modo indiferenciado quer em ambientes jovens quer idosos, quer rurais quer urbanos. Como espaço de lazer exterior o "café" tem a capacidade de atrair igualmente os três grupos. Há contudo aspectos interessantes ligados a uma certa representatividade simbólica dos cafés e pastelarias escolhidos de forma criteriosa, criando-se em seu redor grupos de afinidades específicas de acordo com a diversidade dos ambientes que oferecem. A frequência dos cafés inscreve-se em rotinas regulares — acontecendo em momentos certos do dia (a seguir ao almoço, a seguir ao jantar) — o que leva a crer que, como foi aventado para o concheiro de Loures (Nunes, et al.), também aqui a ida aos cafés funciona como um "indicador que pode ser assumido como uma extensão do contexto doméstico" ou, como no caso de outras rotinas, como a recriação de um sentido de "bairrismo" adaptado aos novos tempos.

Da análise deste estudo exploratório sobressai como ponto de partida para um estudo mais aprofundado, a necessidade de problematizar o conceito aveirense de "bairrismo" — enquanto sistema de representações de um "local" em torno do qual se constituíram, e se constituem ainda, sentimentos de identidade de um grupo ou colectivo por oposição a "outro" ou "outros" — seja

ele o próprio bairro, uma associação ou clube desportivo, um tipo de comportamento ou atitude, um ritual de passeio, ou um espaço de convívio dentro ou fora da cidade.

Centro de Etnologia Ultramarina
Instituto de Investigação Científica Tropical

bibRIA

Obras citadas

Bourdieu, P. 1979, *La Distinction — critique sociale du jugement*, Les Éditions de Minuit, Paris.

D'Epinay, C. et al. 1982, *Temps Libre, culture de masse et cultures de classes aujourd'hui*, Collection Regards Sociologiques, Editions Pierre-Marcel Favre, Paris.

Ferreira de Almeida, J. et al. 1996, *Jovens de Hoje e de Aqui, "Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures"*, Cadernos Estudos Locais n.º 5.

Nunes, J. Sedas 1996, *Práticas Culturais, in Jovens de Hoje e de Aqui, "Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures"*, in João Ferreira de Almeida et al., Cadernos Estudos Locais n.º 5.

Pacheco, H. 1984, *Artes e Tradições da Região de Aveiro*, ed. Terra Livre, Lisboa.

Pais, J. Machado 1992, *A vida como aventura: uma nova ética do lazer?* in *New Routes for Leisure*, p. 99-110, Actas do Congresso Mundial do Lazer, Lisboa.

1 Este estudo exploratório baseado em entrevistas realizadas pela Associação Cultural de Aradas, foi elaborado para a Câmara Municipal de Aveiro e veio a constituir-se como parte integrante de um estudo actualmente a cargo do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra, que conta com a participação de investigadores da Faculdade de Economia de Coimbra e da Faculdade de Economia do Porto no âmbito do Projecto "Culturas urbanas e imagens das cidades". A segunda fase deste estudo consistirá num questionário a ser aplicado em cinco cidades (Aveiro, Porto, Braga, Guimarães e Coimbra) o estudo a realizar em Aveiro não se circunscreverá à cidade, será alargado a toda a área do concelho.

2 Mais próximo do próprio conceito de "habitus" no modo como foi definido por Pierre Bourdieu, como sistema de classificações que organiza socialmente aqueles que a ele aderem na definição do seu sistema de classificações (o seu sistema de gosto) e como forma de classificar os outros.

bibRIA

6. casos de estudo

bibRIA

6.1. MUDAR A CIDADE

A CONSTRUÇÃO DA CÂMARA DE AVEIRO NOS FINAIS DO SÉC. XVIII: 1790/94(?) - 1797/99 I

INÊS AMORIM

"A mudança introduz-se discretamente, por vezes clandestinamente, no espaço arcaico da velha cidade. A necessidade de construir impõe-se, não somente porque o tempo desgasta as coisas, mas também porque as desactualiza"

BARDET, Jean-Pierre — Rouen aux XVII et XVIII siècles. Les mutations d'un espace social, v. I, Paris, SEDES, 1983, p. 99.

Podemos afirmar que os problemas surgidos na vida da cidade são preocupações, mais ao menos comuns, a todas as Vereações³: abastecimento, sanidade, educação, festas religiosas e profanas, jurisdição, nomeação de cargos, pleitos, policiamento, fisco municipal e central, etc, mas em ritmos de actuação diferentes. Há aqueles que são praticamente inalteráveis, por se tratar de assuntos bem enraizados na tradição local (festas religiosas e civis), ou na gestão local (o ritmo eleitoral para os diversos cargos a ocupar). Há os que são marcados por uma forte incidência de factores cíclicos e conjunturais: a guerra (nos inícios do séc. XIX — as Invasões Francesas), as inundações ligadas ao assoreamento da Barra, o abastecimento, a insegurança social. Há, finalmente, os temas ligados à fazenda local e real, em cuja evolução contam factores cíclicos e conjunturais, mas fazendo sobressair um problema estrutural, como, por exemplo, a situação endémica das finanças centrais e municipais que se prolonga, desde a 2ª metade do séc. XVII, associado aos grandes gastos nas obras da Barra.

De momento, seleccionadas as actas das vereações relacionados com a estrutura viária, infraestrutura urbana e renovação urbanística⁴, encontramos sessões sobre obras da Câmara, edifícios públicos e privados, cais, ruas e

canais. Interessou-nos abordar o núcleo de imóveis da responsabilidade da Vereação: Casa da Audiência, capela de S. António dos Presos e Capela de S. Sebastião.

Começamos pela Câmara. Em 1532 era descrita como Casa da Audiência, de dois sobrados "sobre dois arcos que tomam a Rua Direita que vai para a ponte"; serve no primeiro andar [rés do chão] de Casa de Ver o Peso, e no primeiro sobrado de Casa de Audiência, no de cima de Câmara da Vila⁵. Tratava-se de uma casa de dois pisos localizada, provavelmente, no troço que tradicionalmente se designa por "calçada da Costeira de S. Miguel"⁶, perto da Igreja de S. Miguel, em cuja torre se encontrava o relógio pertencente à Câmara⁷.

Assim sendo, o imóvel situava-se dentro das muralhas onde se encontravam os pólos aglutinadores da vida religiosa e civil da cidade: a igreja matriz de S. Miguel, ficava no adro do mesmo nome, vulgarmente conhecido por Largo da Cadeia⁸. A respectiva freguesia estendia-se do nascente ao poente, desde a rua do Cojo, até ao fim do largo dos Santos Mártires e, ao sul, chegava da rua Direita até à travessa do Loureiro⁹. Dentro destes limites, ficavam casas nobres de que destacamos a casa dos Tavares, senhor de Mira, depois Paço Episcopal, desde 1778; dos Sousas, depois Marquês

de Arronches e Lafões, o Paço dos Duques de Aveiro, depois Convento das Carmelitas (desde 1657). Também a Igreja da Misericórdia, Recolhimento de S. Bernardino, os Hospitais de S. Brás e S. Catarina ou S. Cruz, a Capela dos Santos Mártires (já fora de muros).

Aquele complexo imobiliário, Casa da Câmara e Igreja de S. Miguel, articulava-se com a Capela de S. António dos Presos acerca da qual poucos dados encontramos, mas que deveria ser a serventia para os presos da antiga Cadeia, no adro de S. Miguel¹⁰.

Fora de portas, a sul da igreja do Espírito Santo, situava-se a capela de S. Sebastião, de onde a Câmara sempre fazia sair procissão¹¹. Ignora-se a data de construção mas sabe-se da multiplicação de procissões como a de 1776 para aplacar «as doenças graves que presentemente atingem a cidade»¹². A Vereação tinha a seu encargo a conservação e promoção da capela, onde, anualmente, a Vereação acorria em procissão, a 20 de Janeiro, saindo da Igreja de S. Miguel, transportando a imagem de S. Sebastião com uma relíquia no braço, sendo obrigado a acompanhá-la uma pessoa de cada casa, sob pena de multa¹³. Em 1766 foi reedificada (guarnição das paredes, portas, madeiramentos, ripado, telhas) e forrada de pinho¹⁴. No ano seguinte

foram retocados os seus retábulos¹⁵. Foi demolida, em 1839, por ameaçar ruína, e reedificada em 1896 onde voltou a acolher a imagem e relíquia de S. Sebastião¹⁶.

As notícias acerca das intervenções nestes imóveis ou possível remodelação são dominadas por um discurso de défice financeiro. Com efeito, ao longo do séc. XVIII (recuando mesmo até 1680), a Vereação queixava-se de as rendas do concelho nunca chegarem para as despesas e apontava, como exemplo, a ruína dos edifícios públicos: cais da Ribeira, arcos do fontenário, casa da Vereação, calçadas, igreja de S. Sebastião¹⁷. Por outro lado, um problema a juntar era o da carência generalizada de materiais de construção, ou seja, duma deficiente "bacia de materiais"¹⁸, pelo menos, daqueles que confeririam uma maior durabilidade ao imóvel. A pedra de granito, como pedra nobre, pelas próprias características geológicas da situação de Aveiro, tinha de vir de muito longe, mesmo por mar¹⁹, e a Câmara apressava-se a impedir a sua saída da cidade²⁰.

As dificuldades em sustentar os custos de obras repetem-se em 1728²¹, 1759²², 1763²³. Entre 1766 e 1767 a capela de S. Sebastião sofreu remodelações, como vimos, mas, em 1770, assinala-se a ruína de imóveis como a Câmara, Cadeia e Cais²⁴.

Embora não tenham chegado, até nós, livros de Receita e Despesa Municipal, um Tombo da Câmara refere, em 1768, como únicas receitas, as provenientes de foros em casas, propriedades, ilhas e marinhas, os assentos e percentagens na Feira de Março e impostos sobre a medição na vendagem do sal e de outros produtos²⁵. Não obstante seriam extremamente parcas, perante as necessidades crescentes. Entretanto, precisamente a partir de 1770, conseguiu-se um imposto sobre a circulação de carros, a aplicar na manutenção das calçadas²⁶, até que as obras de maior fôlego na cidade, como

o cais da Ribeira exigiram o recurso ao sobejo das sisas do Cofre da Barra²⁷. Enfim, as dificuldades referidas, apesar e devido a elas, terão marcado, a partir da década de setenta, um maior surto de intervenções no arranjo da cidade, exigindo, de forma crescente, um recurso a novas receitas, aspecto generalizável à conjuntura do séc. XVIII²⁸.

Sem dúvida alguma que, a partir de 1780, Aveiro contou com uma série de projectos que prepararam uma renovação da sua "baixa". Projectou-se

ca³¹. A ordem, de 2 de Agosto de 1780 foi dirigida ao então Superintendente da Barra de Aveiro, Francisco António Gravito, no sentido de "pelo que respeita às Obras do Aqueducto da Fonte da Praça, Paço do Concelho e Cadêa Publica, Ordena, Sua Magestade que Vm. mande tirar a Planta de cada uma d'estas Obras com o orçamento a cada uma d'ellas pertencente, e com a informação de Vm."³². Contudo, a preferência foi dada ao desassoreamento dos canais e esteiros, no sentido de libertarem as águas estagnadas que, de momento, afligiam a salubridade local. Só 10 anos depois é que se iniciaram as obras do Cais segundo a configuração que ainda tem hoje³³.

Apesar da ordem, de 1780, de levantamento do projecto de construção dos Paços do Concelho, nunca encontrámos qualquer planta ou dado explícito que datasse o início da obra. Infelizmente faltam os livros de Vereação respeitantes ao período da construção da nova Câmara de Aveiro, ao longo da década de 90³⁴.

A razão do atraso daquela obra parece residir nas dificuldades surgidas no seu financiamento. As prioridades do emprego dos dinheiros retidos no chamado Cofre da Barra foram sempre outras³⁵. Algumas provisões, dis-

persas, parecem apontar para o início da obra por volta de 1794. Neste ano foi concedida a aplicação das sisas sonegadas de toda a Comarca de Aveiro para se fazerem obras na Câmara, cadeias, fontes, atendendo a um pedido da Vereação de 30 de Agosto de 1794³⁶. Trata-se da continuação de uma prática comum que já se verificou em 1774 e 1784 – a utilização de sisas sonegadas em obras da cidade³⁷. Uma outra provisão de 20 de Outubro de 1797 demonstra a urgência e responsabilidade da obra: determina que as sisas perdidas fossem aplicadas exclusivamente "nas obras das casas da Câmara" e nomeia o Provedor para a direcção das obras³⁸. Finalmente, o



uma intervenção para a zona da Praça, o canal da cidade, o canal de Sá e o cais da Ribeira. Se Lisboa e Porto viveram uma forte renovação urbanística²⁹, Aveiro também a teve, à sua maneira, aspecto inevitável numa arumação liderada por uma visão estatal de reorganização do espaço³⁰. Assim se entende a intervenção crescente, desde o tempo de Pombal, mas que o reinado de D. Maria, no nosso entender, mais desenvolve. Com efeito, um aviso régio de Agosto de 1780, estabeleceu as prioridades: projectar o cais, o esteiro da Ribeira e do Cojo; depois, estudar as outras necessidades: o aqueducto da Fonte da Praça, os Paços do Concelho e a Cadeia Públi-

Príncipe Regente concede por provisão de 26 de Agosto de 1799 que as sonegadas, de 1794 a 97, fossem aplicadas na conclusão das obras da Casa da Câmara³⁹.

Desta forma surge uma cronologia: o início das obras em 1794, ganhando volume em 1797, mas que em 1799 ainda estavam a ser concluídas. Finalmente, a 26 de Novembro de 1799 o imóvel encontrava-se definitivamente terminado, porque um "Auto de Medição e Confrontação das Cazas da câmara, Audiência, Apozentadoria, e Cadeias desta Cidade", revela a sua estrutura, ao mesmo tempo que descreve os dois edifícios pertencentes à Câmara, já referidos: a Capela de S. António dos Prezos e a Capela de S. Sebastião.

Tais "Autos de Medição..." estão contidos num Tombo da Câmara, que encontramos na Biblioteca do Museu de Aveiro: o da Câmara é de 1799 e os das capelas de 1805. Ao publicá-los pensamos contribuir para o conhecimento da estrutura urbana de Aveiro nos finais do séc. XVIII.

O auto de medição da Câmara não nos permite grandes pormenores, mas certamente que uma visita, hoje, ao seu interior, apesar das alterações entretanto verificadas, permitiria reconstituir os espaços (veja-se os arcos do rés-do-chão). No quadro seguinte vai uma síntese dos compartimentos referidos no documento: eles estavam

divididos, pela escadaria, em corpos – Norte e Sul.

Nenhum pormenor acerca do recheio nos é possível apurar. Mesmo relativamente à decoração exterior não conseguimos saber, por exemplo, a localização das janelas. Apenas se faz uma breve referência às Armas Reais e da Cidade. O relógio e os sinos, que caracterizam a torre, não são referidos. Ora, numa reunião de 20 de Outubro de 1790, a Vereação decide que o relógio da Câmara, recentemente concertado, não fosse colocado na Torre da Igreja de S. Miguel como até então acontecera, mas sim na Casa da Câmara, propondo que se alteasse a parede "da parte do pátio" onde se faria uma "pequena casa" de 4 palmos e meio, e as Armas se transferissem "para cima da janela sacada da mesma Câmara"⁴⁰ posição onde hoje se encontram. Esta Acta é ambígua: não sabemos se se tratava da antiga Câmara ou da nova, neste caso se ainda em projecto ou já em construção. Fica a dúvida.

Enfim, acompanhe-se a transcrição dos autos de medição que, sinceramente, esperamos, sirva a muitos.

Documento I

"Auto de Medição e Confrontação das Cazas da Camera, Audiência, Apozentadoria, e Cadeias desta Cidade".

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos noventa e nove annos, aos vinte e seis dias do mez de Novembro do dito anno nesta Cidade de Aveiro, e sitio das novas Cazas da Camera, Audiência, Apozentadorias, e Cadeia, aonde veio o Doutor Manoel Duarte da Silva Franco Juiz de Fora com Alçada nesta mesma Cidade, e seu termo pelo Principe Regente Nosso Senhor que Deos guarde, comigo Escrivão da camera e o Procurador do Concelho no auto retro declarado o Capitão João Dionizio da Fonseca Lopes no impedimento do actual, e immediato, com o Alcaide Ignacio Ferreira da Maya, ahi sendo presentes os Louvados dos predios urbanos nomeados pela Camera, Manoel de Pinho Mestre de obras de Alvenaria, e Carpintaria, e Joze Pedro de Souza tambem Mestre Carpinteiro, ambos desta Cidade aos mesmos deferio o dito Menistro o juramento dos Santos Evangelhos com o qual lhe encarregou procedessem na Declaração do dito Edificio das cazas da Camera, paços do Concelho, Apozentadorias, e cadeias e a sua Medição e confrontação bem, e na verdade sem dolo. ou malicia, e elles jurando o prometerão fazer, e na prezença do dito Menistro, de min, Escrivão, e do dito Procurador do Concelho depois do preciso exame e Medição. Declararão que o referido Edeficio confronta pela parte do Poente donde faz frontaria com o Adro de Sam Miguel, e tem por esta parte de comprido trinta varas e meia quarta. E pela parte do Nascente confronta com a Travessa que vai de entremeio do mesmo Edeficio, e as Cazas de Joze Ribeiro de Azevedo Leytão desta cidade, e tem por esta parte de comprido as mesmas trinta varas, e meia quarta. E pela parte do Norte fazendo frontaria á Rua direita desta mesma Cidade tem por esta parte de largura treze varas, e meia e meia quarta, e pela parte do Sul que confina com o Terreiro da parte das Cazas de An-

Estrutura da Câmara de Aveiro segundo o "Auto de Medição..." de 1799

Dimensões (em varas)	13.5 e meia quarta x 30 e meia quarta
Rés-do-chão: corpo sul	– no subterrâneo: 2 enxovias fechadas de abóboda; – por cima 2 cadeias e 1 "segredo"(?), – 1 casa imediata – outra casa junto à Torre
Rés-do-chão: corpo norte	– 1 enxovia – detrás 1 Cavalaria – frente para a R. Direita 3 lojas, fechadas de abóbodas
1º Andar: corpo sul *	– 1 sala livre – 1 cozinha para o Carcereiro – quarto de dormir do carcereiro
1º Andar: corpo norte	– Aposentadoria: 3 salas, 4 quartos, 2 corredores, 1 cozinha
2º Andar: corpo norte e sul	– Salão para actos da câmara – 1 casa anterior – 1 sala de espera

* temos bastantes dúvidas acerca da separação entre rés-do-chão e 1º andar do corpo sul

tonio Verissimo de Moraes tem por esta parte as mesmas treze varas e meia, e meia quarta, entrando nestas medições as extremidades das sapatas dos cunhaes do mencionado Edificio, o qual se divide em dois corpos fazendolhe devizão a entrada das Escadas principaes, e torre do mesmo. O Corpo que fica da parte do Sul he devidido subterraneamente em duas enxovias fechadas de abobeda, e por cima destas em duas Cadeias, e hum segredo, e sua Caza immediata ao mesmo e outra da mesma forma immediata á Cadeia que fica junta a dita Torre, e logo pegada a esta hum Sala que serve de Sala livre, e hum Cozinha para o Carcereiro, e seu quarto para dormir do redor. E sobre este andar fica outro que se divide em hum Salão para as audiencias com sua Caza anterior, e hum Sala de espera. E o Corpo que fica da parte do Norte se divide subterraneamente em hum Enxovia, e por detras desta hum Cavalharisse, e na frente da Rua direita em tres Loges tudo fechado de abobedas por cima e sobre estes fica a Apozentadoria, que se divide em tres Salas, e quatro quartos, dois Corredores, e hum Cozinha e sobre este andar ficão as Cazas da Camera que se devidem em hum Salão para os actos da Camera, huã Caza anterior, e hum Sala de espera. E debaixo do primeiro patim superior das Escadas da entrada de todo este Edificio fica hum Caza fechada de abobeda e outra dita donde tem hum Posso, tendo desta parte da entrada as Armas Reaes, e na frente da Rua direita as Armas da Cidade. E se declara que a frente principal fian do Norte a viella de entre-meio do Sul, a frente da Rua direita do Nascente, e da outra parte do Poente.

E por esta forma houverão elles Louvados por feita a medição, e Confrontação e declaração de todo o referido Edificio o que tudo dicerão havião declarado ha verdade debaixo do juramento recebido, de que dou fe, e de conhecer pelos proprios os ditos Louvados, e me mandou o dito Menistro fazer este Auto que com elles assignou e o Procurador do Concelho neste declarado, e o Alcaide Joze Antonio Ferreira e Silva, Escrivão da

Camera o escrevi, e assignei=Franco=Joze Antonio Ferreira e Silva=João Dionizio da Fonceca Lopes=Manoel de Pinho=Joze Pedro de Souza=Ignacio Ferreira da Maya.

BMA - Tombo da Câmara, f.86-88.

Documento 2

Auto de medição confrontação e declaração da capela chamada de São Sebastião

Anno do Nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sinco annos aos nove dias do mes de Março do dito anno neste citio chamado de São Sebastião suburbio suburbio da cidade de Aveiro aonde veio o Doutor Juis de Fora Clemente Ferreira França comigo Escrivão da camara, e o Procurador do Concelho Bento Joze da Rocha como Alcaide de João Antonio de Deus ahi sendo taobem presentes os louvados dos predios urbanos nomeados pela camara e para esta deligencia já ajuramentados Francisco de Almeida e João de Pinho na presença do dito Menistro de mim escrivão e do dito Procurador do concelho depois do preciso Exame, declararão os mesmos louvados que a capela de São Sebastião aqui cituada confronta na fronteira com a Estrada que da cidade de Aveiro vai para a Villa de Arada por onde na mesma fronteira tem do Nascente ao Poente sete varas de largo tendo aqui hum Patio com seu cruzeiro que tem de largo nove varas e meia do mesmo Nascente ao poente e de comprido oito varas do Norte ao Sul, por onde tem a capela de comprido vinte e hua varas e tres quartas partindo do Nascente com a Estrada que vai para São Bernardo e do poente por onde tão bem tem o mesmo cumprimento com o chão do Reverendo Vigario do Espirito Santo Jozé dos Santos Xavier, e no fim, pela parte do

Sul acharão pela medição ter a dita capela de largo sinco varas e meia por ser aqui mais estreita aonde fas forma de capelamór e sacrestia, e toda a mesma capela contem o Altar do mesmo Santo e a mesma Sacrestia por detras do mesmo Altar sendo a mesma capela hum campanario sem sino

e diserão os mesmos Louvados que isto hé o que achavão pelo que vão e medisão que fizerão e o declararão na verdade debaixo do juramento recebido de que dou fé, e de os reconhecer pelos proprios e mandou o dito Menistro fazer este auto que assignou com os mesmos Louvados e Procurador do Concelho e taobem assignou o Alcaide, e eu Joze Antonio Ferreira e Silva Escrivão da Camara que o escrevi =Joze Antonio Ferreira e Silva=França=Bento Jozé da Rocha=Francisco de Almeida=João de Pinho=João António de Deus=

BMA - Tombo da Camara, f.95v-96v

Documento 3

Auto de medição confrontação e declaração da capela chamada de Santo Antonio dos Prezos

Anno do Nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sinco annos aos nove dias do mes de Marco do dito Anno nesta cidade de Aveiro e Rua da cadeia aonde veio o Doutor Juis de fora Clemente Ferreira França comigo Escrivão da camara e o Procurador do Concelho Bento Joze da Rocha e juntamente o Alcaide João António de Deus ahi sendo presentes os louvados dos predios urbanos nomeados pela camara e para esta deligencia já ajuramentados Francisco de Almeida carpinteiro e João de Pinho Alvener e tão bem carpinteiro na prezença do dito Menistro e de mim Escrivão e do dito Procurador do concelho depois do preciso exame e medição que elles Louvados fizerão na Capela de Santo Antonio aqui cituada declararão que a mesma Capela tem de largo pela fronteira quatro varas e meia e parte do Nascente ao Poente com a Rua da cadeia tendo a mesma Largura no fim que fica pela parte do Norte sendo esse fim as costas da mesma capella aqual tem de comprido pela parte do Poente sinco varas e hum palmo por onde parte com a rua do Espital de São Bras e da parte do Nascente e Norte com o Adro da Igreja de Sao Miguel por onde tem o mesmo cumprimento de sinco varas e palmo não contendo a dita capela mais que o Altar em que

esta a Imagem de Santo Antonio e diserão os ditos Louvados isto hé o que achavão e o declaravão na verdade debaixo do juramento recebido de que dou fé, e de os reconhecer pelos proprios e me mandou o dito Menistro fazer este auto que assignou com o mesmo Procurador do concelho, louvados e Alcaide de Jozé Antonio ferreira e Silva Escrivão da camara o escrevj e asignei=Jozé Antonio Ferreira da Silva=França=Bento Jozé da Rocha=Francisco de Almeida=João de Pinho, João Antonio de Deus=

BMA - Tombo da Camara, f. 96v-97v

Notas

- 1 Siglas AMA-Arquivo Municipal de Aveiro: BMA-Biblioteca Municipal de Aveiro: LV-Livro de Vereações: ss-sessão
- 2 Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- 3 Acerca da tipologia dos assuntos municipais ver SANCHEZ PEREZ, Antonio Jose - Poder Municipal y Oligarquia. El concejo Cacereno en el siglo XVII. Cáceres. Institucion Cultural "El Broncense". 1987, p. 102.
- 4 Na abordagem desta temática consideramos pertinentes as sugestões contidas em Merino Beato, Maria Dolores - Urbanismo y Arquitectura de Valladolid en los siglos XVII y XVIII, t.2.Valladolid, Ayuntamiento de Valladolid. 1990.
- 5 BMA-Tombo da Câmara.Títulos e Papeis desta cidade de Aveiro. 1767. f.20.
- 6 AMA. LV. n. 7. ss. 16/2/1759
- 7 Em 1692 a Câmara mandou arranjar o relógio com dinheiro do arrendamento das sisas. como se lê em Madahil. A. Gomes da Rocha - Milenário de Aveiro, v. 2. Aveiro. Edição da Câmara Municipal. 1959. f. 379, em 1789 volta a mandar aferi-lo com dinheiro pago pelo rendeiro das sisas: LV. n. 8. f. 425v. Quando se trata de o voltar a colocar "no seu lugar que era na Torre da Igreja de S. Miguel" decide-se que fosse agora para a Casa da Câmara: LV. n.8. ss. 20/10/1798 Quadros. José Reinaldo Rangel de - Aveiro, origens brasão e antigas freguesias. Aveiro. Paisagem Editora. 1984. P. 43.
- 9 Id. Ibid. p.53.
- 10 Id. Ibid. p. 43.
- 11 Quadros. Rangel - Apontamentos Históricos (recortes de jornais). V. 3. P. 215.
- 12 AMA-LV. n. 8 ss. 28/8/1776
- 13 Ver AMA. LV. n. 8. Ss. 28/8/1776. Ainda Quadros. Rangel de - Apontamentos Históricos..., o.c., p. 60 e p. 215 «Procissão da Festa de S. Sebastião».
- 14 AMA. LV. n. 7. Ss. 29/9/1766.
- 15 AMA. LV. n. 7. Ss. 25/4/1767
- 16 Christo. António - Capelas de Aveiro. Aveiro. ADERAV. 1989. P. 67. Se o culto ao Santo definir as oscilações das pestes, parece que, só nos finais do 1º quartel de XIX, haveria um declínio daquela devoção, renovado com os surtos epidémicos de finais do mesmo século.
- 17 Madahil. A. G. da Rocha - Milenário de Aveiro..., o.c. v. 2, p. 249, documento de 30/10/1680.
- 18 Esta expressão utilizada em Meyer, Jean - Études sur les villes en Europe Occidentale, milieu du XVII siècle à la Veille de la Révolution Française, Généralites France. Paris. SEDES. 1983, P. 40.
- 19 Neves, Francisco Ferreira - A memória sobre Aveiro de Pinho Queimado. "Arquivo do Distrito de Aveiro". Aveiro, v. 3. 1937, p. 96.
- 20 AMA. LV. n. 7. Ss. 5/1/1771
- 21 AMA. LV. n. 6. Ss. 4/2/1728
- 22 AMA. LV. n. 7. Ss. 3/10/1759: consertar as pontes e demais obras com dinheiro ou emprestado, ou do rendimento da Terça, ou da massa das sisas.
- 23 AMA. LV. n. 7. ss. 12/9/1763 a cidade está sobrecarregada de reais: 2 para a finta da sisa, 1 para a abertura da Barra: não havia quem rematasse a massa das sisas.
- 24 AMA. LV. n. 8. ss. 10/6/1770
- 25 BMA.Tombo da Câmara. F. 11.
- 26 AMA. LV. n. 8. ss. 26/5/1770.
- 27 AMA. LV. n. 8. ss. 29/6/1784
- 28 Rodrigues, Luis Nuno - Um século de Finanças Municipais: Caldas da Rainha (1720-1820). "Penélope", Lisboa, n. 7. 1992 p. 49. Um dos aspectos que demonstra, é o aumento das despesas

acompanhado dum aumento e diversificação das receitas.

29 Salgueiro, Teresa Barata - A especialidade no tempo urbano. "Penélope". Lisboa. N. 7. 1992, p. 18. Para o Porto o trabalho sumário de Mandroux-Franca. Marie Thérèse - Quatro Fases da Urbanização do Porto no século XVIII. "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto". Porto, 2ª S., v. 2 1984.: para Lisboa, o trabalho fundamental França. José Augusto - Une ville des Lumières. La Lisbonne de Pombal. Paris. Fondation Calouste Gulbenkian. 1988.

30 Meyer, Jean - Études sur les villes en Europe Occidentale, milieu du XVII siècle... o.c., p. 18.

Este autor refere que, no caso francês, a realidade começou a intervir e a controlar os trabalhos públicos urbanos, por razões financeiras e de integração das cidades na rede de circulação, a "bem do Reino". Desde finais do séc. XVII.

31 Cerqueira. Eduardo - Um acervo de obras em Aveiro, incluindo num aviso emitido em nome de D. Maria I. "Arquivo do Distrito de Aveiro". Aveiro. V. 41. 1975. P. 205.

32 Mendes, Humberto Gabriel - Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel do séc. XVIII. "Arquivo do Distrito de Aveiro". Aveiro. V. 40. 1974. P. 242.

33 Neves, Francisco Ferreira - O Cais de Aveiro. "Arquivo do Distrito de Aveiro". Aveiro. v. 20. 1954. p. 320.

34 Efectivamente a sequência de livros é a seguinte: o n. 8 de 1769-1791 e o n. 9 de 1804-1817.

35 Um rol dessas despesas estão referidas, em parte, por Cerqueira. Eduardo - O Cofre da Barra de Aveiro na função de Caixa de Empréstimos ou Subsídios. "Arquivo do Distrito de Aveiro". Aveiro. V. 39. 1973.

36 AMA. N. 1682 - Registo geral. F. 554.

37 AMA. LV. n. 8. ss. 4/5/1774 e 29/6/1784.

38 AMA. N. 1683 - Registo geral. f. 61 v.

39 AMA. N. 1683 - Registo geral, f. 81.

Núcleo de cartas do séc. XVIII**

A cartografia histórica traduz, sobretudo ao longo do séc. XVIII, um crescimento da consciência territorial. Podemos questionar-nos acerca dos objectivos, utilidade e rigor dos mapas encomendados ou favorecidos pelos monarcas e seus ministros — mas a verdade é que significam uma percepção crescente do espaço a dominar e a ordenar¹.

A cartografia é, assim, um instrumento cognativo do espaço que sentirá intervenções se os objectivos e os meios políticos, fiscais e técnicos o permitirem. Tais intervenções envolvem propostas de novas divisões territoriais, laicas e eclesiásticas, a construção de uma rede de infraestruturas de comunicação (terrestre, fluvial e marítima), obras hidráulicas (rega e saneamento) e o conhecimento de organização sócio-espacial (a dinâmica do desenvolvimento urbano e rural, estruturação de mercados, etc.)².

Saliente-se a repetição de construções de cidades portuárias, ao logo dos grandes portos da Europa, na sequência de uma encruzilhada de fac-

tores³. Em parte, porque as necessidades de um comércio, cada vez mais volumoso, implicam obras de acesso aos grandes portos⁴; em parte, porque um corpo de engenheiros hidráulicos circula por vários países, solicitado pelas necessidades do Estado absolutista, interventor no sector do exército, circulação de bens e informações, dinamizador dos vários sectores económicos⁵.

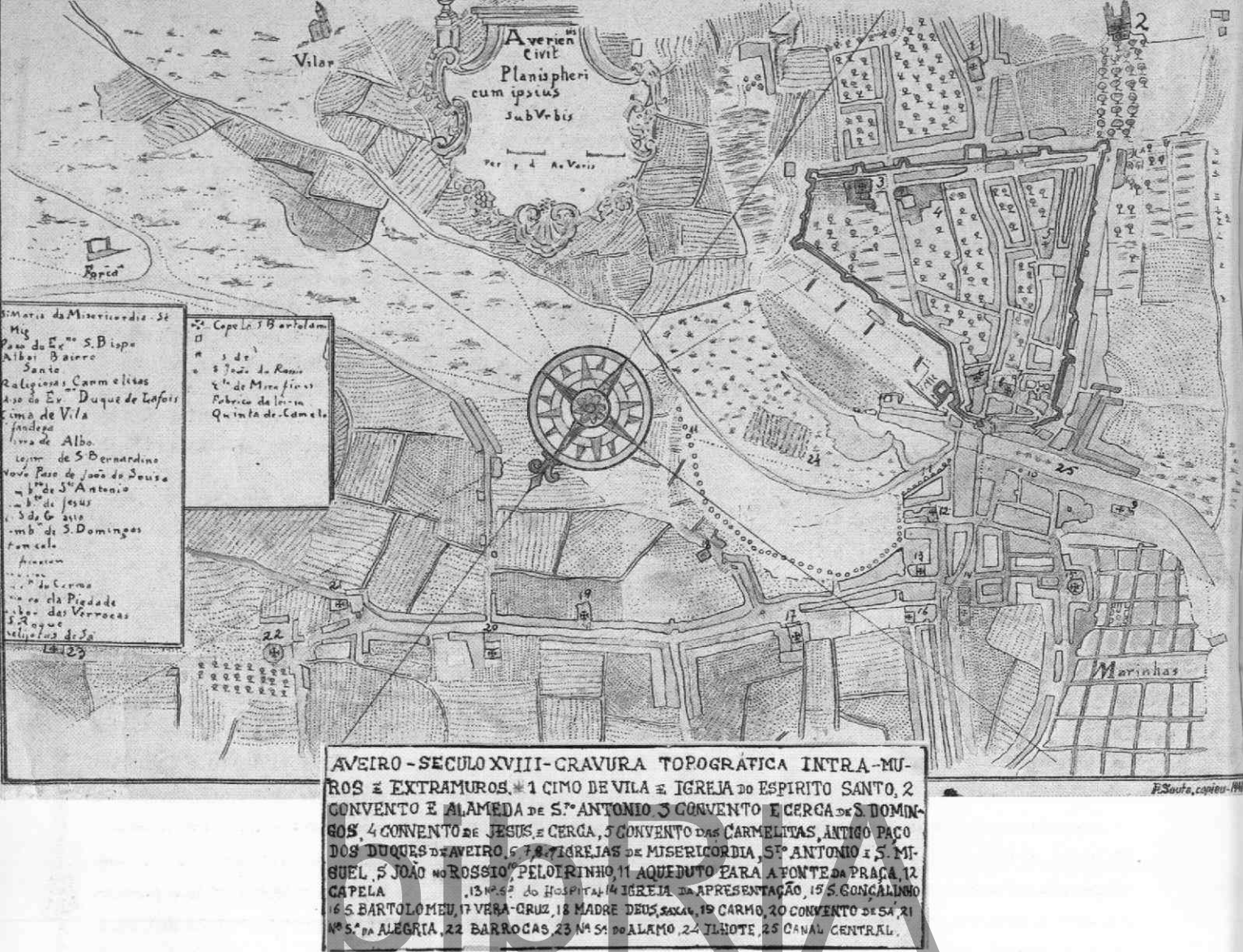
Portugal insere-se neste movimento, sobretudo na segunda metade de Setecentos, com a presença de arquitectos e engenheiros estrangeiros. A guerra com Espanha em 1762 e as necessidades de defesa, incentivaram os levantamentos topográficos, além de que várias instituições revolucionaram o conhecimento científico, contribuindo para a renovação da cartografia⁶.

Pelo menos, desde Pombal, que se idealizam obras variadíssimas: a construção de estradas, o desassoreamento de rios e sua navegabilidade e, sempre que possível, a ligação entre os dois tipos de vias, numa estrada só, preconizando-se uma intervenção nos cursos fluviais, articulados como a costa⁷. Assinalam-se algumas iniciativas

na construção de vias terrestres, com especial atenção para o eixo Porto/Lisboa, Coimbra/Aveiro e Ovar/Porto⁸. A representação iconográfica do Marquês, debruçado sobre plantas e mapas, personifica esta multiplicidade de interesses. Não apenas o preocupava a reconstrução urbana de Lisboa, após o Terramoto, mas de todo o país⁹.

Foi neste contexto que valorizámos a informação contida em diversas representações cartográficas — projectos de intervenção na cidade elaboradas por engenheiros militares, ligados às obras da Barra, com descrições minuciosas da sua toponímia e, sobretudo, pormenorizados mapas da complexa Ria de Aveiro, com a localização das marinhas, cursos de água e alguns aglomerados populacionais¹⁰.

Assim, é possível distinguir três áreas de observação: a Cidade, a Barra e a Navegação do Vouga. Todas se articulam. O texto que se segue é uma forma de as ver, de as percorrer. Boa viagem!



A Cidade

As primeiras representações de Aveiro, vulgarmente entendidas como plantas anónimas, situam-se na década de 70 do século XVIII (cartas n.º 1 e n.º 2). Trata-se de duas perspectivas de Aveiro: um perfim da cidade, visto do canal central, com a serra do Caramulo por trás, ou seja, a parte antiga e amuralhada da cidade. A segunda é como que uma vista "aérea", um desenho que pretende salientar a distribuição dos imóveis articulados com os canais I I. Ambas do séc. XVIII, na nossa opinião, feitas entre 1770 e 1775, altura em que um espanhol, "matemático", esteve ao serviço do então corregedor de Aveiro¹². De inestimável valor, como se compreende. O que sobressai, de qualquer uma das

representações, é a determinação do perímetro das muralhas e a visualização dos principais edifícios, dentro e fora dele, num desenho quase "fotográfico"¹³.

Entretanto, podem-se acrescentar dois mapas preciosos, da responsabilidade do capitão engenheiro Isidoro Paulo Pereira, do ajudante engenheiro Manuel de Sousa Ramos e do arquitecto hidráulico Giovanni Iseppu¹⁴, todos eles, igualmente, empenhados na projecção da Barra de Aveiro. O levantamento topográfico da cidade, "Planta da Cidade de Aveiro", desenhada a tinta preta¹⁵, sem data, mas provavelmente de 1780-81, constitui peça fundamental para a reconstituição da cidade, pelo pormenor da toponímia que ajudará a identificar trajectos das ruas, e pela repre-

sentação planimétrica das antigas muralhas, embora, manifestamente, o desenho não tenha sido terminado.

O outro, "Mapa Topográfico do esteiro da cidade de Aveiro, 1781", corresponde a um projecto de intervenção na zona do Rossio, Ribeira e Cojo, num reordenamento dos espaços de circulação¹⁶.

A informação contida neste núcleo de cartas aproxima-nos do traçado urbano de Aveiro. Sobressai um espaço limitado por muralhas, a sul, e a norte, um outro aglomerado marcado por ruas, relativamente geométricas, que confluem à praça da Ribeira. A dividir estes dois espaços, a sul e a norte, um outro aglomerado marcado por ruas, relativamente geométricas, que confluem à praça da Ribeira. A dividir estes dois espaços uma via

larga, aquática, se impõe, o chamado esteiro (canal) da cidade, fundamental ligação com a Barra e o mar. A rua Direita que se articula com a Porta da cidade, a sul e a rua Larga e dos Mercadores a norte, desembocam, precisamente, nas duas pontes que, atravessando o esteiro, ligam os dois espaços. Assim, Aveiro parece combinar, no terceiro quartel do séc. XVIII, dois tipos de malhas urbanas: uma dentro da muralha, radiocêntrica, a partir dum núcleo central, o canal, donde divergem radialmente artérias¹⁷; a outra ortogonal, na zona de intervenção à volta do projecto da Praça da Ribeira, abarcando a freguesia de Apresentação, mas tendo, como elemento linear de orientação, o canal grande da cidade¹⁸.

A Barra

Ao longo do séc. XVIII, as tentativas para a abertura e fixação da Barra chamaram, a Aveiro, uma série de engenheiros hidráulicos que estudaram e cartografaram o litoral, a ria, os seus braços, o curso do rio e, evidentemente, propuseram o local mais adequado para a abertura da barra. Além destes, surgem particulares a dar opiniões, a tentarem solucionar, mesmo que toscamente, o assoreamento.

Não admira, por conseguinte, que, em Aveiro, se encontre, na luta contra o poder da natureza, os mesmos ingredientes de outras cidades: as intervenções técnicas, as construções de diques, a vigilância das obras, a falta de unanimidade de pareceres que esconde lutas de interesses, os grupos de pressão e os custos elevados a condicionar soluções.

A evolução do litoral de Aveiro levou à constituição de um cordão de areias que dificultava o escoamento do Vouga. Daí que a barra fosse deslizando para sul, oscilando entre duas áreas: uma de S. Jacinto ao For-

te Novo e, a outra, a área lagunar da Vagueira (ou Forte Velho) até Mira. Estes dois espaços dividiam a própria opinião pública da época e, sobretudo, correspondiam a duas visões diferentes: a daqueles que consideravam ser a abertura da barra a única solução para todas as contrariedades, o que exigia uma forte intervenção de engenharia e custos elevados; e a outra que respeitava a tendência natural da barra, a abertura a sul, intervindo apenas no desassoreamento dos canais, solução muito mais económica e rápida. A esta última opinião juntava-se a convicção de que a abertura dum barra, em frente à cidade, por alturas de S. Jacinto, se podia ser óptima para as marinhas não o era para as terras cultivadas¹⁹.

Em suma, duas posições que, à vez, foram tomadas pelos diferentes engenheiros que visitaram Aveiro, ao longo do séc. XVIII, ou mesmo antes como se pode ler no quadro seguinte (Quadro I)

A primeira representação

cartográfica da Barra encontra-se no mapa de Portugal de Álvaro Seco, de 1560, que oferece, da ria, um desenho arcaico com duas espessas restingas a apontar o oceano, e que será repetido, frequentemente, até ao séc. XIX²⁰. Em 1584-1585, o atlas do holandês Lucas Lanzoon Waghenaeer denota um certo avanço sobre a de Álvaro Seco, assinalando os bancos de areia que aconselham a ter cuidado ao entrá-la²¹, mas são, sobretudo, representações qualitativas que, ao registarem o pormenor das marinhas, o recorte exagerado do porto, vincam a importância económica de Aveiro, naqueles tempos.

As representações da Barra, com carácter rigoroso, não se conhecem até 1759, sendo provável que a primeira intervenção humana, pragmática, na sua abertura, pelo capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro da Silveira²², verificada entre Fevereiro e Dezembro de 1757, tenha despoletado o desenhar mais pormenorizado da Ria e costa de Aveiro.

No ano seguinte, em 1758, em res-

Data	Engenheiros e outros	Situação da Barra	Propostas de abertura
Séc. XIII		Torreira	
1407		frente à Ilha da Fostada	
1515		frente à Ilha Monte Farinhu	
?		Forte Novo	
1543		Forte Velho	
1587	holandeses, engenheiros hidráulicos	Vagueira	S. Jacinto
1757	João de Sousa Ribeiro, capitão-mor de Ílhavo	fechada, em Mira	dá-se um canal na Vagueira, porto do Forte Velho
1758	Francisco Xavier de Siqueira Francisco Pinheiro da Cunha portugueses Louis d'Alincourt e François Hyacinthe de Polidre, franceses Adam Venzelas, Hetocheff, alemão	Vagueira ou Forte Velho	conservar a abertura pelo capitão-mor deixar projectar: um para conservar a barra aberta, outro para abrir mais a norte, em S. Jacinto conservar a abertura
1777	Guilherme Eliden Báptista Paulo Pereira Manuel de Sousa Fomes	3/4 legua do rio da Vagueira	entre o Forte Novo e S. Jacinto (N. S. Anírio)
1780	João Supplé, italiano	o mesmo	manter a actual barra
1788	Guilherme Valleris, francês	Mira	desconhece-se
1791	Estevão Cabrita e Louis d'Alincourt	fechada	dá-se reguimento de obras de capela de S. Jacinto
1802	Reinoldo Cuvelier e	fechada, em Mira	entre o Forte Novo e S. Jacinto
a 1808	Luis Gomes de Carvalho		
*	Inacabado ou destruído? Se novo, relacionado com o Velho; construído a Norte, significa melhoria da barra		

Quadro I
Evolução da Barra de Aveiro e diversos projectos de intervenção no séc. XVIII

posta ao pedido da Câmara de Aveiro, suplicando “se digne Vossa majestade mandar a esta vila engenheiro, que vendo e examinado a nova barra diga se está ou não apta e capaz”²³”, reúnem-se em Aveiro três equipas de engenheiros que, verdadeiramente, realizam um estudo do terreno: dois portugueses, Francisco Xavier Rego e Francisco Pinheiro da Cunha, dois franceses, Louis d’Alincourt e François Hyacinte de Polchet, e o alemão Adam Vescelas Hetochoffs²⁴:

— os portugueses, Francisco Xavier do Rego e Francisco da Cunha, descrevem a ria e propõem a manutenção da barra aberta, na Vagueira;

— o alemão, Adam Venceslas Hetochoffs, aconselha a manutenção da barra. Na elaboração quer do estudo deste, quer dos primeiros, parece ter tido serventia uma carta, intitulada “Planta da Ria de Aveiro, desde a bouva Vouga athe a Barra novamente aberta, e Canal que vai para a Barra Velha”;

no verso está escrito: “Cópias de documentos pertencentes a abertura da barra da V^a de Aveiro mandadas pello Sargto. Mor Francisco Xavier Rego, e pelo Tenente Adam Vesceláo Hetok... 1759”. Esta planta encontra-se bastante deteriorada, localiza diversas marinhas, uma vasta toponímia e determina as sondas de profundidade ao longo do canal de acesso a Aveiro, assim como no canal de Ovar, no rio Vouga e na Barra nova²⁵;

— Polchet e Alincourt desenharam uma preciosa carta²⁶ que descreve, fielmente, a Ria, canais, esteiros, marinhas, mas, sobretudo, povoações, linhas de água, igrejas, caminhos, arvoredos, enfim, a barra.

Apesar destas duas propostas, uma

de conservação da actual barra, outra de abertura de uma nova, em S. Jacinto, nenhuma foi adoptada e as recomendações empíricas do capitão-mor, foram superando o quotidiano.

No entanto, em 1764, a barra estreitecida, preocupava a vereação²⁷, que após um auto de vistoria onde estava presente o capitão-mor, apresenta um esboço tosco da embocadura até ao canal da cidade, feito pelo consul holandês em Aveiro, Jacob Henrique Severim, em que são retomados os alvires do capitão-mor. Neste “desenho tosco”, representa-se não só o litoral, desde a Capela de N^a S^a das Areias, em S. Jacinto até à barra de então, frente ao Forte Velho, como



também os bancos de areia e as braças de profundidade.

Quase 15 anos depois da abertura da Barra, em 1771, os problemas mantêm-se, e a Vereação, reunida, descreve-o bem. A solução é a mesma que o capitão-mor preconizou, em 1757, tapar o Rio Velho²⁸. Na sequência provável destas lamentações e de factores conjunturais nacionais, da década de 70, outro grupo de engenheiros elabora um conjunto notável de cartas topográficas e hidrográficas.

Nestas, além de se apontar para o melhor sítio para a fixação da Barra, estuda-se a forma de esgotar as águas estagnadas próximas à cidade e a possibilidade de tornar navegável o Rio Vouga até S. Pedro do Sul²⁹, percebendo-se

que o problema estava na própria circulação das águas na laguna. Sob a direcção inicial do tenente coronel Guilherme Elsdén, desde 1777 que dois engenheiros, Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos elaboraram várias cartas que levantam o terreno, desde Mira até ao Porto³⁰. Das memórias descritivas que acompanham algumas delas, verifica-se que a barra estava já 3/4 de légua abaixo da aberta, em 1757, na Vagueira. As zonas mais afectadas eram a própria cidade, a maior parte do campo da Casa de Bragança, na Vila de Eixo, “aumentando esta ruína as pedreiras de terra vermelha ao pé de Eixo”³¹. Todos os planos apontam no sentido da abertura da Barra se fazer por alturas da Senhora das Areias, apoiada no desassoreamento e navegabilidade do rio Vouga³².

A década seguinte, com a morte do engenheiro responsável e a sua substituição pelo arquitecto hidráulico, italiano, João Iseppi, marca uma paragem no planeamento e concretização das obras. Passa a ser mais urgente manter a barra como estava e, sobretudo, iniciar trabalhos que escoassem as águas estagnadas nos sítios do Cais, Esteiro da Ribeira e Cojo, de acesso à cidade³³. Surge, nesta altura, o mapa topográfico do esteiro da cidade, com o projecto da obra do cais, esteiro da Ribeira e Cojo, feito em 1780/1781, já referida anteriormente³⁴. A partir de 1783, as ordens foram no sentido de conter as despesas “de maior despesa e trabalho, se fique somente continuando naquelas que a necessidade fizer indispensáveis (...) com a menor despesa e número de gente que possível for”³⁵. Assim se cumpre, como aparece assinalado na Carta de 1783, de pormenor da Barra³⁶ onde se nota a sua rápida evolução entre Maio de

1780 e Setembro 1783, registando-se a presença de equipamentos vários: caldeiras para as madeiras das obras, quartéis da gente e quartel grande.

As obras pararam. Até 1802, apesar da passagem por Aveiro do Marechal de Campo, Guilherme Luís António de Valleré e do Professor Hidráulico, Pe. Estêvão Cabral, nada resultou, em termos cartográficos e de intervenção efectiva e vigorosa³⁷.

Neste interregno, as iniciativas da Vereação multiplicam-se, no sentido de prevenir a limpeza dos canais³⁸, nomear pilotos hábeis na condução das embarcações³⁹, enviar relatórios à Rainha por figuras gradas da cidade, acerca da situação insustentável em que se encontrava⁴⁰. Os particulares, entretanto, dão-nos conta das modificações da paisagem: terras em Segadães “que tendo sido o antigo aluido dos rios Vouga e Alfusqueiro, eram agora areias áridas e estéreis” que se pretendiam cultivar⁴¹, ou então, as freiras de Arouca, donatárias de Estarreja, a reivindicarem o aprofundamento do esteiro dos “Carregais” (esteiro de Estarreja)⁴².

Os inícios do séc. XIX, trazem a Aveiro engenheiros hidráulicos de grande craveira: o coronel Reinaldo Oudinot, de nacionalidade francesa e o sargento-mor Luís Gomes de Carvalho, seu genro, ambos familiarizados com grandes obras no rio Lis e no rio Douro⁴³. Os projectos que desenvolvem, repetem a opção de uma intervenção, na zona do Forte Novo, logo, na região central da laguna, num projecto global que incluía, como na década de 70, a navegação do Vouga e a ligação com o Douro e o Mondego, um plano de fortificações para a nova barra⁴⁴ e um plano de estradas complementares⁴⁵.

Luís Gomes de Carvalho, que acabou por ficar sozinho à frente das obras, apercebe-se da complexidade da situação⁴⁶. A população, por seu lado, estava impaciente para resolver os seus problemas, especialmente os proprietários das salinas, privadas da água do mar enquanto se construía o

dique transversal que represava as águas⁴⁷. Mas todos os recursos foram afectados, em simultâneo: comércio, agricultura, e até a pesca, provocando uma forte agitação social, tentativas de abertura, forçadas, da Barra⁴⁸, rumores, escritos, ameaças de morte ao próprio engenheiro⁴⁹.

Perante este quadro, não admira que em 3 de Abril de 1808, quando se abriu a barra (no local que hoje existe), o “seu” engenheiro exclamasse: “*rapazes, mulheres, tudo trabalha, tudo ganha dinehri e andam fartos. Então não é isto bonito?*”⁵⁰ (planta nº 12)⁵¹. Infelizmente para Aveiro, as melhoras, embora significativas, exigiam obras constantes e, sobretudo, a sua irregularidade suscitou vivas suspeitas sobre o engenheiro, logo de imediato e mesmo posteriormente, até ao séc. XX, não obstante se reconhecer que a economia dos custos o justificava⁵².

Talvez sejam pertinentes as palavras do oficial da marinha de guerra que dirigiu em Maio de 1809 a entrada de 39 navios de transporte, britânicos, com mantimentos e munições e um bergantim, pela primeira vez, após a abertura da Barra: “*não pretendo aqui meter-me no detalhe de mostrar se foi a natureza que fez a erupção, ou se foi obra premeditada do oficial engenheiro: porque quer fosse por um quer fosse por outro, ele sempre merece o meu conceito todos os elogios, porque a natureza não poderia ali fazer as suas funções se a arte lhe não tivesse preparado o caminho*”⁵³. E continua “*as Artes nesta parte do território têm marchado a passos lentos, porque esta cidade estava entregue somente aos casos naturais da embocadura do Vouga, que umas vezes inundava o país, outras fazia florescer...*”

A navegabilidade do Vouga

Em Aveiro e à volta da sua Laguna, caminhos de terra e de água confundem-se, completam-se, ou dificultam-se. Lado a lado, a tradição e a inovação — as rotas antigas, englobando estradas mouriscas e barcas de passagem e as novas vias, projectadas pelos

engenheiros.

A Ria era navegável, mas com certos limites — apenas por barcos sem quilha “*nem é capaz de barcos de maior fundo*”⁵⁴. Não podia ir muito além do moliceiro, que segundo o pároco de Avanca, em 1758, só no esteiro daquele nome, registava mais de 300⁵⁵. Nalgumas áreas era mesmo impraticável “(em 1758) *há tradição que antigamente navegavam (as caravelas) até defronte de Vagos a carregar sal (...); ao presente (...) impraticável (...) por se achar completamente areado*”⁵⁶, mas mesmo assim ainda se lhe “*comunica muito pescado, especialmente de Verão, por vezes 50 barcos que trazem sardinha fresca*”⁵⁷.

Até à cidade de Aveiro só chegavam pequenas embarcações “*porque em distância dela um quarto de légua, pouco mais ao menos, (sítio da Gafanha), há um banco de areia que atravessa o canal de um ao outro lado, onde só se encontram dez palmos de água na praia-mar (...); porém até o dito lugar da Gafanha podem chegar embarcações de maior lote, e o transporte de mercadorias para terra é facilimo de fazer-se, não só pela muita abundância de barcos, que há naquela Ria, como até por ser pequena distância à cidade e ser a Ria muito tranquila*”⁵⁸.

O fervilhar de ligações que a Ria permitia, correspondia a outros tantos cais e desembarcadiros que os múltiplos esteiros permitiam comunicar — as cartas de 1778 (plantas nº 7, 8, 9 e 10), representando toda a costa, mostram essas potencialidades.

O Vouga era navegável até Pessegueiro do Vouga⁵⁹, “*no sítio de Esmarrida (...), a cujo sítio chegam com muito trabalho alguns barcos de sal com muito trabalho, que vem de Aveiro (...), que são pequenos*”⁶⁰ e articulava-se com outros rios que constituem a sua bacia: o rio Águeda, que na localidade do mesmo nome recebe o rio Alfusqueiro e era navegável, desde o lugar de Raivo, meia légua acima de Águeda⁶¹, embora nalguns pontos se tornasse indispensável recorrer a algumas juntas de bois que arrastavam os barcos (mercantéis), “*por ser tão pouca a água*



que lhes não dava navegação”⁶². O rio Cértima era navegável com “barcos carreto”⁶³ ate Anadia, aos “vinhos chamados de Anadia”⁶⁴.

Pela primeira vez que se pôs a hipótese de uma relação do Vouga com o mar, e a sua total navegabilidade, foi em 1778, aquando da elaboração duma planta da Barra, (planta nº 8)??? por Izidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos. A legenda da carta de 1778, intitulada “Observações arrespeito do Rio Vouga”, indica, desde a ponte de Almeir até à foz do rio Vouga, as principais dificuldades de navegação. A memória descritiva que acompanha a carta refere os embaraços à navegação até S. Pedro do Sul⁶⁵:

• “corre o rio Vouga perto da vila de S. Pedro do Sul (...) e vem correndo por entre montes até ao lugar de Pessegueiro distante de S. Pedro do Sul 5 léguas; e por todo este sítio, como também até Aveiro há terras fertilíssimas, principalmente em milhos, vinhos e tintos, cujos efeitos superabundam aos Povos que nelas vivem que são bastantes, pois a cada quarto de légua e menos há uma povoação, e uma grande parte dela são vilas, e terras grandes, por cuja causa seria

muito útil a dita navegação e todo aquele povo interessa muito nela”;

• “quase toda esta obra é feita na Comarca de Viseu, que tira dela uma grande utilidade, pelo que parece que deve esta também contribuir para a dita obra”.

Utilizemos as cartas de 1778 e de 1813 (plantas nº 7, 8, 9, 10 e 12), e façamos um breve percurso pela Ria, tendo em atenção o Rio Vouga:

— partindo da ilha do Monte Farinha, a NO. de Aveiro, surge a Cal Grande que se dirige para norte, dividindo-se em dois braços: um fica no seguimento directo do ramo principal, constituindo a cal de Ovar, outro segue para oriente e denomina-se cal de Murtosa ou do Vouga;

— entrando nesta estamos numa das zonas mais ricas da Ria, ligadas a esta por cales ou esteiros, de Estarreja, Antuã, Salreu, Canelas, Fermelã, sendo actualmente designada por Baixo Vouga Lagunar, sujeita à dupla influência das cheias dos rios e ribeiras existentes, e às marés da Ria⁶⁶;

— a cal da Murtosa, que era o caminho de acesso do Vouga à laguna, desde 1778 que foi alvo de um

aprofundamento e direcção expressivo em direcção à Barra, como claramente sugere a planta⁶⁷. Tal projecto só foi contemplado após a abertura da Barra, designando-se o antigo percurso como Rio Velho e o novo como Rio Novo do Príncipe (D. João)⁶⁸. Na planta de 1813 surge o pormenor do projecto sobre a cal de Espinheiro e a ligação ao Vouga.

Entenda-se, no entanto, que a navegabilidade do Vouga se inseria num plano mais vasto e ambicioso: o de fazer comunicável o rio Douro com o Vouga e este com o Mondego. Um primeiro projecto surgiu por volta de 1778 e foi representado por Isidoro Paulo Pereira e Manuel de Sousa Ramos⁶⁹, referindo-se a um canal indicado por um francês, provavelmente o idealizado de um projecto, de autor anónimo, designado por “Perfil dum canal como se executa em Languedoc”. Este francês, de Languedoc, era Pedro Myoulle que se instalou em Ovar, nos inícios da década de 70 do séc. XVIII⁷⁰, mais propriamente no Furadouro, com alguns catalães, incrementando a pesca com

as "artes grandes", procedendo a novas formas de conserva da sardinha⁷¹, fundando uma fábrica de azeite que vendia para o Porto e terras do vinho generoso⁷².

Se o último quartel do séc. XVIII foi fértil em projectos, quer para a Barra de Aveiro, quer para todas as direcções passíveis de a porém em comunicação com o interior, a verdade é que na prática poucos resultaram, e mesmo a abertura da Barra foi fortemente contestada pelos seus rogados benefícios. Assim sendo, entre traçados ambiciosos, surgem outros, mais modestos, localizados, de iniciativa particular. Entre estes conta-se o das freiras de Arouca, com fartas propriedades em Estarreja que propuseram em Março de 1789, a abertura dum canal de 25 palmos de largura⁷³. Ou então, já depois da abertura da barra, os moradores de Ouça, no princípio do ano de 1814, que solicitavam a desobstrução do braço da Ria, a chamada Cal de Ílhavo ou de Vagos que, entupido, inundara campos e impedia a circulação de estrumes, cal, lenhas, vinhos e outros géneros vendidos em Aveiro, Ovar e outras localidades⁷⁴.

Enfim, a cartografia desempenha simultaneamente um reconhecimento do território, uma visão real e pormenorizada, mas igualmente uma antevisão de um futuro que tardava, sobretudo quando às razões económicas, políticas e até militares se sobrepunham as contrariedades técnicas e de financiamento. Mas esta é outra história, que não interessa agora contar...

Notas

** Siglas: "ADA" - Revista "O Arquivo do Distrito de Aveiro", AHMOP - Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, AHU - Arquivo Histórico Ultramarino, AMA - Arquivo Municipal de Aveiro; ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto, CF - Conselho da fazenda, Cx - Caixa; DP - Desembargo do Paço; IGC - Instituto Geográfico e Cadastra, LV - Livro de Vereações; MP - Memória Paroquial, MR - Ministério do Reino; Res. - Reservados.

1 BUISSERET, David, ed. - *Monarchs, ministers and maps. The emergence of cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*, Chicago & London, The University of Chicago Press, 1992, p. 3 e 4. Esta tornada de consciência torna-se extensiva aos fisiocratas que pretendiam a melhoria das vias rurais e fluviais para o desenvolvimento do sector agrícola que lhes era mais caro, aos corregedores defensores de boas redes terrestres para melhor controlo do espaço administrativo e aos engenheiros que se encarregam de construções portuárias, fluviais ou terrestres alicerces da complementaridade entre o mar e a terra; veja-se estes aspectos em PELLETIER, Monique - *Des cartes pour communiquer: de la localisation des étapes, a la figuration du parcours, 17-18 siècles*, in "Ciclo de conferências sobre História de la Cartografía, 5^ª curs, La Cartografía Francesa", Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1996, p. 39.

2 Aspectos enumerados na Introdução e desenvolvidos no corpo do trabalho de REGUERA RODRÍGUEZ, Antonio T. - *Territorio Ordenado, territorio dominado. Espacios, Políticas y conflictos en la España de la Ilustración*, Léon, Universidad de Léon, 1993, p. 7-10.

3 GUIMERÁ RAYINA, Agustín - *El sistema portuario español (siglos XVI-XX): perspectivas de investigación*, in "Puertos y Sistemas Portuarios (siglos XVI-XX). Actas del Coloquio Internacional El Sistema Portuario Español", Madrid, Ministerio de Fomento, 1996, p. 125.

4 Algumas obras que indicam outras tantas referentes a este assunto: PONTET-FOURMIGUE, Josette - *Bayonne, un destin de ville moyenne a l'époque moderne, (fin du XVII siècle milieu du XIX siècle)*, Biarritz, J & D Editions, 1990 e ainda PFISTER-LANGANY, Christian - *Ports, Navires et Négociants a Dunkerque (1662-1792)*, Dunkerque, Société Dunkerquoise, 1985.

5 PEREZ SARRION, Guillermo - *Agua, Agricultura y Sociedad en el siglo XVIII - El Canal Imperial de Aragon 1766-1808*, Zaragoza, Institucion "Fernando el Catolico", 1984.

6 VICENTE, António Pedro - *Memórias políticas, geográficas e militares de Portugal, 1762-1756*. Sep. "Boletim do Arquivo Militar", Lisboa, v. 41, 1971, p. 42 a 53. ALEGRIA, M^a Fernanda, GARCIA, João Carlos - *Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)*, in "Os mapas em Portugal", Lisboa, Cosmos, 1995, p. 67 a 73. O Estado criou Instituições com objectivos estruturantes: as Academias Reais de História (1720), da Marinha (1779), das Ciências (1779), das Fortificações, Artilharia e Desenho (1790), das Guardas Marinhas (1796) e a Sociedade Real Marítima, Militar e Geographica (1798) responsáveis pela impressão de cartas hidrográficas, geográficas e militares.

7 SERRÃO, Joel - *Transportes*, in "Dicionário de História de Portugal", v. 4, Lisboa, 1971, p. 18.

8 Em 1791 a recuperação da ponte do Vouga em Serém, em 1792 as estradas Porto/Lisboa, e em 1798 as de Coimbra a Aveiro e de Ovar

ao Porto; para estas obras foram retiradas verbas do Cofre da Barra de Aveiro; cf. SILVA, Eng. Silvério Augusto Pereira da - *Barra de Aveiro*. "Revista de Obras Públicas e Minas", Lisboa, t. 6, n. 64, Abril 1875, p. 184. Estas verbas, extraídas do Cofre das Obras da Barra de Aveiro, estão registadas em AHMOP-MR-n. 18 - *Correspondência: estradas e encanamentos do Mondego e Barra de Aveiro*.

9 Sobre a evolução da cartografia ver ALEGRIA, Maria Fernanda, GARCIA, João Carlos - *Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)*..., o.c., p. 70.

10 Estas cartas revelam-se importantes pelo contraste e persistência das representações arcaicas da Ria de Aveiro como seja, entre outras, o mapa de Álvaro Seco de 1560 que irá ser, sucessivamente, representado em pleno séc. XIX, ignorando o precioso levantamento da Ria, como observou Suzanne Daveau no Catálogo da exposição na Biblioteca Pública do Porto onde se encontra uma carta preciosa sobre a Barra de Aveiro que se expõe agora: veja-se A Pintura do mundo, Geografia Portuguesa e Cartografia dos séculos XVI a XVIII, Porto, Biblioteca Pública do Porto, 1992.

11 Encontra-se depositado no Museu de Aveiro, antigo Convento de Jesus de Aveiro.

12 Este espanhol, Juan García Marquez, foi recomendado pelo então corregedor da Comarca, José

António Pestana e Silva, como professor de Matemática para a cidade, o que foi recusado pela vereação: AMA, LV, n. 8, ss. 30/8/1777, provavelmente o mesmo que, com extraordinário espírito de estatística, descreveu, minuciosamente, as amoreiras da Comarca "Plano y Estado das Amoreiras... 1772", in AHMOP-JC, n. 8. Ver tudo isto in AMORIM, Inês - *Os poderes urbanos face às mutações económicas: a Fábrica de Algodão de Aveiro - 1769/78*. "Revista da Faculdade de Letras-História", Porto, 2^a Série, v. 11, 1992, p. 137.

13 Na opinião de MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia Pombalina da Ria e Barra de Aveiro*. "Boletim do Arquivo Histórico Militar", Lisboa, v. 42, 1972, p. 250 defende tratar-se de um "exemplo de cartografia religiosa portuguesa (...) conclusão a que somos levados pela sua legenda, preocupada sobretudo em assinalar as fábricas religiosas e os edifícios habitacionais das gentes fidalgas".

14 Estes mapas foram divulgados pela primeira vez por MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro no último quartel do séc. XVII*. "ADA", Aveiro, v. 40, 1974, p. 246.

15 IGC, n. 390.

16 IGC, n. 318.

17 SALGUEIRO, Teresa Barata - *A cidade em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1992, p. 218.

18 Id., *Ibid*, p. 216. Esta autora escreve "uma cidade pode possuir mais do que um tipo de malha e diferentes traçados octogonais podem ter sido usados em diferentes planos de expansão ou reconstrução. Deste modo, em quase todas as cidades encontramos bairros regulares de traçados dominados por perpendiculares em que a largura das vias, a dimensão dos quarteirões e dos lotes revelam a diferente época em que foram abertas, o trânsito que existia ou o estatuto social dos moradores a que se destinavam".

19 MENDES, Humberto Gabriel - *Cartografia e Engenharia da Ria e Barra de Aveiro*..., o.c., p. 216.

20 Catálogo da exposição "A Pintura do Mundo - Geografia Portuguesa e Cartografia dos séculos XVI a XVIII"..., o.c., p. 15.

21 MENDES, H. Gabriel - *Cartografia e engenharia Pombalina*..., o.c., p. 16. Id. - *Lucas*

Jansz Waghenaeer e o conhecimento náutico das costas de Portugal, no séc. XVI, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1969, p. 25.

22 Além de ter o cargo de capitão-mor de Ílhavo, tinha várias ilhas na Ria, arrendadas, onde fabricava sal; possuía uma majestosa casa no Terreiro das Carmelitas; foi várias vezes vereador; era cavaleiro professor da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício.

23 ANTT, MR, maço 376, ss. de 27 de Maio de 1758.

24 MENDES, Humberto Gabriel — Cartografia e Engenharia Pombalina da Ria..., o.c., v. 42, p. 72 a 75, e v. 43, p. 9; o primeiro, vinha de trabalhar num mapa das margens do rio Douro; o segundo trabalhou nos projectos de reedificação de Lisboa, e no rio Lima; dos franceses, destaca-se Polchet, pelo facto de ser um bom conhecedor das obras de Bayonne, e estar a par das necessidades da barra do Porto; o outro francês trabalhou também em Espanha. O alemão foi dos que partiram para o Brasil na expedição científica destinada à delimitação dos domínios portugueses; regressado participou nas delimitações dos vinhedos, no Douro.

25 IGC — A planta n. 314 não foi exposta atendendo ao deficiente estado de conservação da mesma.

26 IGC — Planta n. 315.

27 ANTT-MR, maço n. 367, Correspondência dos juizes de fora — Letra A, ss. 4/9/1764.

28 MENDES, Humberto Gabriel — Cartografia e engenharia..., o.c., v. 43, p. 85. Reproduz a acta da sessão do AMA-LV - n. 8, f. 82, de 6/7/1771; igualmente reproduzido em NEVES, Francisco Ferreira — Breve História da Barra de Aveiro. "ADA", Aveiro, v. 1, 1935, p. 226-227.

29 MENDES, Humberto Gabriel — Cartografia e engenharia..., o.c., p. 198.

30 IGC — Cartas n. 309 e 312; BPMP, Res., cota: C-M&A — Pasta 19 (23);

31 MENDES, Humberto Gabriel — Cartografia e engenharia..., o.c., p. 209;

32 Id., Ibid., p. 213.

33 Id., Ibid., p. 242.

34 IGC — Cartas n. 318 e 390 (Cartas n. 3 e n. 4 do catálogo).

35 MENDES, Humberto Gabriel — Cartografia e engenharia..., o.c., p. 258.

36 IGC — Carta n. 317.

37 MENDES, Humberto Gabriel — Cartografia e engenharia..., o.c., p. 262-263.

38 AMA, LV, n. 8, ss. 7/8/79; 8/3/84; 6/8/88; 27/2/88.

39 AMA, LV, n. 8, ss. 7/10/78; 12/1/82; 14/2/84; 20/5/86; 7/9/87.

40 AMA, LV, n. 8, ss. 16/4/91; 5/5/91; ANTT, MR, maço 984.

41 ANTT, MR, CF, maço 300, doc. 6/2/1794.

42 ANTT, DP, maço 14, doc. 25/1/1790.

43 NEVES, Francisco Ferreira — Documentos relativos à abertura da actual Barra de Aveiro. "ADA", v. 22, Aveiro, 1956, p. 276-278.

44 NEVES, Francisco Ferreira — Resumo Histórico da Barra de Aveiro. "ADA", Aveiro, v. 13, 1947, p. 67.

45 GRAÇA, Pais — As estradas previstas pelo engenheiro Luis Gomes de Carvalho no seu relatório de 1805. "ALA", Aveiro, v. 12, 1946, p. 118.

46 Em 1807, o estado era caótico, "as terras lavradas estão fora de estado de cultura; os prados submergidos; as salinas todas cobertas; morre o gado que vive das ervas, adoce muita gente em Aveiro-baixo, e na Marinha; e alguns médicos dizem que o peixe que vai pastando plantas que não são aquáticas e que apodrecem debaixo da água, vem a ser muito nocivo [...]; já ninguém em Aveiro quis comprar peixe da Ria" cf.

AHMOP, MR, n. 32, "Memória sobre a Barra de Aveiro" de 23 de Abril de 1807.

47 NEVES, Francisco Ferreira — Resumo Histórico da Barra..., o.c., p. 27; Id. — Breve história da barra..., o.c., p. 231.

48 Estes conflitos surgiram desde 1807 e suscitaram uma série de ofícios enviados pelo juiz de fora, o próprio engenheiro e o Superintendente da Barra, ao ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros: AHMOP, MR, n. 32.

49 AMORIM, Inês — Aveiro e sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814) — estudo económico de um espaço histórico, Porto, Faculdade de Letras, 1996, 2 vols [dissertação de doutoramento], cap. 2 — O meio

50 NEVES, Francisco Ferreira — As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho. "ALA", v. 24, Aveiro, 1958, p. 234.

51 IGC — Carta n. 319.

52 Em 1836 foi criticada pelo médico Almeida Coimbra nas suas "Reflexões Históricas", publicado por NEVES, Francisco Ferreira — Reflexões históricas sobre a Barra de Aveiro. "ADA", Aveiro, v. 29, 1963, p. 94. Depois por SILVA, Engenheiro Silvério Augusto Pereira da — Barra de Aveiro..., o.c., p. 165; ainda por LOUREIRO, Adolfo — Os portos marítimos de Portugal: Porto de Aveiro, v. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 30.

53 PIMENTA, Belisário — A Barra de Aveiro em 1809. "ADA", Aveiro, v. 8, 1942, p. 164 e 167.

54 MP de Cacia, publicada em CONDE, Bartolomeu, coor. — Cacia e o Baixo Vouga, apontamentos históricos e etnográficos, 2 vls., Aveiro, Câmara Municipal, 1995, p. 29.

55 MP Avança, publicada em "ADA", v. 35, p. 273.

56 MP Ílhavo, publicado em "ALA", v. 2, p. 302.

57 MP Vagos, ANTT — L. 38, n. 4, f. 17.

58 Memória sobre a nova Barra de Aveiro aberta em 3 de Abril de 1808; por Isidoro Francisco Guimarães, publicada por PIMENTA, Belisário — A Barra de Aveiro em 1809..., o.c., p. 170.

59 GIRÃO, A. Amorim — A bacia da Vouga, Coimbra, 1922, p. 46.

60 MP de Pessegueiro do Vouga, ANTT — V. 28, n. 95, f. 613

61 ME Águeda, ANTT — L. 1, n. 55, f. 385.

62 NEVES, F. Ferreira — A Memória sobre Aveiro de Pinho Queimado. "ADA", Aveiro, v. 3, 1937, p. 268.

63 MP de Oliveira do Bairro, ANTT — L. 26, n. 23, f. 75.

64 MP de Avança publicada em "ADA", v. 35, p. 273.

65 MENDES, Humberto Gabriel — Cartografia e engenharia..., o.c., p. 213 a 215. Este relatório foi, neste artigo, publicado integralmente.

66 BRAGANÇA, João Manuel F. — Perspectivas do desenvolvimento agrícola do Baixo Vouga Lagunar, in "Jornadas da Ria de Aveiro", v. 3, Aveiro, Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1985, p. 76.

67 IGC — Carta n. 309.

68 LEITÃO, A. do Nascimento — A Bacia Hydrographica de Aveiro e a Salubridade Pública (esboço de estudo). Porto, Imprensa Portuguesa, Porto, 1906 [Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico Cirúrgica do Porto] p. 25. Ainda NEVES, Francisco Ferreira — As actividades hidráulicas do engenheiro Luis Gomes de Carvalho..., o.c., p. 227.

69 BPMP — Res. pasta 19 (23).

70 AMORIM, Inês — Aveiro e sua Provedoria..., cap. 7.3

71 AMORIM, Pe. Aires de — Dois projectos de um canal interior, ligando o Douro à Ria de Aveiro. "Gaya", Vila Nova de Gaia, v. 5, 1987, p. 29,

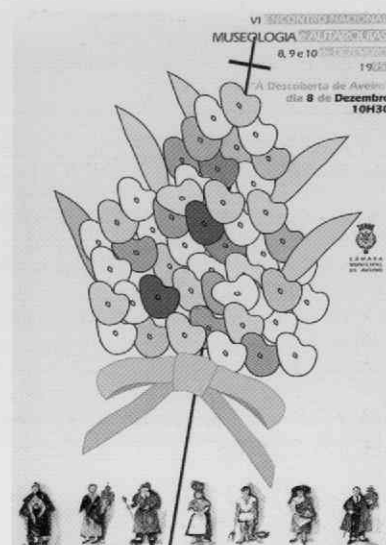
nota 7.

72 OLIVEIRA, Aurélio de — Póvoa de Varzim e os centros de salga na costa Noroeste nos fins do séc. XVIII. O contributo da técnica francesa, in "Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima, Tecnologia e Economia", Póvoa de Varzim, 1985, p. 103. Em 1821, em sessão das Cortes, o mesmo Pedro Myouille, relembrou a sua Memória sobre a abertura dum canal entre Porto e Ovar, projecto que várias vezes foi lembrado, posteriormente, mas nunca concretizado; cf. AMORIM, Pe. Aires de — Dois projectos..., o.c., p. 28 a 30.

73 ANTT, DP, Beira, maço 14, s/nl, ano de 1789.

74 AHU-MR, cx. n. 2749.

6.3.VI ENCONTRO NACIONAL MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS
CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DE AVEIRO
DEZEMBRO 1995



Museus e educação ambiental

Fundamentalmente gostaria de, entre uma audiência tão esclarecida no âmbito da museologia e da relação museu-autarquia, procurar explorar o contributo dos museus para a construção da cidadania ambiental e pedir que me permitissem iniciar com esta pergunta ingénua o que é um museu? Um templo de musas?

Num museu, fundamentalmente guardam-se e exibem-se objectos relativos à história do avanço do conhecimento humano, sobretudo nos campos da arte e das ciências. Será uma resposta demasiado simplista mas julgo que *basicamente* correcta atendendo às origens do museu ou talvez mais correctamente ainda — ao nascer do gosto de coleccionar.

Efectivamente, hoje os museus tornaram-se espaços de encontro e, de um espaço para uma postura essencialmente passiva do visitante, os museus passaram a proporcionar oportunidades para uma postura cada vez mais interactiva. Os grandes museus deram lugar a uma verdadeira explosão de pequenos museus onde muitas vezes se dá prioridade à valoriza-

ção das especificidades próprias dos locais e se procuram afirmar diferenças. No fundo deseja-se que a visita ao museu não seja um acontecimento pontual mas uma prática regular baseada num constante actualizar de oferta de objectos e experiências novas.

O ambiente entendido como o sistema de suporte da vida tem sido considerado seriamente ameaçado pelos nossos novos hábitos e pelas muitas rupturas causadas na relação dos seres humanos com a natureza. Impõe-se assim uma reflexão crítica sobre os hábitos do quotidiano, onde nomeadamente nos possamos assumir como consumidores divididos pelo dilema do **saber ter e o saber não ter**. Fundamentalmente deveriam ser estes os parâmetros da prática da educação ambiental, associados a uma revisão do conceito de justiça distributiva dos recursos naturais.

Hoje, a par com a educação ambiental, discute-se a **educação sustentável** influenciada pelo conceito do desenvolvimento sustentável, consagrado no célebre documento **O Nosso Futuro Comum**, e que, basicamente, determina que o desenvol-

vimento deve ocorrer tendo em conta a qualidade de vida das gerações futuras.

Educar para a sustentabilidade significa promover o conhecimento das forças que estimulam ou impedem o desenvolvimento sustentável. Pretende-se fazer compreender as interdependências de todas as formas de vida do planeta e as repercussões das decisões e acções sobre os recursos, ao mesmo tempo que equipar os cidadãos com a capacidade de integrar os conhecimentos adquiridos na tomada de decisão.

No fundo, trata-se de contribuir para a construção da tão falada sociedade democrática em que o cidadão é um agente informado e participativo. Os museus são sítios onde se cruzam as idades, as profissões, as culturas e apresentam-se como espaços privilegiados para a construção da cidadania ambiental.

A protecção e valorização ambientais não são fins em si mesmos, antes servem valores como a dignidade e a integridade que são essenciais do homem e da sua relação com a natureza!

Nos museus cruzam-se as ideias, faz-se avançar o pensamento. Nos

museus, por excelência, convergem as artes e as ciências, ou melhor a expressão artística e o conhecimento científico.

Os critérios definidos no projecto **A acção da Escola em favor do Ambiente**, da OCDE (CERI), 1986-88 mantêm ainda grande actualidade e são pertinentes para o entendimento da promoção da educação ambiental e sustentável nos museus²:

Σ A tomada de consciência do ambiente é um tipo de sabedoria prática adquirida graças a uma forma de investigação baseada na acção e denominada pesquisa-acção

Σ Uma consciencialização acrescida do ambiente deve implicar uma reflexão dos alunos sobre o papel pessoal que eles podem desempenhar no ambiente em que vivem

- O programa de estudos sobre o ambiente deve ser centrado sobre os problemas práticos que a vida nesse ambiente levanta aos alunos sobre os quais eles têm a sensação de poder agir.

Por último acrescentava que atrair ao museu a educação ambiental — para além de retirar a ideia de que a educação ambiental é uma prática des-

tinada às crianças — permite fazer uma **ligação do museu ao meio**, transportando para o exterior do museu a experiência e as ideias e vice-versa.

¹ *Plano Nacional da Política de Ambiente*, M.A.R.N., 1995.

² OCDE, *A Ecologia e a Escola*, Edições ASA 1991.

Nos anos 20, nasce o interesse pela criação de um museu, em Ílhavo. Em 1932, é inaugurada uma exposição subordinada ao tema "A Semana de Arte Ilhavense" para testar a possibilidade da implantação da futura unidade. Mas, é a 8 de Agosto de 1937 que abrem as portas do museu Marítimo de Ílhavo, fruto do trabalho e dedicação de Américo Teles e Rocha Madahil (Director).

Na década de cinquenta, começam as movimentações para a construção, de raiz de um edifício vocacionado para museu, mas só a 20 de Setembro de 1980 é que se dá corpo a essa pretensão, com a inauguração das actuais instalações.

Conta, este ano, 60 anos o Museu Marítimo e Regional de Ílhavo.

Segundo o relatório de Rocha Madahil lido nos Paços do Concelho a 6 de Agosto de 1932, ele previa para o nosso Museu a existência das seguintes secções:

— Vida marítima que englobava avultado número de subsecções e de alíneas:

- a) Pesca (da ria, do litoral e do alto)
- b) navegação (embarcações históricas e actuais, tanto regionais como

estranhas: de pesca e de transporte, de carga e de passageiros; a remos, a vela, a motor, tudo miniatras construídas em escala e exemplares autênticos, em tamanho natural, sempre que o espaço disponível o permitisse. Especial atenção para a colecção dos barcos da Ria de Aveiro; colecções de trabalhos de marinheiro; de poleame, ex-votos constituíam natural complemento da Vida Marítima

- Fauna e flora marítimas
- A vida agrícola
- Indústrias locais que englobavam a construção naval, a salicultura a secagem do bacalhau, a porcelana
- Indústrias caseiras tais como olaria, cestaria, tecelagem e vestuário regional
- Recordações históricas da terra
- Os Artistas locais
- Núcleos de comparação
- Biblioteca e publicação de uma revista

Será que Rocha Madahil não sonhou um pouco alto se bem com segurança, honestidade e bom senso no plano orientador do Museu? Nem tudo quanto se propunha se conseguiu corporizar.

Em 1965, in "Museu Marítimo e Regional de Ílhavo e a Etnografia Marítima em Portugal", o seu autor refere que o Museu abrangia, à época, secções de:

- Fauna e Flora Marítimas
- Navegação
- Pesca
- Ria de Aveiro
- Salicultura
- Escultura de Evocação Marítima
- Trajos marítimos, históricos e actuais

- Ex-votos marítimos
- Cerâmica Regional

Em Novembro de 1990 assumi o cargo com o Museu sem direcção actuante aberto ao público com a mera facultação do espólio.

Comprometi-me à sua actualização e dinamização pelos dois marcos previstos da Retrospectiva João Carlos e criação "ab initio" do sector da pesca do bacalhau à linha (incluindo as duas expo-clips precursoras Dos Doris e Cozinha de Bordo, em Aveiro).

A revitalização do Museu traduziu-se numa polarização de interessados e numa maior afluência de visitantes diversificados, além dos reflexos pu-

blicitários que incidiram sobre o Conselho e o Município.

Nesta fase actual de reorganização do espaço museológico, houve que rentabilizar ao máximo todo o rés-do-chão. Os dois átrios e duas grandes salas albergam a Faina Maior, exposição temporária durante 1993 transformada em sector permanente em 1994.

Porque são maravilhosos os pescadores portugueses, porque a pesca do bacalhau tem ocupado desde o século XVI um lugar de destaque na economia portuguesa e porque Ílhavo foi um grande centro fornecedor de homens para a Grande Faina, o Museu Marítimo de Ílhavo decidiu organizar esta exposição, convidando os seus visitantes a fazer uma viagem no tempo pelos mares longínquos da Terra Nova e Gronelândia.

As pesquisas empreendidas demoraram cerca de dois anos e foram criteriosamente feitas em todos os centros que forneceram homens para a pesca do bacalhau, desde Viana do Castelo a Fuzeta (Algarve), passando pelo

Porto, Figueira da Foz, Barreiro e Seixal. Claro que a Gafanha da Nazaré pela sua proximidade e quantidade de empresas, foi um alvo preferencial de estudo.

Um grupo de colaboradores (muitos anónimos) deu precioso contributo, salientando-se o Cap. Francisco Marques — “alma” da exposição na carpintaria naval e em todas as informações que forneceu.

Imagine-se entre os anos 30 e 70 e venha ver como era a vida do bomem do dóri

Ultrapasse a entrada do Museu e percorra o grande espaço dedicado ao

dóri, à escala salga, ao convés, convés da popa, beliche e rancho, cozinha, paiol e salão dos oficiais.

Todas as peças são autênticas e estão expostas em sectores de bordo, réplicas dos existentes em navios conhecidos da frota portuguesa, construídas, pera o efeito, em tamanho natural.

Na sala A, o dóri — casquinha de noz, monotripulada, em que o pescador fazia a sua pesca fora do lugre (navio-mãe) — é o motivo aglutinador. Para além do bote, devidamente apetrechado, vêem-se três tipos diferentes de velas de dóri e uma exposição pedagógica da linha de mão — aparelho que determina a faina e nome à profissão e ao barco: navio de linha. A



zagaia e o trol, que no seu emaranhado de linhas veio substituir a linha de mão, também não foram esquecidos.

Como se podia “perder a vida”, mas não o norte, o homem munia-se sempre de uma pequena bússola magnética, normalmente colocada na loca do dóri.

Ao sinal convencional, os dóris vêm atracar ao navio; os pescadores, de pé no pequeno barco oscilante, atiram o peixe para os quetes.

A preparação do bacalhau — a escala (sala B) — e seguidamente executada por grupos de três pescadores — o troteiro, o parte cabeças e o escalador — com funções bem definidas. Depois de lavado nas selhas e

escorrido, é lançado para o porão, onde sofre a última fase de preparo — a salga.

Nesta sala é representada meia secção do porão de um antigo veleiro, tipo Cazela, desde a sobrequilha até meia altura, com as suas divisórias, panas e hinos. Desde o garfo, o balde, bandeja, pá, galão, até aos alfabuches e cachimbos que iluminavam o porão, tudo é apresentado em situação.

Na sala C, o convés de um antigo veleiro, só faltando ser varrido pelas altas vagas que persistem na mente de quem sofreu no corpo e na alma a dura experiência da faina do bacalhau à linha...

O dóri ocupa também um lugar importante no convés, onde era normalmente arrumado em

pilhas de sete, poupando espaço. As colecções presentes de caviões, espichas, macetes, repuxos, recordam todo o trabalho de panos e cabos, habilmente feito pelos pescadores numa redescoberta da arte de marinharia.

A zona posterior engloba, ainda, o albói da câmara, o mastro da ré (seguro à

amurada) e a gaiúta. Superestrutura de madeira situada à popa do navio, a gaiúta abriga o mecanismo do leme, podendo a sua forma ser em arco de círculo, como a do modelo construído (tipo Gazela) ou rectangular (tipo Creoula). No seu interior a gaiúta mostra, a estibordo, a retrete dos oficiais; a bombordo, prateleiras a meia altura acomodam artigos de apoio à navegação.

O homem do leme nunca o abandona, aguentando as temperaturas negativas, os ciclones e as fortes pancadas do mar, para o que, além da roupa normal de pescador, veste a rabana, protege a cabeça e o pescoço com barrete e sueste as mãos com grossas

luvas e calça botas de borracha.

Coleções de odómetros, vidros de convés, fog-horns, formas de zagaia e prumos de mão mostram pormenorizadamente muitos dos instrumentos e objectos usados nesta zona do convés de popa.

Na sala D são recriados alguns espaços interiores que a tripulação ocupava quer à proa (beliche e rancho, cozinha), quer à ré (câmara dos oficiais).

Os beliches, sob o convés (área que juntamente com a cozinha se designa por rancho) situam-se no sentido longitudinal, de um bordo e do outro, e dispõem-se, normalmente, em três fiadas. O espaço do rancho é de tal modo limitado que o pescador, mal se levanta, pousa na loja e aí se senta para a refeição.

Roupas do enxoval do pescador, sacos de lona para o seu transporte e uma colecção de cadeados completam o sector beliche e rancho.

A cozinha é a réplica do lugre "Hortense", construído na Cafanha da Nazaré, em 1950. O grande fogão de ferro, a carvão de pedra e proveniente do lugre-motor "Creoula" (1937), suporta, sobre o tampo, as bailas, panelas, tachos, chaleiras, cafeteiras... Colocadas em situação, dão uma ideia do "mundo" do cozinheiro de bordo.

A câmara dos oficiais é o último dos sectores do interior do lugre. Dando acesso aos camarotes dos oficiais e ao paiol de aprestos, é iluminada pelo albói. Além de sala de jantar, serve de casa de navegação e ainda para arrumação, sob os bancos, de materiais de pesca e artigos vários.

Aparelhos náuticos diariamente usados pelos oficiais (sextante, barómetro, barógrafo, cronómetro, binóculo), utensílios rudimentares de farmácia, louças de porcelana usadas à ré, cartas de navegação e planos de pesca completam este sector.

O painel de Domingos Rebelo pin-

tado pelo autor para o "Gil Eanes" construído em Viana do Castelo em 1955 e aí tendo viajado durante todo o tempo em que o navio deu apoio à frota, resume a pesca do bacalhau à linha: os mares longínquos, os icebergs, os perigos, lugre-patacho "Gazela I", a assistência em terra, as mães e os filhos na ausência dos pais e a própria assistência a bordo do Gil Eanes...

Há uns anos também não era previsto um desaparecimento tão rápido da pesca longínqua do bacalhau (arrasto e arrasto pela popa) com a política sucessiva de abates; daqui a mais não haverá elementos vividos que possam contar a evolução da referida pesca ao longo dos anos até ao seu estertor.

É hoje uma preocupação museológica fazer perdurar no tempo a memória colectiva do que foi a Faina Maior. Linha de mão, zagaia, trol, redes de emalhar, arrasto clássico, arrasto pela popa, a evolução no tempo da pesca do "fiel amigo".

O fim da grande epopeia do bacalhau não pode acontecer sem que ao menos as estruturas museológicas consigam contar como foi.

Em Novembro de 1995, o Museu passa por outro marco também importante — abertura de uma sala dedicada à Nossa Ria.

A par do seu valor ambiental, a Ria de Aveiro possui um elevado interesse cultural e etnográfico albergando actividades agro-marinhas praticamente extintas: a apanha de moliço, a salicicultura e a pesca artesanal.

Um Eco-Museu da Ria em que todas estas actividades teriam cabimento "ao vivo" é um velho sonho de muitos, que remonta aos anos 30 com Alberto Souto que está longe de ter uma completa realização.

Iniciativas isoladas, no entanto, vão-se concretizando.

"Mais a Sul, o Museu de Ílhavo abriu a sua Sala da Ria, dando a conhecer

algumas embarcações e actividades da ria, num amplo espaço — nota de imprensa".

Não é tão amplo quanto queremos, porque a Ria não se pode enclausurar numa sala, mas antes que seja tarde, decidi montá-la, e abri-la. Não é a ideal, mas a possível. Com material existente no Museu desde os anos 30, (primeiras pesquisas) e recolhas mais recentes constitui-se o espólio da nossa Ria.

O espaço é constituído por quatro sectores:

1. barco moliceiro
2. a construção naval lagunar: bateira erveira de Canelas: moldes de construtor, ferramentas de construção.
3. salicicultura — marinhas
4. pesca da Ria — bateira caçadeira de pesca com artefactos.

O barco moliceiro não podia deixar de ser o sector mais forte, acompanhado de material iconográfico diversificado: reprodução de painéis de proa e ré, siglas de construtores, rica vela festiva, óleos temáticos.

O barco moliceiro nasce do pau de pontos, que tem marcadas, por incisão, todas as medidas que orientam o mestre na construção.

Destina-se à colheita e transporte de moliço.

É uma embarcação bem adaptada à actividade que pratica e às condições geográficas e climatéricas da zona em que actua. Regula os 15 metros de comprimento, 2 metros e meio de boca e costados muito baixos. De fundo chato e pequeno calado, navega facilmente em pouca água.

Os meios de propulsão do barco são a vela, a vara e a sirga.

"Nenhum dos barcos da larga família etnográfica e longa ascendência tem a graça e o valor decorativo do moliceiro da ria de Aveiro" — cita Luís Chaves.

Há quem considere a proa, pelo seu formato, a parte monumental do barco. No entanto é na ré que, por vezes, surgem os mais sugestivos desenhos e as legendas mais espirituosas.

Porque nada é estático, a decoração do moliceiro tem vindo a evoluir com o ressurgir de novos pintores de painéis que fazem um aproveitamento integral do espaço e introduzem algumas inovações nas cercaduras.

A exiguidade de espaço para um barco desta dimensão obriga-nos a apresentá-lo em três secções, também motivados pela existência neste Museu, duma proa de moliceiro, construída nos anos 30.

O óleo de grandes dimensões, de 1939, de Sousa Lopes faz mergulhar o visitante em plena faina.

A bateira erveira de Canelas, último exemplar genuíno do género, serve de suporte ao 2º sector, já que se conseguiram os seus moldes de construção e ferramentas usadas em estaleiros lagunares, cerca dos anos 30.

Com cerca de 10 metros de comprimento, 2 metros de boca e 0,40 metros de pontal, a embarcação de fundo chato, como todas as da ria, e 14 cavernas, é completamente embreada a negro, contrastando com a policromia estonteante do moliceiro.

Dedicava-se, nos estaleiros circundantes da zona de Canelas e Salreu, a mudar gado, a carrear ervas e estrume, a transportar pessoal e apanhar moliço.

Embarcação de trabalho, só nas festas setembrinas utilizava a vela, como meio de propulsão.

Permitiu-nos este conjunto de embarcação e moldes não deixar esquecer a construção naval em madeira da nossa laguna ao juntar-lhe a co-

lecção de ferramenta com que Joaquim Raimundo, da Murtosa, construiu desde 1933 a 1959, todo o tipo de embarcações da ria, num total de 431, desde a mais pequena caçadeira ao mais pesado mercantel.

O sector salicultura tem como centro polarizador uma atraente maqueta do espólio inicial do Museu, rodeada pelo conjunto de alfaías usadas na amanhação das marinhas.

É para mim o sector menos conseguido, porque esta lide só no terreno se consegue perceber bem, dado que o léxico é muito específico e as tarefas muito complexas.

A safra vai de Abril a Outubro com três fases bem distintas e datas pró-

trada no Museu em 1991.

O visitante pode ainda admirar modelos de embarcações (antigas, contemporâneas e regionais), bem como instrumentos marítimos diversos e raros.

Também a Fábrica da Vista Alegre (fundada por José Ferreira Pinto Basto em 1824) marca presença através da exposição de vidro da 1ª fase da sua laboração e porcelanas valiosas.

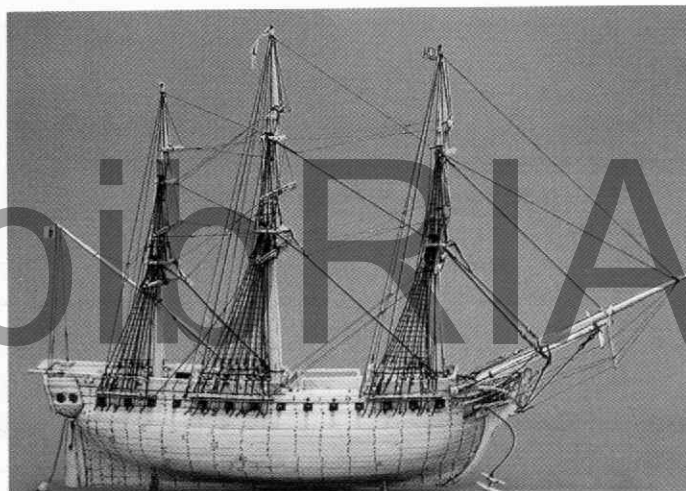
A Galeria de Artes Decorativas integra o espólio João Carlos (altamente enriquecido nestes últimos anos), peças raras em prata e marfim, ex-votos e obras de Alberto Sousa, Cândido Teles, Fausto Sampaio.

Cada museu regional deve refletir aquilo que a sua região tem de mais forte — o mar e a ria. Se não formos nós a fazê-lo quem o fará?

O Museu Marítimo de Ílhavo necessitaria das suas instalações ampliadas sobretudo para que a Faina Maior pudesse ser aumentada a montante e a jusante e a Sala da Ria ganhasse uma dimensão ainda mais forte.

Assim o esperamos.

Visite-o e divulgue-o.



prias e sucessivas: trabalhos preparatórios, fabrico de sal e feitura.

Quanto à pesca da Ria, porque os processos foram muitos e não se compadecem com a exiguidade de espaço, limitámo-nos a aparelhar uma bateira caçadeira de pesca com a arte de solheira e a expôr alguns processos de pesca consentâneos com a organização espacial, embora recorde-mos muitos outros que gostaríamos de ver expostos.

A secção de biologia marítima aconchega a maior colecção de conchas do país oferecida nos anos 60 por Pierre Delpeut e a colecção de algas colhidas e tratadas por Américo Teles, num trabalho incessante, que deu en-

Em Maio deste ano, a Câmara Municipal do Seixal assinalou o 15º aniversário da abertura ao público do museu municipal, no mesmo ano em que fora institucionalmente criado, mediante deliberação camarária tomada com base num programa em certa medida inovador, no quadro museológico português. É precisamente nesse quadro e numa época que se contextualiza e deverá compreender a fundação da experiência museal de tutela autárquica, no Seixal, emergindo a par das linhas percursoras das políticas patrimoniais de incidência concelhia, entretanto prosseguidas por sucessivas administrações autárquicas.

Por razões diversas — algumas delas raramente enumeradas publicamente a experiência museal do Seixal, apesar de atrair as atenções de muitos pesquisadores e estudantes, sobretudo das áreas da museologia, da sociologia, da antropologia e da arquitectura, continua insuficientemente analisada, se considerarmos os recursos mobilizados, os meios envolvidos e os resultados atingidos — quer por si mesma, quer pontualmente avaliada com outras experiências contempo-

râneas e/ou comparáveis. Tal situação não é de estranhar, se tivermos em conta a precaridade de edições regulares destinadas à divulgação de actividades e experiências no campo da museologia, no nosso país, por um lado e a ainda relativamente recente incorporação dos estudos museais nas universidades, que se espera vir a constituir factor de desenvolvimento de trabalho teórico e de publicação, devidamente articulado com as necessidades da vida museológica portuguesa. Quanto às atenções votadas ao Museu Municipal do Seixal, provavelmente nem sempre foram inseridas em projectos norteados para uma aplicação prática ou desenvolvidos com o tempo suficiente, face à natureza das questões, as quais não se poderão resumir em meros aspectos estatísticos, seja quanto a visitantes, seja quanto a orçamentos, nem em nuances de organização e de gestão administrativa — por muito importantes que todas elas sejam, no todo da experiência museal. Cabe ainda juntar, à falta de efectiva repercussão — dos poucos trabalhos académicos e/ou de opinião, o fraco empenhamento geral,

da parte de profissionais e de responsáveis pela reflexão e pesquisas museológicas, numa via de debate comum em que, verdadeiramente, se passe da enumeração de problemas e de êxitos, para a partilha de experiências, reconhecendo desejavelmente as diferenças e particularidades de cada caso.

Uma experiência tornada, a um dado momento, confortavelmente mediática, correrá eventualmente o risco de ser vista como uma entidade estática. Mas um museu é, antes do mais, uma organização viva, em que uma entidade de tutela e um corpo científico e técnico estabelecem uma comunicação com o seu público ou os seus públicos. O contexto social a que pertencem os que concebem, arquitectam, projectam e participam num dado museu está sujeito a mudanças, evolui. O mesmo se passa com os visitantes, os utilizadores, com as pessoas interessadas pelos museus ou por determinadas actividades e iniciativas que aqueles concretizam. É precisamente da interacção social no museu que se podem inferir os parâmetros de avaliação do mesmo, observar o papel que desempenha, de

acordo com a sua vocação e programa. Requerer-se-á, então, um acompanhamento da evolução da instituição museal, dos processos de comunicação e do desenvolvimento dos domínios de interacção social, para que se obtenha uma perspectiva actualizada e se construa uma visão crítica.

A criação do Museu Municipal do Seixal teve como objectivos principais o estudo, a salvaguarda e a valorização do património cultural e do património natural, no território correspondente ao concelho. Na linha de princípios e de uma prática seguidora da filosofia do museu integral, assumiu-se mais tarde a definição conceptual e programática de ecomuseu e procurou-se privilegiar a musealização dos testemunhos *in situ* e as intervenções propiciadoras da divulgação e da transmissão de técnicas e de saberes tradicionais. Aplicando uma fórmula "clássica?" para a sua definição, temos vindo a caracterizá-lo como instituição cultural que assegura de forma permanente, num dado território — correspondente ao concelho do Seixal — com a participação da população, as funções de investigação, conservação, valorização, dum conjunto de bens naturais e culturais, representativos dum meio e dos modos de vida que se lhe reportam ao longo dos tempos. Abarca programas de documentação e estudo, conservação e incorporação de património, de interpretação e de divulgação e educação patrimonial — em que se integra a perspectiva ecológica e ambiental —, privilegiando a ligação do património às questões da identidade, aos problemas actuais da população e do desenvolvimento global.

O Ecomuseu do Seixal tem uma estrutura descentralizada, englobando os chamados núcleos museológicos, onde se instalaram e funcionam as diferentes áreas de trabalho e se desenvolvem actividades decorrentes dos

conteúdos temáticos de cada conjunto patrimonial, *in situ*, ou em apresentação temporária. Uma tal fórmula programática e organizacional tem vindo, crescentemente, a ser questionada por nós, na medida em que a consideramos em risco de desadaptação às exigências científicas — nomeadamente ao nível da função de investigação — e decorrentes da progressiva interacção e integração em programas culturais e patrimoniais cuja abrangência requer especialização e, até, uma certa autonomização de meios. Assim, pensamos que o Ecomuseu tenderá a constituir uma rede museal, de gestão integrada.

O primeiro dos núcleos abertos ao público (1982) foi o localizado na Torre da Marinha (por razões de aproveitamento de um espaço disponível, adaptado para o efeito). Sede administrativa, onde também funcionam serviços de museografia e serviços públicos de informação, de educação (Serviço Educativo) e de documentação (Centro de Documentação e Informação), inclui uma exposição de carácter permanente (O Território, o Homem, a História), que procura dar uma interpretação sobre aspectos da ocupação humana do território e da história local. Esta exposição tem sido objecto de reformulações e de actualizações pontuais, a última das quais se apresenta desde 1994.

Do vasto acervo que o museu incorpora, esta exposição utiliza alfaias agrícolas, ferramentas e utensílios diversos da construção naval, máquinas da indústria corticeira, têxtil e outras indústrias representadas no concelho, espécimes fotográficos, instrumentos musicais e objectos de representação social ligados às filarmónicas e colectividades locais, representações em maquete, etc..

O Núcleo Naval em Arrentela foi aberto ao público em 1984, em resultado de investigação efectuada sobre

as actividades e profissões ligadas ao rio e dum projecto que visou a musealização dos espaços de um estaleiro artesanal desactivado.

Das quatro embarcações tradicionais do Tejo adquiridas pela Câmara e incorporadas no Ecomuseu, a partir de 1982 três foram recuperadas e são conservadas como barcos de recreio, em estado de navegação - dois botes de fragata e um varino. Embarcações e Núcleo Naval são complementares numa área de projecto centrado no património náutico do Tejo.

A primeira embarcação recuperada, um bote de fragata, foi registada como embarcação de recreio e iniciou actividade no contexto museal em 1982. Em 1989, concluiu-se o processo de recuperação duma segunda embarcação, também um bote de fragata, que em 1990 passou a integrar os programas de divulgação cultural do Ecomuseu.



Bote de fragata "Baía do Seixal" a navegar no estuário do Tejo/Mar da Palha.

Um varino e uma fragata permaneciam acostados junto ao Núcleo Naval de Arrentela, recebendo alguns cuidados de manutenção. Em 1993 iniciou-se a recuperação da terceira embarcação, o varino, que em 1995 alargou a frota de recreio do Ecomuseu para três embarcações, com uma lotação total de cerca de 200 pessoas e requerendo, para navegação simultânea, uma equipa de oito tripulantes. Presentemente, está constituída uma equipa fixa de seis desses ele-

mentos, recorrendo-se por enquanto a colaborações pontuais para a completar.



Tripulação do varino "Amoroso" preparando-se para navegar.

Destacamos a restituição dos barcos do Tejo à navegação, enquanto recursos museológicos, para assegurarem uma relação das comunidades com o rio, através da vertente da educação patrimonial/ambiental. A utilização das embarcações está ligada à ideia de salvaguarda e de revalorização — no sentido ecológico e de conservação — do seu contexto natural o rio.



Varino "Amoroso" a navegar no estuário, em frente a Lisboa.

Refira-se que para a conservação e regular manutenção das embarcações é indispensável o recurso aos estaleiros navais da área do estuário, onde ainda se trabalha a madeira e que incorporam carpinteiros, calafates e artistas decoradores.

De fora deste processo de conservação/utilização, com grandes problemas de manutenção, continuou a fragata, consolidando embora uma

certa projecção do espaço envolvente do Núcleo Naval, em Arrentela. A evidente e irreversível degradação do barco funciona, a nosso ver, como uma marca, realista e inquietante, da situação por que passa o património náutico do nosso estuário.

Em 1993, o Ecomuseu inaugurou um espaço próprio de Oficina do Núcleo Naval, que permitiu incentivar a actividade de construção artesanal de modelos de barcos do Tejo, à escala, e de restauro e conservação dos modelos já incorporados no museu ou a recolher. Aliás, a oferta de objectos relacionados com as actividades ligadas ao rio — ferramentas, artesanato, fotografias, etc. — tem sido praticamente constante ao longo dos anos, por iniciativa própria dos seus antigos proprietários, ou por recolha conduzida pelo Ecomuseu.



Oficina de iniciação à construção naval no Núcleo Naval de Arrentela do Ecomuseu, com a participação do Mestre José Lopes (do Gaio, Rosário).

Em projecto, mas já com linhas de força bastante definidas, está a integração e reutilização de um estaleiro — actualmente desactivado — em espaço ribeirinho da Amora, com uma excelente localização tendo em

vista a acessibilidade das nossas embarcações, por um lado e dos visitantes de um futuro núcleo museológico. A concretização deste passa por um entendimento e convergência de acções entre o município e os proprietários do antigo estaleiro, processo actualmente em avanço e que se espera também contribuir para fixar a memória do mestre construtor naval, seu fundador.

Fazendo parte duma outra área de estudo e salvaguarda patrimonial — desejavelmente, também, de especialização e do trabalho do Ecomuseu — o Núcleo do Moinho de Maré de Corroios foi aberto ao público em 1986. Resultado da aplicação de algumas funções museais a um espaço de trabalho e de produção, incluído o seu equipamento em estado de funcionamento, tornou-se o espaço do museu mais reconhecido e utilizado pelos públicos. Embora tenha sido objecto de um programa de arranjo e valorização da área e das estruturas envolventes (1992/1993), continua em aberto um complexo projecto de consolidação e recuperação estrutural e de limpeza e refuncionalização da caldeira. As significativas deficiências e problemas do processo de conservação e de reutilização do moinho, enquanto núcleo museológico, têm sido aparentemente superadas — na vertente de comunicação com os públicos e de interacção com o meio local — devido a um intensíssimo e esforçado plano de realizações (exposições, visitas, colóquios, concertos, etc), valorizadoras do sítio e do sapal, mas que, apesar de rentabilizarem os investimentos feitos, não satisfazem as expectativas projectadas para este núcleo do Ecomuseu Municipal e imóvel classificado de Interesse Público.



Forno e senhoras a amassar o pão, durante a exposição temporária "Terra-Mãe... Terra-Pão", no Moinho de Maré de Corroios (1995-1996).

De salientar que, nas proximidades do Núcleo do Moinho de Maré outro Núcleo se constituiu, na Quinta do Rouxinol, no sítio arqueológico duma Olaria Romana (séculos II-IV d.C.), protegida, classificada de Monumento Nacional e visitável, fazendo parte das actuais situações em estudo e com perspectivas de programação para novas intervenções. Resultado das campanhas arqueológicas ali levadas a efeito, foi incorporado no Ecomuseu um numeroso espólio, de que se apresenta pequena parte na exposição do Núcleo Sede.

Actualmente depositam-se grandes expectativas num outro núcleo do Ecomuseu, o da Quinta da Trindade — onde funcionam as reservas e serviços museográficos, com o laboratório de conservação e restauro e na qual, apesar de não estar aberta regularmente ao público, se utiliza o jardim e alguns espaços cobertos para a realização de iniciativas e acções do Serviço Educativo. Aquele imóvel — classificado de Interesse Público — tem a particularidade de apresentar um riquíssimo espólio azulejar — com representação cronológica dos finais do século XV ao século XX.

Para responder às várias frentes de trabalho — especificamente museais e outras, complementares — várias dezenas de trabalhadores constituem a equipa do Ecomuseu. Com os numerosíssimos amigos e colaboradores/participantes exteriores, podemos considerar que este é o nosso "patri-

mónio vivo". Uma das suas particularidades será, porventura, o facto de integrar recursos próprios para a prática de saberes tradicionais (moagem, carpintaria naval artesanal e navegação à vela), participantes, simultaneamente, nas áreas de conservação, de museografia e de educação e divulgação.

O contexto e os meios da transmissão de saberes é um problema fulcral do próprio Ecomuseu. A conservação da memória colectiva é indissociável da vida do grupo social que é seu detentor. No caso em questão, as memórias necessitam duma transmissão de uso — de carácter funcional — para serem preservadas.

O Ecomuseu Municipal do Seixal abarca, portanto, um património museológico e bens museais muito diversificados, incluindo bens imóveis, bens móveis e bens flutuantes — na falta de uma classificação mais apropriada para as embarcações, conservadas em condições de navegação.

A par do património museológico, a entidade museal configurada no Ecomuseu Municipal do Seixal (que, por sua vez tem enquadramento institucional na Divisão de Património Histórico e Natural, dependente do Pelouro de Cultura) lida constantemente com os patrimónios cultural e natural do concelho, documentando-os também e, necessariamente, procurando tornar acessível — a vários níveis — a respectiva informação.

Da fórmula ecomuseal e das competências inerentes ao seu estatuto no quadro do regulamento municipal, decorrem outros aspectos da sua actividade, de investigação e documentação sobre a geologia regional e aspectos particulares dos ecossistemas locais/regionais, nomeadamente ao nível da fauna e da flora.

Na área da arqueologia, o Ecomuseu interveio e deu resposta em diferentes casos em que promoveu e/

ou participou na investigação e escavações arqueológicas — Fábrica de Vidros de Amora, Igreja Paroquial de Corroios, Quinta de S. João (Arrentela), Paços do Concelho (Seixal), Quinta de S. Pedro (Corroios), donde resultaram incorporações mais ou menos significativas de espólio.

Ao nível do património edificado e arquitectónico, o museu também intervém frequentemente e, por vezes como último recurso, procede a acções de salvamento de elementos, que incorpora, nomeadamente registos azulejares.

O Serviço Educativo do Ecomuseu organiza-se numa procura constante de coerência com a filosofia e os princípios programáticos do ponto de vista conceptual e em interacção com os vários projectos em curso. Procura sempre ter um conhecimento actualizado dos seus públicos e uma identificação adequada dos seus utilizadores, que são variados; utiliza de forma integrada os recursos e saberes museológicos disponíveis incluindo as profissões tradicionais a que já demos atenção especial — moagem, carpintaria naval e navegação à vela —; aperfeiçoa e diversifica permanentemente as suas respostas e ofertas de serviços. Dentro do princípio de valorização privilegiada da vertente da educação não formal, têm sido desenvolvidos projectos experimentais centrados em diferentes conteúdos e áreas temáticas.



Auditório do Moinho de Maré de Corroios: reunião de técnicos do Serviço Educativo com professores.

Aos problemas de delimitação do território do Ecomuseu — a montante das suas actividades de base —, colocam-se os problemas — ajuzante daquelas — de alargamento, de diversificação de origens e de proveniências dos públicos e utilizadores dos serviços prestados. Esta dinâmica influi grandemente na organização interna do museu, tornando complexa a articulação integrada das diversas áreas e actividades, num museu que se suporia limitado à relação com a comunidade local — mas que, na realidade, ultrapassou tais limites.

Com uma parte do material reunido no processo de criação do museu municipal (1979-1982) e durante os anos em que se vem construindo o Ecomuseu (1982-1997) acumulou, em simultâneo com todo o material inerente ao processo de registo e inventário do acervo e colecções incorporados, uma importantíssima e diversificada documentação, constituída por material livro — monografias, periódicos, obras de referência — e não livro — cartazes, desdobráveis e folhetos —, fotografias em papel, fotogramas, diapositivos, vídeos, registos sonoros, dossiers temáticos, cartas, planos e plantas, etc.. O Centro de Documentação e Informação cumpre um importante papel, não só na investigação e reutilização de informação desenvolvidas internamente, mas também na acção directa e indirecta de divulgação junto de utentes e públicos muito variados.

Quanto à documentação das colecções, a dispersão e carência de instalações, a falta de reservas, as substituições de técnicos durante um período inicial, têm — entre outros factores —, dificultado um trabalho coerente e rigoroso.

O museu tem procurado implementar as medidas e os meios necessários para garantir as suas intervenções de conservação e, nalguns

casos, de restauro, constituindo-se progressivamente uma equipa tecnicamente adequada à sua programação e actividades.

Passados quinze anos da sua criação, o museu municipal está envolvido nalguns dos projectos municipais que melhor reflectem a importância emergente do património e da política museológica desenvolvida nos últimos anos. Um desses projectos — centrado na antiga fábrica corticeira Mundet, no Seixal — perfila-se de forma decisiva para o Ecomuseu, na medida em que identificámos uma série de razões em que se fundamentaria também a possibilidade de responder, finalmente, ao problema de instalação de espaços centrais, administrativos e de comunicação. Outros são as intervenções museológicas em fase de programação no antigo estaleiro naval de Amora (já referido) e em dois lagares de azeite — da Quinta do Pinhalzinho, na Aldeia de Paio Pires e da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal (antigo Grémio de Lavoura) — que do ponto de vista da interpretação de sistemas tecnológicos e de contextos históricos são complementares.



Ex-trabalhadores da corticeira Mundet do Seixal, em encontro organizado pelo Ecomuseu Municipal, após a aquisição da fábrica pela Câmara Municipal.

A intervenção do museu na identificação, no estudo e na salvaguarda dos testemunhos materiais e imateriais do desenvolvimento multidimensional da sociedade — intervenção por vezes determinante no próprio processo de patrimonialização de alguns desses testemunhos — reflecte-se na dinâmica da identidade

cultural. Dessa dinâmica pode esperar-se uma consciencialização/apropriação dos recursos específicos que se tornem instrumentos, meios de resposta, às necessidades dum território/região e, ao mesmo tempo, objecto de valorização, de desenvolvimento.

A emergência das temáticas ambientais no trabalho museológico, o estudo e a interpretação globalizante dos patrimónios natural e cultural transformam necessariamente a dimensão simbólica e as representações. Este tipo de abordagem enquadra-se, em nossa opinião, numa dinâmica identitária que passa pela participação das próprias comunidades.

A salvaguarda da identidade cultural duma sociedade em mudança e a reutilização do seu património contribuem para a produção de um novo desenvolvimento. É integrando-se e participando neste processo complexo, que o museu, instituição de memória, procura dar o seu contributo para algumas respostas aos problemas da sociedade contemporânea.

Coloca-se-nos aqui o problema do duplo estatuto do museu (e de uma certa ambiguidade das funções do museólogo), enquanto agente cultural, que contribui para a definição de uma filosofia de suporte às políticas locais de desenvolvimento e de ordenamento do território, em que é abrangido o património, e, simultaneamente, de produto cultural resultante dessas mesmas políticas, para cuja prossecução terá contribuído.

Cremos que a instituição museal poderá superar esse problema através dos circuitos de comunicação com diferentes sectores da população e grupos de interesse/comunidades, com os utilizadores, com os públicos, na experimentação da prática museológica em que se validem e aprofundem as reflexões teóricas, num processo de cuidadosa identificação das especificidades que dinamizam uma identidade cultural. Será nesta linha que se deve valorizar e valerá a pena explorar a fórmula do ecomuseu.

6.6. THE COMMUNITY MUSEUM AS A CONTINUING PROCESS

HUGUES DE VARINE

02/11/95

The following lines is a token of admiration and gratitude to all the Swedish museum professionals who have been active, during the last thirty years, in finding new ways and means to better serve their people and their communities, and among them to Erik Hofrén, a master of his trade. I want also to celebrate here the thirtieth anniversary of the famous MUS'65 document which has inspired so much of our reflexions at Icom in the years 1969-1972.

A "normal" museum has an official objective: to serve knowledge and culture. A Community museum has another objective: to serve the community and its development.

For the last thirty years, two major regions have explored in depth the relations of the museum with the community: the Nordic countries and North America (including Mexico). Personally, I have been involved, from the beginning and in various positions, with the creation and development of the Ecomuseum in Le Creusot-Montceau which has had, during the

seventies, a reputation as a new type of museums. More recently, I have been lucky to be able to observe, from outside, the ecomuseum movement in Quebec, the multiplication of local museums in Portugal and, these last years, the community development programmes in Rio Grande do Sul (Brasil), which has strong cultural heritage and community museum components.

In the mean time, I have been professionally working on strategies and methods of the so-called local development. Local development is a process by which a territory detects and utilizes all the resources available (natural, human, cultural), through the mobilization of the active forces of the community: elected officials and civil servants, manpower, economic actors, vocational groups, etc. This process implies technical planning, input from external sources and resources, integration in regional, national and even international economies and systems, but it must be controlled locally.

Development and the museum

The local development has a very strong cultural dimension: to be successful, any development process has to produce positive changes, while being linked with the cultural and psychological roots of the community. It has to move from the bottom up, even if some top-down factors are useful. But the community is usually not ready for it, mostly because the existing systems of public education, welfare, democratic delegation, political decision do not provide the necessary information and do not favour popular participation. Also, modern development problems, whether economic, financial or social are so complex that it is easier to delegate to competent technicians the final responsibility for deciding on behalf of the people.

My experience is that local development, in its true sense, does not occur if the population is not closely associated with the decision-making process, with the identification and management of the local resources, with the mobilization of all the assets of the territory, the first and foremost of which is to be found

within the community itself.

This is where the museum comes in. In the development business, we need specific cultural tools for mobilizing the community, for revealing resources, for illustrating objectives, for demonstrating development strategies and procedures, etc. This cannot always be done through the media, through public addresses: it has to be communicated through the language of the "real thing", through direct experience.

But an ordinary museum cannot do that, simply by organizing research, exhibition and education, as the Icom definition states. We have to invent a new museum, or more correctly to use museum techniques which had been devised before in countries with a strong community consciousness. This is why, in 1971, when I was asked to take part in the creation of a museum as a tool for development in Le Creusot, and later in the whole "Communauté Urbaine", I used as reference and models three experiments I had been lucky to know during my Icom missions at the end of the 60's: the open air museums in Scandinavia, the neighbourhood museums in the USA, and the local and school museums in Mexico. I was confirmed in this intuition the next year (1972) during the Santiago Seminar, which became for me, and still is, the standard reference for the museum as a tool for development².

Since then, I have observed and closely studied a number of similar projects, the most significant (to me) being the Ecomuseum of Seixal, in Portugal. This small town of 60.000 inhabitants, located on the Southern bank of the river Tagus, across from Lisbon, used to be known for several economic activities, some of them since the Middle Ages: ship building, cross-river cargo and passenger shipping, cod drying, flour and oil tide-

mills, more recently steel mills. Today, with the collapse of most of the traditional economy, Seixal was going to become a "dormitory-town", if nothing was made to revive the community, reconstruct its image and find new activities based on local resources, including the natural and cultural heritage. The mayor then asked a young professor of history to set up a local museum, as a cultural and educational tool for accompanying this development strategy. This was so successful that the Seixal Museum has become a model for other municipalities in Portugal: Alcochete uses its museum to revive the local salt industry, Cartaxo has made its "Wine Museum" the headquarters of the wine-growers Union, dedicated to the modernization and promotion of this traditional activity, etc.

In these cases, like in Le Creusot, museum activities, particularly research and presentation, are geared to development, in cooperation with the other economic, social, educational and cultural instruments. We are here very far from the traditional museums, where the real objective of the institution and of its professionals is to collect, study and present for the sake of beauty, science, culture, in the scholarly sense. The community museum is a partner for development, a two-way mediator between the developers and the community.

The museum as a process

Like development itself the community museum is best described as a process. It is certainly not an institution, or an achieved structure. It is a living thing, like the community itself constantly on the move to adapt to the changes happening within the community and its environment whether regional, national or global.

This is why it cannot be locked in a building, restricted to a collection and to an exhibition, or run by competent professionals without ties or communication with the community. This is also why such a museum cannot be conceived as a tourist trap, or as a monument to be inaugurated by the local politician on election eve.

As a process, the museum is to be built, month after month, year after year, by the people, with the help of professionals of course: this is what Maude Cere', in Montreal (Quebec), calls "muséologie populaire", popular museology, which she teaches to community leaders and activists. It is not even necessary to call it a "museum": if the whole territory is involved, if the total heritage of the community is taken in consideration, if exhibitions are only one of the techniques used for communicating between people (there are many other methods, including observation trails, interpretation centres, resource or documentation centres, audio-visual and multimedia productions, school programmes, theme workshops, etc.).

It is when this process stops that the museum becomes an institution. Then it will probably dissociate itself from the community and cease to serve as a tool for development, because it will soon become outdated, obsolete.

The museum process is not necessarily technically sophisticated, and costly. It is well adapted to relatively poor communities, because it relies upon local resources and essentially upon human energy. I am currently studying several fascinating projects in Southern Brazil (in the State of Rio Grande do Sul). One of them, in a rural area 400 km from the state capital of Porto Alegre, mobilizes the total population of 8 different municipalities, in an area called "Quarta

Colonia", or the Fourth Colony, i.e. the 4th Italian settlement realized at the end of the last century at the invitation of the last Emperor of Brazil, D. Pedro II. The whole thing started four years ago with the suggestion by a young official of the municipality of Silveira Martins, that a search party be organized to locate the graves of the first settlers. From there started a cultural heritage programme, mostly through school activities, and later a comprehensive development plan which included the identification and evaluation of all available resources for the creation of economically and socially significant activities: restoration of old buildings, revival of the use of the traditional "Veneto" dialect inherited from the Italian settlers of the 19th century, implementation of various projects for attracting tourists, attempts at the exploitation of the "Atlantic Forest" surrounding the cultivated land, and finally a study in the use of the traditional crop, potatoes, in order to produce chips. Every year, a community event synthesizes the work done, through seminars, exhibitions, festivals, in order to revise the plans and programmes and launch new initiatives and new projects. The result is not a museum in the ordinary sense of the word, but certainly a museological concept, geared to a global development effort. Obviously, considering the success of the events I was able to take part in and the actual participation of the community members, the objectives are reached, without big budgets, and essentially thanks to the cooperative efforts of the citizens themselves.

The danger of the generation gap

In Silveira Martins, the project is only 4 years old. What will happen in

20 years time, when the local promoter will have perhaps left the region, when many elections will have taken place, bringing to power different mayors from different political opinions, when the economic situation of the whole region will have changed for better or for worse? This is a recurrent problem for all developers: if the process is to be continuing, how to keep it alive with different actors?

One thing we have been experiencing in Le Creusot is the fact that the community museum, as a living organism, must live along the same cycle as the population which supports it. It is created by a given generation, in our case, in the 70's, by the age group between 35 and 55, mostly people active in the production area and on the social scene (workers, engineers, teachers, parents, etc.). They built a museum according to their ideas, their needs, their objectives, but also their memories, their prejudices, and the taste of that time. They used their language, the images which were common at the time. In the 70's, the Communaute Urbaine was very prosperous, there was plenty of work, the future looked relatively secure. The times of the paternalistic rule of the Schneider family were present in everyone's memory, and the class struggle was everyday's reality. People remembered, for instance, the great strike of 1899-1900, at the end of which almost the entire work force (8.000 people) were fired, as a retaliatory and disciplinary measure.

Twenty years later, after a double crisis, the fall of the major local mining and industrial companies and the unhappy retirement of the first director of the museum, these "founding fathers" were retired, or in any case no longer active actors on the local scene. Local development needs had changed: instead of exploiting

traditional activities and skills, the problem was to rebuild a badly shaken economy, to fight unemployment, a moral crisis among the young, resignation or fatalistic attitudes among the old. And the active generation was no longer so much interested in reviving memories from a past which had failed to satisfy the needs of the people. Even the paternalistic era seemed in some ways a golden age. Nearby, in Blanzy, the "Museum of Mine and Men", also created in the 70's as an offspring of the Ecomusee, by a group of miners and employees of the Mining Company, then in their fifties, finding it hard to replace these aging leaders, now long retired. The mine is closed, young people look for other jobs, the local authorities do their best to attract new businesses and to promote a vocational training as far as possible from the traditional activities, it is increasingly difficult to find old miners to guide school or tourist groups in the museum premises.

So the museums in the Communaute Urbaine tend to become landmarks and attractive sites for tourists going from the Roman town of Autun to the famous monastery at Cluny, or travelling on houseboats on the Canal du Centre. We have now to reinvent a strategy for the Ecomusee, taking into consideration tourism as an economic asset for the region, but opening new fields of interest for the museum activities. It is not easy, because the museum board itself is largely composed of representatives from the previous generation, attached ideologically to what they themselves created more than 20 years ago...

If I developed this story, it is because I think it is relevant to my subject. There are only two possibilities open to us: either such a community museum cannot outlive its

founding generation (and then disappear or become an institutional museum), or it has to accept to recycle itself every 20 or 30 years in order to stay relevant. How far we are from such white elephants such as the big national or regional museums of our countries! An how far also from the comfortable certainties of scholars and academics!

Toward a museology of liberation

In most cases, in my experience, community museology is concerned with liberating the people themselves from cultural alienation, or liberating their capacity of imagination or initiative, or liberating their consciousness of their rights of ownership over their heritage, whether material or immaterial.

This is what happened in Le Creusot and the surrounding communities in the 70's: the whole zone had been for more than one century submitted to a strong and coherent paternalistic rule covering all sectors of working, social and private life. One of the problems was to help the people to become free citizens and to recognize their right to an industrial and cultural heritage of their own. Another problem was to make the people active participants in the process of creation of the so-called "Urban Community", an administrative district of 16 municipalities decided by the local governments, without any previous consultation of the population and against all established historical traditions. This we achieved, but the director and the board of the museum didn't foresee the Industrial and economic crisis of the mid-eighties, and were not able to act accordingly. Today, we are struggling with the unemployment of the young people

and trying to find Ideas and project in order to play a role in the common effort to offer training, job opportunities and cultural support.

More dramatic is an appeal I received two years ago from an old friend from India: a retired professor of Museology at the University of Baroda, Prof. Bedekar told me that a recent study by the Anthropological Survey of India had shown that there were more than 4.000 different cultural, linguistic and ethnic communities in the country, and that only very few of them were recognized as such. The problem, as he sees it, would be to help the more oppressed of these communities to liberate themselves culturally in order to be able to model their development and their future according to their cultures and their heritage. My friend hoped that the "new museology" would be a tool for this liberation and asked for contacts around the world with colleagues working in this field.

This prompted me to start organizing a world network, or forum, of people involved in research and experimentation on cultural heritage, museums and development. Scandinavian countries, I hope, will play a leading role in this project which may some day find answers to the questions posed by our friend from Baroda. Such a new form of International cooperation could lead us to better define the new role of community museums as partners of the "sustainable development", through the true liberation of the creativity of the people themselves recognized as subjects and actors of their own future.

* Former director of the International Council of Museums (ICOM), Chairman of the Board, Ecomusée de la Communauté Le Creusot-Montceau, consultant in local and community development.

I I shaft not use here the word "ecomuseum" which has so many different meanings that it is really misleading. It is true to say that some ecomuseums are real community museums (like the ones in Le Creusot-Montceau in France, Seixal in Portugal, Bergsiagen in Sweden, Santa Cruz in Brazil). But there are many community museums which are not called ecomuseums, or even museums (like Parque Cultural del Maeztrazgo in Spain, Casa Schmidt-Presser in Novo Hamburgo, Brazil). We can include in the community museums category many community-based open air museums in Scandinavia, local museums or School museums in Mexico, etc.

2 The Santiago Seminar has been followed, twenty years after, by the Caracas Seminar (1992) which has updated the "integral museum" concept. In the meantime, a number of other "statements" have been published by the MINOM (International Movement for the New Museology), as a result of a number of international workshops, particularly in Quebec and Oaxaca.

bibRIA

7. património fotográfico

bibRIA

A compra da invenção da fotografia em 1839 por parte do Estado Francês, com a manifesta intenção de a converter em invento de interesse público, colocando os seus segredos à disposição dos interessados em desenvolver as suas técnicas químicas, ópticas e mecânicas, a fotografia adquiriu a partir daí o estatuto de Património da Humanidade.

Esta decisão marcou para sempre a fotografia quer como arte quer como actividade de aproximação social, dando um forte contributo ao atenuar das diferenças de classes. Arrisco mesmo dizer que a fotografia conseguiu mais no utópico ideal de igualdade que as filosofias e ideais políticos que supostamente quiseram o mesmo. Ser retratado, por exemplo, era só privilégio de monarcas e nobres e de alguns indivíduos próximos da nobreza. A fotografia aproximou as classes no seu desejo de auto-representação, tanto pela acessibilidade do preço de um retrato fotográfico, como pelo grande número de fotógrafos que a partir de meados de 1851 proliferou.

Merceeiros, retroseiros, relojoeiros, chapeleiros e todos aqueles que na sua maior parte, apenas dispunham de um pequeno capital para manter as suas leituras em dia, mas foram eles quem primeiro criaram uma base económica sobre a qual podia desenvolver-se a arte do retrato acessível às massas.

Assim, a fotografia democratizou a arte e a comunicação, que sendo ela visual, estática e permanente partindo, sempre de pressupostos reais, o conteúdo da sua mensagem era, e é, entendida de um modo Universal, ultrapassando barreiras linguísticas, ideológicas, políticas e religiosas.

Terá Nicéphore Niepce imaginado o poder da imagem ao ponto de gastar a sua fortuna à procura de técnicas fiáveis após a primeira impressão fotográfica através da janela do seu laboratório em 1826? É natural que sim, que aquela janela o tenha projectado para um futuro desconhecido, ainda precário diante dos resultados. Nicéphore não terá, certamente, querido nem imaginado, que o seu invento o levaria a terminar a sua vida na miséria.

A câmara fotográfica e as imagens obtidas com ela, ficaram indissociavelmente ligadas ao quotidiano da vida, incorporando-se de tal modo na vida social que em muitos e diários aspectos, à força de as vermos, a sua existência passa-nos desprecavida. Mesmo assim a fotografia é recebida com igual importância em casa de um operário como em casa de um industrial. É nisto que reside a importância política da fotografia.

O legado de imagens obtidas do mundo e da vida nos seus diferentes aspectos é de tal ordem rica e variada que as gerações actuais e futuras têm ao seu dispor um basto e disperso arquivo ilustrado de quase dois séculos de vida sobre o planeta, que um estudo atento, em muito poderá contribuir para não cometer os erros, porque são em maior número e dramatismo, que tem sido cometidos. A fotografia é duplamente, um património e uma memória de todo o património da vida sócio-cultural da humanidade.



A compra da invenção da fotografia em 1839 por parte do Estado Francês, com a manifesta intenção de a converter em invento de interesse público, colocando os seus segredos à disposição dos interessados em desenvolver as suas técnicas químicas, ópticas e mecânicas, a fotografia adquiriu a partir daí o estatuto de Património da Humanidade.

Esta decisão marcou para sempre a fotografia quer como arte quer como actividade de aproximação social, dando um forte contributo ao atenuar das diferenças de classes. Arrisco mesmo dizer que a fotografia conseguiu mais no utópico ideal de igualdade que as filosofias e ideais políticos que supostamente quiseram o mesmo. Ser retratado, por exemplo, era só privilégio de monarcas e nobres e de alguns indivíduos próximos da nobreza. A fotografia aproximou as classes no seu desejo de auto-representação, tanto pela acessibilidade do preço de um retrato fotográfico, como pelo grande número de fotógrafos que a partir de meados de 1851 proliferou.

Merceeiros, retroseiros, relojoeiros, chapeleiros e todos aqueles que na sua maior parte, apenas dispunham de um pequeno capital para manter as suas leituras em dia, mas foram eles quem primeiro criaram uma base económica sobre a qual podia desenvolver-se a arte do retrato acessível às massas.

Assim, a fotografia democratizou a arte e a comunicação, que sendo ela visual, estática e permanente partindo, sempre de pressupostos reais, o conteúdo da sua mensagem era, e é, entendida de um modo Universal, ultrapassando barreiras linguísticas, ideológicas, políticas e religiosas.

Terá Nicéphore Niepce imaginado o poder da imagem ao ponto de gastar a sua fortuna à procura de técnicas fiáveis após a primeira impressão fotográfica através da janela do seu laboratório em 1826? É natural que sim, que aquela janela o tenha projectado para um futuro desconhecido, ainda precário diante dos resultados. Nicéphore não terá, certamente, querido nem imaginado, que o seu invento o levaria a terminar a sua vida na miséria.

A câmara fotográfica e as imagens obtidas com ela, ficaram indissociavelmente ligadas ao quotidiano da vida, incorporando-se de tal modo na vida social que em muitos e diários aspectos, à força de as vermos, a sua existência passa-nos desprecavida. Mesmo assim a fotografia é recebida com igual importância em casa de um operário como em casa de um industrial. É nisto que reside a importância política da fotografia.

O legado de imagens obtidas do mundo e da vida nos seus diferentes aspectos é de tal ordem rica e variada que as gerações actuais e futuras têm ao seu dispor um basto e disperso arquivo ilustrado de quase dois séculos de vida sobre o planeta, que um estudo atento, em muito poderá contribuir para não cometer os erros, porque são em maior número e dramatismo, que tem sido cometidos. A fotografia é duplamente, um património e uma memória de todo o património da vida sócio-cultural da humanidade.



bibRIA

8. planeamento

bibRIA

A CIDADE COMO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE:

FRAGMENTOS PARA A RECONCEPTUALIZAÇÃO DA CIDADE

PERSPECTIVAS A PARTIR DE UM PLANO DE URBANIZAÇÃO

PEDRO SILVA

1. Um Manifesto Mobilizador

Temos bases programáticas mas o que gostaria realmente que tivéssemos era um manifesto para a cidade.

Um manifesto libertador: de frases feitas, de ideias eternamente repetidas, de lugares-comuns, de paradigmas do passado, de estereótipos discursivos, de jargões técnicos.

Gostaria de ir mais longe na abordagem, percorrer outros caminhos, reformular o debate, colocar a fasquia onde a cidade merece, bem alto.

Não há uma cidade antes de um plano e uma cidade depois de um plano, isso não existe. O caminho de um plano nunca será ele próprio mas antes o das suas múltiplas interpretação, diálogos, confrontos, ensejos, desejos.

2. Cidade de Liberdades Urbanas

A cidade que se vive, que se projecta, é também uma cidade real em que tudo é teóricamente possível: máxima informação e mobilidade, múltiplas ofertas culturais e de consumo, infinitas possibilidades de rela-

ções sociais, grande diversidade de actividades e de oportunidades de trabalho... são as liberdades urbanas

Mas na prática o desenvolvimento da cidade tem negado as liberdades que oferece.

3. A Cidade não pode ser o "Não-Lugar" em que se está a tornar.

Espaços de anonimato que recolhem cada vez mais pessoas.. Os Não-Lugares tanto podem ser as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens, como os próprios meios de transporte. Mas também grandes cadeias que apoiam o turismo de congressos, ou os supermercados.

O Não Lugar é o contrário de uma morada, de uma residência, de um lugar.

Igual aos outros, mas só. O utente do não-lugar mantém com este ou com a cidade em que vive uma relação contratualizada pelos bilhetes de comboio, autocarro ou metro de superfície, cartão da portagem ou até o carro que empurra pelos corredores.

Os laivos de identificação, únicos, estão, na apresentação do cartão de crédito ou assinatura do cheque.

4. Voltar a Cidade para a Ria. Certamente. Mas que isso não seja virar costas a outros espaço de cidade.

Que voltar a cidade para a Ria não se torne no paradigma da técnica da avestruz. O que importa é voltar a cidade para todo o lado. Uma cidade sem espaços privilegiados, nem ghettoficados será certamente uma cidade mais equilibrada. O Urbanismo tem modas que um plano não se pode dar ao luxo de ir por aí, e no entanto, seria fácil. Voltar a cidade para ao Rio, estabelecer equipamentos ancora, o segredo está nos espaços públicos, a sustentabilidade da cidade, um modelo para uma cidade, a cidade solidária, o turismo de congressos, qualidade de vida urbana, são hoje jargões técnicos, bandeira desfraldada expostas ao ventos dominantes.

5. A Perversação do Matrimónio

Ai de quem não fale do património e da sua preservação. Deve-se referir a preservação do património. Estas duas frases procuram reflectir duas atitudes mas o que seguramente não interessa é que a defesa do património se tenha tornado, em poucos anos, num tique mecânico pouco re-

flectido e sobre o qual recai, quase sempre, a tentação da ideia feita, da operação mecânica e segura. Exige-se hoje pensar na vasta panóplia de intervenções que vai entre a preservação total do edifício e o seu desaparecimento que dá lugar a novas construções. Mas há a memória, factor essencial do desenvolvimento urbano, que passa pelo reconhecimento do nosso passado, longínquo ou nem por isso e está por criar a técnica ideal para a preservação do património. Além do mais faz parte do processo de identificação entre os habitantes e a sua cidade.

6. Toponímia

Importa realçar a necessidade de estruturar a toponímia da cidade, na base de um conhecimento correcto da evolução histórica dos seus espaços urbanos e fazer disso, também, um processo pedagógico despertar no cidadão a curiosidade pelo conhecimento das suas raízes

7. O Cromatismo e a luz nocturna

Quanto á luz, o mito democrático propõe-nos que seja igualmente distribuída, como nos escritórios de higiénicas lombrias quadrangulares de luz fluorescentes. Assim deixa de haver côr porque só há côr na diversidade. Qual é a côr de um filme a preto e branco ?

8. Periferias com Centro são menos periféricas e o Centro Revisitado. Periferia: espaço de centralidade geográfico-cultural. O Centro no fio da navalha.

A desertificação continua do centro da cidade, mas também a desertificação de outros lugares. A cidade com horas fixas para se estar. As ideias monofuncionais para a cidade ainda prevalecem. Depois há Aveiro Fora de Horas, para mal do nosso prazer e da nossa insegurança.

Mas também há o seu oposto, zonas onde só se habita, também com as suas horas.

Importa misturar funções, atitudes, gostos e estares.

9. Os sítios não são o que um plano quiser, serão sempre o que as pessoas dele fizerem

São as coisas que fazem os sítios e não os sítios que fazem as coisas, porque tudo é possível em todo lado, salvaguardando aquilo que tem medidas oficiais e mesmo estas serão possíveis de modo informal. O CETA faz por exemplo a Rua da Tomásias a Rua do Teatro. O Salpoente apareceu num armazém de sal, O Centro Cultural apareceu numa fábrica. Nenhum plano o pensou, ainda bem, porque quando um plano pensa não é como os franceses que transformam as ideias em arte.

Deixem que as pessoas criem os imaginários das ruas de acordo com as intervenções que vão fazendo.

10. A Cidade como contadora de histórias e a relação com os viajantes

O viajante pregou uma partida ao poder.

O viajante que viaja pelas cidades aprendeu a ver mais do que lhe queriam mostrar.

E estas coisas misturam-se na cidade. A cidade é mais do que um museu (vivo de preferência), é uma contadora e fazedora de histórias que são história.

Hoje observa-se mais a cidade, os seus edifícios, os seus espaços. Fomos empurrados para isso. Empurrados ainda bem, as causas deste empurrão é que anda mal.

A banalização dos elementos construtivos, do edificado, da morfologia urbana, em especial, as que o jargão técnico refere como "Pato Bravo" - promotor de construção sem escrúpulos, cuja única finalidade é o lucro e

a especulação - fez-nos ver a diferença enriquecedora de muitos elementos urbanos que até então pareciam não possuir significado e valor ao imediatismo do nosso olhar.

Percebeu-se, embora não se actue com total convicção, que intervir hoje é fazer a história amanhã.

11. Criar espaços á expressão dos cidadãos.

Será certamente nunca desistir igualmente do valor geográfico e simbolico que começa a ser criado pelo Centro Cultural num espaço que pode, a prazo, tornar-se um imenso centro de arte, de recreio, de passeio, de expressões livres, de discursos públicos, que crie tantas utopias quantas aquelas que hão-de permitir aos jovens dos liceus 30 metros acima inventar caminhos, descobrir passeios que os tragam á movida de um centro de cultura que responda de forma afirmativa ás exigências de hoje.

Se nós não o fizermos, eles, á sua maneira vão fazê-lo, e neste conflito de gerações, historicamente latente, nós não vamos gostar.

12. A Omissão das Pluralidades

O paradigma funcionalista no planeamento urbano está associado ao estereotipo da familiar nuclear.

Na sociedade pós-moderna, não há só um modelo de familia: há vários possíveis, desde a nuclear às recompostas ou mono-parentais, co-existindo ou sucedendo-se na vida da mesma pessoa. E há um grande número de pessoas a viver sózinhas, por contingências ou por opção, tanto maior quanto mais cosmopolita for a cidade.

Esta diversidade de modelos familiares ou práticas de vida derivadas de circunstâncias ou contextos diversos, que podem, por exemplo ser, por passagens pela universidade, têm estado

completamente ausentes das práticas tradicionais de conceber e planear a cidade.

13. Cidade pensada para a pluralidade de hábitos, tempos e estilos de vida.

Uma Cidade sem Minorias: ou todos diferentes mas todos com os mesmos direitos de acesso a esse bem cultural fundamental que é a Cidade

A satisfação das necessidades de crianças e idosos, ou a eliminação de barreiras arquitectónicas para todos (não só para deficientes) obrigam a pensar até ao detalhe o modo como concebemos e construímos a cidade.

O mesmo se pode dizer dos adolescentes e jovens cujas necessidades estão praticamente ausentes do desenvolvimento da cidade. Os espaços para a prática do desporto são improvisados, e quando existem estão sujeitos a horários de funcionamento de gente de outra idade, com distintas necessidades – a ditadura dos adultos.. As ruas não tem segurança para usar bicicletas, skates ou patins.

A crise urbana actual é inseparável de necessidade de reinventar o quotidiano.

14. Reaquisição dos Direitos de Cidadania de uma população que por vários motivos a não possui

A cidade fornece um conjunto de condições que permitem mais do que em qualquer outro lugar o exercício da prática e da intervenção individual e colectiva, fornece o contexto e faz circular os conteúdos.

Da mesma forma a cidade, nas suas imensas contradições retira os direitos que supostamente oferece. Ou melhor não retira, mas a organização, que depende dos homens, retira.

Desde logo coisas tão simples como um modelo de transportes urbanos, de horas nocturnas limitadas impede-nos de assistir a eventos em

locais distintos da nossa habitação ou emprego.

De maior dimensão, o ciclo fechado que fornece organizações urbanas destinadas em exclusivo à população de menor solvência económica, cria mecanismos internos de incapacidade de exercer os direitos universais de cidadania e de liberdade que a cidade supostamente oferece.

A questão não pode ser colocada paternalisticamente como um esforço de reinserção social, até porque ninguém pode ser condenado a ser reintegrado socialmente, mas sim a (re)adquirir os direitos de cidadania, que é o exercício de liberdade de partilhar e percorrer e aceder à sua cidade.

15. Uma linguagem náutica para os equipamentos na expressão urbanística pós-moderna: Os equipamentos âncora

Por equipamentos bonitos em sítios desqualificados, equipamentos bons em sítios maus

A que nos referimos quando falamos de equipamentos?

As diferentes práticas de conviviabilidade e sociabilidade que estão subjacentes às práticas culturais, desportivas, sociais, de lazer ou recreio, são um potencial de vida colectiva da cidade e consequentemente um importante factor contributivo para o desenvolvimento.

Assim o equipamento não é um fim em si mesmo, são instrumentos imprescindíveis de educação, de cultura, de apoio social, de administração, de formação, sociabilidade e exercício de cidadania.

Por tudo isto é então necessário não resolver os problemas equipamentais em áreas residuais ou sobranes de cidade, porque os equipamentos tem funções a cumprir no contexto urbano.

Não é que sejam necessários belíssimos espaços para a sua localização, aliás, o ideal é arranjar belas coisas para sítios feios – torna-os bonitos.

Por outro lado não se ganha nada em negligenciar a complexidade da localização e as complementaridades que exige:

Σ0 complementaridades com o espaço urbano ou verde envolvente, o surgimento de estabelecimentos comerciais, o aparecimento de cafés e restaurantes, são factores de vitalidade importantes;

- complementaridades com a rede de equipamentos escolares;

- complementaridades com o sistema de transportes, e tantas outras

E há os espaços informais. Espaços vivências de bairro, quarteirão ou zona de cidade, para que manifestações espontâneas de práticas sociais encontrem espaço para surgirem

O aproveitamento de áreas fundamentais, pela história, pela representatividade, pelo simbolismo e pelas condições naturais com as áreas de franja terra-água (Cidade-Ria) e a definição do Parque ribeirinho que percorra toda a cidade, de contornos e conteúdo programático actualmente em discussão em várias frentes

16. Apesar do Código de Estradas há acidentes todos os dias

De que forma estamos a procurar insistentemente que um regulamento não se transforme numa medida policial daquilo que não se pode fazer, mas que se constitua essencialmente um elemento potenciador de medidas como a preservação do património, a salvaguarda dos valores ecológicos, evite a desertificação do centro, potencie o aparecimento de habitação em locais hoje sem função residencial, promova o diálogo entre funções diversas mas compatíveis. etc . no en-

tanto nós conhecemos os limites de uma regulamentação até porque também existe um Código de Estrada e no entanto há acidentes todos os dias.

17. Os Espaços Públicos. Os Jardins. Os Espaços Públicos. As Praças. Os Espaços Públicos. Os Arranjos.

São importantes. Mas mais importante do que reflectir sobre o arrombamento de portas abertas é se às pessoas é possível materialmente encontrarem-se e moverem-se por toda a cidade.

18. Os Muros Visíveis. Os Muros Invisíveis.

Muros visíveis são aqueles que os jovens tem de arriscar subir quando ao fim de semana pretendem dar um chute na bola ou atirá-la ao cesto. Em cima do muro das escolas estão grades ou arames e em cima destes o desenho em forma de ponta de lança cortante. Preservamos mais o edifício do vandalismo do que os jovens que arriscam chegar a um espaço a que têm direito.

O muro invisível, o maior de todos, é esta enorme inversão de valores.

19. Um Plano não pode ser uma ditadura sobre as pessoas, via território.

Pessoas se juntam nas praças, depois de percorrem as ruas, onde se destinou o comércio, ao lado um bom e rápido acesso para quem preferir a vertigem do tempo, linhas rectas para não ter que pensar nas exigências arquitectónicas dos enquadramentos, áreas residenciais num lado, universidade, campo da bola, hospital, Instituto, Centro de Juventude, Parque, do outro, um lugar para as indústrias, um lugar para o desporto.

Uma cidade totalmente funcionalista e higiénica, sem zonas de sombra, sem espaços de mistura e

pontosa de caos, será tão educadora como um balneário. Um plano que

ordene a cidade até ao ponto da vida ser perfeitamente transparente e asséptica, elimina precisamente a vida.

20. O Plano como Desafio Cultural

Só a Cultura e no sentido mais lato, o proporcionado pela conceptualização francesa, que a associa à civilização, melhor ao seu avanço, poderá corresponder às modernas exigências de um plano. O Plano não é hoje um expoente iluminado da tecnocracia, antes um método que relaciona as ciências sociais com as ciências exactas, mas sómente e sempre que estas estejam ao serviços do homem.

Precisa de ser feita a pedagogia da cidade e justificada, pela prática, a arquitectura como arte e o seu exercício como um gesto permanente de cultura.

Referências:

Augé, Marc (1992), "Non-Lieux, Introduction à une Anthropologie de la Surmodernité", Édition du Seuil, Paris

Dias Manuel Graça (1996), "O Direito ao Gosto", Conferência promovida pelo Cineclube de Aveiro, Biblioteca Municipal, Aveiro

Giddens, Anthony (1991), "Modernity and Self Identity – Self and Society in the Late Modern Age", Ed. Basil Blackwell, Oxford

Migliorini, Ermanno (1975), "L'Arte e La Città", Edizioni D'Arte Il Fiorino, Firenze

Santos, Boaventura Sousa (1994), "Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade", Edições Afrontamento, Porto

Shils, Edward (1974), "Center and Periphery", University of Chicago

Silva, Pedro (1996), "Viver na Cidade Planificada pelos Poderes Públicos ou na Outra... Diferentes Direitos de Cidadania(s) e a Importância da Emergência de Movimentos sociais Urbanos", Actas de "Reabilitação Urbana", Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa

Silva, Pedro e Cruz, Ricardo (1995), "Os Territórios Planeados, os que não são E os Planos Directores Municipais Suspostamente para Todos", Sociedade & Território, nº22, Edições Afrontamento, Porto

Verilio, Paul (1990), "L'Inertie Polaire", Christian Bourgois Editeur, Paris

bibRIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

O PATRIMÓNIO E O CONCELHO

PATRIMÓNIO - REGISTOS DE IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL

I - POLÍTICA MUSEOLÓGICA PARA O CONCELHO DE AVEIRO

- 1.1. MUSEUS MUNICIPAIS - PRIMEIROS PASSOS. OBJECTIVOS E LINHAS DE ORIENTAÇÃO PARA O FUTURO
- 1.2. ANTE-PROJECTO DOS DOIS PRIMEIROS NÚCLEOS DE MUSEUS MUNICIPAIS DE AVEIRO
- 1.2.1. SOBRE O PROJECTO PARA OS PRIMEIROS NÚCLEOS DO MUSEU MUNICIPAL DE AVEIRO. NÚCLEO DA CIDADE E NÚCLEO DA REPÚBLICA
- 1.3. ALGUNS PROJECTOS MUSEOLÓGICOS
- 1.3.1. A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS - MEMÓRIA COLECTIVA
- 1.3.2. PROJECTO MUSEOLÓGICO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO SANT'ANA DE REQUEIXO
- 1.3.3. NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO SAL
- 1.3.4. O MUSEU DA CAÇA E DA PESCA
- 1.3.5. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA COLECÇÃO DE TRAJE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO
- 1.4. PATRIMÓNIO CLASSIFICADO NO CONCELHO DE AVEIRO

II - JARDIM IMAGINÁRIO

III - ALGUNS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO/ANIMAÇÃO DO PATRIMÓNIO

- 3.1. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE AVEIRO
- 3.2. BIENAL DE CERÂMICA
- 3.3. EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS - UM OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO MÓVEL
- 3.4. ANIMAÇÃO CULTURAL DAS FREGUESIAS
- 3.5. BIBLIOTECA ANIMADA

IV - PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE AVEIRO

- 4.1. RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO FORNO ROMANO DE EIXO
- 4.2. RELATÓRIO DA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES 3/94. MAMOA DE MAMODEIRO - N.º S.ª DE FÁTIMA - AVEIRO
- 4.3. AVEIRO MEDIEVAL - O TROCO DAS MURALHAS ENTRE A "PORTA DO SOL" E A "PORTA DA VILA". RESULTADO DAS SONDAJENS ARQUEOLÓGICAS

V - OS PÚBLICOS NA CULTURA

- 5.1. O QUE É FEITO DO BAIRRISMO AVEIRENSE?
- PRÁTICAS CULTURAIS E HÁBITOS DE LAZER, UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

VI - CASOS DE ESTUDO

- 6.1. MUDAR A CIDADE. A CONSTRUÇÃO DA CÂMARA DE AVEIRO NOS FINAIS DO SÉC. XVIII: 1790/94(?) - 1797/1991
- 6.2. CARTOGRAFIA ANTIGA DA CIDADE
- 6.3. VI ENCONTRO NACIONAL DE MUSEOLOGIA E AUTARQUIAS
- 6.4. MUSEU MARÍTIMO E REGIONAL DE ÍLHAVO
- 6.5. EXPERIÊNCIA MUSEAL E INTERACÇÃO SOCIAL NO ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL
- 6.6. THE COMMUNITY MUSEUM AS A CONTINUING PROCESS

VII - PATRIMÓNIO FOTOGRÁFICO

7. FOTOGRAFIA PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

VIII - PLANEAMENTO

8. A CIDADE COMO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

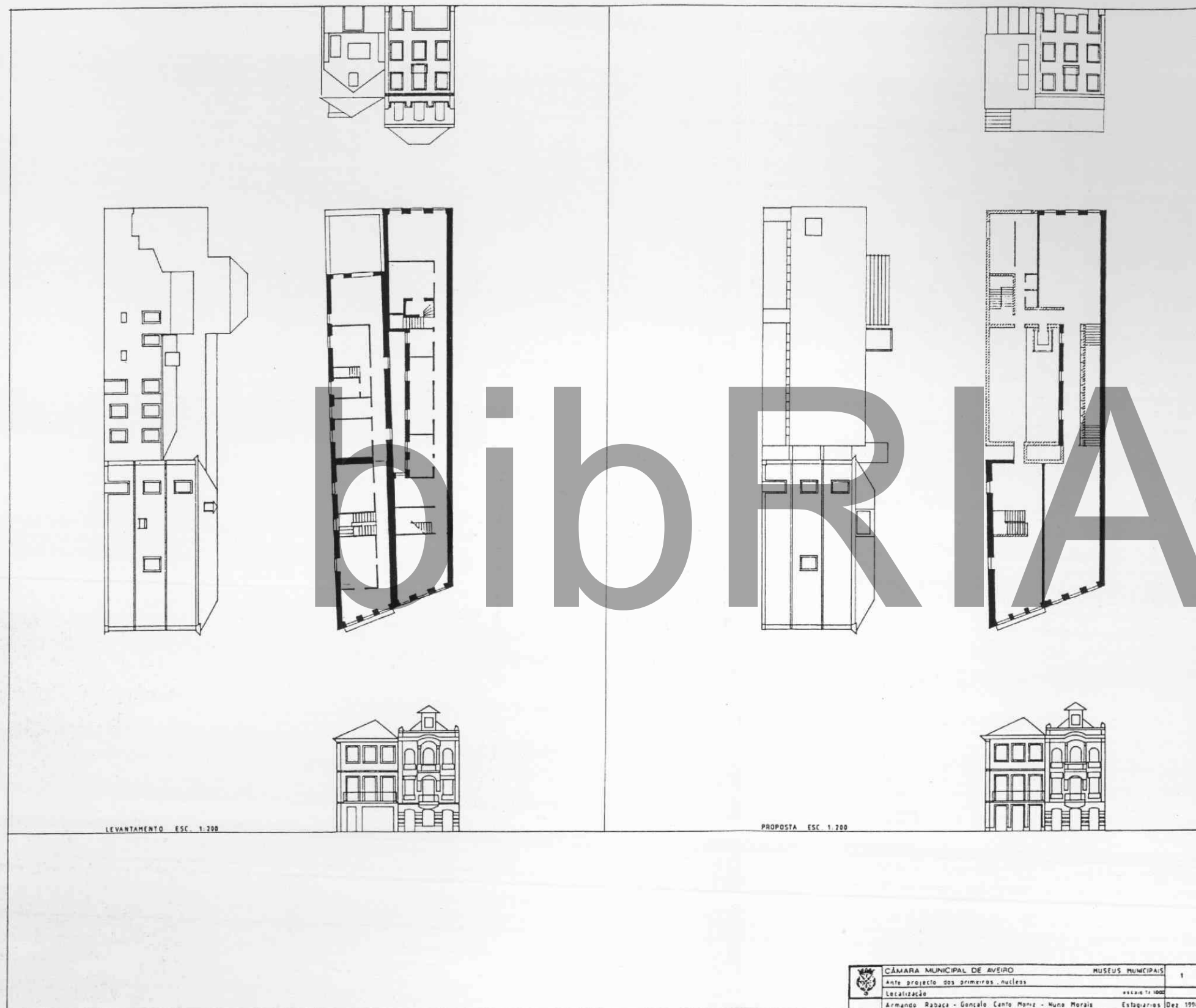


Serra da Alcaide e Caran

Talha e

bibRIA

- A S. Maria da Misericórdia, Sec
- B. S. Miguel
- C. Povo do F. S. Bispo
- D. Mente da P. da Alameda
- E. S. João
- F. Carmelitas
- G. Povo do Duque de Lafre
- H. Torre da P. de Fiolanda
- I. Alameda
- J. Alameda
- K. S. João e S. Bernardino
- L. Novo Povo de João de Souza
- M. S. Antonio
- N. S. João e S. João
- O. S. Domingos



Projecto para os primeiros núcleos do Museu Municipal de Aveiro. Levantamento e proposta para estudo prévio. Esc. 1:500



1. Vista do lote 1 e do lote 2 antes dos anos 10-20 do século XX.
2. Vista do lote 1 e do lote 2 depois dos anos 10-20 até à actualidade.